



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Érika Sagae

**Agricultura, cidade e movimento:**  
as experiências de agricultura urbana em Florianópolis, SC

Florianópolis  
2022

Érika Sagae

**Agricultura, cidade e movimento:**  
as experiências de agricultura urbana em Florianópolis, SC

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

Área de concentração: Desenvolvimento regional e urbano.

Linha de Pesquisa: Dinâmicas Territoriais Urbanas e Rurais, Redes e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Clécio Azevedo da Silva, Dr.

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Sagae, Érika

Agricultura, cidade e movimento : as experiências de agricultura urbana em Florianópolis, SC / Érika Sagae ; orientador, Clécio Azevedo da Silva, 2022.

214 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Geografia. 2. Agricultura urbana. 3. Mobilização social. 4. Políticas públicas. I. Silva, Clécio Azevedo da. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

Érika Sagae

**Agricultura, cidade e movimento:**

as experiências de agricultura urbana em Florianópolis, SC

O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado, em 26 de agosto de 2022, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Nazareno José de Campos, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Francisco Fransualdo de Azevedo, Dr.  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Antonio Nivaldo Hespanhol Dr.  
Universidade Estadual Paulista

Profa. Hannah Kay Wittman, Dra.  
University of British Columbia

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Insira neste espaço a  
assinatura digital

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Insira neste espaço a  
assinatura digital

Prof. Clécio Azevedo da Silva Dr.  
Orientador

Florianópolis, 2022.

Dedico este trabalho a todos que cultivam  
a terra, agricultoras e agricultores, do  
campo e da cidade.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à VIDA que tem me dado tanto.

À família em que nasci, meu pai, Hirokazu (*in memoriam*), e minha mãe, Hiroco, e à família que criei, meus filhos, Cauê, Jade e Ravi, e meu companheiro, Max.

A minha família CEPAGRO, companheiros de caminhada, sonhos e realizações.

Ao meu querido orientador, Clécio, que com seu jeito tranquilo e firme mostrou-me caminhos que eu deveria trilhar e refletir a partir do lugar onde eu estava, como uma doutoranda da pós-graduação em Geografia.

Aos professores que, desde a minha graduação em Educação do Campo, vêm me incentivando e apoiando-me nesta jornada acadêmica, em especial ao professor Antonio Munarim e à professora Beatriz Hanff, pelos quais tenho um carinho muito especial. E, a partir deles, meu eterno reconhecimento a todos que fizeram parte desta minha jornada

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC, os professores Elson Manoel Pereira e Soraya Nór, que estiveram na minha banca de qualificação.

Aos professores Antonio Nivaldo Hespanhol, Francisco Fransualdo de Azevedo, Nazareno José de Campos, e professora Hannah Wittman por terem aceito fazerem parte da minha banca final.

Aos queridos amigos do Laboratório de Estudos do Espaço Rural, em especial àqueles que na pandemia seguraram, juntos, todo o desafio emocional, a Ana Livia, e a Ana Cláudia, e um agradecimento especial ao Lincon, que na reta final contribuiu muito com reflexões e com a sua experiência na elaboração de mapas.

Aos agricultores urbanos e rurais, daqui e de lá, de onde for, que trabalham na terra, alimentando a gente, alimentando sonhos, alimentando a possibilidade de estarmos aqui pesquisando sobre a agricultura urbana.

Aos membros da Rede Semear de agricultura urbana e do Coletivo Nacional de agricultura urbana.

Um agradecimento especial ao André Maciel, à Giovana Callado e ao Bruno Ornellas, cujos trabalhos e conversas me ajudaram muito.

Não é possível agradecer a todos que a vida tem me oportunizado encontrar e com quem aprender, mas deixo um especial agradecimento à Daniela Adil, com quem conversei bastante durante a escrita da tese, lendo seus trabalhos; e ao Marquito, amigo de longa data, inspiração para muita gente no tema da agricultura urbana e da justiça social, e que sempre me motivou e incentivou-me a prosseguir.

*Gracias a la vida que me ha dado tanto*

(Violeta Parra Sandoval, 1966)

## RESUMO

Análise da experiência de agricultura urbana enquanto movimento e prática em Florianópolis (SC), expondo elementos que a destacam no contexto nacional. O estudo apresenta experiências a partir do projeto *Políticas públicas, mercados institucionais e agricultura urbana e periurbana*, tendo sido realizadas atividades de campo, produção de mapas e sistematização de informações que evidenciam perspectivas e entraves para que a produção de alimentos na cidade possa avançar. O estudo envolve três regiões distintas: a Região Metropolitana de Florianópolis (SC); a Região Metropolitana de Natal (RN); e os municípios de Presidente Prudente (SP) e Álvares Machado (SP). O movimento que ocorre na cidade a partir do contexto da participação social na construção de políticas públicas para a agricultura urbana é apresentado na tese. A compreensão das similaridades e diferenças entre os campos realizados ao longo do processo permite revelar as perspectivas de uma cidade em movimento, no caso de Florianópolis, que abarcam experiências que vão desde modelos de produção às práticas de compostagem e organização de consumidores.

**Palavras-chave:** Agricultura urbana. Mobilização social. Políticas públicas.

## ABSTRACT

The objective of the thesis is to analyze the experience of urban agriculture as a movement and practice in Florianópolis, exposing elements that highlight it in the national context. The study presents experiences from the project "Public policies, institutional markets and urban and peri-urban agriculture" where field activities were carried out, production of maps and systematization of information that highlight perspectives and obstacles so that food production in the city, in three different regions, the Metropolitan Region of Florianópolis (SC), the Metropolitan Region of Natal (RN) and the cities of Presidente Prudente (SP) and Álvares Machado (SP), can advance. The movement that occurs in the city from the context of social participation in the construction of public policies for urban agriculture is presented in the thesis. Understanding the similarities and differences between the fields carried out throughout the process, reveals the perspectives of a city on the move, in the case of Florianópolis, which encompasses experiences ranging from production models, composting practices and consumer organization.

**Keywords:** Urban agriculture. Social mobilization. Public policies.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Jardim Produtivo no Canadá.....	32
Figura 2 - Jardim Produtivo no Canadá.....	33
Figura 3 - Hortelões urbanos de São Paulo (SP) .....	36
Figura 4 - Feira Produtos da Gente, no Rio de Janeiro (RJ).....	37
Figura 5 - Logo da Rede Carioca de Agricultura Urbana, no Rio de Janeiro (RJ).....	38
Figura 6 - Mapeamento da Rede Capixaba de Agroecologia – RUCA, no Espírito Santo .....	39
Figura 7 - Horta Comunitária do Bairro Vitória, em Belo Horizonte (MG).....	41
Figura 8 - Horta Urbana no Recife (PE) .....	42
Figura 9 - Coletivo do Movimento Nossa Brasília, em Brasília (DF).....	43
Figura 10 - Mapeamento da Agroecologia em Rede.....	45
Figura 11 - Mapa da Região Metropolitana de Natal (RN): áreas urbanas, periurbanas e rural .....	69
Figura 12 - Mapa ajustado das áreas urbanas, periurbanas e rurais da Região Metropolitana de Natal (RN).....	70
Figura 13 - Horta urbana em Natal (RN) .....	73
Figura 14 - Horta urbana em Natal (RN) .....	73
Figura 15 - Mapa da Região Presidente Prudente (SP): áreas urbanas, periurbanas e rural .....	77
Figura 16 - Mapa ajustado das áreas urbanas, periurbanas e rural da Região de Presidente Prudente (SP).....	78
Figura 17 - Horta urbana em Presidente Prudente (SP) .....	79
Figura 18 - Produção hidropônica em Presidente Prudente (SP).....	79
Figura 19 - Mapa da Região Metropolitana de Florianópolis (SC): áreas urbanas, periurbanas e rural .....	81
Figura 20 - Mapa ajustado das áreas urbanas, periurbanas e rurais da Região Metropolitana de Florianópolis (SC) .....	81
Figura 21 - Sitio Flor Bela, localizada no Sertão do Peri, no Sul da Ilha, no município de Florianópolis (SC).....	83

Figura 22 - Produção de grama em Biguaçu (SC) – Área com expansão urbana.....	84
Figura 23 - Sistematização gráfica construída durante o “I Encontro Nacional de Agricultura Urbana”, em 2015 no Rio de Janeiro (RJ).....	103
Figura 24 - Mapa de comparativo entre as áreas de unidades de conservação (cor verde) e perímetro urbano (destaque em azul) do município de Florianópolis (SC).....	117
Figura 25 - Mapa de localização do Bairro Sertão do Peri, em Florianópolis (SC), em relação às áreas de preservação (cor verde) .....	118
Figura 26 - Mapa de localização do Bairro Ratoles, em Florianópolis (SC), em relação às áreas de preservação (cor verde) .....	119
Figura 27 - Residuômetro em tempo real do município de Florianópolis (SC) .....	128
Figura 28 - Cartaz do I Encontro Municipal e Estadual de Agricultura Urbana (EMAU).....	132
Figura 29 - Cartaz do II EMAU .....	134
Figura 30 - Cartaz do III EMAU .....	136
Figura 31 - Cartaz do IV EMAU .....	138
Figura 32 - Cartaz do V EMAU .....	140
Figura 33 - Cartaz do VI EMAU .....	143
Figura 34 - Cartaz do VII EMAU .....	143
Figura 35 - Dimensões da agricultura urbana .....	145
Figura 36 - Horta do PACUCA .....	148
Figura 37 - Compostagem no PACUCA.....	149
Figura 38 - Horta no CRAS Capoeiras, em Florianópolis (SC).....	156
Figura 39 - Horta no Centro de Saúde do Ribeirão da Ilha, em Florianópolis (SC) .....	157
Figura 40 - Horta no Centro de Ciências Agrárias da UFSC, em Florianópolis (SC).....	158
Figura 41 - Sistema de aquaponia do Instituto CEPIA, em Florianópolis (SC).....	162
Figura 42 - Produção de hortaliças e flores no sistema de aquaponia.....	163
Figura 43 - Chácara Clara Noite de Sol, no Bairro Ratoles, em Florianópolis (SC) .....	182

Figura 44 - Mapa produção – consumo de CCRs .....	185
Figura 45 - Circuitos curtos de comercialização.....	188
Figura 46 - Tipologias de circuito curto de comercialização de produtos ecológicos no Brasil.....	190

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Municípios pesquisados em Natal (RN) .....	70
Tabela 2 - Dimensão das áreas de cultivos da agricultura urbana em Presidente Prudente (SP).....	75
Tabela 3 - Sistemas produtivos da agricultura urbana em Presidente Prudente (SP) .....	76
Tabela 4 - População urbana e rural de Florianópolis em 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 .....	126
Tabela 5 - Iniciativas de venda direta em Florianópolis (SC) .....	187

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Coletivos de agricultura urbana nos estados .....	46
Quadro 2 - Núcleos de pesquisa em agricultura urbana (continua) .....	49
Quadro 3 - Metodologia de construção dos mapas do Projeto “Políticas públicas, mercados institucionais e agricultura urbana e periurbana” .....	68
Quadro 4 - Dados dos campos de pesquisas realizadas em Presidente Prudente (SP) e nos municípios da Região Metropolitana de Natal (RN) e da Grande Florianópolis (SC).....	88
Quadro 5 - Tipologias de agricultura urbana existentes em Florianópolis (SC).....	146
Quadro 6 - Iniciativas de hortas comunitárias em espaços públicos e privados (continua) .....	151
Quadro 7 - Produção comercial da AU em Florianópolis (SC) (continua) .....	167
Quadro 8 - Iniciativas de compostagem comunitária, pública e privada em Florianópolis (SC) (continua).....	174
Quadro 9 - Oportunidades e dificuldades para os produtores .....	191
Quadro 10 - Oportunidades e desafios para os consumidores .....	192

## LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

<b>ABA</b>	Associação Brasileira de Agroecologia
<b>AMAU</b>	Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana de BH
<b>AMOCAM</b>	Associação dos Moradores do Campeche
<b>ANA</b>	Articulação Nacional de Agroecologia
<b>AU</b>	Agricultura Urbana
<b>AUÊ</b>	Grupo de Estudos em Agricultura Urbana
<b>AUP</b>	Agricultura Urbana e Periurbana
<b>CAAUP</b>	Centro de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana
<b>CAISAN</b>	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>CASAN</b>	Companhia Catarinense de Água e Saneamento
<b>CCA</b>	Centro de Ciências Agrárias
<b>CCRs</b>	Células de Consumidores Responsáveis
<b>CEPAGRO</b>	Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo
<b>CEPIA</b>	Centro de Produção Integrada e Aquaponia
<b>CETRE</b>	Centro de Treinamento da EPAGRI
<b>CNAU</b>	Coletivo Nacional de Agricultura Urbana
<b>CNPQ</b>	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
<b>COMCAP</b>	Companhia de Melhoramentos da Capital
<b>CONSAN</b>	Conferência Nacional de Segurança alimentar e Nutricional
<b>CONSEA</b>	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
<b>CRAS</b>	Centro de Referência e Assistência Social
<b>CSA</b>	Consumidor que Sustenta a Agricultura
<b>DAP</b>	Declaração de Aptidão ao Pronaf
<b>ELAUP</b>	Encontro Latinoamericano de Agricultura Urbana e Periurbana

<b>EMBRAPA</b>	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
<b>EPAGRI</b>	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
<b>FAO</b>	Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura
<b>FBSSAN</b>	Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
<b>FLORAM</b>	Fundação Municipal do Meio Ambiente
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IPES</b>	<i>Promoción del Desarrollo Sostenible</i>
<b>LABRURAL</b>	Laboratório de Estudos do Espaço Rural
<b>LACAF</b>	Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar
<b>LECERA</b>	Laboratório de Educação do Campo e Estudos da Reforma Agrária
<b>LOSAN</b>	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
<b>MAPA</b>	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
<b>MDS</b>	Ministério de Desenvolvimento Social
<b>ONG</b>	Organização Não Governamental
<b>PAA</b>	Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
<b>PACUCA</b>	Parque Cultural do Campeche
<b>PEAPO</b>	Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica
<b>PMAU</b>	Política Municipal de Agricultura Urbana
<b>PNAE</b>	Programa Nacional de Alimentação Escolar
<b>PNAPO</b>	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
<b>PRONAF</b>	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
<b>REDE</b>	Rede de Intercâmbios e Tecnologias Alternativas
<b>RUAF</b>	<i>Resource Centre for Urban Agriculture &amp; Forestry</i>
<b>SESAN</b>	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
<b>SESC</b>	Serviço Social do Comércio

<b>SPG</b>	Sistemas Participativos de Garantia
<b>UFRGS</b>	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
<b>UFRN</b>	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
<b>UFSC</b>	Universidade Federal de Santa Catarina
<b>UNESP</b>	Universidade Estadual Paulista

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>CAPÍTULO 1 – A AGRICULTURA URBANA COMO TEMA DE PESQUISA</b> .....	<b>26</b>
1.1	A ATUALIDADE DO PROBLEMA: POR QUE A AGRICULTURA URBANA APARECE?.....	26
1.1.1	<b>Agricultura urbana no contexto internacional</b> .....	<b>29</b>
1.1.2	<b>Agricultura urbana no contexto nacional</b> .....	<b>34</b>
1.2	AGRICULTURA URBANA E A PESQUISA ACADÊMICA.....	47
1.3	O ESPAÇO TEÓRICO DA AGRICULTURA NA CIDADE.....	53
1.4	A RENDA DA TERRA NA AGRICULTURA URBANA .....	56
<b>2</b>	<b>CAPÍTULO 2 – A DIVERSIDADE DA AGRICULTURA URBANA NO BRASIL: UM PANORAMA COMPARADO DE TRÊS EXPERIÊNCIAS</b> .....	<b>63</b>
2.1	APRESENTAÇÃO DO PROJETO “POLÍTICAS PÚBLICAS, MERCADOS INSTITUCIONAIS E AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA” .....	63
2.1.1	<b>Alguns resultados da pesquisa em Natal (RN)</b> .....	<b>67</b>
2.1.2	<b>Alguns resultados da pesquisa em Presidente Prudente (SP) e Álvares Machado (SP)</b> .....	<b>74</b>
2.1.3	<b>Alguns resultados da pesquisa em Florianópolis (SC)</b> .....	<b>80</b>
2.2	ANALISANDO AS TRÊS EXPERIÊNCIAS.....	85
2.3	A AMENIZAÇÃO DAS TEMPERATURAS NAS CIDADES.....	89
<b>3</b>	<b>CAPÍTULO 3 – O ESPAÇO DA AGRICULTURA URBANA: MOVIMENTO NA CIDADE</b> .....	<b>93</b>
3.1	A AGRICULTURA NO CONTEXTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS .....	94
3.2	A AGROECOLOGIA COMO MEIO E COMO FIM .....	97
3.3	O COLETIVO NACIONAL DE AGRICULTURA URBANA E SEU PAPEL NA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO MOVIMENTO NACIONAL .....	99
3.4	POLÍTICAS PÚBLICAS DE AGRICULTURA URBANA.....	104
3.4.1	<b>Política pública estadual de agricultura urbana</b> .....	<b>108</b>

<b>3.4.2</b>	<b>Política municipal de agricultura urbana em Florianópolis (SC).....</b>	<b>109</b>
3.5	Os planos diretores de Florianópolis e as restrições aos usos agrícolas .....	110
<b>4</b>	<b>CAPÍTULO 4 – PERSPECTIVAS DA AGRICULTURA URBANA EM FLORIANÓPOLIS (sC): A CIDADE EM MOVIMENTO.....</b>	<b>122</b>
4.1	ANTECEDENTES HISTÓRICOS .....	122
4.2	A ATUALIDADE DA AGRICULTURA URBANA .....	127
4.3	PRÁTICAS E TÉCNICAS DE AGRICULTURA URBANA NO TERRITÓRIO.....	144
<b>4.3.1</b>	<b>A AU em iniciativas públicas, comunitárias e individuais .....</b>	<b>144</b>
<b>4.3.2</b>	<b>Rendas não monetizadas.....</b>	<b>159</b>
<b>4.3.3</b>	<b>Onde cabe o aumento da produtividade.....</b>	<b>160</b>
<b>4.3.4</b>	<b>O que abarca a agricultura urbana?.....</b>	<b>171</b>
4.4	RELAÇÕES ENTRE PRODUÇÃO E CONSUMO .....	183
<b>4.4.1</b>	<b>Estratégias de comercialização.....</b>	<b>183</b>
<b>4.4.2</b>	<b>O consumidor como promotor da AU.....</b>	<b>193</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>197</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>202</b>

## APRESENTAÇÃO

A agricultura sempre esteve presente na minha vida. Ainda na adolescência, morando em São Paulo, minha casa era em uma avenida movimentada da capital, mas no quintal da casa alugada, Dona Maria, a proprietária, uma senhora portuguesa, plantava diversas hortaliças, flores e plantas medicinais, além de criar galinhas e manter um pomar, com pés de goiaba, pêssego e banana. Todas as manhãs lá estava ela, cuidando dos cultivos que vendia a preços simbólicos, mas que dizia ser importante que os clientes pagassem, nem que fosse um pouco, porque se fosse gratuito, as pessoas viriam e pegariam muito, acabando com tudo. E eu me lembro como se você hoje, olhando da janela da cozinha para aquele ambiente tão natural, em meio ao desenvolvimento da Avenida Sumaré, e perguntava-me até quando Dona Maria resistiria ao crescimento da cidade. Não poderia ser diferente, tão logo Dona Maria faleceu, próximo aos 80 anos, a propriedade foi vendida, pelos seus filhos, a uma grande marmoraria. Essa é a primeira lembrança de agricultura urbana que tenho.

Logo após o nascimento do meu primeiro filho, no início dos anos 90, fui morar em um sítio em São Lourenço (MG) e depois mudei-me para a zona rural de Monte Alegre do Sul (SP). Foram pelo menos 14 anos de uma vida no campo.

Quando vim morar em Florianópolis (SC), em 2004, comecei a trabalhar no Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo – CEPAGRO, uma ONG fundada em 1990, e passei a atuar no Programa de Agricultura Urbana. Já minha jornada acadêmica começou quando ingressei no curso de Licenciatura em Educação do Campo, na primeira turma desse curso na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, em 2010, e as questões que eu havia vivenciado ao longo da minha jornada pessoal de vida no campo, passaram a ser os temas de pesquisa da minha formação acadêmica, tanto na graduação quanto no mestrado.

O ingresso no Programa de Pós-Graduação em Geografia deu-se a partir da possibilidade de apresentar um projeto que discutisse agricultura urbana, o foi ao encontro ao projeto que estava em andamento no Laboratório de Estudos do Espaço Rural – LABRURAL, intitulado *Políticas públicas, mercados institucionais e agricultura urbana e periurbana*, Projeto CAPES PGPSE n. 42/2014, que será citado por diversas vezes ao longo desta tese. A minha motivação pessoal mesclou-se com a profissional ao longo dos estudos, ora tendo a contribuição das observações que já vinham de

uma prática concreta nas experiências que eu acompanhava no CEPAGRO, ora pelo desafio de manter um distanciamento do objeto da pesquisa e uma neutralidade, a fim de poder realizar as análises que se fazem necessárias no universo acadêmico.

Uma pergunta que sempre fizeram nos espaços que vivenciei nas disciplinas e em outros espaços formais foi: “Existe agricultura no espaço urbano? De que forma esta agricultura acontece? Quem são os agricultores urbanos? É uma atividade rentável?”. E foram essas perguntas que me motivaram a investigar, compreender e trazer os elementos para a reflexão da necessidade de avançar nas discussões sobre agricultura nos espaços urbanos.

Também não poderia deixar de citar todo o aprendizado que adquiri participando do Laboratório de Estudos do Espaço Rural (LABRURAL), pois, ao longo dos anos de doutorado, participei do projeto *Políticas Públicas, mercados institucionais, agricultura urbana e periurbana* e também do projeto de extensão *Jornada de Agroecologia*, que foram de extrema importância para compreender a dimensão da agricultura urbana nas diferentes realidades com as quais pude ter contato.

Por fim, no período do doutorado segui trabalhando na Organização Não Governamental (ONG) CEPAGRO e, devido à parceria que a ONG tem com a Universidade British Columbia- UBC, colaborei com o projeto de pesquisa *Advancing Agroecological Transition Throught Visual Methodologies*, de Evan Bowness, do *Centre for Sustainable Food Systems da University British Columbia*, em Vancouver, Canadá, orientado pela professora Dra. Hannah Wittman. O resultado final desse projeto foi a produção de um *webdoc* sobre as experiências agroecológicas em Santa Catarina e, dentre elas, uma seção sobre a agricultura urbana de Florianópolis. A partir do que relatei brevemente aqui sobre a minha caminhada pessoal foi que pude dialogar entre teoria e prática da agricultura, trazendo memórias, aprofundando o conhecimento do assunto por meio de leituras e refletindo sobre o tema.

## INTRODUÇÃO

Existe uma relação direta entre a agricultura e o surgimento das cidades ao longo da história das civilizações. A produção de alimentos esteve sempre ligada à urbanização e ao modo de vida das populações, e os modelos de como produzir iam se modernizando à medida que iam se intensificando as necessidades de um maior volume de alimentos que abastecesse as cidades. A partir do século XX, segundo Luiz, Silva e Biazoti (2021, p. 52), “as experiências de agricultura urbana ganham destaque em diferentes contextos históricos e geográficos, principalmente após a Segunda Guerra Mundial”, e surgem a partir dos contextos locais, expressando, segundo os autores, a multiplicidade de sujeitos, práticas e escalas, intercalando-se com aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos.

No Brasil, a partir da segunda metade do século XX, com o processo de industrialização, ocorre um grande fluxo migratório do campo para a cidade, transformando muitos trabalhadores rurais em marginalizados no meio urbano. Luiz, Silva e Biazoti (2021, p. 54) afirmam ainda que “a produção do espaço urbano não resulta apenas da intervenção dos proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários e o Estado”, como afirma Corrêa (1989), mas que os sujeitos marginalizados também produzem o espaço da cidade. E nessas lutas cotidianas, por moradia, assentamentos urbanos e ocupações, esses movimentos vão produzindo esses espaços, modificando a paisagem urbana, e é por onde também que se iniciam as ocupações para a produção de alimentos, as hortas comunitárias, além da valorização dos saberes ancestrais, culinárias, sementes crioulas e plantas medicinais.

As cidades foram crescendo da mesma forma que seus problemas sociais, ambientais e econômicos, com uma população urbana cada vez mais numerosa. Segundo dados da *Food and Agriculture Organization of the United Nations* – FAO<sup>1</sup>(2019), até 2050 dois terços da população mundial morará em zonas urbanas. Outro dado importante é que se perde um terço de todos os alimentos produzidos para o consumo humano, sendo que 50% de todo resíduo urbano é composto de restos de alimentos e resíduos vegetais, comprometendo grande parte dos orçamentos das administrações locais (FAO, 2019). Nesse sentido, a compostagem, que está

---

<sup>1</sup> FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura.

diretamente relacionada com a produção de insumos para a prática da agricultura urbana, é um tema muito relevante na atualidade.

A agricultura no espaço urbano não está relacionada apenas com a questão produtiva agrícola e com a segurança alimentar e nutricional, mas também com outros objetivos com os quais a produção de alimentos na cidade permite dialogar. Tratar de uma horta comunitária, hortas em escolas, em espaços públicos, como Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Saúde, carrega em si a possibilidade de, além de produzir alimentos, fortalecer relações, trazer memórias afetivas e promover a educação alimentar.

As discussões que permeiam o uso do solo urbano para a produção de alimentos na cidade, no entanto, geram contradições e desafios, devido ao custo para uma produção em escala no espaço urbano. Em razão disso, busca-se modelos sustentáveis, com menor necessidade de insumos externos e redução de impactos ambientais. Nesse sentido, o debate da agricultura urbana no Brasil esteve aliado às políticas de segurança alimentar e nutricional e à promoção da agroecologia.

No entanto, não são todas as experiências que encontraremos na prática da produção de alimentos na cidade que carregam esse viés. De toda forma, esta pesquisa procurou identificar as redes locais que também tinham a agroecologia como uma direção, pois os movimentos agroecológicos partem de uma perspectiva de organização em rede, facilitando processos de certificação participativa e a comercialização dos alimentos. Da mesma forma que, a partir dos movimentos sociais urbanos, foi possível identificar os processos de construção das políticas públicas existentes e que se referem ao tema da agricultura urbana.

Toda a dinâmica de aproximação da produção ao mercado consumidor possibilita novas estratégias de comercialização, na perspectiva da construção social de mercados, onde o consumidor tem um papel relevante e participativo nas decisões, na aproximação com quem produz e com quem consome.

Foi a partir destas reflexões que a tese se desenvolveu, tendo como objetivo geral analisar a experiência de agricultura urbana em Florianópolis (SC), expondo os elementos que destacam sua particularidade no contexto nacional. Como objetivos específicos, buscamos (i) situar a importância do tema na atualidade dos movimentos sociais e da academia; (ii) caracterizar a agricultura urbana de Florianópolis diante de outras experiências estudadas no projeto *Políticas Públicas, mercados institucionais e agricultura urbana e periurbana* (que será abordado mais adiante); (iii) e revelar o

conteúdo das ações e práticas envolvidas na produção da agricultura urbana no município, suas perspectivas e seus entraves.

Vale destacar que não será objetivo desta tese entrar no campo das questões pertinentes ao periurbano e o estudo será concentrado na questão da agricultura no espaço urbano. Apesar de haver a compreensão de que os meios rural, periurbano e urbano estão relacionados, a escolha foi focar apenas em um dos aspectos.

Como procedimento metodológico da pesquisa, foram utilizadas fontes primárias e secundárias, saídas de campo e observação participante. Foi possível realizar saídas de campo nas três regiões, nos anos de 2018 e 2019, que resultaram no livro do projeto. As entrevistas individuais aconteceram no âmbito das regiões e não foram apresentadas na tese enquanto resultados individualizados, mas no contexto geral da análise, que aparece no Capítulo 2.

Com relação às fontes secundárias, foram realizadas leituras e revisão bibliográfica sobre o tema a partir de pesquisas na internet, na Biblioteca Universitária da UFSC e no laboratório de estudos do espaço rural, o LAB RURAL.

A tese está dividida em 4 capítulos. O primeiro capítulo trata da agricultura urbana enquanto um tema da atualidade e faz uma contextualização de onde ela é praticada no âmbito internacional e nacional, relatando algumas das experiências que acontecem no Brasil, a partir de articulações de redes locais e identificando os grupos e linhas de pesquisas acadêmicas. Ainda nesse capítulo inicial, é apresentada a reflexão sobre o espaço urbano também como espaço agrícola e os conceitos de renda da terra, elemento-chave na discussão sobre a produção de alimentos na cidade, na perspectiva da renda diferencial e da renda absoluta.

O segundo capítulo apresenta a diversidade da agricultura urbana no Brasil, trazendo o relato das experiências pesquisadas ao longo do doutorado, a partir do projeto *Políticas públicas, mercados institucionais e agricultura urbana e periurbana*, e que permitiram realizar análises sobre os diversos modelos de produção de alimentos nas cidades onde foram realizadas as pesquisas de campo, definidas a partir de critérios específicos de cada região participante do projeto. Também nesse capítulo é apresentado o resultado da pesquisa em relação às temperaturas nas áreas ocupadas pela cobertura vegetal, em 3 distintas regiões.

O terceiro capítulo inicia o mergulho nos processos coletivos de discussão do tema da agricultura urbana e a pauta política na qual ela está inserida na construção de políticas públicas, aliadas ao debate da segurança alimentar e nutricional e da

agroecologia. Nesse capítulo são apresentadas políticas já existentes, no âmbito nacional, estadual e local, e inicia-se o diálogo sobre as questões presentes em Florianópolis e que representam aspectos identificados em outras regiões metropolitanas onde as práticas agrícolas sofrem restrições na construção de seu reconhecimento a partir dos planos diretores das cidades. É um capítulo que trata do movimento que a temática da agricultura urbana promove nas cidades.

O quarto capítulo aborda as perspectivas da agricultura urbana em Florianópolis, trazendo os antecedentes históricos da produção agrícola na parte insular da cidade e como esse movimento coloca em evidência algumas práticas e técnicas locais, como a aquaponia, a compostagem, as hortas comunitárias em espaços públicos e a questão da renda não monetizada, que as experiências coletivas representam. São apresentadas nesse capítulo as estratégias de comercialização a partir da construção de mercados de proximidade, considerando o consumidor como promotor da agricultura urbana e o relato da organização das células de consumidores responsáveis. Por fim, apresentamos as considerações finais e as referências utilizadas para elaboração desta tese.

## 1 CAPÍTULO 1 – A AGRICULTURA URBANA COMO TEMA DE PESQUISA

### 1.1 A ATUALIDADE DO PROBLEMA: POR QUE A AGRICULTURA URBANA APARECE?

O tema da agricultura urbana, enquanto objeto de pesquisa, vem se evidenciando e despertado interesse em diversas áreas. Podemos encontrar pesquisas sobre agricultura urbana na área da Saúde, da Administração Pública, da Geografia, das Ciências Agrárias, sendo considerado um tema transversal.

A Agricultura urbana e periurbana (AUP) é um conceito multidimensional que inclui a produção, o agroextrativismo e a coleta, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas (hortaliças, frutas, ervas medicinais, plantas ornamentais, etc.) e pecuários (animais de pequeno, médio e grande porte) voltados ao autoconsumo, trocas e doações ou comercialização, (re) aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais (solo, água, resíduos sólidos, mão de obra, saberes, etc.) Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intra-urbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades. (SANTANDREU; LOVO, 2007, p. 5).

A questão da segurança alimentar e nutricional, bem como as práticas ecológicas que respeitam a diversidade cultural, contribuem para que ocorra uma perspectiva de cidade produtiva e ecológica, segundo Santandreu e Lovo (2007). Seja em espaços públicos ou privados, ou em áreas urbanas ou periurbanas, a agricultura urbana se associa a formas de lazer, saúde, cultura, economia, na sua grande maioria na perspectiva da economia solidária e meio ambiente (SANTANDREU; LOVO, 2007).

Os processos de construção de políticas públicas no Brasil vêm ocorrendo simultaneamente às práticas, à mobilização e à organização social, o que também ocorre com a conceituação do que seria “agricultura urbana”, pois, conforme aponta Almeida (2015), a conceituação da agricultura urbana permanece aberta a uma disputa por significado que pode estar relacionado a diferentes visões de mundo e concepções de sociedade e de cidade (ALMEIDA, 2015).

Ainda segundo Almeida, esse tema envolve o interesse de Universidades, organizações sociais e do poder público, e carrega em si debates que envolvem as relações entre o urbano e rural, agricultura e cidade, sociedade e natureza (ALMEIDA, 2016).

As abordagens sobre agricultura urbana encontradas na literatura tendem a oscilar entre extremos que lhe atribuem o papel dentro da lógica capitalista do sistema alimentar e da produção das cidades ou enfatizam seus benefícios para a segurança alimentar e a sustentabilidade urbana, entre outros. (McCLINTOCK, 2014; TORNAGHI, 2014a apud ALMEIDA, 2016, p. 23).

Organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO<sup>2</sup>, alertam sobre a situação da população em países de baixa renda, onde os níveis de pobreza são altos, mesmo diante da urbanização. De acordo com os dados da própria FAO, em 2015 ainda se encontravam em situação de não acesso a serviços básicos de saúde, água e saneamento cerca de um bilhão de pessoas, sendo 770 milhões delas desempregadas ou vivendo abaixo da linha da pobreza, consideradas “trabalhadores pobres”. Nesse sentido, a agricultura urbana vem se demonstrando uma opção, por meio do cultivo ao longo de estradas e ferrovias, em quintais e áreas públicas, a fim de minimizar os impactos da fome. Grande parte da renda das famílias trabalhadoras consideradas pobres é gasta com a alimentação.

Ainda de acordo com a FAO<sup>3</sup>, 800 milhões de pessoas cultivam verduras e frutas ou criam animais nas cidades, produzindo o que, segundo o Worldwatch Institute, representa a proporção de 15% a 20% da produção mundial de alimentos. Isso ocorre em lugares do mundo onde a agricultura urbana ou periurbana representa de 50% a 70% do consumo de verduras da cidade. “Nesse movimento, estão as hortas urbanas e comunitárias, que ganham cada vez mais espaço, respondendo a diferentes anseios, não somente às necessidades geradas pela situação de escassez” (LIMA, 2019, p. 21).

A agricultura urbana faz parte da agenda alimentar urbana da FAO, com o destaque de ser uma das principais iniciativas com vistas a minimizar os impactos da fome, conforme citado em seus documentos:

La Agenda Alimentaria Urbana es una de las iniciativas principales de la FAO con vistas a fomentar el desarrollo sostenible y mejorar la seguridad alimentaria y la nutrición en las zonas urbanas y periurbanas y en las zonas rurales cercanas. Comprende una amplia variedad de políticas, programas e iniciativas formulados y puestos en práctica en asociación con diferentes partes interesadas: la sociedad civil, instituciones académicas, organismos internacionales y de las Naciones Unidas, redes de ciudades y órganos y entidades públicos y privados pertinentes.

Al menos el 55 % de la población mundial ya vive en zonas urbanas y el 80 % de todos los alimentos producidos en el mundo se destina al consumo en

---

<sup>2</sup> FAO Disponível em <https://www.fao.org/urban-agriculture/en/>. Acesso em: 15 jul. 2022.

<sup>3</sup> FAO Disponível em <https://www.fao.org/brasil/pt/>. Acesso em: 2 jul. 2022.

espacios urbanos. La sostenibilidad social, económica y ambiental de los sistemas alimentarios y la evolución de las dietas urbanas dependerán principalmente de la gestión de los sistemas alimentarios en las zonas urbanas y periurbanas. Por consiguiente, hace ya tiempo que debería haberse comenzado a prestar una mayor atención a la Agenda Alimentaria Urbana.

La Visión 2030 de la FAO para la Agenda Alimentaria Urbana es parte integral de la aspiración de la Organización a lograr sistemas alimentarios resilientes, integrados, sostenibles e inclusivos que permitan liberar del hambre y de todas las formas de malnutrición a todas las personas en todos los lugares. (FAO, 2019).

Seguindo nessa mesma linha, Almeida (2016) vai tratar a agricultura urbana como uma resposta possível ao aceleração da urbanização, trazendo problemas ambientais, sociais e urbanos, como o desemprego, a insegurança alimentar e a pobreza, como já citado. Outros fatores que favorecem a produção de alimentos na cidade, seriam a destinação adequada dos resíduos orgânicos gerados na cidade e a possibilidade de sua compostagem local, além da demanda crescente por alimentos e a proximidade do mercado consumidor (ALMEIDA, 2016).

Algumas críticas são feitas quando o debate sobre agricultura urbana despreza as características que a diferenciam de uma agricultura rural, pois são diferentes, porém complementares (MOUGEOT, 2000). Segundo o Mougeot (2000), agricultura urbana está integrada ao sistema econômico e ecológico urbano, e essa dimensão precisa ser melhor compreendida para que se torne operacional, a fim de contribuir nas frentes científica, tecnológica e política. Nesse contexto de crítica, Lovo (2016) reflete que o problema da fome não é exatamente a falta de alimentos no mundo, mas sim a desigualdade na distribuição e no acesso a esses alimentos pelas populações empobrecidas. A autora indica que as críticas às práticas da agricultura urbana também podem estar relacionadas às políticas neoliberais, onde as estratégias apenas amenizam o problema, as diferenças socioeconômicas, mas não garantem mudanças estruturais para que esse quadro social se altere (LOVO, 2016).

Diante dos diversos desafios, seja no enfrentamento às desigualdades sociais, seja na questão da insegurança alimentar, a agricultura urbana, no entanto, tem demonstrado sua capacidade em resolver e enfrentar esses problemas, contribuindo de alguma forma com práticas e organização social nas lutas pelo desenvolvimento local e ampliando os debates em âmbitos maiores. De fato, a importância em seguir com os estudos e conceitos está em contribuir com os avanços de políticas públicas e de assistência em diversos âmbitos, tais como técnico, geração de crédito e programas sociais. Essas diferenças conceituais e esclarecimentos é que

darão à agricultura urbana uma maior capacidade de gestão e ingerência em políticas direcionadas aos que praticam a agricultura no meio urbano. As definições mais usuais da agricultura urbana vão ter como base: o tipo de atividade econômica; sua localização; o fato de ser intra ou periurbana; o tipo de áreas onde ela é praticada; a sua escala; o seu sistema de produção; as suas categorias e subcategorias (alimentícios e não alimentícios); e a destinação dos produtos, incluindo a sua comercialização (MOUGEOT, 2000).

As considerações acima servem de base para a revisão do conceito que propomos: a agricultura urbana é a praticada dentro (intra-urbana) ou na periferia (periurbana) dos centros urbanos (sejam eles pequenas localidades, cidades ou até megalópolis), onde cultiva, produz, cria, processa e distribui uma variedade de produtos alimentícios e não alimentícios, (re) utiliza largamente os recursos humanos e materiais e os produtos e serviços encontrados dentro e em torno da área urbana, e, por sua vez, oferece recursos humanos e materiais, produtos e serviços para essa mesma área urbana. (MOUGEOT, 2000, p. 13).

A dimensão social que a agricultura urbana abrange faz, segundo Azevedo (2020), com que seja necessário observar a dimensão abstrata e imaterial, nas subjetividades das relações que se apresentam nos territórios, constituindo um conjunto de territorialidades de resistência e resiliência que, segundo o autor, remonta à própria gênese das cidades, ao mesmo tempo em que possui uma dimensão concreta, capaz de produzir e reproduzir espaços nas cidades, percebida em diferentes regiões do mundo, impondo circuitos econômicos que garantem a reprodução social de vários indivíduos e grupos sociais.

### **1.1.1 Agricultura urbana no contexto internacional**

As práticas de agricultura e pastoreio remontam aos períodos da Revolução Neolítica e sua expansão e desenvolvimento estão atrelados aos próprios contextos dos quais fazem parte, além disso, a agricultura nas cidades esteve muito atrelada aos períodos pós-guerra, pós-catástrofes ou em momentos de crise econômica. Os períodos pós-Primeira e Segunda Guerra Mundial são referenciados no Hemisfério Norte, pois a produção de alimentos na cidade foi amplamente incentivada pelos governos e instâncias políticas locais (ALMEIDA, 2016).

Algumas campanhas, como a Liberty Gardens e a Victory Gardens, nos EUA, e a Dig for Victory, na Inglaterra, são algumas das experiências que motivaram a

plantar em espaços públicos ou privados, além de incentivar o voluntariado na produção rural, para que pudessem ser abastecidas as tropas em guerra, bem como aumentar a disponibilidade de alimentos para a população (ALMEIDA, 2016).

Já em Cuba, desde o início da década de 60, foi fortemente incentivada a agricultura urbana de base agroecológica, a partir do embargo econômico estadunidense, que impediu a entrada dos agrotóxicos no país, fortalecendo as políticas de segurança alimentar e nutricional dos cubanos (SANTOS, 2019).

A primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida em Estocolmo em 1972, foi considerada um marco, por ser o primeiro grande evento organizado pela ONU<sup>4</sup> para tratar de questões ambientais que afetam todo o mundo.

A partir das discussões iniciadas nesta Conferência, em 1987 foi lançado o documento *Nosso Futuro Comum, Relatório de Brundtland*, que trouxe pela primeira vez o conceito de desenvolvimento sustentável e que atrelava ao desenvolvimento econômico também as questões sociais e ambientais, onde a agricultura também estava inserida (SANTOS, 2019). No entanto, o reconhecimento formal da expressão agricultura urbana na agenda internacional vai ocorrer somente nos anos 90, articulada justamente com a questão do desenvolvimento sustentável (ALMEIDA, 2016).

Em 1995 foi criada a Red Aguila, uma rede latino-americana de pesquisa em agricultura urbana, na perspectiva de articular e institucionalizar essa atividade nos governos locais. Essa criação foi promovida pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pela ONU Habitat, por meio do Programa de Gestão Urbana para a América Latina e Caribe (PGU-ALC) e do Urban Management Programme (UMP) (GIACCHE; PORTO, 2015). Era uma articulação que envolvia o governo e a sociedade civil em 16 países, dentre os quais o Brasil.

No âmbito internacional, a temática da agricultura urbana ganha maior expressão no ano de 1996, com a divulgação do relatório *Urban agriculture, food, jobs and sustainable cities*, durante a realização da *II Conferência mundial sobre assentamentos humanos – HABITAT II*, em Istambul. Atualmente a agricultura urbana faz parte da agenda de organizações internacionais como a FAO (*Food and Agriculture Organization of the United Nations*) e a RUAF Foundation (*Resource*

---

<sup>4</sup> ONU- Organização das Nações Unidas

*Centres on Urban Agriculture and Food Security*), que têm apoiado especialmente a documentação de experiências e a produção de informações sobre o tema (COSTA, 2017).

A RUAF foi constituída em 1999 e é um consórcio de instituições especializadas, isso inclui indivíduos, cidades, institutos de pesquisa e ONGs, que têm um reconhecimento de atuação com agricultura urbana e periurbana, apresentando soluções para sistemas alimentares urbanos. Para a RUAF<sup>5</sup>, a parceria que se estabelece de forma global, contribui para que haja uma intermediação entre a prática, a política e a ciência. A RUAF tem como objetivo, promover sistemas localizados de produção e consumo, para gerar sistemas alimentares mais inclusivos e fortalecer o papel das cidades, no que se refere à governança na política alimentar e na resiliência de sistemas alimentares urbanos.

Outro importante marco para a inclusão da temática da agricultura urbana dentro da agenda internacional foi o estabelecimento dos “Objetivos do Milênio”, as ODMs, que definem uma visão de desenvolvimento e estabelecem metas concretas para uma série de compromissos, ligados à saúde, educação e direitos humanos, declaração essa firmada pelos países membros da ONU. A agricultura urbana entraria como uma importante estratégia complementar para a concretização de alguns desses objetivos, como erradicar a extrema pobreza e a fome, reduzir a mortalidade infantil e garantir a sustentabilidade ambiental (ALMEIDA, 2016).

Em 2003, por intermédio de uma parceria entre o Programa de Gestão Urbana para América Latina e Caribe (PGU/ALC), o Programa das Nações Unidas para Assentamento Humano (UN-Habitat), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Centro Internacional de Investigações para o Desenvolvimento (IDRC) e a Promoção e Desenvolvimento Sustentável (IPES), foi implantado um programa de ocupação de espaços vazios para as práticas de agricultura urbana em países como o Brasil (no município de Governador Valadares, a Argentina (Rosário) e Cuba (Cienfuegos) (COUTINHO, 2010).

O enfoque dado pelas organizações internacionais com interesse na pesquisa e no apoio à agricultura urbana uniu esforços para demonstrar que a agricultura urbana poderia ser uma ferramenta de ação pública para combater a fome, a pobreza e a desnutrição nas cidades (COUTINHO, 2010).

---

<sup>5</sup> RUAF. Disponível em: [https://ruaf-org.translate.google/?\\_x\\_tr\\_sl=en&\\_x\\_tr\\_tl=pt&\\_x\\_tr\\_hl=pt-BR&\\_x\\_tr\\_pto=sc](https://ruaf-org.translate.google/?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=sc). Acesso em: 2 jul. 2022.

Esse movimento que aconteceu em âmbito internacional repercutiu no Brasil e carrega, dentro do contexto histórico, a importância, por exemplo, da referência que Minas Gerais se tornou, com a parceria de sociedade civil e municipalidade para a constituição de um fórum municipal de agricultura urbana em Governador Valadares e mobilizações da sociedade dentro do Programa.

Também se verifica haver experiências em países, como em Cuenca, no Equador, na cidade do México, na Argentina, em Kumasi (Gana) e na Tanzânia, dentre algumas que se tem conhecimento (AQUINO; ASSIS, 2007).

Também vamos encontrar experiências em Vancouver, no Canadá, como é o caso da “City Farmer”<sup>6</sup>, que já existe há 44 anos divulgando agricultura urbana, ensinando a cultivar, a fazer compostagem e como produzir alimentos na cidade. São pequenos jardins na cidade que mesclam o cultivo de plantas aromáticas, flores e hortaliças, como ilustrado nas Figuras 1 e 2. São produções em pequenas áreas, com diversidade de cultivos e com reaproveitamento de materiais.

Figura 1 - Jardim Produtivo no Canadá



Fonte: disponível em: <http://www.cityfarmer.eco/garden>. Acesso em: 20 jul. 2022.

---

<sup>6</sup> City farmer. Disponível em: <https://www.cityfarmer.eco/>. Acesso em: 2 jul. 2022.

Figura 2 - Jardim Produtivo no Canadá



Fonte: disponível em: <https://www.cityfarmer.eco/garden>. Acesso em: 20 jul. 2022

Nos EUA vamos encontrar experiências como a de Oakland<sup>7</sup>, na Califórnia, que vem alterando seus regulamentos de zoneamento a fim de permitir o cultivo de alimentos e a comercialização deles em alguns locais (SANTOS, 2019).

Rana Amirtahmasebi (2012), arquiteta urbanista iraniana, com formação nos EUA, pesquisou o plano de agricultura urbana de Oakland, que prevê mais de 800 acres<sup>8</sup> de terrenos baldios de propriedades privadas com declives abaixo de 30% e que serviriam para a agricultura urbana. Outras cidades dos EUA possuem inventários de propriedades privadas com indicações para cultivo, como Portland, Oregon, Seattle, Washington, Somerville, Massachusetts, Cleveland, Ohio e a Cidade de Nova York.

Essas são apenas algumas das experiências internacionais identificadas e não representam a sua totalidade, mas demonstram, de certa forma, como os organismos internacionais e as experiências acontecem no mundo todo. Para Almeida (2016), a agricultura urbana é apresentada pelas agências internacionais como uma resposta possível aos problemas sociais e ambientais urbanos resultantes do processo da rápida e desordenada urbanização. Almeida (2016) reforça que essas experiências já se apresentam como uma estratégia de sobrevivência para pobres

<sup>7</sup> Disponível em: <https://blogs.worldbank.org/sustainablecities/the-north-american-urban-agriculture-experience>. Acesso em: 2 jul. 2022.

<sup>8</sup> 800 acres americanos equivalem a 324 hectares (1 hectare = 10.000 metros quadrados). Disponível em: <https://www.metric-conversions.org/pt-br/area/acres-em-hectares.htm>. Acesso em: 2 jul. 2022.

urbanos, mas que por outro lado também podem se tornar oportunidades, devido à demanda crescente de consumo de alimentos saudáveis, limpos e justos.

### **1.1.2 Agricultura urbana no contexto nacional**

O documento intitulado *Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e suas diretrizes políticas para sua promoção* foi produzido em 2007 e é a principal referência que existe de um levantamento das experiências de agricultura urbana no Brasil. Seria importante que houvesse uma nova pesquisa que pudesse atualizar os dados nas regiões metropolitanas, passados 15 anos desse primeiro levantamento, quando foram identificadas 600 iniciativas em 11 regiões metropolitanas, e dessas, 160 experiências foram aprofundadas em 52 municípios. Das experiências focadas, 75% localizam-se nas capitais das regiões metropolitanas, o que demonstra uma característica importante, pois as capitais concentram importantes contingentes populacionais, mas, ao mesmo tempo, são áreas altamente urbanizadas e com falta de solo disponível para o cultivo (SANTANDREU; LOVO, 2007).

As experiências analisadas são iniciativas apoiadas pelos governos locais, nos estados e nos municípios, e também pelo governo federal na época, a partir do Ministério do Desenvolvimento Social, assim como pela sociedade civil, Universidades e pelo setor privado.

A pesquisa trouxe algumas informações importantes, como a diversidade e a multiplicidades de atividades, sendo que 72% incluem a produção como sua atividade principal e 49% a comercialização. Com relação à produção orgânica ou agroecológica, nas regiões Sul e Sudeste essa modalidade abrange cerca de 50%, e 60% na região Norte e Nordeste, estando bastante relacionada às experiências promovidas pela sociedade civil. O documento demonstra que a AUP se pratica em todas as regiões do Brasil (SANTANDREU; LOVO, 2007). Algumas dessas experiências ainda permanecem ativas e serão destacadas a seguir por região.

Na região Sudeste, em São Paulo, vamos encontrar a experiência dos Hortelões Urbanos, a plataforma de apoio à agricultura orgânica de São Paulo e a articulação MUDA – Movimento Urbano de Agroecologia. Na dissertação e na tese de

Gustavo Nagib<sup>9</sup> (2016 e 2020) podemos encontrar o histórico desse processo em São Paulo, com foco no ativismo político que as experiências de São Paulo possuem.

A plataforma de apoio foi elaborada por 3 organizações não governamentais, a Associação de Agricultura Orgânica de São Paulo, o Instituto Kairós e o Instituto 5 Elementos, e tinham o objetivo de articular as diferentes organizações e movimentos que apoiavam a agricultura urbana em São Paulo para, desta forma, pautar políticas públicas para o município<sup>10</sup>.

Já o Movimento Urbano de Agroecologia<sup>11</sup> surgiu em 2014, a partir de indivíduos que buscam uma maior interação entre campo e cidade, a valorização do agricultor familiar e uma cidade mais verde e de uma ocupação mais responsável e coletiva do espaço público (BIAZOTI, 2020). Um dos projetos implementados pelo coletivo foi de uma plataforma colaborativa de articulação entre os agricultores urbanos, para que pudesse haver uma troca de conhecimentos, recursos e trabalho entre eles. Também foi produzido um mapa apontando onde se encontravam as hortas comunitárias, as feiras livres e os mercados que comercializam os alimentos orgânicos.

O mapa “Sampa Rural”<sup>12</sup> também é outra ferramenta de busca onde se pode encontrar contatos e referências de agricultura e turismo, além de outras informações sobre políticas públicas e mercado. É uma iniciativa que foi realizada a partir da prefeitura de São Paulo e que permite localizar, a partir de um mapa, onde se encontra toda essa rede de produção e consumo da agricultura urbana de São Paulo. A articulação entre a Plataforma de Produção Orgânica e o Movimento MUDA foi importante para que houvesse uma revisão do Plano Diretor Estratégico do município de São Paulo, em 2014. Após amplo debate, em 114 audiências públicas, os coletivos citados foram propositivos na elaboração das mudanças realizadas no Plano Diretor, um deles, o retorno da zona rural em um terço da área do município, além de incluir uma ferramenta de pagamento por serviços ambientais e trazer a agricultura urbana como diretriz do sistema de áreas protegidas, áreas verdes e espaços livres. Dessa forma, a agricultura urbana passou a ser uma atividade estratégica para o

---

<sup>9</sup> Gustavo Nagib. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-05082020-171328/publico/2020\\_GustavoNagib\\_VOrig.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-05082020-171328/publico/2020_GustavoNagib_VOrig.pdf). Acesso em: 2 jul. 2022.

<sup>10</sup> Disponível em: <https://institutokairos.net/2014/02/plataforma-de-agricultura-organica-cria-agenda-para-impulsionar-aco-es-em-2014/>. Acesso em: 2 jul. 2022.

<sup>11</sup> Disponível em: <https://mapadaagroecologia.org/locais/muda-movimento-urbano-de-agroecologia?locale=pt-BR>. Acesso em: 2 jul. 2022.

<sup>12</sup> Sampa Rural. Disponível em: <https://sampamaisrural.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em: 2 jul. 2022.

desenvolvimento do polo econômico rural sustentável. O retorno da zona rural a uma área metropolitana carrega em si possibilidades de mudanças na perspectiva da agricultura urbana na cidade de São Paulo (BIAZOTI, 2020). Vamos encontrar mais detalhes desse processo na dissertação de mestrado de André Biazoti<sup>13</sup>, que pesquisou de forma mais aprofundada como esses processos se deram em São Paulo.

O Coletivo Hortelões Urbanos<sup>14</sup> surgiu em 2011, a partir de uma página nas redes sociais, e atualmente conta com 84.000 pessoas que fazem parte dessa grande rede. Geralmente esses grupos, que surgem a partir da internet, mobilizam pessoas para se encontrarem em mutirões e práticas nas cidades, sendo oferecidos, dessa forma, espaços de aprendizagem. A Figura 3 retrata um desses momentos de interação na cidade de São Paulo.

Figura 3 - Hortelões urbanos de São Paulo (SP)



Fonte: página “Hortelões urbanos” no Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/horteloes>. Acesso em: 15 jul. 2022.

Outra ONG histórica no fortalecimento da agricultura urbana na região metropolitana de São Paulo é a organização Cidades Sem Fome<sup>15</sup>, cujo objetivo é a integração social de grupos vulneráveis a partir da inclusão dos trabalhos de

<sup>13</sup> Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-09032020-170856/pt-br.php>. Acesso em: 2 jul. 2022.

<sup>14</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/170958626306460>. Acesso em: 2 jul. 2022.

<sup>15</sup> Disponível em: <https://www.cidadessemfome.org/>. Acesso em: 2 jul. 2022.

horticultura. Seu núcleo de trabalho fica entre os distritos de São Mateus, Itaquera e São Miguel Paulista, no município de São Paulo.

Ainda na Região Sudeste, a organização não governamental ASPTA<sup>16</sup> possui, desde 1999, um programa de agricultura urbana e atua na zona oeste do município do Rio de Janeiro, fomentando o cultivo de alimentos em pequenas áreas, a partir de um enfoque agroecológico. Mais recentemente a ONG ampliou suas ações para a região metropolitana do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, Queimados e na cidade do Rio de Janeiro. A ASPTA tem um papel de articulação entre as experiências de agricultura urbana no Rio de Janeiro e fomenta ações por territórios, apoiando a produção e comercialização, como, por exemplo, por meio do projeto Produtos da Gente, que realiza vendas de variedades de alimentos em feiras regionais (Figura 4).

Figura 4 - Feira Produtos da Gente, no Rio de Janeiro (RJ)



Fonte: página dos Produtos da Gente no Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=739762127070246&set=pb.100031093964935.-2207520000..&type=3>. Acesso em: 2 jul. 2022.

<sup>16</sup> ASPTA – Ong Assessoria e serviços a projetos em agricultura alternativa.

A comercialização dos alimentos produzidos nas cidades em feiras locais se beneficia da proximidade da relação de produção e consumo, ressaltando-se que o consumidor tem um papel importante na valorização da agricultura praticada nas cidades.

Também enquanto referência de uma produção acadêmica teremos, na dissertação de mestrado da Ushi Cristina Silva<sup>17</sup>, uma pesquisa sobre a Rede Carioca de Agricultura Urbana<sup>18</sup> (Rede CAU), constituída a partir de intercâmbios e trocas de experiências de agricultura urbana na cidade do Rio de Janeiro, também conhecida como Rede de Agroecologia, Rede de Agricultura Urbana ou Rede Carioca de Agricultura Urbana e Rural. Em seus estudos a autora busca demonstrar a necessidade de tirar da invisibilidade as diferentes experiências que acontecem na cidade, pois ela considera importante tornar públicas as reais demandas para a construção de políticas de apoio às iniciativas de agricultura urbana que ocorrem no Rio de Janeiro. A Figura 5 representa a identidade visual da Rede Carioca de Agricultura Urbana, trazendo os elementos simbólicos da cidade.

Figura 5 - Logo da Rede Carioca de Agricultura Urbana, no Rio de Janeiro (RJ)



Fonte: disponível em

<https://www.facebook.com/redecau/photos/a.638528776252776/2296947117077592/>. Acesso em: 20 jul. 2022

Ainda na Região Sudeste, no Espírito Santo, a Rede Urbana Capixaba de Agroecologia (RUCA) surgiu em 2019, formada por indivíduos, organizações e coletivos, pretendendo fortalecer as ações de agricultura urbana na região

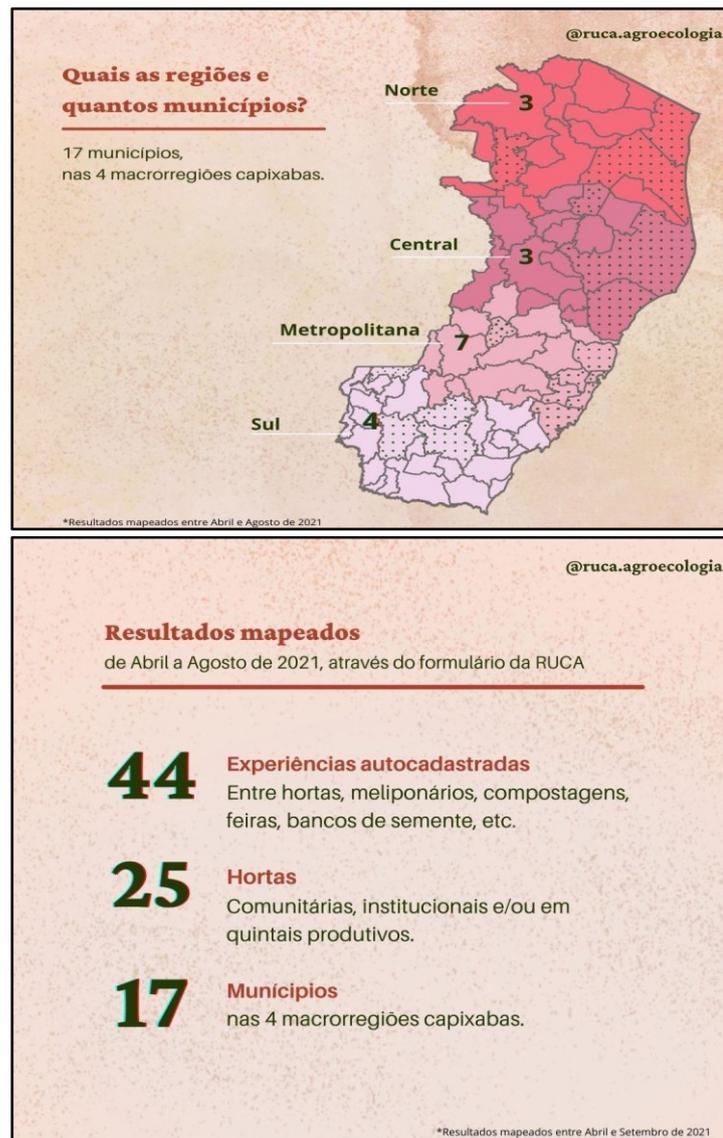
<sup>17</sup> Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/30937>. Acesso em: 2 jul. 2022.

<sup>18</sup> Rede Carioca de agricultura urbana. Disponível em:

<https://www.facebook.com/redecau/photos/a.638528776252776/2296947117077592/>. Acesso em: 2 jul. 2022.

metropolitana de Vitória, e que vem crescendo ao longo dos últimos 5 anos, tendo lançado, em 2021, um mapeamento participativo<sup>19</sup>, a fim de identificar onde estão ocorrendo as experiências nos municípios. As primeiras sistematizações do mapeamento ainda são preliminares e sempre são um desafio, pois experiências começam e acabam em espaços curtos de tempo. A Figura 6 retrata alguns dos resultados dessa iniciativa obtidos pela Rede RUCA em 2021.

Figura 6 - Mapeamento da Rede Capixaba de Agroecologia – RUCA, no Espírito Santo



Fonte: Rede Capixaba de Agricultura Urbana (2021).

<sup>19</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=H91uo7w1HCA>. Acesso em: 2 jul. 2022.

A RUCA mapeou 17 municípios de 4 macrorregiões capixabas, de abril a agosto de 2021, a partir de um autocadastramento, resultando em 44 iniciativas cadastradas entre diversas experiências, compreendendo 25 hortas, que variavam entre comunitárias, institucionais e quintais produtivos. A Figura 6 também apresenta as características das respostas, algumas se sobrepondo a outras, sendo que 45,5% responderam que utilizam a agricultura urbana como espaço de educação ambiental, 29,5% possuem hortas comunitárias e 31,8% praticam a compostagem. Provavelmente outras experiências existem, mas não apareceram nesse processo de mapeamento.

Seguindo na Região Sudeste, a organização da agricultura urbana na região metropolitana de Belo Horizonte teve início com a constituição da Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU), criada em 2001, e com a composição de grupos informais, associações comunitárias e movimentos sociais que atuavam na região metropolitana. A Rede de Intercâmbio, uma ONG sediada em BH, teve uma importante participação no processo de mobilização dessa articulação, além de atualmente ter a bagagem de 20 anos de envolvimento na temática (ALMEIDA, 2016). Constam como objetivos da AMAU<sup>20</sup>: apoiar as iniciativas populares dos agricultores da Região Metropolitana de Belo Horizonte; mostrar a diversidade das experiências de agricultura urbana e agroecologia da região; e aprofundar o debate político, dialogando com o poder público, Universidades e movimentos sobre a relação campo e cidade, na perspectiva de um desenvolvimento local a partir de um projeto popular (AMAU, 2014).

Outro marco referencial de Belo Horizonte foi a participação no Programa Global Cidades Cultivando o Futuro, de 2006 a 2008, projeto coordenado pela RUAUF e a IPES<sup>21</sup>. Na tese de doutorado da Daniela Adil Oliveira de Almeida<sup>22</sup> encontramos informações mais aprofundadas sobre todo esse processo ocorrido na região metropolitana de Belo Horizonte. Nesse período foi realizado um diagnóstico participativo, identificando atores envolvidos e disponibilidades de áreas para o cultivo, tendo sido os resultados apresentados no documento *Agricultura urbana: Belo*

---

<sup>20</sup> AMAU. Disponível em: <https://aueufmg.wordpress.com/carta-politica-articulacao-metropolitana-de-agricultura-urbana-amau/>. Acesso em: 2 jul. 2022.

<sup>21</sup> IPES - Promoción del Desarrollo Sostenible (Lima - Peru). Disponível em: <https://www.ipes.org/>. Acesso em: 2 jul. 2022.

<sup>22</sup> Disponível em: [https://aueufmg.files.wordpress.com/2013/04/isto-e-aquilo\\_agriculturas-e-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o-na-rmbh\\_daniela-adil-compressed.pdf](https://aueufmg.files.wordpress.com/2013/04/isto-e-aquilo_agriculturas-e-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o-na-rmbh_daniela-adil-compressed.pdf). Acesso em: 2 jul. 2022.

*Horizonte Cultivando o Futuro*, que se tornou um marco referencial para a construção de políticas públicas na região (LARA; ALMEIDA, 2008).

Belo Horizonte<sup>23</sup> tem um destaque no cenário nacional com relação às discussões da segurança alimentar aliadas à agricultura urbana, contando inclusive com uma Secretaria específica para tratar dos temas, a Secretaria de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, assessorando unidades produtivas de agricultura urbana. A Figura 7 apresenta a Horta Comunitária Tudo Saudável do bairro Vitória, em Belo Horizonte.

Figura 7 - Horta Comunitária do Bairro Vitória, em Belo Horizonte (MG)



Fonte: site da prefeitura de Belo Horizonte. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/agricultura-urbana-contribui-para-alimentacao-saudavel-em-belo-horizonte>. Acesso em: 2 jul. 2022.

A prefeitura de Belo Horizonte incentiva hortas, como a do Bairro Vitória, e, segundo dados da Prefeitura, estão cadastradas 41 unidades produtivas, que juntas ocupam uma área de 88 mil metros quadrados cultivados, envolvendo mais de 300 agricultores cadastrados no município. A prefeitura, em 2021, tinha dados de 40 unidades institucionais, entre centros de saúde e Centros de Referência em Assistência Social - CRAS, e 151 unidades escolares.

---

<sup>23</sup> Prefeitura de Belo Horizonte. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/susan/fomento/sistemas-de-producao/institucionais>. Acessado em: 15 jul. 2022.

Em Recife vamos encontrar a Rede de Transição Agroecológica<sup>24</sup>, criada durante a pandemia em 2020 e que, da mesma forma que outras redes, estrutura-se a partir de indivíduos, organizações e coletivos que praticavam agricultura urbana há mais tempo e que encontram nesses compartilhados uma oportunidade de troca de experiências e aprendizados. As experiências se localizam em áreas da periferia de Recife e esse coletivo iniciou um mapeamento das práticas da agricultura na cidade em 2021, criando um formulário e obtendo cerca de 100 respostas, mas ainda não possui os dados sistematizados.

A Figura 8 retrata uma das experiências existentes em Recife e que simboliza uma das práticas da agricultura nas cidades que possuem poucos espaços, mas se utilizam de reaproveitamento de garrafas e vasos plásticos que, muitas vezes, são dispensados e passam a ser reaproveitados para o cultivo.

Figura 8 - Horta Urbana no Recife (PE)



Fonte: disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Um-So-Planeta/noticia/2021/03/coletivo-incentiva-agricultura-urbana-na-periferia-de-recife.html>. Acesso em: 20 jul. 2022

Mesmo sendo uma produção em pequena escala, como a ilustrada na Figura 8, pode-se considerar que há uma redução de despesas na economia da família, quando existe uma produção de hortaliças, temperos e chás no próprio quintal. São rendas não monetizadas, mas que geram economia nos custos da alimentação familiar.

---

<sup>24</sup><https://revistagloborural.globo.com/Um-So-Planeta/noticia/2021/03/coletivo-incentiva-agricultura-urbana-na-periferia-de-recife.html>

Na região Centro-oeste encontramos um grupo de trabalho (GT) denominado Movimento Nossa Brasília<sup>25</sup>, que reúne pessoas e coletivos com o objetivo de mobilizar práticas agroecológicas e fomentar a discussão para construção de políticas públicas e o direito à cidade. As pessoas do grupo de trabalho ocupam espaços públicos em comunidades para a produção de alimentos saudáveis, porém, ressalta-se que a agricultura nas cidades tem o papel de mobilizar as pessoas em torno de produzir alimentos, mas também oferece a oportunidade de encontros entre as pessoas para que outros temas sejam debatidos.

O Movimento Nossa Brasília exerce um papel de controle social de políticas públicas e debate sobre as questões de democracia, igualdade de gênero e combate ao racismo. Os GTs existentes são, além do de agricultura urbana, o de cultura, gênero e sexualidade, o de gestão sustentável de resíduos sólidos e mobilidade urbana. A Figura 9 representa um desses momentos de encontro desse movimento existente no Distrito Federal.

Figura 9 - Coletivo do Movimento Nossa Brasília, em Brasília (DF)



Fonte: site do Movimento Nossa Brasília. Disponível em: <http://movimentonossabrasilia.org.br/quem-somos>. Acesso em: 7 jul. 2022.

Esses grupos e movimentos em torno da temática da agricultura urbana discutem e lutam pela prática da produção nas cidades, pois é justamente onde se

---

<sup>25</sup> Disponível em: <http://movimentonossabrasilia.org.br/quem-somos>. Acesso em: 2 jul. 2022.

encontram os desafios que estão presentes nas experiências em qualquer localidade, seja na utilização de espaços ociosos, na burocracia para seu uso, nos altos custos de água e eletricidade, seja no acesso a insumos, como sementes e adubos orgânicos.

Na Região Sul, no estado do Paraná, desde 2008 está em funcionamento o Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana (CAUP), em parceria com a Universidade Estadual de Maringá. Essa criação do centro de referência está relacionada com o Edital n. 5/2008, da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), do extinto Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que fomentou a criação de diversos CAUPs. Já existiam 07 hortas comunitárias em funcionamento desde 2007 que, a partir desse projeto em específico, ampliaram-se para 26 hortas comunitárias até o ano de 2015, na Região Metropolitana de Maringá (MICHELLON, 2016). O CAUP de Maringá é o único que ainda está em funcionamento. A prefeitura de Curitiba<sup>26</sup> também possui um programa de apoio às iniciativas de agricultura urbana, em escolas, espaços públicos e hortas comunitárias.

Seguindo ainda na Região Sul, sobre Santa Catarina teremos um capítulo dedicado a trazer o histórico da mobilização social em torno da agricultura urbana na cidade de Florianópolis.

As experiências que foram trazidas nesse capítulo inicial retratam o exercício das redes locais em articular e reunir as pessoas, Universidades e governos locais, a fim de fomentar a prática da produção de alimentos nas cidades, demonstrando as diversas finalidades que tais práticas possam ter.

Ainda no exercício de um mapeamento nacional das práticas de agricultura urbana agroecológica, existe a plataforma Agroecologia em Rede<sup>27</sup>, que também é um sistema de informações, tendo sido criado no início dos anos 2000, a partir da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), da Fundação Oswaldo Cruz e da Cooperativa EITA<sup>28</sup>. A inclusão de dados acontece de forma colaborativa e o objetivo é mapear experiências de Agroecologia nos territórios. Quando efetuada a busca pelo termo “agricultura

---

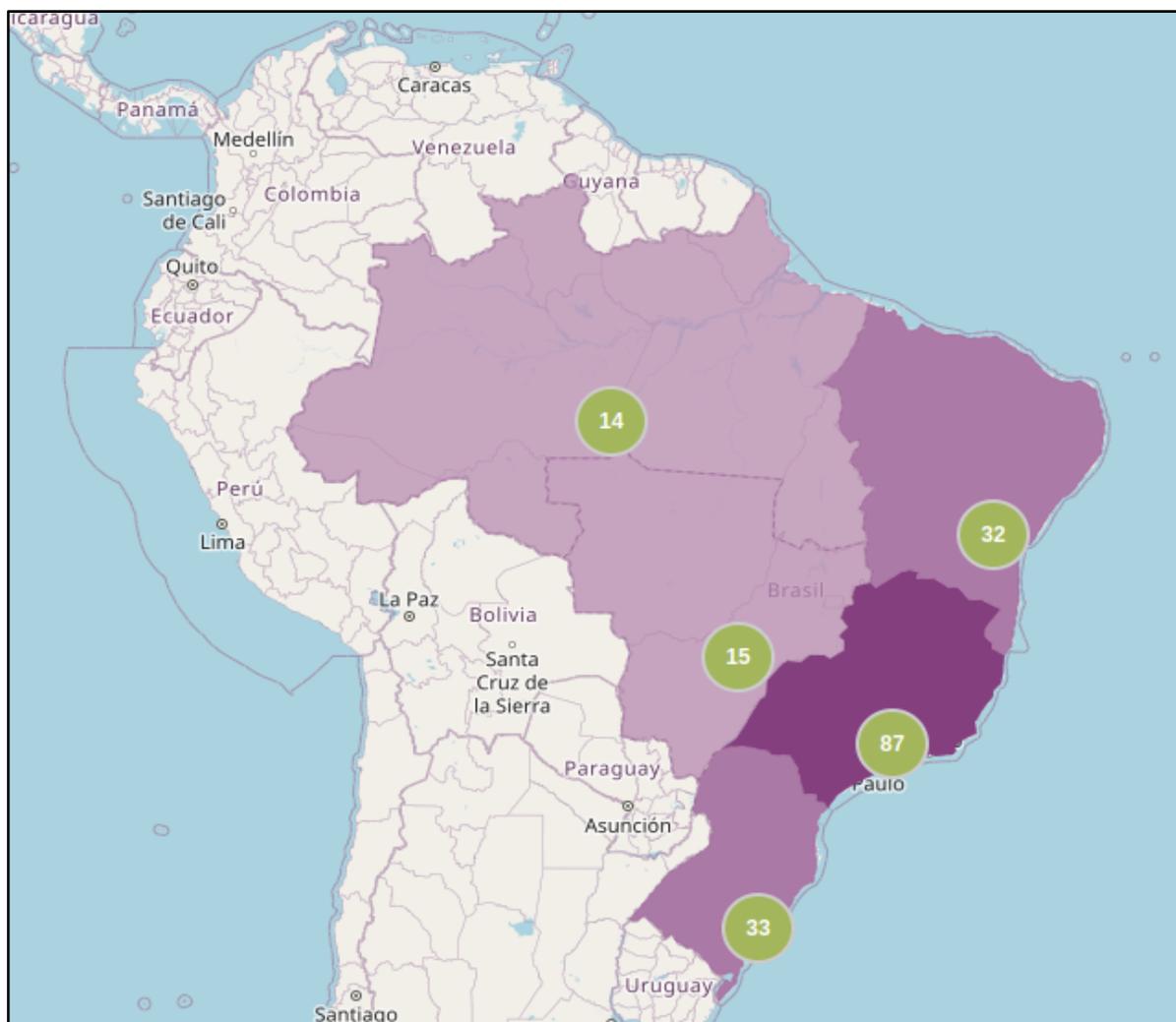
<sup>26</sup> Prefeitura de Curitiba. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/servicos/agricultura-urbana/714>. Acesso em: 2 jul. 2022.

<sup>27</sup> Agroecologia em rede. Disponível em: [https://agroecologiaemrede.org.br/busca/?tipofrm=experiencia|dispositivo|instituicao&visao=mapa&areas\\_tematicas=agricultura\\_urbana\\_e\\_periurbana](https://agroecologiaemrede.org.br/busca/?tipofrm=experiencia|dispositivo|instituicao&visao=mapa&areas_tematicas=agricultura_urbana_e_periurbana). Acesso em: 6 jan. 2022.

<sup>28</sup> Cooperativa EITA- Cooperativa de Educação, Informação e Tecnologia para autogestão. Disponível em: <https://eita.coop.br/sobre/>. Acesso em: 25 set. 2022.

urbana”, surgem 181 experiências mapeadas no Brasil, seja de práticas individuais, coletivas ou de organizações. A Figura 10 ilustra uma parte desse mapeamento.

Figura 10 - Mapeamento da Agroecologia em Rede



Fonte: site do Agroecologia em rede. Disponível em: [https://agroecologiaemrede.org.br/busca/?tipoGroup%5B%5D=experiencia&tipoGroup%5B%5D=rede&modo=mapa&q=agricultura%20urbana&recorteTerritorial=mr&localizacao%5B%5D=br&areas\\_tematicas%5B%5D=agricultura-urbana-e-periurbana](https://agroecologiaemrede.org.br/busca/?tipoGroup%5B%5D=experiencia&tipoGroup%5B%5D=rede&modo=mapa&q=agricultura%20urbana&recorteTerritorial=mr&localizacao%5B%5D=br&areas_tematicas%5B%5D=agricultura-urbana-e-periurbana). Acesso em: 7 jul. 2021.

Um dos desafios para realizar o mapeamento das experiências de agricultura urbana é o de manter as informações atualizadas, pois elas são coletadas a partir de processos de autocadastramento, e muitas hortas têm tempos muito curtos de existência. Na Figura 10 se percebe uma grande concentração de experiências cadastradas na Região Sudeste, seguida pelas Regiões Sul e Nordeste. O movimento agroecológico é que vem alimentando essas informações a partir das suas articulações como a Articulação Nacional de Agroecologia ( ANA).

O Quadro 1 indica algumas das experiências de organizações mobilizadoras de agricultura urbana em alguns estados do Brasil e que vêm fomentando o debate da agricultura urbana nos municípios.

Quadro 1 - Coletivos de agricultura urbana nos estados

<b>Cidades/Estados</b>	<b>Desde quando existe</b>	<b>Organização articuladora</b>	<b>Contato</b>
Rio de Janeiro/RJ	1999	ASPTA	<a href="http://aspta.org.br/programas/programa-de-agricultura-urbana/">http://aspta.org.br/programas/programa-de-agricultura-urbana/</a>
Belo Horizonte/MG	2001	REDE	<a href="https://redemg.org.br/">https://redemg.org.br/</a>
São Paulo/SP	2011	Hortelões Urbanos	<a href="https://www.facebook.com/groups/horteloos/?fref=ts">https://www.facebook.com/groups/horteloos/?fref=ts</a>
São Paulo/SP	2014	MUDA	<a href="https://www.instagram.com/mudaagroecologia/channel/">https://www.instagram.com/mudaagroecologia/channel/</a>
Florianópolis/SC	2015	Rede Semear	<a href="https://www.facebook.com/redesemearfloripa/">https://www.facebook.com/redesemearfloripa/</a>
Vitória/ES	2019	RUCA	<a href="https://rucaagroecologia.wordpress.com/">https://rucaagroecologia.wordpress.com/</a> ruca.agroecologia@gmail.com
Brasília/DF	2012	Nossa Brasília	<a href="http://movimentonossabrasilia.org.br/quem-somos/">http://movimentonossabrasilia.org.br/quem-somos/</a>
Recife/PE	2020	Rede de Transição Agroecológica	<a href="https://www.instagram.com/akapiwara/">https://www.instagram.com/akapiwara/</a>

Fonte: elaborado pela autora (2022).

Com o Quadro 1 o objetivo não foi trazer todas as redes locais existentes no Brasil, mas apresentar algumas que se organizam e fomentam a prática da agricultura nas cidades, em regiões metropolitanas. Em algumas dessas redes participaram também pesquisadores que acabam se envolvendo nas atividades e aliando as análises teóricas às experiências práticas. Também acontece o caminho inverso, a partir das suas práticas, as redes buscam compreender de que forma as pesquisas

acadêmicas podem contribuir com os avanços da agricultura nos espaços das cidades.

Representantes desses coletivos participam do Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (CNAU) , que mais a frente será descrito.

## 1.2 AGRICULTURA URBANA E A PESQUISA ACADÊMICA

Os grupos de pesquisa que debatem a agricultura urbana vêm crescendo no Brasil, portanto podemos encontrar diversos artigos, tccs, dissertações e teses que tratam do tema da agricultura urbana a partir dos diferentes olhares que ela nos permite. Seja a partir da questão da segurança alimentar e nutricional, das políticas públicas, das experiências comunitárias, da questão ambiental, da ocupação do espaço urbano, da relação campo e cidade, consumidores, dentre tantas perspectivas mais. Também podemos encontrar pesquisas em diversas áreas, como da Administração, Arquitetura, Geografia, Agronomia e Sociologia, relatando estudos de caso de diferentes experiências.

Com o incentivo de políticas públicas para a implantação de hortas urbanas a partir dos anos 2000, segundo Branco e Alcântara (2011), cresceu o desenvolvimento desta estratégia de combate à pobreza, e isso se traduziu em publicações de trabalhos em revistas indexadas e não indexadas, em anais e resumos de congressos, em monografias e em teses. Branco e Alcântara (2011) consideram que a liberação de recursos financeiros por parte dos governos federais e locais promoveu a implantação de projetos de hortas urbanas e periurbanas, e o conseqüentemente acompanhamento por parte de técnicos de extensão, estudantes e pesquisadores, a fim de identificar a evolução desses projetos.

O marco da pesquisa se concentrou no período de 1996 a 2010, e a identificação dos trabalhos foi feita a partir de buscas utilizando as palavras-chave: “hortas urbanas”, “hortas comunitárias”, hortas periurbanas”, “quintais”, “agricultura urbana” e “agricultura periurbana”. Para efeito de pesquisa, foram considerados trabalhos publicados em revistas indexadas ou não, boletins técnicos e de pesquisa, legislação e projetos de implantação de hortas. Alguns dos resultados dos trabalhos apresentados demonstraram que as hortas urbanas e periurbanas estavam localizadas tanto em terrenos públicos como privados. Branco e Alcântara (2011) consideram que o tipo da posse da terra é importante, quando se considera a

manutenção das hortas a longo prazo, e elencou uma série de questões relacionadas: a) dependem da vontade política quando envolve subsídio econômico por parte de órgãos governamentais; b) sofrem pressão da expansão urbana, muitas vezes desordenada, e que afeta as áreas de cultivo; c) enfrentam dificuldades na formação de parcerias e acesso a crédito; e também d) enfrentam dificuldade na mobilização e participação pela própria instabilidade na atividade.

Outro aspecto observado na pesquisa é de que a população envolvida nos projetos era, em grande parte, composta por indivíduos pobres, o que acaba atendendo, de certa forma, o objetivo inicial de redução da pobreza. Outra característica observada foi a predominância de mulheres, acredita-se que pela proximidade entre a horta e a residência, e pelo fato de as mulheres assumirem a maior responsabilidade no cuidado do lar. Já em relação à renda direta, as pesquisas apontaram que era feita de diferentes formas, tais como comercialização na própria horta, em feiras livres ou mercados, de porta em porta e também havendo algumas poucas vendas para atravessadores (BRANCO; ALCÂNTARA, 2011).

Já em relação aos benefícios ambientais e sociais, as hortas urbanas melhoram o convívio comunitário, além de melhorarem a paisagem urbana, em razão da eliminação de terrenos abandonados. Também foram identificadas as dificuldades sociais, no que se refere à falta de acesso à assistência técnica, à falta de acesso a crédito e à redução de custos, como aqueles envolvidos com a utilização de água tratada. Cabe ressaltar que, passados mais de 10 anos da pesquisa, encontramos praticamente as mesmas questões presentes nos relatos dos agricultores urbanos nas experiências que serão descritas no próximo capítulo desta tese. Realizando uma busca nos bancos de dados do CNPq<sup>29</sup>, no que se refere a grupos e linhas de pesquisa em agricultura urbana, encontraremos, a partir da busca com a palavra-chave “agricultura urbana”, 41 registros de grupos e linhas de pesquisa com o tema.

O Quadro 2<sup>30</sup> apresenta grupos de pesquisa existentes em pelo menos 16 Universidades Federais, 2 Institutos Federais, 2 Centros de Pesquisa e 01 Universidade Internacional (Universidade Internacional da Lusofonia Afrodescendente).

---

<sup>29</sup> CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

<sup>30</sup> Disponível em: [http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/consulta/consulta\\_parametrizada.jsf](http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/consulta/consulta_parametrizada.jsf). Acesso em: 24 jun. 2022.

Quadro 2 - Núcleos de pesquisa em agricultura urbana (continua)

<b>Grupos e Linhas de Pesquisa</b>	<b>Instituição</b>
Promoção da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional	Universidade de São Paulo
Agricultura urbana e rural para a segurança alimentar e nutricional	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária- EMBRAPA
AUÊ – Agricultura urbana, agroecologia e planejamento dos espaços urbanos, metropolitano e regional	Universidade Federal de Minas Gerais
Processos espaciais e socioambientais: análise urbana e regional dinâmica populacional	Universidade Federal de Minas Gerais
Agriculturas emergentes e alternativas	Universidade de São Paulo
NEPPAS – Núcleo de estudos, pesquisas e práticas agroecológicas do semiárido	Universidade Federal Rural de Pernambuco
JUREMA – Feminismo, agroecologia e ruralidades	Universidade Federal Rural de Pernambuco
Kaipora – Laboratório de estudos bioculturais	Universidade Estadual de Minas Gerais
Agriculturas urbanas e periurbanas: discursos e práticas	Universidade de São Paulo
Agricultura urbana e periurbana	Universidade Estadual de Maringá
Núcleos de estudos agrários e dinâmicas territoriais	Universidade Federal de Alagoas
GEDRA – Grupo de estudos dinâmica regional e agropecuária	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
LECERA – Laboratório de educação do campo e estudos da reforma agrária	Universidade Federal de Santa Catarina
Educação em ciências	Instituto Federal da Bahia
Agronomia e território do Pampa	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

Quadro 2 - Núcleos de pesquisa em agricultura urbana (continua)

<b>Grupos e Linhas de Pesquisa</b>	<b>Instituição</b>
Biotecnologia e Meio Ambiente	Centro Superior de ensino de Maringá
NEPEEA – Núcleo de estudos, pesquisa e extensão em ecologia e agrobiodiversidade	Universidade do Estado de Minas Gerais
SEMEAR – Grupo de pesquisa e extensão em agricultura urbana, agroecologia e SAN	Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro brasileira
Saberes e práticas em agroecologia	Instituto Federal de Educação e Ciência do Rio Grande do Sul
Interdisciplinar	Universidade Federal de Minas Gerais
Núcleo Pacha Mama	Universidade Federal Fluminense
LAGET – Laboratório de gestão do território	Universidade Federal do Rio de Janeiro
LIGEA – Laboratório de investigação de geotecnologias em estudos ambientais	Universidade Federal Fluminense
Núcleo de estudos da insegurança alimentar e fome e comida de verdade: arroz com feijão	Universidade de Brasília
Grupo de estudos da dinâmica regional e de processos rurais	Universidade Federal de Santa Catarina
Análise e manejo de sistemas socioecológicos	Universidade Federal de Integração Latino-Americana
GRSE – Grupo de resíduos sólidos e efluentes	Universidade Federal da Bahia
Agrobiodiversidade e desenvolvimento sustentável na Amazônia	Universidade Federal Rural da Amazônia
Etnobotânica, conservação e tecnologias aplicadas às plantas medicinais, aromáticas e condimentares	Universidade Estadual do Maranhão
Biotecnologia e proteção fitossanitária de plantas	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
LITS – Laboratório integrado de tecnologia social	Instituto Federal de Minas Gerais
SINERGEA – Grupo de pesquisa, estudos e extensão em geografia, educação e ambiente	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Desenvolvimento, inovação social, governança e sustentabilidade	Universidade Federal de Santa Maria
Compasso: resiliências em territórios vulneráveis	Universidade Federal de Minas Gerais
GE-URB – Grupo de estudos urbanos	Universidade Federal da Paraíba

Quadro 2 - Núcleos de pesquisa em agricultura urbana (conclusão)

<b>Grupos e Linhas de Pesquisa</b>	<b>Instituição</b>
TECLIM – Rede de tecnologias limpas	Universidade Federal da Bahia
Dimensão socioespacial e mudanças socioespaciais	Universidade de São Paulo
Mercados, redes e valores	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Núcleo de estudos em agroecologia	UNIVASF
Núcleo de estudos e pesquisa e práticas agroecológicas do semiárido	Universidade Federal Rural de Pernambuco
Núcleo de pesquisa e extensão rural	UFSCAR

Fonte: elaborado pela autora (2021).

Observando o Quadro 2 percebe-se a diversidade de temas com os quais a agricultura urbana se relaciona, ligados à cultura, meio ambiente e sustentabilidade; desenvolvimento a partir de um olhar territorial; práticas e manejos; gênero; e a abrangência que a agricultura urbana pode ter nacionalmente, com diferentes regiões também fazendo parte dos grupos de pesquisa.

Um importante núcleo de pesquisa, o AUÊ, da Universidade Federal de Minas Gerais, surgiu em 2013, implementando ações de ensino, pesquisa e extensão, fazendo a relação da temática da agricultura urbana com os outros diferentes campos de investigação presentes na Universidade (AUÊ, 2022). O grupo se dedica a fortalecer e visibilizar as experiências de agriculturas urbanas da Região Metropolitana, com enfoque na agricultura urbana e agroecologia. Além disso, o grupo procura mobilizar diálogos com diferentes campos disciplinares e políticos, citando alguns deles: planejamento urbano e metropolitanos; questões ambientais urbanas; questão agrária; economia solidária; e trazendo também a pauta feminista, antirracista, LGBTQI+ e também o tema das juventudes. O AUÊ também faz parte da rede de Núcleos de Agroecologia e Produção Orgânica, apesar de no campus da Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG não haver cursos de Ciências Agrárias ou Desenvolvimento Rural (AUÊ, 2022)<sup>31</sup>. Na sua página web, o grupo cita o esforço em associar as questões urbanas e sociais às questões ambientais, refletindo sobre

<sup>31</sup> Disponível em: <https://aueufmg.wordpress.com/sobre/>. Acesso em: 26 mar. 2022.

as experiências de produção agrícola desenvolvidas por grupos e sujeitos, seja em áreas urbanas e metropolitanas.

O núcleo de pesquisa em agricultura urbana da Universidade de São Paulo surgiu em 2016 com o objetivo de desenvolver pesquisas sobre agricultura urbana na região metropolitana de São Paulo

Um dos objetivos do grupo de estudo é compreender as dinâmicas socioespaciais e os atores envolvidos, além das relações sociais que se estabelecem gerados devido ao impacto da agricultura urbana e periurbana<sup>32</sup>. Além disso, o grupo pretende estabelecer parcerias e ampliar as contribuições teórico-metodológicas para além da pesquisa sobre agricultura urbana em São Paulo, como também em outras metrópoles latino-americanas.

Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul<sup>33</sup>, a UFRGS, encontraremos o Núcleo de Estudos, Extensão e Pesquisa em Agricultura Urbana e Periurbana, que é ligado ao Grupo de pesquisa SINERGIA/CNPq/UFRGS. Para além de pesquisar o tema da agricultura urbana, o grupo também se dedica a trazer reflexões acerca dos seguintes temas: agroecologia, educação e sensibilização ambiental, economia solidária, associativismo, soberania e segurança alimentar, saúde, planejamento e gestão comunitária, entre outros temas de interesse a comunidade.

O Laboratório de Estudos do Espaço Rural<sup>34</sup> - Lab Rural , surgiu em 2009, coordenado pelos professores Clécio Azevedo da Silva e Nazareno José de Campos, e tem contribuído para aprofundar estudos, pesquisas e realizar ações de extensão relacionadas ao espaço rural e às dinâmicas sociais e econômicas das comunidades envolvidas. Os estudantes e professores envolvidos integram o grupo de pesquisa “Estudos das Dinâmicas Regionais e de Processos Rurais”. A partir do projeto *Políticas Públicas, mercados institucionais e políticas públicas*, o grupo desenvolveu uma série de atividades de pesquisa e extensão envolvendo o tema da agricultura urbana, em parceria com mais duas universidades, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e a Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus Presidente Prudente.

---

<sup>32</sup> IEA USP. <http://www.iea.usp.br/pesquisa/grupos-de-estudo/grupo-de-estudos-de-agricultura-urbana>. Acesso em: 2 jul. 2022.

<sup>33</sup> Disponível em: <https://www.ufrgs.br/agriurb/>. Acesso em: 2 jul. 2022.

<sup>34</sup> Disponível em: <https://labrural.ufsc.br/>. Acesso em: 2 jul. 2022.

Não foi a intenção trazer neste capítulo o histórico de cada grupo de pesquisa, apenas destacar alguns que têm desenvolvido pesquisas que contribuíram ao longo do processo de escrita desta tese, com a finalidade de fomentar reflexões.

Entre as discussões que permeiam os estudos da produção de alimentos na cidade, a produção do espaço e as questões relacionadas à renda da terra urbana são consideradas importantes para a compreensão da dinâmica socioespacial dentro do debate da agricultura urbana, por isso serão temas tratados neste capítulo.

### 1.3 O ESPAÇO TEÓRICO DA AGRICULTURA NA CIDADE

A partir deste panorama inicial, que trouxe as experiências de agricultura urbana no contexto internacional, nacional e acadêmico, este capítulo apontará os elementos teóricos que estão implícitos na discussão sobre a produção de alimentos nos espaços, sejam eles rurais ou urbanos.

Souza, Santos e Menezes (2019) afirmam que parte da estratégia de interesses da classe dominante – proprietários fundiários e capitalistas – expressa-se na exploração da terra e na busca de extração de renda e do lucro. Por outro lado, os camponeses lutam pela permanência na terra, mesmo que em pequenas frações territoriais, como modo de reproduzir a vida.

Cabe dizer que a questão agrária se relaciona diretamente com o modo de produção da sociedade, a forma de produzir e a distribuição da terra, retratando também como a sociedade está organizada. Se por um lado as questões agrícolas dizem respeito aos aspectos ligados ao que se produz, onde se produz e quando se produz, a questão agrária diz respeito às transformações nas relações de produção, como se produz e de que forma se produz.

Graziano (1999) relata que os principais indicadores da questão agrária estão relacionados à maneira como se organizam o trabalho e a produção, aspectos diretamente vinculados ao nível de renda e emprego das pessoas ocupadas no campo, diferentemente das questões agrícolas, onde as variáveis consideradas são as quantidades e preços dos bens produzidos. No espaço urbano, os elementos de discussões agrícolas e agrários podem ser amplamente debatidos e investigados, em razão das características que se apresentam de uma produção muitas vezes não comercial, onde também se discute as questões de empregabilidade ou não, considerando uma produção a partir de voluntários, uma produção que é, muitas

vezes, para o autoconsumo. No entanto, as disputas de espaço e da matriz produtiva estão presentes no debate da agricultura urbana.

Milton Santos (2004), em sua teoria, vai discorrer sobre as práticas socioespaciais e, nesse sentido, poderíamos caracterizar a agricultura urbana como uma dessas práticas que vai construir o espaço. A partir do desenvolvimento técnico científico e suas interações no território, a relação rural-urbana se modifica. A aproximação espacial acontece por meio das oportunidades e dos usos que se faz desses espaços, e a partir dos agentes sociais que a constituem (SANTOS, 2004).

Em seus estudos, Corrêa (1989) traz elementos de reflexão para os agentes sociais que transformam as dinâmicas nas cidades e tornam o espaço urbano capitalista um produto que é resultado dos interesses da acumulação do capital, gerando conflitos de classe.

O espaço urbano capitalista é um produto social, resultado das ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que emergem dela. (CORRÊA, 1989, p. 11).

O espaço urbano é constantemente modificado pelos agentes do espaço, reorganizando e provocando novas dinâmicas. Segundo Corrêa (1989), é o conjunto dos diferentes usos da terra que vai delimitando e definindo as áreas no espaço urbano, onde fica o centro da cidade, onde ficam localizadas as áreas comerciais, de serviços e gestão. E além das áreas industriais, residenciais e de lazer, há também aquelas de reserva para uma futura expansão.

Esse conjunto de usos da terra forma a organização espacial da cidade, ou o espaço urbano. Essas divisões são características do espaço da cidade capitalista, assim como a segregação espacial (CORRÊA, 1989). Esse mesmo autor conclui, portanto, que o espaço urbano é fragmentado e articulado, sendo um reflexo de fatores que são condicionantes sociais, dentro de um conjunto de símbolos e campos de luta.

Para Corrêa (1989), os agentes sociais que fazem e refazem a cidade são os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; e os grupos sociais excluídos. Atualmente, em função da junção dos grandes capitais industrial, financeiro

e imobiliário, formam-se grandes corporações, que juntas compram, especulam, financiam e administram o espaço urbano, ocasionando conflitos pela posse e controle da terra urbana.

O Estado também atua, mas não de acordo com princípios de equilíbrio social, econômico e espacial, e acaba tendendo a privilegiar os interesses da classe dominante. Corrêa (1989) reafirma que a atuação do Estado se faz fundamentalmente, em última análise, visando criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista. Com isso, são oferecidas condições que viabilizam a acumulação e reprodução das classes sociais e suas frações.

Almeida (2016) vai abordar em sua tese a categoria “espaço” como central para compreender a sociedade e também a relaciona com outros conceitos geográficos, como território e lugar, nesse sentido considerando a agricultura urbana como prática socioespacial. “O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida” (SANTOS, 1992, p. 5). São os processos econômicos, sociais, ambientais e culturais que configuram esses espaços, interagindo e se articulando. Os espaços agrícolas nas cidades refletem as dinâmicas espaciais entre os diversos sujeitos e coletivos que as organizam. Almeida (2016, p. 177) reforça essa proposição quando afirma que as “práticas de agricultura encontradas em territórios metropolitanos produzem espaços”. São as histórias das pessoas, das suas condições econômicas e sociais, da sua localização que, interagindo com o meio, dinamizam esses processos, que em dimensões diferentes de escala e objetivos constituem as agriculturas que se percebem nas cidades.

Almeida (2016) segue trazendo reflexões importantes. Uma seria que o uso do solo urbano para fins agrícolas pode gerar conflitos entre seu uso para a agricultura em contraposição aos usos hegemônicos para atividades urbano-industriais. Por outro lado, experiências não capitalistas de práticas agrícolas conectam-se a redes de mobilização e enfrentamento à lógica capitalista do espaço urbano. Almeida reforça que a ideia de que:

Perceber o espaço como esfera do encontro (ou não) de trajetórias que coexistem, lutam, afetam uma à outra reforça a noção de contemporaneidade dos espaços agrícolas urbanos, em contraposição a ideia que são apenas resíduos de um tempo passado (retrógrado, antiquado, arcaico) ou incompatíveis com as metrópoles atuais.....Reconhecer a agricultura urbana em diferentes cenários urbanos e sua coexistência com outras trajetórias no espaço, é reconhecer a existência de outras vozes que a diferenciam do que é hegemônico. (ALMEIDA, 2016, p. 179).

A tese vai buscar trazer diferentes expressões dessa agricultura urbana presente em Florianópolis, que retratam justamente essa construção e reconstrução dos espaços urbanos, e as diferentes vozes que a diferenciam do que se mostra hegemônico.

#### 1.4 A RENDA DA TERRA NA AGRICULTURA URBANA

Qual a necessidade de compreendermos o conceito de renda da terra na agricultura urbana? Essa questão é importante, pois é justamente no espaço urbano onde o valor da terra é muito alto, diante da especulação imobiliária e dos diferentes usos que se possa fazer dela. Ressalta-se que na agricultura urbana nem sempre a produção se dá nos moldes capitalistas.

Um dos conceitos mais discutidos na evolução do pensamento econômico foi a categoria renda da terra, dentro da Escola Clássica. A partir de estudos sobre a evolução do conceito de renda da terra, Lenz (2008) afirma que a obra de David Ricardo pode ser dividida em 2 grandes momentos: a publicação do artigo que discute o baixo preço do trigo sobre os lucros do capital, publicação essa de 1815, e que dá origem a um amplo debate das discussões políticas sobre o liberalismo econômico da Inglaterra, no início do século XIX (LENZ, 2008); e, no mesmo período, a publicação, por Malthus, de matérias que possuem similaridade com o tema da renda da terra, explanando sobre a renda decrescente a partir do uso da terra, ficando um pouco confusa a autoria do conceito, mas que, de certa forma, dialogavam entre si. No início de qualquer processo, as terras férteis podem ser ocupadas por qualquer indivíduo, sendo que o produto total, a partir da dedução dos gastos ocorridos com o cultivo, será o lucro do capital, que pertencerá ao proprietário da terra, não havendo nenhuma dedução da renda (LENZ, 2008).

David Ricardo, por sua vez, propôs que a renda da terra se constituiria como:

A remuneração conferida ao proprietário fundiário pela utilização da capacidade originária e peculiar da terra. Se o proprietário fundiário gasta capital em sua própria terra, ou se o capital de um arrendatário anterior permanece na terra ao final desse arrendamento, pode obter o que de fato se chama uma renda maior; contudo, uma parcela desta renda evidentemente é paga pela utilização do capital. A outra é paga unicamente pela utilização da capacidade original da terra. (RICARDO, 1978, p. 203 apud SANTOS, 2019, p. 48).

A propriedade privada do solo na cidade, segundo Pereira (2020), possibilita, a partir dos atributos físicos, o ambiente construído e sua localização a extração de renda. Sendo que a terra na cidade carrega outros atributos, como a localização e as qualidades físicas que fazem com quem a terra seja tratada como espaço e mercadoria, onde são compradas, especuladas e vendidas como qualquer outra mercadoria. Polanyi (2021, p. 133) define mercadorias como “objetos produzidos para a venda no mercado; por outro lado, os mercados são definidos empiricamente como contatos reais entre compradores e vendedores”. No entanto, a terra não é resultado do trabalho humano, sendo considerada uma mercadoria fictícia. De toda forma, ela é comercializada dentro do modo capitalista de produção, tendo valor de uso e valor de troca. O autor afirma que a mercadoria é um dos elementos essenciais na produção das cidades, por meio de conversão da terra rural em urbana, sendo que a sua inserção no mercado fundiário é feita com a intervenção de um conjunto de sujeitos (POLANYI, 2021).

Considerando a renda da terra como a remuneração obtida pelo direito ao seu uso imposto pelo capital (CÁRIO; BUZANELO, 1986, p. 34), ela poderá ser obtida de duas formas, “quando os proprietários se constituem como produtores capitalistas”, ou quando “o proprietário cede o terreno a um arrendatário, que irá explorá-lo a fim de obter renda pela utilização da terra”. A partir do conceito de renda da terra é que surge a questão da renda diferencial. O que irá determinar a renda diferencial é que os rendimentos advindos da produção nas terras menos férteis é que determinarão os preços de mercados.

A renda diferencial surge não porque haja a propriedade privada da terra; ela se forma em consequência do fato de que as mercadorias agrícolas produzidas em diferentes condições de produtividade do trabalho, são vendidas por um mesmo preço de mercado, preço que é determinado pelas condições de produção nas piores terras. Os capitalistas arrendatários são obrigados a entregar a renda diferencial ao proprietário da terra, retendo consigo o lucro médio. (ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS, 1961).

Nesse sentido é que a renda diferencial será representada pela diferença entre o preço geral da produção, nesse caso determinado pelas condições de produção nas piores áreas de terra, em relação ao que for produzido em terras melhores e médias (ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS, 1961).

Stédile (2013, p. 668) justifica que “cada vez que um produto agrícola aumenta muito sua taxa de lucro particular imediatamente influencia para que a taxa média suba”, fazendo com que a taxa de lucros de todos os demais produtores agrícolas aumente.

Além disso, David Ricardo, considerava que a diferença da fertilidade original do solo determinava o maior preço, e que a partir dessa diferença de fertilidade entre as terras é que se diferenciava seu valor. O lucro era advindo da venda dos produtos na melhor terra, sendo produzidos com menor custo. Lenz interpreta a análise Ricardiana na formação da renda e contribui dizendo que, para a renda diferencial “na medida em que se desdobra o processo, a taxa de lucro diminui, ao passo que aumenta a renda, seja porque novas terras dão origem às rendas diferenciais, seja porque aumentam as rendas onde elas já se registravam” (LENZ, 1992, p. 4). É importante compreender que a renda vai ter origem no preço do produto do trabalho, no trabalho invertido na terra, e não da própria terra. A renda não se origina do solo.

É importante compreender esses conceitos que derivam da renda da terra e, acerca disso Souza, Santos e Menezes (2019) organizam os conceitos de renda diferencial I, renda diferencial II, renda absoluta e renda de monopólio, apontando que “Marx considera que a renda é sempre a diferença entre o produto que se obtém por meio do emprego de duas quantidades iguais de capital e trabalho, acrescentadas sobre a mesma quantidade de terra” (SOUZA; SANTOS; MENEZEZ, 2019, p. 150). A mesma quantidade de trabalho e capital empregadas em duas superfícies/áreas iguais, obtendo resultados desiguais, acabam promovendo a metamorfose do sobre lucro em renda fundiária.

Souza, Santos e Menezes (2019) seguem explicando que há duas formas de renda diferencial: a renda diferencial I, que também está relacionada com a localização das áreas da terra e a proximidade com os pontos de venda, o que economizaria considerável quantidade de trabalho e de logísticas de meio de transporte dos produtos, pois com a venda pelos mesmos preços de produtos que venham de distâncias maiores, acaba-se obtendo um ganho suplementar, formando uma renda diferencial a partir da localização. A agricultura urbana, nesse sentido, beneficiar-se-ia dessa renda diferencial, diante da proximidade com seu mercado consumidor.

Uma outra forma de renda, denominada renda diferencial II, está relacionada à intensificação da agricultura, a partir do desenvolvimento de técnicas, adubos, obras

de beneficiamento e emprego de máquinas aperfeiçoadas. Nesse sentido, a intensificação da agricultura será obtida a partir de uma maior quantidade de trabalho naquela área de terra. Obtendo-se, dessa forma de um lucro suplementar, a renda diferencial II (SOUZA; SANTOS; MENEZEZ, 2019).

As rendas diferenciais, a partir dos ganhos fundiários, na conversão para o solo urbano, ampliam de 8 a 10 vezes o metro quadrado (SPOSITO, 1990), fator esse que justifica a existência de terrenos não edificadas e a expansão territorial horizontal urbana. Para Singer (1978, p. 21):

Como a produção agrícola na cidade usufrui de uma renda diferencial, é lógico que o solo urbano seja disputado pelos diferentes usos, já que “esta disputa se pauta pelas regras do jogo capitalista, que se fundamentam na propriedade privada do solo, a qual- por isso e só por isso-proporciona renda e, em consequência, é assemelhada ao capital.

Desse modo, produção de alimentos na cidade, especialmente em Florianópolis, sofre com o impacto do valor da terra urbana e a competição com o mercado imobiliário da construção civil, onde cada vez mais se valorizam as áreas para a construção de prédios e pequenas edificações que possam ser locadas pelo proprietário, gerando uma renda superior à de qualquer produção agrícola, mesmo se beneficiando de uma renda diferencial pela proximidade do mercado.

Segundo Cário e Buzanelo (1986), a existência da renda absoluta deve-se a dois fatores: um relacionado à natureza interna da agricultura e outro, por sua vez, derivado da inter-relação da agricultura com a indústria na formação e distribuição do valor. O monopólio da propriedade da terra, no sentido da existência da propriedade privada, por si só gera a renda absoluta da terra, seja essa terra fértil ou não.

[...] a necessidade de o pior tipo de solo gerar uma renda, de não ser cultivado enquanto não produzir um excedente sobre o preço da produção que proporciona apenas o lucro médio normal, faz com que existência da propriedade privada da terra seja a causa geradora da elevação dos preços que pagarão essa renda. Assim, a renda absoluta tem como causa primeira a propriedade privada. (LENZ, 1981, p. 67 apud CÁRIO; BUZANELO, 1986, p. 41).

Para Marx (apud CÁRIO; BUZANELO, 1986, p. 41),” é na relação entre os setores agrícolas e industriais que se determinará a diferença na composição orgânica do capital”. Pelo fato de a terra ser considerada uma mercadoria, mesmo não sendo resultado do trabalho, a renda do solo surge em terrenos privilegiados, e pela condição

da propriedade privada, isso permite aos proprietários gerar um lucro excepcional, dependendo das condições que vão se transformando ao longo do tempo. A propriedade privada permite transformar lucro extraordinário em renda da terra (CÁRIO; BUZANELO, 1986).

A renda absoluta é estrutural no capitalismo, visto que o preço de mercado, por vezes, supera o da produção. Para Araújo Júnior (2020, p. 707), a renda da terra é:

[...] entendida, então, como uma parte do excedente social, da mais valia extraída dos capitalistas, que ao invés de se tornar lucro, vai parar na mão dos proprietários, como condição da autorização do acesso à terra para produção. A terra é irreproduzível, ela é objeto e meio de produção ao mesmo tempo e está fora do controle dos capitalistas. Mesmo não podendo ser reproduzida, ela é passível de ser monopolizada e apropriada individualmente, exercendo uma condição de acumulação extrema ao capital.

Para as relações que se estabelecem na agricultura urbana, segundo Bruno e Silva (2022, p. 174), “o direito exclusivo sobre a terra confere ao proprietário o poder de escolha entre usos distintos da propriedade, colocando a agricultura em concorrência com outros setores”. Segundo os autores, “as expectativas de lucro, até mesmo o “pousio imobiliário”, apresentam-se como uma alternativa possível, a depender das expectativas provenientes de outras opções de uso” (BRUNO; SILVA, 2022, p. 174).

“Nas cidades, a existência social da terra consiste em sua capacidade de gerar espaço, servindo como lugar físico e suporte à produção de espaço construído para o desenvolvimento de atividades urbanas” (ARAÚJO JÚNIOR, 2020, p. 713). Naquilo que se relaciona à produção de alimentos na cidade, à renda da terra urbana cria um debate importante, impactando na especulação que o seu uso possa ter, e compete com a taxa de lucro do uso dos espaços. Para Araújo Júnior (2020, p. 713):

A manifestação da renda da terra nas cidades torna-se um ponto de inflexão importante para a cumulação do capital, na medida em que determinadas estruturas fundiárias urbanas podem facilitar o sobre lucro ou simplesmente repelir o processo de acumulação, sobretudo em locais em que a renda é alta o suficiente para interferir nas taxas de lucro e nos salários reais, com custos de aluguéis e transportes.

A renda da terra urbana, nesse sentido, estará vinculada ao consumo que se faz do espaço construído, relacionado ao seu uso, seja para o comércio, indústria, serviços ou moradia, estabelecendo, dessa forma, uma relação entre os preços dos

solos, a remuneração dos fatores de produção e as atividades desempenhadas no espaço (ARAÚJO JÚNIOR, 2020).

No caso da agricultura nos espaços urbanos, onde exista a necessidade, por exemplo, de locação de uma área para a produção, muitas vezes a renda maior fica para o proprietário da terra, em vez de ficar com o trabalhador, quem de fato cultiva na terra, visto os altos valores de locação, como é o caso, por exemplo, de Florianópolis. Haveria uma necessidade do aumento da produtividade que pudesse cobrir esse custo de locação, para além de outras despesas que a produção de alimentos na cidade demanda, como custos de água, energia elétrica e insumos, por exemplo. Essas questões demonstram alguns dos desafios que a agricultura urbana atravessa.

No entanto, as diferentes finalidades que uma horta urbana possa ter, como a inserção social, a geração de renda às populações carentes, o autoconsumo, além dos aspectos psicossociais, fazem da agricultura na cidade uma perspectiva de sustentabilidade ambiental, social e econômica, a médio e longo prazo.

## RESUMO DO CAPÍTULO

O primeiro capítulo tratou do universo conceitual da agricultura urbana e trouxe algumas referências de experiências nos âmbitos internacional, nacional e nos debates acadêmicos. Um processo histórico de construção de políticas públicas e mobilização social em torno do tema da agricultura urbana gerou interesse em núcleos de pesquisa em Universidades, oferecendo também um vasto campo de pesquisa em diversos temas relacionados à agricultura urbana, apresentando resultados que ainda precisam ser revistos ao longo dos anos, mas que trazem para a atualidade o problema, seja da insegurança alimentar, da institucionalização de práticas de agricultura na cidade, da relação da agricultura urbana e as questões ambientais, socioculturais e econômicas.

Neste primeiro capítulo buscou-se trazer elementos conceituais que permeiam o debate da agricultura urbana, como a questão da produção do espaço urbano e sobre a renda da terra na agricultura urbana, a partir dos conceitos de renda diferencial e renda absoluta.

O segundo capítulo apresentará os resultados parciais da pesquisa realizada no âmbito do projeto *Políticas públicas, mercados institucionais e agricultura urbana/periurbana*, envolvendo as Universidades que fizeram parte do projeto (Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN, Universidade Estadual Paulista–UNESP e Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC) e os resultados das pesquisas desenvolvidas nas três regiões, Presidente Prudente (SP), Álvares Machado (SP), Região Metropolitana de Natal (RN) e Região Metropolitana de Florianópolis (SC). A partir dessas explanações será estabelecido quais foram as intersecções e diferenças que se manifestaram nas experiências relatadas e que refletem as discussões em âmbito nacional.

## 2 CAPÍTULO 2 – A DIVERSIDADE DA AGRICULTURA URBANA NO BRASIL: UM PANORAMA COMPARADO DE TRÊS EXPERIÊNCIAS

### 2.1 APRESENTAÇÃO DO PROJETO “POLÍTICAS PÚBLICAS, MERCADOS INSTITUCIONAIS E AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA”

São diversas as experiências e práticas da agricultura urbana no Brasil, e no primeiro capítulo deste estudo foi possível trazer algumas delas, seja no âmbito das articulações nacionais, a partir das organizações de referência que contribuíram na construção destes espaços, como também pelo número de grupos de pesquisa ligados à temática e que vêm contribuindo nas análises teóricas sobre a perspectiva da agricultura urbana. E nesse contexto de análise foi desenvolvido o projeto do qual faço parte por meio do Laboratório de Estudos do Espaço Rural da Universidade Federal de Santa Catarina. A possibilidade de realizar estudos de campo nos três estados e conhecer diferentes experiências e realidades contribuiu para que as reflexões com relação aos desafios que a prática da agricultura na cidade impõe trouxessem elementos concretos para as análises das convergências e diferenças dessas experiências, que são apenas uma parte de um universo ainda não mensurável de experiências de agricultura urbana brasileira.

O projeto de pesquisa CAPES<sup>35</sup>, intitulado *Políticas públicas, mercados institucionais e agricultura urbana e periurbana*, teve como objetivo estudar conjuntamente a dimensão da agricultura urbana, não somente das áreas metropolitanas, como de Natal e Florianópolis, como também dos municípios de Presidente Prudente e Álvares Machado, no interior de São Paulo. O projeto contou com a participação da Universidade Estadual de São Paulo – UNESP, Campus Presidente Prudente, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e da Universidade Federal de Santa Catarina.

Foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais, além de levantamento de dados de fonte secundária, entrevistas, observação participante, registros fotográficos e a construção de mapas das três regiões. Além disso, o projeto promoveu intercâmbios entre estudantes da graduação e pós-graduação, com saídas de campo e eventos, como o IV Encontro Latinoamericano de Agricultura Urbana

---

<sup>35</sup> CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

(ELAUP), onde diversos estudos acadêmicos relacionados ao campo de pesquisa foram apresentados. O ELAUP contou com a participação de cerca de 70 pessoas e tratou de temas como: Direito e políticas públicas para a agricultura urbana e periurbana; sujeitos e redes de pesquisa e fomento; agricultura na economia urbana e periurbana; trabalho e tecnologia; práticas da AUP; recursos naturais e meio ambiente; e desafios teórico-metodológicos. O primeiro encontro latino-americano, ocorreu em 1995, na cidade de La Paz, na Bolívia, onde se constituiu a *Red AGUILA – Red Latino americana de investigación y acción en agricultura urbana*, que tinha o compromisso de desenvolver pesquisas e sistematizar experiências na região (ELAUP, 2019).

Foi apenas em 2010 que aconteceu o II Encontro na Universidad Nacional Autónoma de México – a UNAM, e depois em 2017, após 7 anos, novamente sediado no México, ocorreu o III Encontro. Neste último encontro, saiu o encaminhamento para a realização do IV Encontro Latinoamericano no Brasil e o grupo do projeto encaminhou sua realização em Florianópolis. O Encontro foi organizado pela equipe do Lab Rural, contou com o apoio das demais universidades e aconteceu paralelamente ao V Encontro Municipal de Agricultura Urbana. O Campus da UFSC Trindade sediou os dois momentos e trouxe uma articulação da sociedade civil, gestores públicos e as pesquisas acadêmicas.

Os trabalhos apresentados pela equipe do Laboratório de Pesquisas do Espaço Rural, da qual faço parte, retrataram a realidade da agricultura urbana e periurbana na região da Grande Florianópolis, como a questão da atividade hortifrutigranjeira em Palhoça (SC), apresentada por Ana Livia de Almeida Silva e o professor Nazareno de Campos; e o olhar histórico sobre as formas de abastecimento de alimentos e suas perspectivas atuais, apresentado por Lincon Broering Bruno e Ana Cláudia Lorenzi da Silva. Na oportunidade, também fiz minha apresentação, discorrendo sobre a agricultura urbana no planejamento das cidades e a participação social.

A partir do projeto foi elaborado um livro que trouxe uma importante reflexão com relação à consideração da agricultura urbana como estratégia de combate à fome e à insegurança alimentar no Brasil. Como uma introdução aos aspectos que aproximam e diferenciam os três campos de pesquisa do projeto, acredito ser importante tratar das questões que fundamentaram todo o processo. Uma delas se

refere ao debate em relação à segurança alimentar e nutricional, que orientou a pesquisa.

De acordo com o documento aprovado na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e incorporado na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (Lei n. 11.346, de 15 de julho de 2006) , a Segurança Alimentar e Nutricional – a SAN é definida como:

[...] realização do direito de todos ao acesso regular e permanente de alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como bases práticas alimentares e promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. (BRASIL, 2006).

No entanto, para que a população possa ter acesso contínuo à alimentação, são necessárias diversas ações estratégicas (CARNEIRO; PEREIRA; GONÇALVES, 2016). Nesse sentido, para Negri e Hespanhol (2022), a contribuição da Agricultura Urbana e Periurbana para a melhoria da Segurança Alimentar e Nutricional(SAN) pode se dar em diferentes níveis. Seja na questão de uma produção comercial, gerando renda e novos postos de trabalho, contribuindo, dessa forma, na redução da pobreza, ou mesmo na produção individual e coletiva para autoconsumo e abastecimento.

Os autores afirmam que um dos aspectos favorecidos pela produção de alimentos na cidade tem relação com essa proximidade com os mercados, diminuindo os custos de logísticas de transporte, o que acaba reduzindo os preços finais aos consumidores, permitindo que mais pessoas tenham acesso aos alimentos. Essa aproximação entre produtor e consumidor caracteriza o que chamamos de circuitos curtos de produção, ou seja, menos intermediários nessa cadeia, facilitando a venda direta e mesmo a venda por meio de programas de compras públicas (NEGRI; HESPANHOL, 2022).

No entanto, para que essa aproximação da agricultura urbana com o debate da SAN se efetive nas ações, na oferta de alimentos, na geração de emprego e renda, no direito humano à alimentação adequada e saudável, necessitamos de políticas públicas que possam atender essas demandas.

Segundo dados da Divisão de População da ONU<sup>36</sup>, a população urbana em 2020 chegou a 4,4 bilhões de pessoas, sendo um percentual de 56,2% da população total. A previsão é que em 2050 se atinja a marca de 6,7 bilhões de habitantes urbanos, representando mais de dois terços da população total. Outro em relação à insegurança alimentar a partir de estudos produzidos por agências da ONU<sup>37</sup>, é de que 2,3 bilhões de pessoas não tiveram acesso à alimentação adequada em 2020.

Apesar dos avanços nas políticas públicas de combate à fome, a insegurança alimentar e nutricional persiste, faltando ainda combater o desperdício e promover a educação/segurança alimentar (CARNEIRO; PEREIRA; GONÇALVES, 2016). É importante destacar que as questões relacionadas à má nutrição não se limitam apenas à deficiência ou falta, mas também à má qualidade alimentar e ao excesso, causado por doenças como a obesidade.

Nesse aspecto, os especialistas da FAO destacam que a segurança alimentar de um determinado país consiste em garantir o acesso da população a quantidades de alimentos suficientes para uma vida ativa e saudável, isto é, sem desnutrição (CARNEIRO; PEREIRA; GONÇALVES, 2016).

Para Carneiro, Pereira e Gonçalves (2016, p. 56), “as temáticas referentes à segurança alimentar e nutricional devem estar associadas às políticas públicas, aliadas também à agricultura urbana, direcionadas para o combate à fome e à promoção do bem-estar social”. E para isso essas abordagens precisam aparecer nos estudos geográficos visando compreender os fenômenos, sejam eles relacionados aos aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, nos espaços, nos territórios, nos lugares, nas regiões e paisagens (CARNEIRO; PEREIRA; GONÇALVES, 2016).

Negri e Hespanhol (2022) afirmam que as políticas públicas de caráter social e econômico implementadas no espaço urbano e periurbano atualmente não contemplam a Agricultura Urbana e Periurbana(AUP), que acaba negligenciada pelo poder público e até pela sociedade. Algumas questões, como as tarifas de energia elétrica e água, são mais altas nas cidades. Além das altas taxas dos impostos territoriais urbanos aplicadas, como o Imposto Predial Territorial Urbano- IPTU, que nas cidades são mais elevados do que o Imposto Territorial Rural- o ITR . Existe um

---

<sup>36</sup> Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/02/1660701>. Acesso em: 2 jul. 2022.

<sup>37</sup> Disponível em: [https://www.fao.org/3/cb4474en/online/cb4474en.html#chapter-2\\_0](https://www.fao.org/3/cb4474en/online/cb4474en.html#chapter-2_0). Acesso em: 2 jul. 2022.

confronto de interesses entre a agricultura praticada na cidade e o modelo de desenvolvimento, refletindo na construção dessas políticas.

Nesse sentido, o projeto *Políticas públicas, mercados institucionais e agricultura urbana e periurbana* tinha como objetivo analisar as políticas públicas voltadas à agricultura familiar nos municípios definidos pelas equipes do projeto, a fim de dimensionar a agricultura praticada nos espaços urbanos e periurbanos. A partir da investigação seria possível estabelecer requisitos mínimos para orientar a construção de marcos legais. A pesquisa tinha, assim sendo, o interesse em identificar, mapear e caracterizar as zonas com presença de agricultura urbana e periurbana, o perfil da população que se dedica a essa produção e compreender que tipo de produtos são gerados e sua destinação, além de analisar seus entraves e potencialidades, na perspectiva da produção na cidade. O projeto contou também com uma equipe que estudou os efeitos climáticos, principalmente as condições de temperatura e umidade, responsáveis pelo conforto térmico. O estudo citado foi realizado na região da Grande Florianópolis (SC), Presidente Prudente (SP), Álvares Machado (SP) e na região metropolitana de Natal (RN). Metodologicamente se optou por realizar atividades de campo em alguns municípios dentro da área metropolitana de cada região, que serão explicitadas a seguir.

### **2.1.1 Alguns resultados da pesquisa em Natal (RN)**

O município de Natal, capital do Rio Grande do Norte, possui uma população estimada em 803.739 habitantes e uma extensão territorial de 167,401 km<sup>2</sup>. Com relação aos estabelecimentos agropecuários, segundo dados preliminares do censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2017<sup>38</sup>, o município possui um total de 80 estabelecimentos com produção agropecuária, ocupando uma área de 312 hectares, algo perto de 2% do território do município. No entanto, o Plano Diretor Municipal de Natal afirma que “o município é 100% urbano, passando a não incluir a população que vive da agricultura e que produz no município e em seu entorno imediato, seja nos planejamentos tanto quanto nas ações de governo” (LOCATEL; BRASIL, 2022, p. 52).

---

<sup>38</sup>IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/natal/pesquisa/24/76693>. Acesso em: 2 jul. 2022.

No âmbito do projeto, o grupo de Natal optou por mapear áreas de produção agrícola nos municípios que fazem parte da Região Metropolitana, incluindo os aqueles que fazem divisa territorial imediata, como Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Nísia Floresta e Extremoz, onde foram aplicadas 77 entrevistas, a partir de um formulário semiestruturado, com os agricultores responsáveis pelas atividades produtivas (LOCATEL; BRASIL, 2022). Foi utilizado como critério as áreas urbanizadas de cidade ou vila e áreas urbanas isoladas. A base metodológica para a identificação das áreas e posterior seleção das regiões em que seriam realizadas as entrevistas está explicitada no Quadro 3.

Quadro 3 - Metodologia de construção dos mapas do Projeto “Políticas públicas, mercados institucionais e agricultura urbana e periurbana”

Coleta do arquivo *shapefile* da malha dos setores censitários do banco de dados do site IBGE.

Análise dessa malha sobre a imagem do satélite do software Google Earth.

Separação dos setores urbanos, em expansão urbana e urbana isolada. Essas áreas foram classificadas como urbanas (assim como o IBGE as denomina).

Classificadas como periurbanas as que recebem denominação de aglomerado rural e extensão urbana.

Para o IBGE a situação urbana se divide em:

- 1 - área urbanizada de cidade ou vila
- 2 - área não urbanizada de cidade
- 3 - área urbana isolada
- 4 - aglomerado rural de extensão urbana
- 5 - aglomerado rural isolado (povoado)
- 6 - aglomerado rural isolado (núcleo)
- 7 - aglomerado rural isolado (outros aglomerados)

Colocada toda essa nomenclatura no banco de dados do *shapefile*, foram exploradas e espacializadas no software Google Earth.

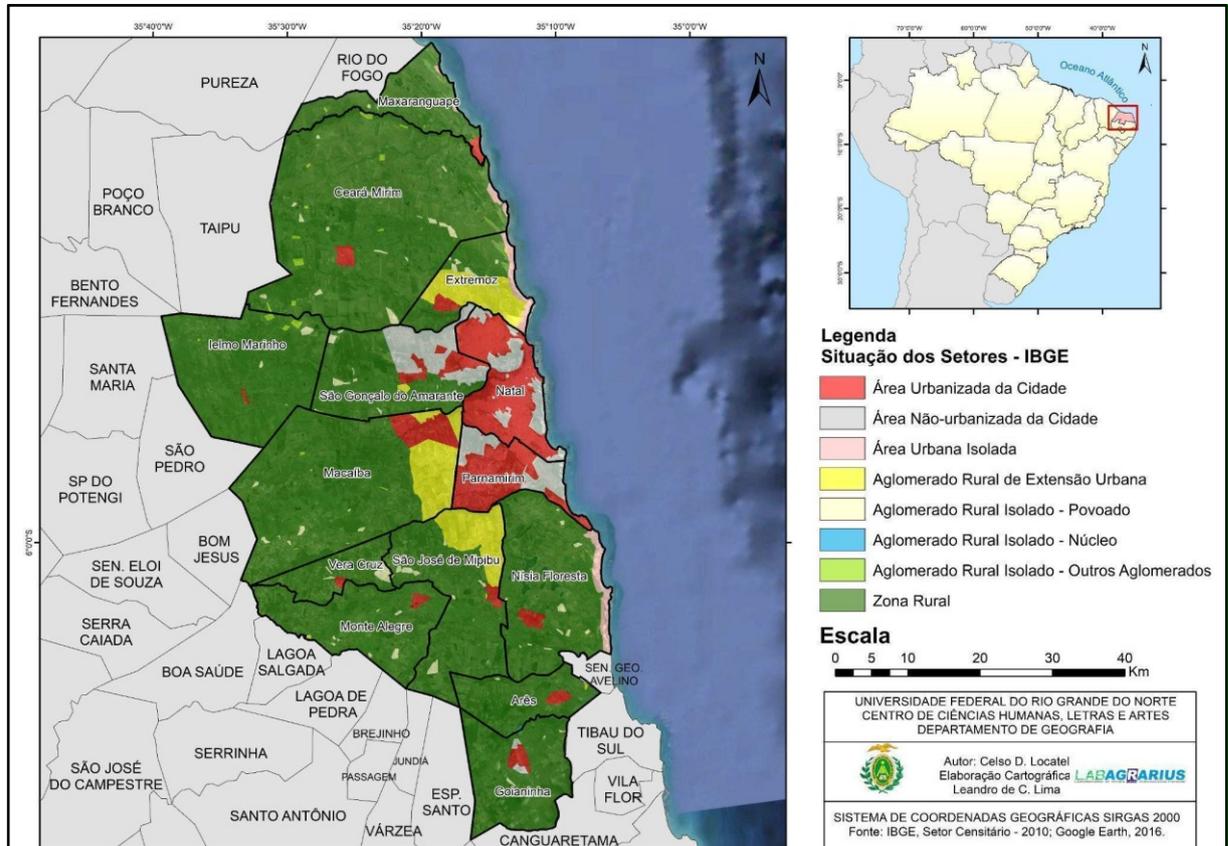
Alguns setores foram adaptados de acordo com a pesquisa empírica, visto que algumas áreas não estavam plenamente de acordo com o conteúdo identificado a campo.

Foram criados polígonos para as áreas identificadas como atividades de cultivo permanente e temporários, olericultura (cultivo de hortaliças) e aqüicultura.

Depois de criados os polígonos em formato KLM, eles foram transferidos para o software de geoprocessamento Quanttun Gis versão 2.8.9, que permitiu a transformação dos arquivos KLM para *shapefile*.

O grupo da UFRN que elaborou os mapas, coordenado pelo professor Dr. Celso Locatel, utilizou como base de dados o mapa do IBGE (Figura 11).

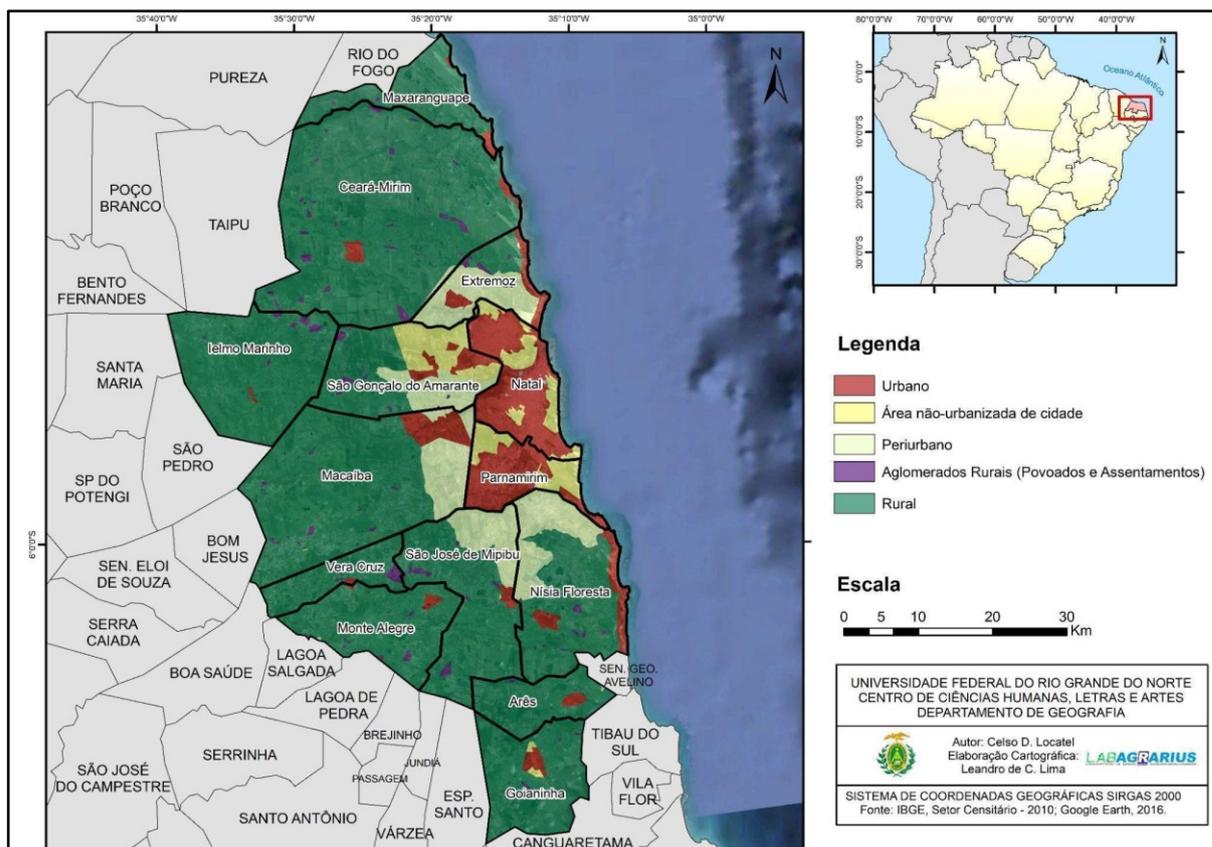
Figura 11 - Mapa da Região Metropolitana de Natal (RN): áreas urbanas, periurbanas e rural



Fonte: elaborado por Celso D. Locatel (2016).

Como explicitado no Quadro 3, a partir dos dados levantados pelo Mapa do IBGE foi elaborado um outro mapa dando destaque para as áreas urbanas, periurbanas e rural, como demonstra a Figura 12.

Figura 12 - Mapa ajustado das áreas urbanas, periurbanas e rurais da Região Metropolitana de Natal (RN)



Fonte: elaborado por Celso D. Locatel (2016).

Seguindo a metodologia apresentada no Quadro 3 e após pesquisa empírica, as entrevistas foram realizadas a partir da definição apresentada na Tabela 1.

Tabela 1 - Municípios pesquisados em Natal (RN)

Município	Quantidade de agricultores
Natal	11
Parnamirim	9
Nísia Floresta	11
Macaíba	5
Extremoz	35
São Gonçalo do Amarante	6
<b>Total</b>	<b>77</b>

Fonte: Locatel e Brasil (2022, p. 55) com base em trabalho de campo realizado em 2019.

Essa mesma metodologia de elaboração dos mapas foi aplicada às áreas das três regiões pesquisadas no Projeto. Na Região Metropolitana de Natal, os municípios onde mais se destacaram na prática da agricultura urbana foram Nísia Floresta, Extremoz e Parnamirim (CÂMARA; LOCATEL, 2022).

Para a presente pesquisa, foram destacadas 42 entrevistas, do total das 77 realizadas. Com relação aos cultivos, Câmara e Locatel (2022) destacam a produção de hortaliças de folha, além de raízes e tubérculos. Os cultivos permanentes aparecem com plantações de diversas frutas e a produção animal não é representativa, apesar de haver uma comercialização em pequenas escalas de ovos e leite. A renda mensal média dos agricultores foi de R\$ 2.417, 00, apesar de um agricultor também ter declarado um valor médio de R\$ 300,00. Para os que declararam maior renda, cerca de R\$ 20.000,00, eles tinham outras atividades para além da agrícola. Esse foi apenas um recorte da realidade, mas já se apresentou como relevante, segundo Câmara e Locatel (2022), pois, a partir do sensoriamento remoto, foram identificadas 865 áreas urbanas e periurbanas com atividades agropecuárias, nos 7 municípios da região (Nísia Floresta, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Extremoz, São José do Mipibu e Natal).

O objetivo das entrevistas com os agricultores foi de elucidar como se daria a relação dos agricultores familiares urbanos e periurbanos da Região Metropolitana de Natal com as políticas de financiamento, como acesso ao PRONAF<sup>39</sup>, e também com as políticas de abastecimento, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O que se percebeu é que, mesmo com a proximidade entre os centros urbanos e os mercados consumidores, não havia conhecimento por parte dos agricultores de tais políticas e, como consequência, o não acesso, tanto no financiamento quanto na venda institucional, como mais um canal de comercialização.

O grupo de Natal também realizou análises dos planos diretores de 6 municípios, com exceção de Natal, que reconhecidamente não inclui as áreas rurais no seu Plano Diretor. Nos planos diretores dos municípios circunvizinhos de Natal foi possível identificar diretrizes para a produção nas áreas urbanas, dando suporte à elaboração de políticas locais e fomento à inclusão no Plano Diretor de Natal de algumas diretrizes (LOCATEL; BRASIL, 2022).

---

<sup>39</sup> PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Por fim, Locatel e Brasil (2022) fazem algumas análises considerando que as questões normativas para a definição das propriedades agrícolas são importantes para a definição dos incentivos fiscais e para a cobrança de impostos, fortalecendo, desse modo, a prática da agricultura urbana, com a finalidade de proporcionar um equilíbrio ambiental fornecido pelas áreas verdes, bem como amenizar as temperaturas em áreas de produção e garantir a segurança alimentar e nutricional de quem se serve da produção nas cidades.

No que diz respeito à legislação, a Câmara Municipal de Natal aprovou a Lei n. 7.018 em 2020, que reconhece a agricultura urbana no município, integrada à política urbana e de segurança alimentar e nutricional.

O grupo de Natal realizou uma pesquisa no âmbito do projeto, analisando o comércio de insumos agropecuários na Região Metropolitana de Natal, com a finalidade de reconhecer os processos associados à agricultura que vão das etapas de produção ao consumo. A agricultura urbana praticada na RMN caracteriza-se pela produção da horticultura, criação de bovinos e equinos, criação de galináceos e produção de ovos, e produção de peixes e camarões em viveiros (LOCATEL; AZEVEDO, 2010).

Para Azevedo (2022, p. 194), “existe uma particularidade nessa relação entre a aproximação da produção nas áreas urbanas e o consumo de insumos agrícolas, por elas estarem integradas ao sistema econômico das cidades”. No entanto, a partir do mapeamento realizado e das definições utilizadas, como tipo de produção, a localização, o tipo de área, o destino dos produtos e as escalas de produção, verificou-se que parte desta produção é para consumo próprio e há uma comercialização mais para destinação dos excedentes, não havendo, portanto, um consumo mais frequente desses insumos. Azevedo (2022, p. 194) afirma que as produções mais capitalizadas das áreas urbanas e periurbanas é que acabam buscando esse comércio, enquanto os produtores rurais com capitalização reduzida acabam se utilizando de outros meios para obtenção dos insumos, ou recorrem às compras apenas para manutenção da produção.

A produção agroecológica atua na perspectiva de melhoria da produção a partir de práticas de manejo que não requerem necessariamente a busca por insumos externos, porém, nas experiências da Região Metropolitana de Natal não fica evidente o referencial agroecológico na produção. A Figura 13 apresenta a imagem de uma horta orgânica em que o agricultor realiza a venda em sua propriedade, em uma

pequena loja na frente dela. A Figura 14 já apresenta uma horta maior, onde o proprietário entrega em redes locais, mercados, sacolões e restaurantes.

Figura 13 - Horta urbana em Natal (RN)



Fonte: elaborado pela autora (2021).

Figura 14 - Horta urbana em Natal (RN)



Fonte: elaborado pela autora (2021).

As imagens apresentadas são de hortas de uma produção comercial, em área totalmente urbana, onde a comercialização se dá devido à proximidade com o mercado consumidor. Não foi identificado em Natal nenhuma articulação entre os agricultores de modo que formasse uma rede local.

### **2.1.2 Alguns resultados da pesquisa em Presidente Prudente (SP) e Álvares Machado (SP)**

Presidente Prudente localiza-se na porção sudoeste do estado de São Paulo, e, segundo dados do IBGE (2022b)<sup>40</sup>, possui 560,637 km<sup>2</sup> de extensão territorial e uma população estimada em 231.953 habitantes. Do total de áreas ocupadas, cerca de 29.020 hectares são formados por estabelecimentos agropecuários, predominantemente áreas de pastagens, cerca de 60%, por conta da presença de grandes propriedades rurais. Ainda segundo dados do IBGE (2022b), 27% das terras são utilizadas pela lavoura, 273 hectares para lavouras permanentes, com destaque para a produção de manga e maracujá; e 6.777 hectares para lavouras temporárias, com produção de milho, mandioca e cana-de-açúcar. Já em menor proporção, com cerca de 8 hectares, aparece o cultivo de flores (IBGE, 2022b).

Segundo Hespanhol e Hespanhol (2022, p. 262) ,” Presidente Prudente exerce uma forte centralidade sobre as demais cidades da região”. Tem uma população de mais de 200 mil habitantes. Concentra atividades comerciais e de serviços, assim como se apresenta como mercado consumidor. Os autores relatam que, como ocorre em outras cidades brasileiras, houve uma expansão territorial urbana sem planejamento, o que resultou em localidades sem estruturas e sem equipamentos coletivos. Dessa forma, muitas áreas antes utilizadas para o cultivo se transformaram em áreas de pastagens, no caso, para pousio social, aguardando a valorização das terras, para posterior venda, seja para fins comerciais como para residenciais.

No âmbito do projeto, Pereira (2020 ) realizou um mapeamento das hortas urbanas em 3 momentos, 2016, 2017 e 2019. Um primeiro levantamento foi realizado em Presidente Prudente e Álvares Machado em 2016, transitando em cada rua da cidade de moto e registrando onde se avistavam hortas urbanas. Essa metodologia,

---

<sup>40</sup> IBGE. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/presidente-prudente/panorama>. Acesso em: 21 nov. 2021.

porém, não identificava a totalidade de práticas, pois os cultivos de fundo de quintal não podiam ser contemplados. De toda forma, foi uma referência de dados que levou à aplicação, em 2017, de um questionário a 114 produtores hortícolas sem fazer a distinção de área urbana, periurbana e rural. Alguns critérios para a identificação foram utilizados, tais como definir usos agrícolas, sistemas produtivos, finalidades e destino (PEREIRA, 2020). A proposta de identificar também a produção rural teve o objetivo de compreender o circuito espacial de produção.

Em 2019 foram selecionados 15 agricultores de Presidente Prudente aos quais foi aplicado um formulário semiestruturado, cujas respostas trouxeram alguns elementos de análise quanto à heterogeneidade da área explorada, às condições de acesso aos terrenos, aos sistemas de cultivo e aos canais de comercialização utilizados (HESPANHOL; HESPANHOL, 2022), conforme apresentado na Tabela 2 produzida pelos autores do estudo.

Tabela 2 - Dimensão das áreas de cultivos da agricultura urbana em Presidente Prudente (SP)

Áreas (m <sup>2</sup> )	Número	Percentual (%)
Até 1.000	6	40,0
1.001 a 2.000	3	20,0
2.001 a 5.000	2	13,3
5.001 a 10.000	4	26,7
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>100</b>

Fonte: Hespanhol e Hespanhol (2022, p. 263).

Como característica da produção em áreas urbanas, 40% se apresentaram em áreas de até 1000 metros quadrados, 20% em áreas de até 2000 metros quadrados, 13% em áreas até 5000 metros quadrados e 26,7% em áreas que podem chegar a 10.000 metros quadrados.

Já em relação às condições de acesso aos terrenos cultivados pelos agricultores urbanos de Presidente Prudente, 53,4% produzem em terra própria ou de familiares, 20% utilizam a terra a partir de arrendamento, 13,3% utilizam por concessão e 13,35 produz em área pública.

Com relação aos sistemas de cultivo empregados, o sistema convencional é o que mais se evidencia, atingindo 80%, ou seja, 12 agricultores. Apenas 2 produzem de forma orgânica e são certificados (13,3%). No sistema hidropônico aparece apenas 1 agricultor (6,7%). Essas informações são apresentadas na Tabela 3.

Tabela 3 - Sistemas produtivos da agricultura urbana em Presidente Prudente (SP)

Sistemas de cultivo	Número	Percentual (%)
Convencional	12	80,0
Orgânico Certificado	02	13,3
Hidropônico	01	6,7
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>100</b>

Fonte: dados coletados pela autora em pesquisa de campo da UNESP de Presidente Prudente (2019).

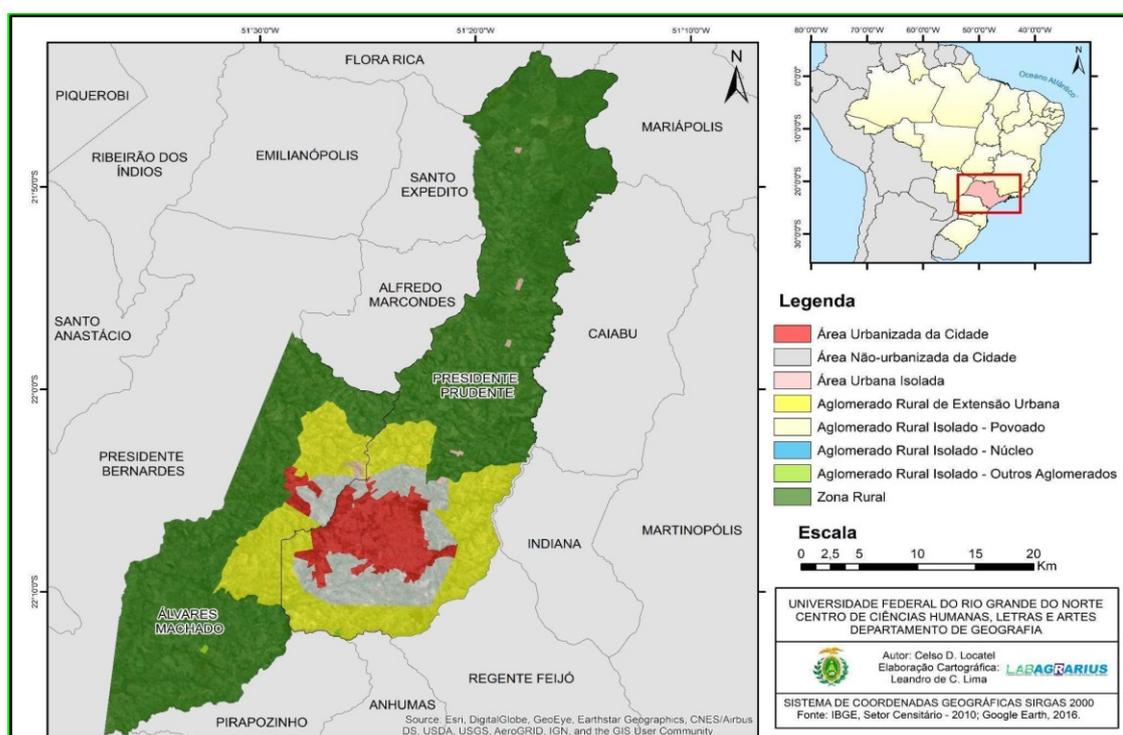
Já em relação aos principais canais de comercialização, a venda direta no próprio local da produção foi o mais citado, com 46,6% (7 agricultores). Em segundo lugar aparece o mercado do bairro, com 26,7% (4 agricultores). As feiras livres e a venda porta a porta atinge 20,0% (3 agricultores) e as demais modalidades, como venda em supermercado, restaurantes e lojas próprias, variam de 1 a 2%.

Miranda e Hespanhol (2022) relatam que, a partir da expansão urbana na década de 90, surgiram práticas espontâneas de agricultura periurbana em Presidente Prudente, uma produção para o autoconsumo e pequenas vendas comerciais. Essa produção se deu em espaços ociosos, em áreas públicas e privadas. Em 1997 foi identificado um programa de apoio às hortas comunitárias por parte do poder público, denominado “Programa Alimento Prudente”, com apoio técnico e econômico para desenvolvimento das atividades (MIRANDA; HESPANHOL, 2022). No entanto, percebe-se que ao longo dos anos esse apoio não se manteve, e nas mudanças de gestão pública ele se extinguiu. As autoras constataam que a agricultura urbana em Presidente Prudente se concentra em áreas periféricas, com maior presença em terrenos não edificadas e com concentração de população de baixa renda. A partir da pesquisa conclui-se que a renda advinda da agricultura urbana, para maioria das famílias pesquisadas, não é a principal fonte de renda, mas um complemento. Também não se mostrou prioritária a prática agroecológica, pois alguns agricultores utilizam com esterco também os adubos químicos.

Segundo Rosa (2022, p. 74), “em 2000 foi instituída a Lei n. 5.480/2000, por meio do qual foi criado o Plano Municipal de Hortas Domésticas e ou Comunitárias, com o objetivo de promover a agricultura urbana no município”. O programa incentiva a produção de hortaliças em terrenos baldios, e o incentivo viria na redução de até 70% do valor do IPTU para as áreas ou terrenos utilizados para este fim, no entanto, não foi registrado nenhum beneficiário da referida lei. Uma outra Lei Municipal, de 2006, criou o programa de incentivo ao aproveitamento de terrenos baldios, a Lei Municipal n. 6.435/2006, no entanto, da mesma forma que a anterior, não se registrou nenhum beneficiário dela.

O mais recente programa de apoio identificado em Presidente Prudente é o Programa Semeando Prudente, instituído por meio do Decreto n. 29.270/2018 (PRESIDENTE PRUDENTE, 2018). O programa tem o objetivo de transformar espaços públicos sem utilização em hortas para a produção de alimentos orgânicos, preservação e bom uso das áreas públicas, o que é um diferencial no sentido de promover uma agricultura urbana orgânica. “Em 2018 também foi instituído o Programa de Hortas Educativas, com o objetivo de conscientizar sobre a importância do consumo de produtos naturais na escola “(ROSA, 2022, p. 75).

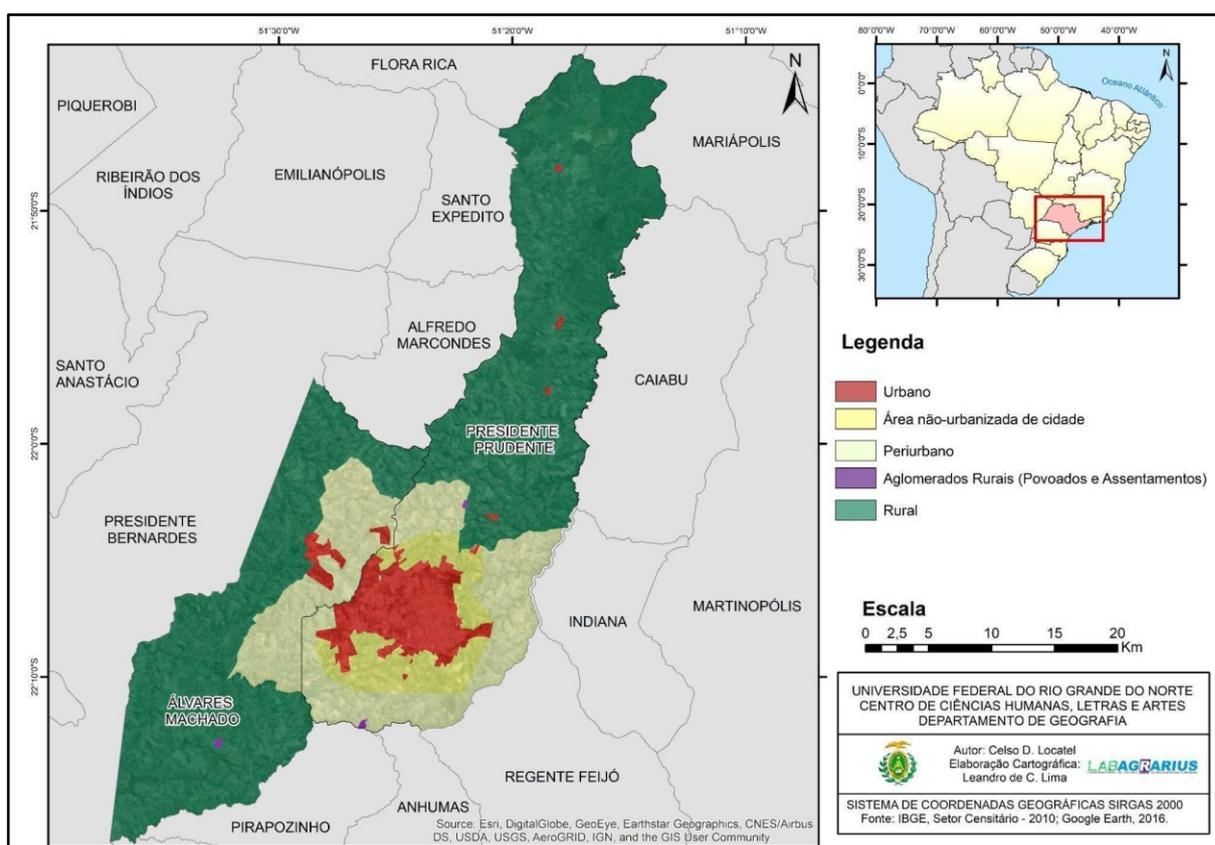
Figura 15 - Mapa da Região Presidente Prudente (SP): áreas urbanas, periurbanas e rural



Fonte: elaborado por Celso D. Locatel (2016).

No âmbito do projeto foram produzidos mapas de identificação das áreas rurais e urbanas, a partir das imagens de satélite do Google Earth Pro, criando polígonos vetorizados e identificando possíveis áreas de produção. A Figura 15 apresenta o mapa censitário do IBGE de 2010, a partir do qual foram criados polígonos e identificadas áreas de produção por meio da pesquisa empírica, como apresentado no mapa da Figura 16.

Figura 16 - Mapa ajustado das áreas urbanas, periurbanas e rural da Região de Presidente Prudente (SP)



Fonte: elaborado por Celso D. Locatel (2016).

As divisões das áreas urbanas e rurais utilizando dados do IBGE de 2010 foram utilizadas, como já justificado no subcapítulo anterior, como parâmetro para a construção de mapas locais a partir da metodologia construída pelo grupo da UFRN, coordenado pelo professor Celso D. Locatel.

Ao longo das etapas do projeto houve intercâmbios entres os grupos de pesquisa que permitiram observar aspectos que eram próprios de cada realidade e também compreender, a partir dos dados e visitas in loco, quais aspectos se

evidenciam de cada experiência. No caso de Presidente Prudente, foi possível perceber as dinâmicas locais, de uma produção basicamente convencional, com vendas diretas nas próprias propriedades e a ausência de uma mobilização social que facilitasse processos coletivos, seja na produção ou na comercialização.

As imagens da Figura 17 são de uma horta cultivada em um terreno da Prefeitura de Presidente Prudente. A comercialização é feita na propriedade e quando há excedente ele é vendido no bairro, de porta em porta. Não há uma cobertura de solo e a produção é convencional.

Figura 17 - Horta urbana em Presidente Prudente (SP)



Fonte: elaborado pela autora (2021).

Figura 18 - Produção hidropônica em Presidente Prudente (SP)



Fonte: elaborado pela autora (2021).

A Figura 18 representa uma produção no modelo hidropônico da marca Viva Verde, principal fornecedora deste tipo de produção em Presidente Prudente, vendendo em redes de supermercados e mercados locais.

O sistema hidropônico requer o uso intensivo de produtos e o modelo gera interesse devido a sua elevada produtividade em um curto ciclo da produção, ocupando menores áreas, apesar de ter um custo mais elevado de implementação, em razão da necessidade de construção das estufas. É um sistema que se diferencia da aquaponia, que alia a criação de peixes e que será apresentada como um modelo também possível nos espaços urbanos no quarto capítulo desta tese, por meio da apresentação da experiência de um produtor de Florianópolis.

### **2.1.3 Alguns resultados da pesquisa em Florianópolis (SC)**

No âmbito do projeto *Políticas públicas, mercados institucionais e agricultura urbana e periurbana*, uma das regiões metropolitanas analisadas foi a da Grande Florianópolis, a partir da agricultura praticada nos espaços intraurbano e periurbano, de forma a compreender as relações estabelecidas entre campo e cidade.

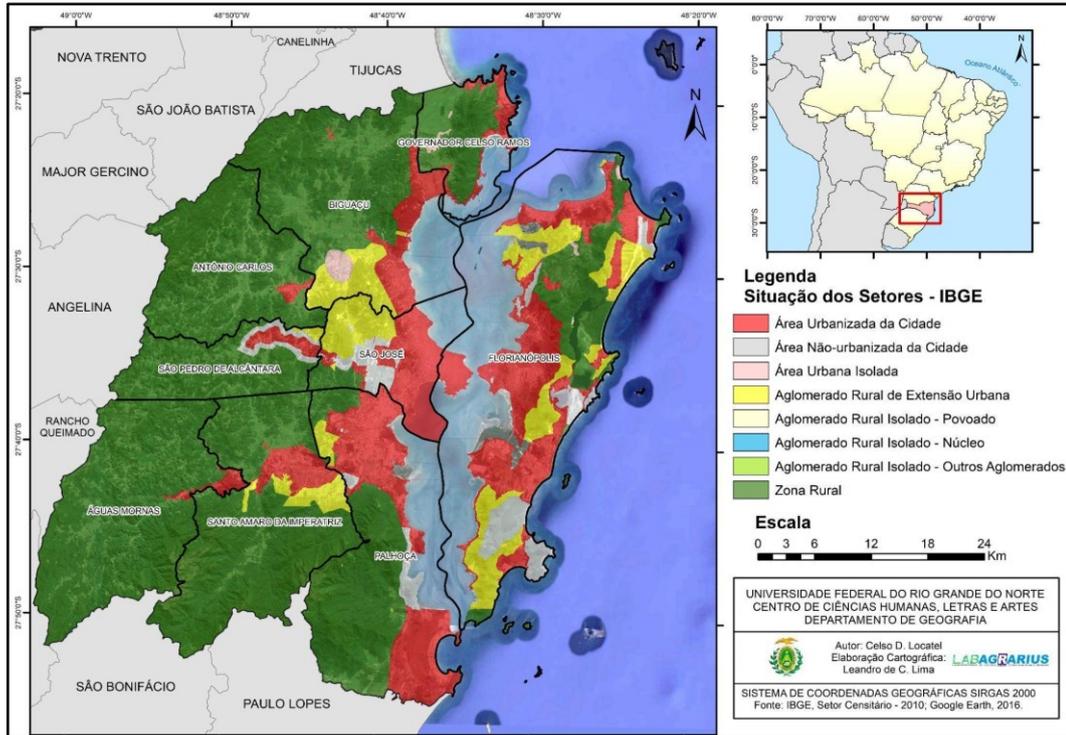
A região da Grande Florianópolis inclui 21 municípios, sendo cinco deles constituintes do núcleo conurbado: Florianópolis, Palhoça, Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz e São José. Como resultado do projeto foram produzidos os artigos que trouxeram resultados das atividades de campo realizadas em três deles: Florianópolis, Palhoça e Biguaçu .

Para Campos (2013), a partir da chegada dos açorianos, no século XVIII, a economia que se desenvolveu na Ilha e no Continente foi baseada na agricultura familiar e de pequenas propriedades, características que permanecem até hoje. Na parte insular é possível identificar uma produção agrícola nas extremidades, no norte e no sul da Ilha, com uma organização coletiva a partir de uma rede agroecológica, a Rede Ecovida de Agroecologia<sup>41</sup>.

---

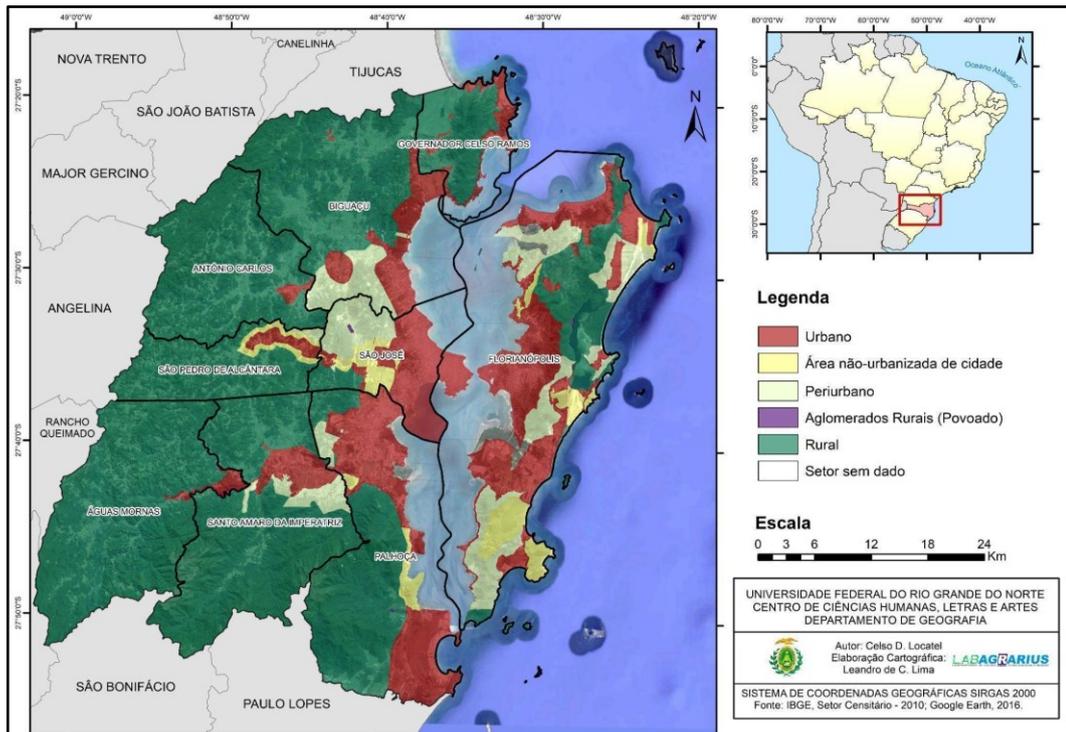
<sup>41</sup> Rede Ecovida de Agroecologia: rede agroecológica do Sul do Brasil que agrega 4000 agricultores e organizações de apoio e consumidores.

Figura 19 - Mapa da Região Metropolitana de Florianópolis (SC): áreas urbanas, periurbanas e rural



Fonte: elaborado por Celso D. Locateli (2016).

Figura 20 - Mapa ajustado das áreas urbanas, periurbanas e rurais da Região Metropolitana de Florianópolis (SC)



Fonte: elaborado por Celso D. Locateli (2016).

Seguindo a mesma metodologia das outras regiões, a partir do mapa do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, conforme ilustra a Figura 19, foi desenvolvido um novo mapa a partir das saídas de campo e identificação das áreas, resultando no mapa da Figura 20.

Na parte continental, a partir das observações de campo, nenhum agricultor alegou acessar financiamento ou crédito de qualquer tipo, além de não estarem inseridos em redes locais que apoiem a comercialização (SILVA, 2022). Dentre o universo de agricultores entrevistados em São José (15 agricultores), 70% escoam sua produção para o CEASA<sup>42</sup>/São José, além de comercializarem em feiras, sacolões e mercados locais. A caracterização do circuito inferior da economia sobre influências do circuito superior evidencia-se nesse caso, pois os preços sofrem influência dos supermercados e do CEASA. Além disso, outros desafios foram identificados, como a falta de mão de obra, quando necessário, visto a condição de um envelhecimento da população no campo, pois os jovens não demonstram interesse em permanecer na atividade agrícola; um baixo acesso a tecnologias para melhoria na produção; dificuldades de armazenamento de seus produtos/alimentos; e endividamento, dentre outros desafios.

De acordo com Silva (2022), a agricultura recebeu influências e alterações provenientes do mercado, no entanto, a viabilização para o acesso às mudanças não acompanhou o tamanho da imposição das mudanças do mercado. Por exemplo, no caso da necessidade de instalações que facilitam o manuseio da criação animal em pequena escala, ou mesmo para os plantios, faltam condições de acesso ao crédito para adquirir equipamentos industriais. Com o avanço do perímetro urbano sobre essas áreas, caso uma modernização não ocorra, elas podem, inclusive, perder a condição de áreas agrícolas, apesar de ainda a agricultura familiar se mostrar um importante vetor econômico no estado de SC, e no Brasil como um todo.

O questionamento que surge a partir da pesquisa é: se o urbano estabelece o domínio sobre a dinâmica que ocorre no espaço, porém, da mesma forma depende dessa produção para abastecer sua demanda, por que não incentivar a produção que é desempenhada próximo ao circuito de comercialização? (SILVA, 2022). Uma resposta possível seria dentro do planejamento urbano integrar essas atividades agrícolas e garantir seu estabelecimento.

---

<sup>42</sup> CEASA- Centro Estadual de Abastecimento

Já com relação à pesquisa na parte insular, foram visitadas 06 propriedades no norte e sul da Ilha que tinham uma produção de características agroecológicas. Apesar de o Plano Diretor, aprovado desde 2014, extinguir as áreas rurais, essas propriedades se localizam em áreas superiores a 7 hectares<sup>43</sup>, possuem uma produção de alimentos sem o uso de produtos químicos e pertencem a uma rede de agricultores que participam de processos de certificação participativa de conformidade orgânica, os Sistema Participativo de Garantia (SPGs)

A imagem da Figura 21 é do Sítio Flor Bela, uma das propriedades onde foi realizada a pesquisa, localizada na região sul da Ilha, dentro de uma área de APP (Área de Preservação Permanente) e que produz em sistema agroflorestal, fazendo também parte da Rede Ecovida.

Figura 21 - Sítio Flor Bela, localizada no Sertão do Peri, no Sul da Ilha, no município de Florianópolis (SC)



Fonte: elaborada pela autora (2021).

---

<sup>43</sup> Módulo fiscal mínimo: 7 hectares.

Ainda no âmbito do projeto, foram realizadas entrevistas e saídas de campo no município de Biguaçu, tradicional espaço de pecuária semiextensiva, silvicultura, rizicultura e produção agrícola, segundo Hoffmann, Campos e Hoffmann (2022), onde possível identificar mudanças que, a partir do crescente processo de urbanização, possibilitaram a inserção da produção de gramas no município, dentro de um perímetro periurbano. Hoffmann, Campos e Hoffmann (2022) identificam esse avanço em espaços urbanos e periféricos, em termos de especulação imobiliária e também de uma produção agrícola voltada à produção de gramas. A Figura 22 retrata a área de expansão urbana, no município de Biguaçu, onde ganha força a produção de gramas.

Figura 22 - Produção de grama em Biguaçu (SC) – Área com expansão urbana



Fonte: elaborada por Thais Caroline Nunes Barreto Hoffmann (2021).

Com relação à pesquisa desenvolvida na parte insular de Florianópolis, serão desenvolvidos outros aspectos presentes de forma mais aprofundada nos próximos capítulos deste estudo, visto que é o foco de observação e análise desta tese.

## 2.2 ANALISANDO AS TRÊS EXPERIÊNCIAS

As experiências que foram mapeadas e visitadas pelo projeto evidenciaram alguns elementos que podem ser comparados e recebem destaque para uma reflexão sobre a temática da produção de alimentos na cidade. Com relação ao uso e à ocupação do solo urbano, é comum a questão da especulação imobiliária e a valorização de determinadas áreas periurbanas e mesmo urbanas, onde a produção agrícola compete com o mercado imobiliário para usos residenciais ou mesmo comerciais, interesses esses que provocam o aumento do preço da terra. Aliada a essa questão, encontraremos os interesses econômicos e políticos de expansão das áreas urbanas, explicitados nos planos diretores dos municípios, que vão extinguindo as áreas rurais, em função da possibilidade de arrecadação de impostos urbanos, como o IPTU, em áreas com evidentes características de uma ruralidade, seja no modo de vida, como na produção agrícola. Um exemplo disso é Florianópolis, que em suas extremidades da parte insular possui áreas com essas características, como a localidade do Sertão do Peri, onde o acesso é difícil em dias de chuva, devido à falta de asfalto, uma região visitada pelos turistas pelos seus atrativos naturais, como cachoeiras e alambiques, no entanto, essa é considerada uma área urbana pelo Plano Diretor. Parte dos seus moradores paga Imposto Territorial Rural (ITR) e parte paga Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU).

Uma discussão que acontece em Florianópolis, mas que pode se estender às outras regiões pesquisadas, é de que a partir do Decreto-Lei n. 57/1966, que exclui da incidência de IPTU em imóveis cuja destinação seja, comprovadamente, para fins de exploração agrícola ou pecuária, passando a incidir para esse tipo de imóveis o ITR. No entanto, é necessário comprovar essa renda advinda da produção, caso contrário poder-se-ia ter também um mecanismo a fim de isentar proprietários que utilizam das áreas para pousio imobiliário e especulação, aguardando um melhor momento para venda da terra.

No caso de Florianópolis, tramitam dois projetos de lei, um para inserir o dispositivo da não incidência, pois não seria uma renúncia fiscal nem uma isenção, seria o cumprimento de uma lei. O outro projeto seria a regulamentação do procedimento para não pagar o IPTU, justamente para garantir que não haja um favorecimento aos especuladores. O projeto indica que para não incidir o IPTU as propriedades teriam que comprovar a exploração econômica agrícola, possuir nota de

produtor, ter cadastro de imóvel rural<sup>44</sup> e possuir um laudo técnico do órgão público Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), além de poder ser uma área arrendada ou de comodato. Esse aspecto jurídico iria incentivar muito a produção de alimentos na cidade, pois um fator que recai sobre o custo da produção são justamente os altos custos desses impostos em áreas urbanas.

Aliada à questão exposta, fazendo um comparativo entre as 3 experiências, elas estão relacionadas às políticas públicas de incentivo à produção. Se não há um reconhecimento dessa atividade agrícola na cidade, isso também provoca uma ausência de políticas direcionadas ao produtor urbano. Além disso, encontraremos nessa produção nas cidades uma diversidade de finalidades também consideradas e denominadas de agricultura urbana, como as hortas nas escolas, em espaços públicos, com ação comunitária e para o autoconsumo e doação. Essas categorias não entrariam na condição de não taxaço de impostos, por isso também é importante ter essa distinção de agricultor urbano, que vive da renda da agricultura, porque no momento de acesso às políticas públicas será importante identificar quem de fato terá direito a algumas dessas políticas.

Os agricultores que vivem exatamente da renda agrícola, em todas as experiências pesquisadas, relataram a necessidade de mais assistência técnica, acesso a crédito e compra de insumos, além de apoio na comercialização de seus alimentos e produtos. Ficou evidenciado que existem formas diferentes de cultivos nas três regiões onde a agricultura convencional teve maior destaque, com a exceção de Florianópolis, em que a produção orgânica, na perspectiva agroecológica, se destacou. Apesar de terem sido realizadas 6 entrevistas na parte insular, empiricamente identificamos outras experiências. Isso pode se justificar por processos organizativos mais coletivos, por conta de uma rede agroecológica do sul do País, a Rede Ecovida de Agroecologia.<sup>45</sup> Também em Florianópolis existe uma rede de agricultura urbana, a Rede Semear, que será apresentada no quarto capítulo deste estudo, e que aponta para um movimento local organizativo de incentivo à agroecologia.

---

<sup>44</sup> Informações obtidas a partir de participação em atividades do projeto Agroecologia nos Municípios, em 6 de novembro de 2021 no bairro Sertão do Peri e em 23 de março de 2022 no bairro Ratonas, organizado pela Frente Parlamentar Ambientalista da Câmara de Vereadores de Florianópolis.

<sup>45</sup> Rede Ecovida de Agroecologia.- Rede agroecológica do Sul do Brasil, composta por mais de 4000 famílias e organizações de apoio.

Um dos interesses da pesquisa foi identificar se os agricultores urbanos acessavam programas governamentais, tais como o PAA e o PNAE, mas não foram identificados no universo da pesquisa agricultores que buscavam vender sua produção em compras institucionais. Para Hespanhol e Hespanhol (2022), essa modalidade de vendas seria muito interessante por um conjunto de razões, no entanto, demanda apoio das diversas esferas governamentais. A autora afirma que:

A ação conjunta das diferentes esferas governamentais na elaboração de políticas públicas de fomento à agricultura urbana- que contemplassem, entre outras medidas, a cessão de terrenos públicos não edificados, a disponibilização de orientação técnica, a abertura de linhas de crédito destinadas ao financiamento de equipamentos básicos e ao custeio da produção, o estímulo à participação em programas oficiais, como Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e à organização coletiva (por meio de grupos ou associações) e, principalmente, a sua inclusão no planejamento e gestão do espaço urbano-certamente poderia contribuir para gerar ocupação e renda, ampliar a oferta de alimentos saudáveis a custo baixo e, com a atividade devidamente orientada e normatizada, ampliar a quantidade de áreas recobertas com vegetação e permeáveis, tornando as cidades mais agradáveis e saudáveis. (HESPANHOL; HESPANHOL, 2022, p. 267).

Relacionadas também ao aspecto da comercialização, a proximidade da produção ao mercado consumidor, aliada à facilidade de acesso a estradas e infraestruturas, seja na possibilidade de armazenamento ou de distribuição, seriam fatores favoráveis à produção na agricultura urbana.

Foi possível perceber, por meio das experiências, o interesse no cultivo de hortaliças, em razão do seu curto ciclo produtivo e da proximidade em relação ao mercado consumidor. A própria pandemia de COVID-19 evidenciou essa relação, com o surgimento de grupos de consumo e entregas em domicílio de alimentos, o que também será abordado no quarto capítulo.

Nas experiências do campo de pesquisa houve algumas diferenças no que diz respeito a essa dimensão da comercialização, com agricultores optando pela venda direta, onde o consumidor buscava seu alimento no mesmo local de produção. Isso ficou evidente nas visitas realizadas em Presidente Prudente, onde havia uma produção em escala, mas ainda pequena, e que estabelecia dias fixos de venda no portão do terreno.

A venda para um comércio local, pequenos mercados e feiras também se mostraram como uma opção para o escoamento da produção.

Os circuitos curtos ou cadeias curtas de abastecimento alimentar são considerados elementos fundamentais de construção social de mercados, segundo

Gelbcke *et al.* (2018). A proximidade proporciona um contato mais direto, sem a necessidade de intermediários, fortalecendo as relações de confiança, solidariedade e, inclusive, a discussão de valores monetários e não monetários. Mercados são compreendidos como os locais em que, ou estruturas através das quais, bens e serviços são trocados (PLOEG, 2016).

O Quadro 4 procura fazer uma síntese das informações quanto ao número de agricultores entrevistados, modelo de produção, políticas públicas existentes e aspectos da comercialização.

Quadro 4 - Dados dos campos de pesquisas realizadas em Presidente Prudente (SP) e nos municípios da Região Metropolitana de Natal (RN) e da Grande Florianópolis (SC)

	<b>Presidente Prudente</b>	<b>Nísia Floresta, Extremoz Parnamirim</b>	<b>São José, Palhoça, Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz e Florianópolis</b>
Agricultores entrevistados	15 entrevistados	42 entrevistados	21 entrevistados
Modelo de produção	Grande parte convencional	Orgânica e convencional	Orgânica e convencional
Políticas públicas	Decreto n. 29.270/2018 – Programa Semeando Prudente	Lei n.7.108, de 2020	Decreto n. 17.688 – Programa Municipal de agricultura urbana Florianópolis, de 2017
Comercialização	No domicílio	Pequenos mercados e no domicílio	Mercados, CEASA, feiras e entrega de cestas

Fonte: elaborado pela autora (2022).

Com relação ao número de entrevistas em cada região, foram realizados processos diferentes de identificação e coleta de informações, mas que não comprometeram os resultados e criaram condições para as análises necessárias. Os modelos de produção variaram entre as regiões, mas com a percepção de que a organização a partir de redes locais favorece as dinâmicas de produção e comercialização. Com relação à presença de políticas públicas, existem leis e decretos que dialogam com a necessidade do reconhecimento da agricultura urbana, mas ainda faltam recursos financeiros para a efetivação destas políticas, fazendo

chegar aos agricultores as demandas já elencadas neste capítulo. Além disso, falta regulamentação das políticas existentes, além de organização das partes envolvidas, seja agricultores como consumidores.

No âmbito do projeto, o livro que foi produzido, intitulado *Agricultura Urbana e periurbana: materialidades, possibilidades e contradições*, buscou, por meio dos diversos artigos que o compõe, apresentar os resultados das pesquisas nas regiões participantes, mostrando um panorama amplo das diferentes realidades e contribuindo significativamente para as reflexões dos desafios e possibilidades da agricultura urbana e periurbana nacional, partindo do local para o global.

### 2.3 A AMENIZAÇÃO DAS TEMPERATURAS NAS CIDADES

Uma das importantes contribuições do projeto *Políticas públicas, mercados institucionais e agricultura urbana/periurbana* foram as experiências desenvolvidas pelos pesquisadores coordenados pela professora Margarete Cristiane de Costa Trindade Amorim, da UNESP de Presidente Prudente, que reuniu um conjunto de informações demonstrando que a cobertura vegetal das áreas ocupadas pela agricultura urbana pode amenizar as temperaturas elevadas e mitigar os efeitos das ilhas de calor atmosféricas (HESPANHOL; LOCATEL; SILVA, 2022). Além disso, a pesquisa demonstrou que a manutenção da umidade relativa do ar nas áreas de cultivos aumenta também a permeabilidade ao nível do solo, o que, conseqüentemente, aumenta a possibilidade de reposição de mananciais aquáticos subterrâneos e, dessa maneira, também aumenta a biodiversidade florística e faunística (HESPANHOL; LOCATEL; SILVA, 2022). Para isso, foram realizados experimentos em 4 regiões da pesquisa: Natal (RN), Presidente Prudente (SP) e Álvares Machado (SP) e em Florianópolis (SC).

Um dos fenômenos associados ao clima urbano, e que é percebido pela população, são as Ilhas de Calor Urbanas (ICU). Nesse sentido, as pesquisas apontam para a necessidade da presença de vegetação nas cidades para amenizar essas ilhas de calor e, dessa forma, contribuir para o conforto térmico nas cidades.

Para a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura:

A gestão paisagística multifuncional, com a integração da agricultura, terras e florestas, ajuda a tornar as cidades mais resilientes. Isso é feito não apenas com a diversificação de fontes de alimentos urbanos e oportunidades de

renda, mas também mantendo áreas verdes abertas, aumentando a superfície de vegetação e a infiltração aquática, e contribuindo para a gestão sustentável de água e dos recursos naturais. (FAO, 2009, p. 4).

O procedimento metodológico se repetiu nas localidades onde o experimento foi desenvolvido, por meio da instalação de sensores em áreas densamente construídas e em áreas de agricultura urbana e periurbana. Os sensores registravam os dados de temperatura do ar com uma sonda externa. Foram monitorados dados diários por um determinado período. Além disso, foram utilizados dados cedidos por outras fontes de pesquisa (estações meteorológicas, pesquisas acadêmicas) em cada uma das regiões.

Há de se considerar as diferenças das dinâmicas naturais das 4 regiões, pois, por exemplo, no caso de Florianópolis, as dinâmicas naturais desempenham um importante papel, dada sua localização litorânea e as características da cidade. Outra variável foram os períodos em que as coletas de dados foram realizadas: em Natal foram feitas coletas em fevereiro de 2020; em Florianópolis, no mês de março de 2019; e em Presidente Prudente e Álvares Machado no mês de julho de 2017.

De um modo geral, a conclusão a que se chegou é que as áreas com a prática de agricultura urbana analisadas apresentaram intensidades de temperatura menores do que as identificadas nas áreas densamente construídas. Os pesquisadores ainda identificaram a eficiência térmica no período noturno nos locais com esse tipo de vegetação em relação às características de temperatura do ar das cidades pesquisadas.

Os pesquisadores Souza, Silva e Amorim (2022, p. 130), no entanto, ressaltam que é “necessário pensar mecanismos adequados para que suas potencialidades sejam exploradas”. Considerando os benefícios que a agricultura urbana e periurbana podem desempenhar na amenização das temperaturas, elas precisam estar em consonância com as políticas de gestão de territórios e no planejamento das cidades. Para Dubbeling (2014, p. 2):

Redução do efeito de ilha de calor urbana, ao proporcionar mais sombra e reforçar a evapotranspiração; redução dos impactos relacionados com a elevada pluviosidade através de maior armazenamento do excesso de água, mais interceptação e infiltração nas áreas verdes, redução das enxurradas e riscos de inundação relacionados, e uma melhor disposição das águas subterrâneas; e conservação da biodiversidade, ao proteger uma base genética mais ampla e variada de plantas (e animais).

Esse tema se torna mais urgente de ser pesquisado e avaliado diante do quadro das mudanças climáticas que se tornaram evidentes nos últimos tempos, ressaltando-se que “as cidades e alterações climáticas são praticamente inseparáveis, visto que as cidades são os principais contribuintes para os gases de efeito estufa” (DUBBELING, 2014, p. 2). O autor reforça que as mudanças climáticas são reconhecidas pelo Painel Internacional sobre Mudanças Climáticas (IPCC – sigla em inglês) como um dos mais sérios desafios ambientais, sociais e econômicos no mundo atualmente, e que inevitavelmente trará alterações nas condições de vida das populações. Essas mudanças se evidenciarão com o aumento das temperaturas médias, o aumento das precipitações pluviais e a elevação do nível do mar, além de calor extremo, secas e inundações frequentes e intensas (DUBBELING, 2014), realidade que já temos vivido nesse ano de 2022.

Dubbeling (2014) também alerta para o agravamento das ilhas de calor urbanas devido ao aumento da temperatura diurna média em áreas edificadas. Esse fator vai levar ao aumento da demanda de energia para a refrigeração de ambientes e ao aumento de pandemias, afetando a saúde pública e a piora do ar, por conta da poluição atmosférica, afetando também a qualidade e a disponibilidade de água.

## RESUMO DO CAPÍTULO

O segundo capítulo trouxe resultados da pesquisa realizada pelo projeto *Políticas públicas, mercados institucionais e agricultura urbana e periurbana* e as especificações das experiências nas três regiões: Região Metropolitana de Natal, municípios de Presidente Prudente/Álvares Machado e Região Metropolitana de Florianópolis. Aspectos relacionados ao uso do solo urbano e suas implicações marcaram as discussões nas três regiões e a relação dessa questão com o planejamento urbano. O pagamento, isenção e a não incidência de impostos arrecadados pelos municípios, como o Imposto Predial Territorial Urbano, é central nessa questão. De fato, o interesse em transformar áreas rurais em urbanas e, desse modo, poder arrecadar um imposto que permanece no município, é uma questão que implicaria no não avanço de políticas públicas de apoio à agricultura urbana. Relacionado a isso, vincula-se a existência ou não de políticas públicas de acesso à assistência técnica, a insumos, sementes e crédito para ampliação e efetivação de uma produção local, peri e intra urbana. Independentemente dessas políticas, que não estão presentes na maioria dos municípios analisados, e demonstram uma realidade nacional, as agriculturas urbanas acontecem e se apresentam de diversas formas, seja em espaços públicos, como escolas e centros de saúde, ou em espaços públicos ociosos, ou ainda em terrenos maiores, com uma produção em maior escala que abastece mercados locais, feiras livres e entregas de cestas, em função, inclusive, de circuitos mais curtos de comercialização e dessa proximidade da relação com o consumidor.

A agricultura urbana, aliada à preservação da vegetação nas cidades, também pode contribuir para amenizar as ilhas de calor e ampliar o conforto térmico nas cidades. A partir dessas análises preliminares de um recorte de experiências de agricultura no espaço urbano, entraremos no terceiro capítulo, onde a abordagem será dos movimentos que acontecem nas cidades a partir da relação das práticas de agricultura urbana relacionadas também a outros movimentos sociais.

### **3 CAPÍTULO 3 – O ESPAÇO DA AGRICULTURA URBANA: MOVIMENTO NA CIDADE**

A agricultura urbana inserida no planejamento da cidade tem a dimensão de incluir os diversos sujeitos que pensam a cidade, interagem com ela, participam de espaços coletivos e constroem ferramentas de inserção. Estamos nos referindo a uma cidade que não está apenas desenhada nos papéis, projetos e planejamentos institucionais. Os canais de mobilização e participação fazem parte dos ressurgimentos dos movimentos sociais no final da década de 70 e são diversos aqueles pelos quais as pessoas se inserem, sejam eles fóruns, conselhos ou associações. Pereira e Perrin (2017) trata de alguns elementos necessários para que a participação seja considerada de qualidade para o desenvolvimento de uma política pública, a saber: tradição associativa, vontade política, desenho institucional e adesão dos técnicos de planejamento urbano à participação. Além disso, é necessário que haja um engajamento da sociedade civil, sejam indivíduos ou sujeitos coletivos, que definirão as mudanças na sociedade. Para Harvey (2012, p. 74), essas mudanças ocorrem a partir da definição de qual cidade queremos, além disso o autor entende que “essa questão não está dissociada dos laços sociais, dos estilos de vida, tecnologias e valores estéticos que queremos”. Harvey afirma que “o direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade” (HARVEY, 2012, p. 74).

O debate em torno da cidade que queremos envolve conhecer a realidade da cidade, as particularidades que a permeiam e de que forma pode acontecer a participação social nessa construção. Existem algumas ferramentas que nos permitem interagir nesse processo, mas nem sempre acontece um diálogo entre as diversas instâncias que fazem parte da municipalidade e, muitas vezes, não há interesse político para que essa convergência ocorra.

Como já evidenciado no capítulo anterior, as experiências que acontecem no Brasil necessitam de apoio institucional, seja por parte do governo ou de uma organização social, para que avancem aspectos que vão da produção ao consumo e na constituição de redes locais e nacionais de agricultura urbana. Para que isso possa acontecer, faz-se necessário políticas públicas que atendam essa demanda. Neste capítulo pretende-se descrever o que existe nessa construção

### 3.1 A AGRICULTURA NO CONTEXTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS

Jacobi (1980), no artigo *Movimentos sociais urbanos no Brasil*, aponta que os movimentos sociais urbanos podem ser entendidos hoje como um fator diferenciador da sociedade capitalista atual. Sendo que uma característica essencial deles é o questionamento da ação estatal na distribuição de benfeitorias urbanas e dos equipamentos de consumo coletivo.

Se por um lado assumem um caráter econômico, incidindo sobre a qualidade de vida urbana, por outro lado assumem um caráter basicamente político, configurando-se enquanto eixos significativos para se compreender de uma nova forma a dinâmica da realidade urbana a partir das suas contradições. (JACOBI, 1980, P. 221).

Nesse aspecto, Jacobi (1980, p. 222) vai tratar do “novo caráter da problemática urbana que passa a centrar-se nos serviços de consumo coletivo urbano e no papel do Estado como orientador da vida cotidiana”. O autor afirma que as novas bases analíticas incorporam a noção de contradição no contexto da realidade urbana, enfatizando o seu potencial de politização e a possibilidade de gerar mobilizações de diferentes atores sociais. Outro aspecto abordado são esses novos problemas sociais que expressam novas contradições da sociedade capitalista não se explicam somente pelo ângulo capital e trabalho. Os movimentos sociais urbanos e sua relação com o poder público são permeados de conflitos a partir de uma politização, que não se referem apenas a aspectos econômicos e de gestão.

A força social que vai adquirindo uma dinâmica própria, criada pelo antagonismo ao Estado, estabelece condições para a unidade dos protagonistas sociais. Jacobi (1980) finaliza afirmando que o tema do direito à cidadania, da cidade, do cidadão, retrata uma luta pela democratização na distribuição de recursos, dos serviços de consumo coletivo pelo Estado e das próprias características do processo de desenvolvimento e planejamento urbano.

Os movimentos sociais urbanos, segundo Muñoz (2015), surgem a partir de:

Quando en una sociedad quienes menos tienen se agrupan para debatir, proponer y actuar con el objetivo de cambiar las condiciones de vida em la ciudad, constituyen aquello que denominamos movimientos sociales urbanos. Son sociales por su carácter colectivo y por sus objetivos, y urbanos porque la ciudad no es para ellos solo la arena em la que plantean sus demandas, sino también el objeto mismo de su actuación. (MUÑOZ, 2015, p. 8).

No Brasil, nos anos de 1983 e 1984, foram marcadas amplas mobilizações, conhecidas como “Diretas Já”, consideradas como uma das maiores mobilizações da história do Brasil, liderada por partidos políticos que lutavam pela redemocratização do país (SCHERER-WARREN; LUCHMANN, 2015). Após 30 anos, em 2013, uma nova onda de protestos foi marcada pela pluralidade de temas, sob contestação, incluindo melhorias na educação e na saúde, reformas no sistema político e demandas na área da justiça e segurança pública e dos serviços públicos em geral. Anteriormente, nos anos 70, diante do aceleramento da urbanização do país, grupos de moradores da periferia dos centros urbanos e associações de base comunitária se constituíram em importantes espaços de manifestação de conflitos.

Muñoz (2015) segue afirmando que:

De este modo los movimientos sociales urbanos se distinguen de otras acciones colectivas por poner en el centro de su interés la pugna por mejorar las condiciones de residència, el médio ambiente, el espacio público y los servicios, así como la capacidade de los habitantes de cada barrio, de cada território de intervenir em los processos de toma de las decisiones que les afecta.

Los movimientos sociales son generados por gente común que, em determinadas circuntancias, se agrupa para desafiar el orden establecido.....Aquello que caracteriza los movimientos es pues la acción colectiva, que tiene lugar a menudo fuera de los canales establecidos, la presencia de objetivos compartidos, el sentimiento de grupo y su continuidad em el tempo. (MUÑOZ, 2015, p. 66).

Neste sentido, Coutinho (2011) enfatiza que a realização das práticas agrícolas dentro das cidades traz novas possibilidades para compreender os espaços urbanos, que buscam refutar as dicotomias modernas de campo e cidade, natural e artificial, que, de certa forma, afetam diretamente a dinâmica territorial. As práticas de agricultura urbana como práticas espontâneas dividem o espaço urbano com as práticas hegemônicas de uso e ocupação do solo urbano, segundo a autora.

A autora, no entanto, faz um alerta no sentido de que essa ainda é uma discussão frágil, que apresenta desafios para sua efetivação enquanto uma política social, em relação a políticas urbanas e ambientais. Se por um lado ela pode assumir uma forma de um projeto contra hegemônico favorável à cooperação e as transformações sociais, por outro ela pode favorecer um ideário conservador, de forma que se neguem os problemas estruturais, com respostas pontuais às carências urbanas. Ocorre, então, que seria necessário ampliar o debate e viabilizar os diferentes usos que a agricultura urbana poderia vir a ter, como a utilização dos

terrenos baldios para produção de alimentos para as populações de rua, ou para as pessoas desempregadas, tanto para autossustento como para geração de renda.

Almeida (2015) reconhece essa pluralidade de possibilidades da agricultura urbana e as diferentes trajetórias e estórias que nos contam. Acerca disso a autora aponta que:

Perceber o espaço como esfera do encontro (ou não) de trajetórias que coexistem, lutam afetam uma à outra reforça a noção de contemporaneidade dos espaços agrícolas urbanos, em contraposição à idéia de que são apenas resíduos de um tempo passado (retrógrado, antiquado, arcaico) ou incompatíveis com as metrópoles atuais. Esse pensamento imobiliza e inviabiliza, tanto pela prática quanto pela teoria, trajetórias e estórias da agricultura urbana, enquanto facilita o avanço de trajetórias dominantes. Reconhecer a agricultura em diferentes cenários urbanos e a sua coexistência com outras trajetórias no espaço é reconhecer a existência de outras vozes que se diferenciam do que é hegemônico. (ALMEIDA, 2015, p. 179).

O que diferencia a agricultura no espaço urbano é essa possibilidade de troca de experiências e estórias pessoais, que agregadas a outras discussões de pensar a cidade, a caracteriza como um movimento, pois une as pessoas em torno de interesses comuns, pelo bem viver.

Coutinho e Costa (2011) afirmam justamente a dificuldade de acesso seguro à terra urbana para manutenção das práticas de agricultura urbana e a necessidade de relacionar a discussão da agricultura urbana com as dimensões ambientais, sociais e culturais da cidade, diante das concepções vigentes de cidade produtiva, cidade ecológica e cidade sustentável.

As autoras prosseguem afirmando que diante desse contexto começava a se desenvolver um novo quadro paradigmático que pudesse interpretar com maior especificidade os movimentos sociais urbanos emergentes na sociedade brasileira. (COUTINHO; COSTA, 2011). A questão da autonomia dos atores coletivos na sua relação com governos, por um lado, e por outro a multiplicidade de identidades coletivas (trabalhador, mulheres, pessoas em situação de rua etc.) tornaram-se foco de atenção.

Almeida (2016) propõe em sua tese que elementos conceituais da produção social do espaço urbano, da ecologia política e da agroecologia se aproximem. A autora afirma que é possível analisar as contradições e possibilidades da agricultura urbana como um vetor de transformação social. Apesar de que nem toda experiência de produção agrícola na cidade tenha o viés agroecológico, encontraremos em

Florianópolis experiências que optam pela produção orgânica e pelas suas características de relação com outros aspectos, como a compostagem, o uso de sementes crioulas e o uso de técnicas sustentáveis de produção, aproximando-se, dessa forma, dos princípios agroecológicos.

Essa aproximação dos movimentos da agroecologia e agricultura urbana em Florianópolis cria um ambiente de confluências em lutas por políticas públicas que atendam a esses públicos.

A agricultura urbana e periurbana, enquanto tema e pauta de políticas públicas e sociais, é algo bem recente. No contexto brasileiro, nos últimos vinte anos, as organizações da sociedade civil, principalmente com atuação no campo da agroecologia, vêm empreendendo ações, projetos e programas próprios de agricultura urbana em áreas urbanas e periurbanas em diferentes contextos (MATTOS *et al.*, 2015). As organizações da sociedade civil, como a REDE (rede de intercâmbio de tecnologias) com frentes de trabalho na área metropolitana de Belo Horizonte e a ASPTA do Rio de Janeiro (Assessoria e serviços a projetos em agricultura alternativa), por meio do programa de agricultura urbana com atuação na região metropolitana do Rio de Janeiro, introduziram o tema da agricultura urbana no campo do próprio movimento da agroecologia. O CEPAGRO<sup>46</sup> com um programa dedicado à agricultura urbana e periurbana, com mais de dez anos de incidência na Grande Florianópolis, também integra esse contexto. E é a partir do campo da agroecologia, com a agenda da segurança alimentar e nutricional no Brasil, que a importância e a multifuncionalidade da agricultura urbana passam a ser refletidas e integradas à agenda política de diferentes questões em debate no âmbito das políticas públicas e sociais já existentes (SAGAE; BRIGTWELL; GELBCKE, 2017).

### 3.2 A AGROECOLOGIA COMO MEIO E COMO FIM

São diversas as práticas da agricultura urbana, e nem todas são agroecológicas, demonstrando que o espaço urbano também é um campo de disputa. Almeida e Biazoti (2018) afirmam que, nesse sentido, é preciso avançar na desconstrução da dicotomia entre campo e cidade e identificar que há uma luta comum, que é a luta pela terra e o valor de uso dos espaços, enquanto lócus de

---

<sup>46</sup> O Cepagro é uma ONG fundada em 1990 e que desde 2008 atua com o tema da agricultura urbana no seu programa institucional.

produção e reprodução da vida, e segue apontando que se faz necessário que o campo agroecológico incorpore também as cidades como territórios de disputa entre os movimentos sociais de promoção da vida e o sistema agroalimentar industrial capitalista.

A aproximação de campo da agricultura urbana com o campo agroecológico certamente pode contribuir para relacionar e explicitar os princípios e dimensões do enfoque agroecológico aos sistemas produtivos, aos sujeitos sociais e aos territórios urbanos, no sentido de uma "agroecologia urbana". (ALMEIDA; BIAZOTI, 2018, p. 5).

No caso de Florianópolis, poderíamos também pensar em uma transição agroecológica urbana, onde grande parte das práticas são orgânicas, mas que ainda não existe a dimensão da agroecologia, a qual vai além de apenas a forma (ALTIERI; NICHOLLS, 2021).

A estrutura presente em Florianópolis permite que, a partir das formas e funções manifestadas na agricultura na cidade, criem-se processos de transição agroecológica.

A Agroecologia e suas fortes conexões com a promoção da saúde humana e ambiental emerge, portanto, como uma alternativa possível, mas ainda incerta, de re-territorialização das práticas de produção e consumo de alimentos apoiada em cinco eixos principais: Abolição progressiva do uso de pesticidas, enriquecimento da matriz ecológica, revitalização de pequenos agricultores, otimização da agricultura urbana e sistemas alternativos de produção agropecuária. (ALTIERI; NICHOLLS, 2021, p. 251).

Com relação à otimização da agricultura urbana, Altieri e Nicholls (2021, p. 253) reforçam a importância que vem ganhando espaço, "a produção dos alimentos na cidade, visto que, em escala global, essa produção praticamente dobrou nos últimos 15 anos", em um mundo que está cada dia mais urbanizado. Além disso, o consumo de alimentos agroecológicos está relacionado ao aumento da imunidade, melhorando a resistência orgânica diante dos desafios de viroses, que são cada vez mais frequentes.

Para Rob Wallace, faz-se necessário ampliar o conceito de saúde, nos níveis ambientais, físico, emocionais e alimentar, e também refletir e problematizar os fatores que contribuem para mudanças de práticas cotidianas, a partir da incorporação dos princípios da agroecologia (BEZERRA 2021). Para Bezerra (2021, p. 26), é "sob a ótica do Direito Humano à Alimentação adequada, e da promoção da alimentação

saudável, que a agroecologia se conecta com as concepções do campo da Saúde Coletiva”. Bezerra (2021, p. 29) ainda vai afirmar que:

A agroecologia se faz presente a partir das mentes/mãos de quem constrói o conhecimento, planta, colhe, distribui, comercializa, alimenta e nutre, nos fazendo perceber que a construção de uma outra lógica vai além de promover sistemas alimentares locais, eles precisam ser também ambientalmente, culturalmente e socialmente sustentáveis.

Nesse sentido, a agroecologia vem ampliando seu debate em diversos setores, para que sistemas alimentares saudáveis possam fazer parte da perspectiva de políticas públicas e incentivos de governos locais, a fim de que seus benefícios se ampliem para além de pensar em questões produtivas, pensando de forma mais sistemática no conjunto do que se imagina uma saúde integral.

Podemos também identificar que a pandemia de Covid-19 aproximou produtores locais aos consumidores, o que se apresentou como algo positivo, pois fortaleceu a relação direta de quem produz com quem consome. A proposta de tratar de uma transição agroecológica urbana parece ser um caminho interessante a ser percorrido para demonstrar as diversas experiências que se manifestam no Brasil.

Na próxima seção trataremos sobre como surge o Coletivo Nacional de Agricultura urbana e de que forma a aproximação do debate da agroecologia se articulou a construção de políticas públicas relacionadas ao tema.

### 3.3 O COLETIVO NACIONAL DE AGRICULTURA URBANA E SEU PAPEL NA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO MOVIMENTO NACIONAL

O Coletivo Nacional de Agricultura Urbana ( CNAU) surgiu em 2014, a partir de articulações e debates que serão apresentados nesta seção, e para se entender em que contexto ela foi criada, faremos um breve relato do momento histórico em que ela se constituiu.

A partir da posse do Presidente Luiz Inácio da Silva, em 2003, as políticas de combate à fome e à pobreza começam a despontar no Brasil, e com isso as ações de agricultura urbana e hortas comunitárias passam a ter maior visibilidade dentro do governo.

Foi a partir do reavivamento– Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA e da realização das Conferências Nacionais de SAN, que as

demandas da agricultura urbana e periurbana surgiram para serem incorporadas às políticas nacionais. Mattos *et al.* (2015) apresentam essa retrospectiva de construção apontando que, em 2004, houve a criação da Secretaria Nacional de Segurança alimentar e nutricional (SESAN) do MDS (Ministério do Desenvolvimento Social, como “resultado da pressão exercida pela sociedade na II CONSAN<sup>47</sup>, realizada em Olinda/PE, o MDS lança um Programa de Agricultura urbana (AUP), um passo na construção de uma política nacional de AUP” (MATTOS *et al.*, 2015, p. 10).

Em 2007 foi produzido um documento *Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e Diretrizes políticas para sua promoção*, a pedido do Ministério de Desenvolvimento Social, e constituiu-se como um espaço de diálogo entre sociedade civil e poder público. Foi uma pesquisa de âmbito nacional e que identificou experiências em 11 regiões metropolitanas: Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Brasília (DF), Goiânia (GO), Belém (PA), Fortaleza (CE), Recife (PE) e Salvador (BA). Ainda em 2007, o MDS efetivou um programa de apoio à agricultura urbana, a partir da criação dos Centros de Referência em Agricultura Urbana, os chamados CAUPS. Santa Catarina constitui um CAUP, a partir da UFSC, vinculado ao LECERA – Laboratório de Educação do Campo e Estudos da Reforma Agrária, atuando em todo o estado. Sua atuação junto às famílias agricultoras teve uma perspectiva socioprodutiva, em áreas periurbanas.

Algumas mudanças de governo em 2012 fizeram com que a relação entre a sociedade civil e o MDS sofresse um distanciamento, no entanto, as ações nos estados continuaram a ocorrer e, em 2013, no Seminário Nacional do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBBSSAN), ocorrido em Porto Alegre (RS), foi criado um grupo de trabalho em agricultura urbana.

As discussões da agricultura urbana sempre estiveram em diálogo com o movimento da agroecologia e durante o III Encontro Nacional de Agroecologia, no ano de 2014 em Juazeiro (BH), foi formalizado o Coletivo Nacional de Agricultura Urbana, que se constitui como um espaço de fortalecimento e articulação das experiências em curso e uma tentativa de representatividade junto ao governo, buscando o diálogo na construção de políticas públicas. Ainda em 2014, a Comissão Permanente 3, do CONSEA, criou um grupo de trabalho específico para que a discussão da construção da política pudesse avançar, ao mesmo tempo em que foi constituído um Comitê

---

<sup>47</sup> II CONSAN - Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional que ocorreu em Olinda de 17 a 20 de março de 2004.

Técnico na CAISAN – Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Outro material que serve de referência para o debate lançado, também em 2014, é o chamado *Subsídios para uma Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana*.

Além da discussão sobre a constituição de uma política nacional de agricultura urbana, a questão das políticas para o setor foi tratada no âmbito da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – I PLANAPO (MATTOS *et al.*, 2015).

A aproximação do debate sobre a agroecologia e a agricultura urbana, enquanto construção de políticas públicas, desde então se mostrou estreita, devido à participação dos militantes, acadêmicos e gestores públicos em diversos espaços comuns, como os conselhos, fóruns e conferências, que nesse período de governo se constituiu como espaços de diálogo com a sociedade civil, na busca de construção de programas e projetos que pudessem fortalecer a agricultura familiar, a economia solidária e os grupos minoritários (quilombolas, ribeirinhos, assentados e outros movimentos sociais, estivessem eles no meio rural ou urbano).

Nesse processo de construção de políticas públicas, havia um esforço da Articulação Nacional da Agroecologia e do Coletivo Nacional de Agricultura Urbana para que um programa de agricultura urbana pudesse fazer parte do II PLANAPO.

Em 2015, o Deputado Federal Padre João, de MG, apresentou um Projeto de Lei para a constituição de uma política nacional de agricultura urbana, cujo debate volta agora em 2022, para que a política se efetive.

Em fevereiro de 2015 foram realizados dois eventos simultaneamente na cidade do Rio de Janeiro, que colaboraram para um encontro de parte do Coletivo: o Seminário Nacional da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e o Seminário de Abastecimento Alimentar do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Em outubro de 2015 também ocorreu o I Encontro Nacional de Agricultura Urbana (MATTOS *et al.*, 2015).

É importante identificar toda essa mobilização social em torno do tema ocorre no sentido de compreender também a participação de organizações, pessoas e as Universidades, no período indicado, pois foi a partir dessas ações que Florianópolis também foi fortalecendo seu debate acerca do tema, cidade que desde o início esteve presente nesses espaços. O CEPAGRO<sup>48</sup>, ONG sediada em Florianópolis, esteve

---

<sup>48</sup> CEPAGRO - Centro de Estudos e Promoção da agricultura de grupo, fundada em 1990. Disponível em: <https://cepagro.org.br/>. Acesso em: 2 jul. 2022.

presente desde o primeiro momento nessa construção e segue presente na atualidade, participando e mobilizando ações de agricultura urbana no município.

Ainda em 2015, aconteceu então o I Encontro Nacional de Agricultura Urbana, no campus da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, cujo tema foi: "Agroecologia e Direito à Cidade: Cultivando saúde e comida de verdade", e o entendimento sobre agricultura urbana foi:

[...] como uma forma de organização popular urbana que colabora na promoção da autonomia da produção agroecológica, e em novas formas de utilização dos espaços urbanos que reconhecem a natureza nas cidades e mantêm as pessoas em seus territórios. (MATTOS *et al.*, 2015, p. 12).

Nesse mesmo ano aconteceu uma oficina de agricultura urbana, no II Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) em Recife.

A sistematização gráfica do *I Encontro Nacional de Agricultura Urbana*, representada na Figura 23, coloca em evidência o lema do encontro, que era "Direito à cidade e comida de verdade".

Todo este processo de mobilização sofreu o impacto com o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, em 2016, e todos os diálogos foram interrompidos. Mesmo assim, a temática seguiu sendo praticada nos territórios e sendo objeto de pesquisa e interesse acadêmico, pois, além do aspecto produtivo ao qual ela se relaciona, ela também está vinculada ao debate ambiental e social. Moreira aponta o seguinte:

A agricultura urbana, como fenômeno social e político, possui forte conexão com as questões socioambientais e socioespaciais. Por também ser ação política, a discussão sobre a agricultura urbana traz consigo o debate sobre a pobreza, as desigualdades sociais e o desemprego como efeitos do desenvolvimento do capitalismo. Contudo, a agricultura urbana, além de ser uma atividade produtiva, é um processo social que envolve múltiplos atores, múltiplas funcionalidades na vida das cidades- da cidade produtiva e da cidade ecológica-, integra diversos caminhantes, seus lutadores, seus fazedores, como de resto, seus estudiosos e críticos. (MOREIRA, 2008, p. 243-244).

Figura 23 - Sistematização gráfica construída durante o “I Encontro Nacional de Agricultura Urbana”, em 2015 no Rio de Janeiro (RJ)



Fonte: arquivos do Coletivo Nacional de Agricultura urbana – CNAU (2015).

Além disso, desperta o interesse nas conexões que estabelece com a temática da desigualdade de gênero, no modelo de cidade e no espaço urbano, como prossegue Moreira:

[...] a prática e o movimento contemporâneo da agricultura urbana é desafiante, pois é processo nascido na contradição da produção e reprodução da cidade capitalista. Ao mesmo tempo, é trama de ligações e conexões imbricadas em outros movimentos que atuam nas lutas socioambientais, das desigualdades de gênero, de segurança alimentar e de trabalho e renda. Observar o processo, a trajetória e o desenvolvimento da AUP exigem perceber suas conexões e ligações com tais movimentos no tempo e no espaço urbano. (MOREIRA, 2008, p. 244).

E é nesse contexto dos movimentos sociais urbanos e da constituição do Coletivo Nacional de Agricultura urbana que as políticas públicas de agricultura urbana vão se construindo e serão tratadas na próxima seção.

### 3.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE AGRICULTURA URBANA

O debate em torno do conceito de agricultura urbana surgiu no cenário internacional a partir do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN HABITAT), em meados dos anos 80 (CONSEA, 2014).

Outro importante marco internacional para a discussão sobre sistemas alimentares sustentáveis e sobre a política de alimentação urbana foi o Tratado de Roma, assinado em novembro de 1996<sup>49</sup>, na cidade italiana de mesmo nome, cujo objetivo foi criar uma rede de cidades comprometidas com o desenvolvimento e a implantação desses sistemas, onde esteve presente o debate sobre a produção de alimentos na cidade.

“A definição de política pública pode ser conceituada como a ação do Estado proveniente de processos de negociação” (GIACCHÈ; PORTO, 2015, p. 47). As políticas públicas passam, portanto, por caminhos entre negociações, tomadas de decisão, formulação e implementação. E esse caminho conta com a participação da sociedade de um modo geral, que demanda ações específicas de diversas áreas, seja da saúde, educação, meio ambiente, enfim, dos diversos setores que a vida em sociedade exige, participando da efetivação, acompanhamento e implementação das políticas envolvidas nisso. Giacchè e Porto (2015) reforçam que a efetividade dos

---

<sup>49</sup> Disponível em: <http://www.nepp-dh.ufrj.br/fao2.html>. Acesso em: 26 jul. 2022.

impactos das políticas públicas resulta de uma confluência de ações de atores estatais e não estatais

Foi durante a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em Olinda, no ano de 2004, que o antigo Ministério do Desenvolvimento Social, a partir da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), lançou um programa de agricultura urbana, como o início de uma construção de políticas públicas voltadas ao tema. No entanto, foi apenas em 2007 que a mesma secretaria realizou uma pesquisa em parceria com a ONG Rede-Intercâmbio de Tecnologias Alternativas e a IPES – Promoção do Desenvolvimento Sustentável (Lima-Peru), publicando um importante documento denominado *Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção*.

A pesquisa, como já citado, buscou identificar as iniciativas de agricultura urbana em 11 regiões metropolitanas, sendo elas: Belo Horizonte (MG), Curitiba, (PR), Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Brasília (DF), Goiânia (GO), Belém (PA), Fortaleza (CE), Recife (PE) e Salvador (BA). De um universo inicial de 600 iniciativas identificadas, foram aprofundadas 160 experiências, desenvolvidas em 52 municípios das regiões metropolitanas. Foram escolhidas experiências tanto de metrópoles como de municípios medianos e pequenos (com população que variava de 10.000 a 30.000 habitantes, com perfis de urbanização de quase 100% (apesar de haver municípios com taxas que se aproximavam a 35%) e com níveis de pobreza alto (SANTANDREU; LOVO, 2007).

Foi possível observar, a partir dessa pesquisa, que existia uma baixa presença de marcos legais nas regiões e uma ausência de políticas públicas de AUP. Os marcos legais ou a legislação incluem um conjunto de leis (ou normas) pelas quais se governa, e que permitem governar um Estado, abarcando diversas escalas (federal, estadual e local) e temas específicos (SANTANDREU; LOVO, 2007)

No cenário nacional, como já mencionado, a agricultura urbana esteve sempre vinculada aos debates de SAN e, por isso, em relação aos marcos legais, identificaremos que, a partir da Lei n. 11.346/2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) que estabelece um marco legal de agricultura urbana. Para o SISAN:

A alimentação adequada se constitui em direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir esse direito à população. (CONSEA, 2014).

E é dentro da Política Nacional de Segurança Alimentar a (PNSAN<sup>50</sup>) que o “fortalecimento da agricultura familiar e da produção urbana e periurbana de alimentos” deveria ser garantida. Essa seria a primeira normativa que se faz menção expressa à agricultura urbana e periurbana (CONSEA, 2014).

Durante a 3ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em 2007, apresentaram-se avanços significativos na formulação de propostas para subsidiar uma política nacional de agricultura urbana, articuladas com o tema da segurança alimentar e que incluíam questões relacionadas à assessoria, formação e capacitação de pessoas. Além disso, houve formulações que abarcassem a produção, comercialização até chegar ao consumo, e que essa produção tivesse uma base agroecológica. As propostas deveriam ser transversais e que pudessem incluir questões que contemplassem os planos diretores, a questão do urbanismo e o desenvolvimento sustentável, além da inclusão social e melhoria de renda a partir de a perspectiva da economia solidária (CONSEA, 2014).

Apesar de o Programa de Agricultura ter sido lançado em 2004, pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar (SESAN), foi apenas em 2007 que se abriram editais para a implantação dos Centros de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana, as CAAUPs, em regiões metropolitanas. No primeiro edital foram contemplados 12 CAAUPs em regiões metropolitanas e foi constituído um grupo gestor com representações destes centros (MATTOS *et al.*, 2015).

Seguindo nesse resgate histórico em nível nacional da construção de políticas públicas ligadas ao tema, em 2011, durante o IV CONSAN reforçou-se a necessidade de um maior investimento nessa política específica, mas com as mudanças na estrutura do Ministério de Desenvolvimento Social, em 2012, houve uma estagnação das ações e investimentos.

O ano de 2014 é marcado, então, por uma pressão da sociedade civil, com a constituição do Coletivo Nacional de Agricultura Urbana durante o III Encontro Nacional de Agroecologia e a constituição de um GT de agricultura urbana, no âmbito

---

<sup>50</sup> Essa lei é conhecida também como Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN).

do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), e com o CONSEA pressionando o governo a dar respostas à construção da política (MATTOS *et al.*, 2015).

E é no âmbito do CONSEA que outro documento de referência é construído, *Subsídios para uma Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana (AUP)*, que servirá de orientador para a implantação dessa política.

Nesse documento fica indicada a necessidade de uma gestão compartilhada entre sociedade civil e governo para que as demandas intersetoriais de SAN e agricultura urbana possam ser debatidas e implementadas na construção da política e de planos, nos diferentes entes federados. Vale destacar que:

a participação dos entes federados na consecução da Política e do Plano, porém a integração federativa dá-se mediante adesão do ente federado, desde que atendido um conjunto de requisitos, ou seja, a participação dos estados e municípios ao SISAN e seu envolvimento na execução direta depende do interesse político das lideranças estaduais e municipais. (CONSEA, 2014, p. 6).

No caso de Florianópolis o município, apesar de manter o Conselho de Segurança Alimentar, mesmo diante do desmonte do Conselho Nacional, em 2019, que orientava todo o segmento, não possui uma Caisan – Câmara Intersecretarias de Segurança Alimentar e Nutricional, que visa unir as diferentes secretarias e órgãos e empresas públicas municipais que tratam da área da segurança alimentar. Sem um plano específico, fica mais difícil a destinação de recursos para as ações atenderem demandas das áreas de segurança alimentar e da agricultura urbana, que está diretamente relacionada a ela.

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional foi instituída pelo Decreto n. 7.272, de 25 de agosto de 2010. O documento *Subsídios para uma política de SAN* também indica que as normas de uso e ocupação do solo, os planos diretores municipais, as leis orgânicas, as normas de resíduos sólidos, além de outras, influenciam de forma direta e indireta as ações e resultados que a agricultura urbana possa trazer a cidade. Isso inclui, então, leis, portarias, decretos e planos relativos ao tema.

A política de AU, como já explicitado, dialoga com outras políticas, sendo uma delas a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, instituída em 2012 e que faz referência à agricultura urbana, que no seu eixo da produção cita:

Ampliar e fortalecer a produção, manipulação e processamento de produtos orgânicos e de base agroecológica, tendo como público prioritário agricultores/as familiares, assentados/as da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e suas organizações econômicas, micro e pequenos empreendimentos rurais, cooperativas e associações, considerando também os da agricultura urbana e periurbana. (BRASIL, 2018).

Todas as mobilizações para efetivação das políticas públicas de agricultura urbana estiveram estagnadas ao longo da gestão do atual governo. Mesmo a mobilização social seguiu de forma tímida, diante do enfraquecimento dos espaços, como conferências, conselhos e fóruns, que eram espaços onde as organizações, tanto da área governamental como da sociedade civil, tinham a oportunidade de ampliar as discussões.

### **3.4.1 Política pública estadual de agricultura urbana**

Com relação ao estado de Santa Catarina, a Lei n. 17.533, de 19 de junho de 2018<sup>51</sup>, instituiu a Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana. Para efeito da lei são consideradas agricultura urbana:

[...] atividades de lavoura, de cultivo de flores, plantas medicinais e espécies frutíferas, de extrativismo vegetal, de produção de mudas, de gestão de resíduos orgânicos e de produção artesanal de alimentos para o consumo humano desenvolvidas em áreas urbanas e de acordo com o Plano Diretor do Município. (SANTA CATARINA, 2018).

A referida lei indica que a política será desenvolvida pela Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, em colaboração com a Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação. São beneficiários prioritários da política estadual as pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, mapeadas pelo Cadastro Único, os fornecedores de alimentos vinculados ao PAA<sup>52</sup> no estado e os projetos comunitários de agricultura urbana.

---

<sup>51</sup> Política Estadual de Produção Orgânica de Santa Catarina. Disponível em: [http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2018/17533\\_2018\\_lei.html#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2017.533%2C%20DE%2019%20DE%20JUNHO%20DE%202018&text=Institui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Estadual%20de](http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2018/17533_2018_lei.html#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2017.533%2C%20DE%2019%20DE%20JUNHO%20DE%202018&text=Institui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Estadual%20de). Acesso em: 2 jul. 2022.

<sup>52</sup> PAA – Programa de Aquisição de Alimentos.

Art. 2. São objetivos da Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana:  
I – contribuir com a ordenação do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana;  
II – combater a fome;  
III – incentivar a produção de alimentos saudáveis por meio de práticas agrícolas sustentáveis;  
IV – incentivar a geração de emprego e renda;  
V – promover a inclusão social;  
VI – incentivar o associativismo; e  
VII – incentivar a venda direta do produtor ao consumidor.

Mais recentemente, em 18 de setembro de 2021, foi sancionada a Lei n. 18.200, que institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO), que estabelece para efeito da lei que agricultor urbano é

aquele que desenvolve atividades agropecuárias, extrativistas e de transformação nos espaços urbanos, articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades, voltadas ao autoconsumo, trocas, doações ou comercialização, de forma segura, eficiente e sustentável. (SANTA CATARINA, 2021).

A lei incluiu como objetivo incentivar e fortalecer a produção orgânica em áreas urbanas. Mesmo com a existência de projetos de lei e políticas de incentivo, concretamente no estado não existem apoios específicos para a produção da agricultura urbana, até onde há conhecimento.

### **3.4.2 Política municipal de agricultura urbana em Florianópolis (SC)**

Florianópolis, dentro do contexto histórico da construção das políticas de agricultura urbana e agroecologia em nível nacional, vem sendo considerada uma referência, no sentido de tratar temas como a compostagem e gestão de resíduos, e também a partir da participação da sociedade civil nos processos de elaboração e construção de legislações específicas do tema, além de contar também com uma representação na Câmara de vereadores, o vereador, Marcos José de Abreu – Marquito, que legisla a partir da bandeira da justiça social e agroecologia, cujo mandato leva o nome de *Mandato agroecológico* e que se configura como um diferencial nestes processos políticos. No entanto, apesar de Florianópolis ter avanços em marcos legais, sua efetivação esbarra nas disputas políticas partidárias locais. Dentre das proposições aprovadas no mandato do vereador Marquito, e que se relacionam com a agricultura urbana de alguma forma, vamos encontrar:

- Política Municipal de Agroecologia, Lei Ordinária n.10.628 de 2018 que institui práticas de incentivo às hortas urbanas, produções orgânicas e ao direito à alimentação.
- Floripa Zona Livre de Agrotóxico- Lei Ordinária n. 10.501 de 2019 que proíbe a aplicação de agrotóxicos na ilha
- Lei da Compostagem Lei Ordinária n. 10.501 de 2019 que garante que a compostagem de resíduos orgânicos da cidade
- Direitos da natureza - emenda à lei Orgânica n. 047 de 2019 que reconhece a natureza como sujeito que deve ser preservada pelo direito inato de existir.
- Leis orçamentárias (LDO e LOA) orçamentos para as ações relacionadas à Agroecologia e Segurança Alimentar, como o Programa 116
- Segurança Alimentar, Lei ordinária n. 10.436 de 2018 que traz maior controle e representatividade da sociedade civil ao CONSEA de Florianópolis.

Cabe destacar que a participação social nesses processos em Florianópolis, a partir das organizações não governamentais, como a da Rede Semear e de um conjunto de outros coletivos que movimentam a cidade, com pautas específicas como a questão indígena, a questão da mobilização em torno de reivindicações de direitos as pessoas em situação de rua, do movimento feminista criam um ambiente favorável para que os movimentos urbanos presentes, também mobilizam pessoas e organizações quando se trata de reivindicações coletivas.

### 3.5 OS PLANOS DIRETORES DE FLORIANÓPOLIS E AS RESTRIÇÕES AOS USOS AGRÍCOLAS

Todo o processo de urbanização traz consigo a história da sucessão de formas de produção, de distribuição social e territorial das sucessivas divisões de trabalho. Cada período representa as diferentes formas de arranjos socioespaciais na economia e na urbanização (PEREIRA; DIAS, 2011). A urbanização na atualidade contém a especialização, a integração e a diversificação econômica que serve de dinâmica para explicar as diferentes distorções que as cidades traduzem nas condições de vida dos seus habitantes (PEREIRA; DIAS, 2011).

O histórico da evolução das práticas agrícolas na Ilha de Santa Catarina caracteriza esses processos de transformação que se desenvolveram e as implicações que ocasionaram a partir da urbanização e a especialização econômica.

A Ilha de Santa Catarina se localiza na Região Sul do Brasil, é a capital do estado, ganhando destaque por isso, e sua área territorial abrange 426,6 Km<sup>2</sup>( além

de uma pequena península continental com 12,1 Km<sup>2</sup>, totalizando 436,4 Km<sup>2</sup>)<sup>53</sup> e apresenta-se separada do continente pelas Baías Sul e Norte. Segundo estimativas do IBGE, em 2021<sup>54</sup> Florianópolis possuía 516.524 habitantes. Da sua área total, 42% do seu território é enquadrado como APP – Área de Proteção Permanente, o que lhe confere características próprias de ocupação e desenvolvimento (IBGE, 2021a),

Para que se possa compreender como as questões imobiliárias e a luta por espaços se dá, também é importante identificar algumas informações, como os dados que a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC)<sup>55</sup>, que indicava que no ano de 2015 Ilha de Santa Catarina possuía 3100 cabeças de bovinos com 324 criadores, 1.116 cabeças de equinos com 185 criadores, 470 cabeças de caprino com 29 criadores e 366 cabeças de ovinos com 23 criadores). Os rebanhos estavam localizados na região norte da Ilha em: Rio Vermelho, Sítio do Capivari/Ingleses, Cachoeira do Bom Jesus, Canasvieiras/Canto do Lamim, Vargem Grande, Vargem Pequena, Ratoles e Barra do Sambaqui; e no sul da Ilha: Rio Tavares, Campeche, Tapera, Ribeirão da Ilha, Caieira da Barra do sul e Costa de Dentro. No entanto, dentro dessa distribuição existem questões, tais como uma proprietária para 2 ou 3 animais, utilizados especificamente para carros de boi, da mesma forma, que “um número pequeno de cabeças de boi são atribuídas como um gado familiar, adquiridos para um consumo familiar do leite, e algumas criações são destinadas ao corte para venda” (FERREIRA, 2018, p. 139).

No entanto, se formos identificar as áreas rurais a partir do Plano Diretor vigente desde 2014, não encontraremos as áreas rurais onde esses rebanhos possam ser criados. A partir desse plano de 2014, as áreas rurais foram extintas, e o que há nessas áreas, anteriormente enquadradas como áreas rurais, são as áreas denominadas agora de Área Residencial Rural (ARR), e as outras são AUEs, Áreas de Urbanização Especial. De acordo com a Lei n. 482/2014:

---

<sup>53</sup> Informação Disponível em : <https://www.infoescola.com/brasil/ilha-de-santa-catarina/>. Acesso em 21 set.2022.

<sup>54</sup> IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/florianopolis/panorama>. Acesso em: 2 jul. 2022.

<sup>55</sup> Cf. ROSA, Edson. Criação de bovinos é alternativa econômica, de lazer e subsistência no interior da Ilha. **Jornal Notícias do Dia**, Florianópolis, 20 jan. 2015. (apud FERREIRA, 2018, p. 139).

II - Área residencial Rural (ARR) - onde coexistem usos urbanos e rurais de pequeno porte suportados por uma estrutura viária e fundiária local, destinadas à produção agrícola e agropecuária familiar; e III- área de Urbanização Especial (AUEs) - grandes áreas urbanizáveis a partir de projeto amplo, que reserva setor predominante para preservação ambiental e adensa área remanescente, criando novas centralidades, caracterizadas pela mescla de funções e espaços humanizados. (FLORIANÓPOLIS, 2014).

Essa situação se relaciona diretamente com os impostos que o município arrecada, pois, sendo totalmente urbano, o imposto pago seria o IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano). No entanto, alguns proprietários de terrenos na Ilha, seguem pagando o ITR (Imposto Territorial Rural), arrecadado pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, pois, segundo o próprio INCRA, o que define as características de rural seria o uso feito das áreas (INCRA, 2021). Em Florianópolis podemos encontrar grandes áreas com algumas cabeças de gado, garantindo o pagamento do ITR em vez do IPTU e, de certa forma, garantindo áreas de reserva para a especulação imobiliária. Para o Sistema Nacional de Cadastro Rural<sup>56</sup> ficaria assim a classificação: Módulo Fiscal (MF) em Florianópolis = 7 hectares; minifúndio: inferior a 1 módulo fiscal; pequena propriedade = 1 a 4 MF; média propriedade = 4 a 15 MF; e grande propriedade = acima de 15 MF (INCRA, 2021).

Retomando um pouco essa questão em relação aos planos diretores, até para compreender como chegamos até o plano atual, vamos encontrar o primeiro Plano Diretor de Florianópolis, aprovado em 1954 e aplicado até 1976. Campos (2004) indica que o segundo Plano Diretor, elaborado em 1976, dava ênfase à questão metropolitana regional e buscava fazer de Florianópolis um polo integrador de Santa Catarina.

O Plano Diretor de 1976 traria as definições das áreas de expansão da cidade, criando duas zonas urbanas, um setor militar, um universitário, um industrial e um pesqueiro, que se localizava ao longo da BR-101, e uma segunda área no interior da Ilha, que ia do Morro das Pedras à Joaquina, abrangendo a faixa litorânea. Nessa faixa se localiza a planície do Campeche, considerada então como a principal zona de expansão da cidade (REIS, 2002).

Apesar do desejo de que a cidade de Florianópolis se industrializasse,

---

<sup>56</sup> SERPRO. Disponível em: <https://sncr.serpro.gov.br/sncr-web/public/pages/index.jsf?faces-redirect=true&windowId=777>. Acesso em: 15 jul. 2022.

[...] a cidade não se industrializa, como previsto no Plano de 1954 e nem vira um grande pólo de desenvolvimento como propunha o Plano de 1976, e nas últimas décadas, turismo e tecnologia apresentam-se como suas grandes fontes de desenvolvimento econômico. (LENZI, 2010, p. 63).

Foi a partir do Plano Diretor dos Balneários, de 1985, que se criaram áreas distintas de desenvolvimento do setor turístico, sendo elas a Área Turística Residencial (ATR) e a Área Turística Exclusiva (ATE). A proposta naquele momento era incentivar e expandir o setor, para, dessa forma, incentivar a instalação de hotéis e equipamentos turísticos em áreas próximas ao mar (REIS, 2002).

Mesmo havendo uma proposta de realização de um diagnóstico que buscasse manter as áreas destinadas à agricultura, isso de fato não ocorreu, pois com o aumento da infraestrutura e facilidade de acesso, essas áreas foram sendo ocupadas de forma clandestina e sendo vendidas a partir de loteamentos (REIS, 2002).

Além disso, com o Plano Diretor dos Balneários, muitas áreas rurais localizadas nos bairros Campeche, Ingleses, Lagoa da Conceição, Ratoes e Rio Vermelho foram transformadas em áreas de expansão urbana.

No ano de 1997 houve uma revisão desse plano, que foi atualizado pela Lei Complementar n. 001/1997, nomeado de *Plano Diretor do Distrito Sede do Município de Florianópolis*, e nesse plano se destacavam as questões voltadas à preservação ambiental, ao desenvolvimento econômico e turístico da cidade e ao controle do uso e ocupação do solo (CAMPOS, 2004).

Em Florianópolis, o debate acerca da utilização dos espaços rurais se faz presente na atualização do Plano Diretor do município (vigente desde 2014), como comentado anteriormente. Se de um lado há um grupo minoritário entende que seja importante manter, ou melhor, definir as áreas rurais, para preservar estas áreas da especulação imobiliária e manter a produção de alimentos, favorecendo um circuito curto entre produtor e consumidor, por outro lado, o interesse na valorização imobiliária e expansão das áreas urbanas se contrapõem aos interesses dos pequenos agricultores. Fica claro também o embate entre os interesses públicos e privados.

Rocha (2015) realizou uma pesquisa apresentada em sua dissertação de mestrado<sup>57</sup> que trouxe elementos de discussão da participação social em torno da

---

<sup>57</sup> ROCHA, Danuza. **O direito à cidade e a organização social em torno do Plano Diretor de Florianópolis**. 2015. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

construção do Plano Diretor do município, tratando do tema da política urbana e relatando a participação dos movimentos sociais nessa construção e na luta pela gestão democrática e participativa em torno do debate do direito à cidade. Rocha (2015) destaca também a importância do Movimento Nacional pela Reforma Urbana que impulsionou a discussão acerca dos direitos relacionados à vida urbana. Dentro desse contexto, debates de fundo, como a função social da propriedade e a participação e controle social sobre os processos de urbanização brasileira são tratados como elementos que suscitaram amplo debate nos processos de democratização do planejamento urbano.

A participação social na elaboração e construção de Planos Diretores se baseia nos instrumentos legais dentro do planejamento urbano, tais como a Constituição de 1988 e o Estatuto da Cidade de 2001. Segundo Saule e Rolnik (2001, p. 5):

As inovações contidas no Estatuto situam-se em três campos: um conjunto de novos instrumentos de natureza urbanísticos voltados para induzir- mais que normatizar as formas de uso e ocupação do solo; uma nova estratégia de gestão que incorpora a idéia de participação direta do cidadão em processos decisórios sobre o destino da cidade e a ampliação das possibilidades de regularização das posses urbanas, até hoje sitiadas na ambígua fronteira entre o legal e o ilegal.

Apesar de haver a construção do Plano Diretor, seguindo essas orientações e depois de longo processo, que durou anos, todas as contribuições da população foram desconsideradas, e o Plano Diretor vigente não retrata essa participação social. O final do ano de 2021 e início de 2022 foram marcados pela retomada de discussões acerca do Plano Diretor.

O Plano Diretor é o que define as políticas de uso e ocupação do solo, cabendo aos municípios legislar sobre o tema, impactando, desse modo, no zoneamento e uso das áreas, definindo então as áreas que são consideradas rurais ou urbanas. Apesar das diretrizes de um processo participativo de construção dos planos diretores, os interesses econômicos e políticos, muitas vezes, senão na maioria, sobrepõem-se aos interesses da população. Isso se reflete na questão da delimitação das áreas urbanas e rurais, geralmente representando os interesses do capital imobiliário e econômico instalado.

O macrozoneamento tem um papel definidor para as distinções do que seria urbano e o que seria o rural, impactando na destinação de uso socioambiental e

econômico do território (FERREIRA, 2018). “A existência do macrozoneamento rural foi concebida para o município de Florianópolis com a intenção de criar áreas que pudessem conter o crescimento urbano” (FERREIRA, 2018, p. 180). Seria também de alguma forma, para servir de manutenção de áreas ambientalmente vulneráveis

O atual Plano Diretor vigente, aprovado em 2014, extingue as macroáreas rurais. O impacto disso está na possibilidade de parcelamento do solo. Até então era permitido o parcelamento do solo a partir de 5000 metros quadrados e no plano atual essa metragem baixa para 2500 metros quadrados, impactando em questões sociais e ambientais nas regiões em questão. O fim das áreas rurais, agora configurada como ARR (Área Residencial Rural), permitirá usos urbanos e rurais para estas áreas.

Um outro aspecto a ser considerado é a criação dos AUEs:

III - área de Urbanização Especial (AUEs) - grandes áreas urbanizáveis a partir de projeto amplo, que reserva setor predominante para preservação ambiental e adensa área remanescente, criando novas centralidades, caracterizadas pela mescla de funções e espaços humanizados. (FLORIANÓPOLIS, 2014).

O termo “projeto amplo” dá margem à possibilidade de que o parcelamento do solo e ocupação não necessariamente que tenham que seguir o que o Plano Diretor definiu para a área em questão. As AUES se localizam em locais de forte especulação imobiliária, o que aponta para um risco de uma ocupação impactante no processo de dessas áreas. Ferreira (2018) aponta-nos alguns dos riscos dessa nova caracterização:

Assim, ainda que os projetos destinados às áreas de AUES devam respeitar certos critérios, o fato de permitir a alteração do zoneamento, bem como de dimensão de lotes e dos limites de ocupação, abre um precedente gigante para a ocupação de áreas de grande extensão territorial, com fortíssimo valor agregado e que estiveram zoneadas (muitas delas), no plano anterior ao de 2014, como áreas de exploração rural, ou seja, áreas onde o parcelamento do solo tinha que obedecer critérios rígidos (5.000 metros quadrados como lote mínimo).

O órgão responsável pela elaboração do atual Plano Diretor foi o IPUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. As áreas rurais ficam apenas delimitadas pelas ARRs (Área Residencial Rural) que, segundo a Lei Complementar n. 482/2014, considera estas áreas como “onde coexistem usos urbanos e rurais de pequeno porte suportados por uma estrutura viária e fundiária rural, destinadas à produção agrícola e agropecuária familiar.” (FLORIANÓPOLIS, 2014). Essas áreas estão incluídas nas áreas de transição urbana. O impacto dessa definição está no

avanço das áreas urbanizadas, com aumento das áreas edificadas, ocupação desordenada e as consequências de uma densidade populacional que causa impacto socioambiental nestas regiões. A especulação imobiliária e a valorização de determinadas áreas vão configurando essa ocupação. De acordo com a Lei n. 482/2014:

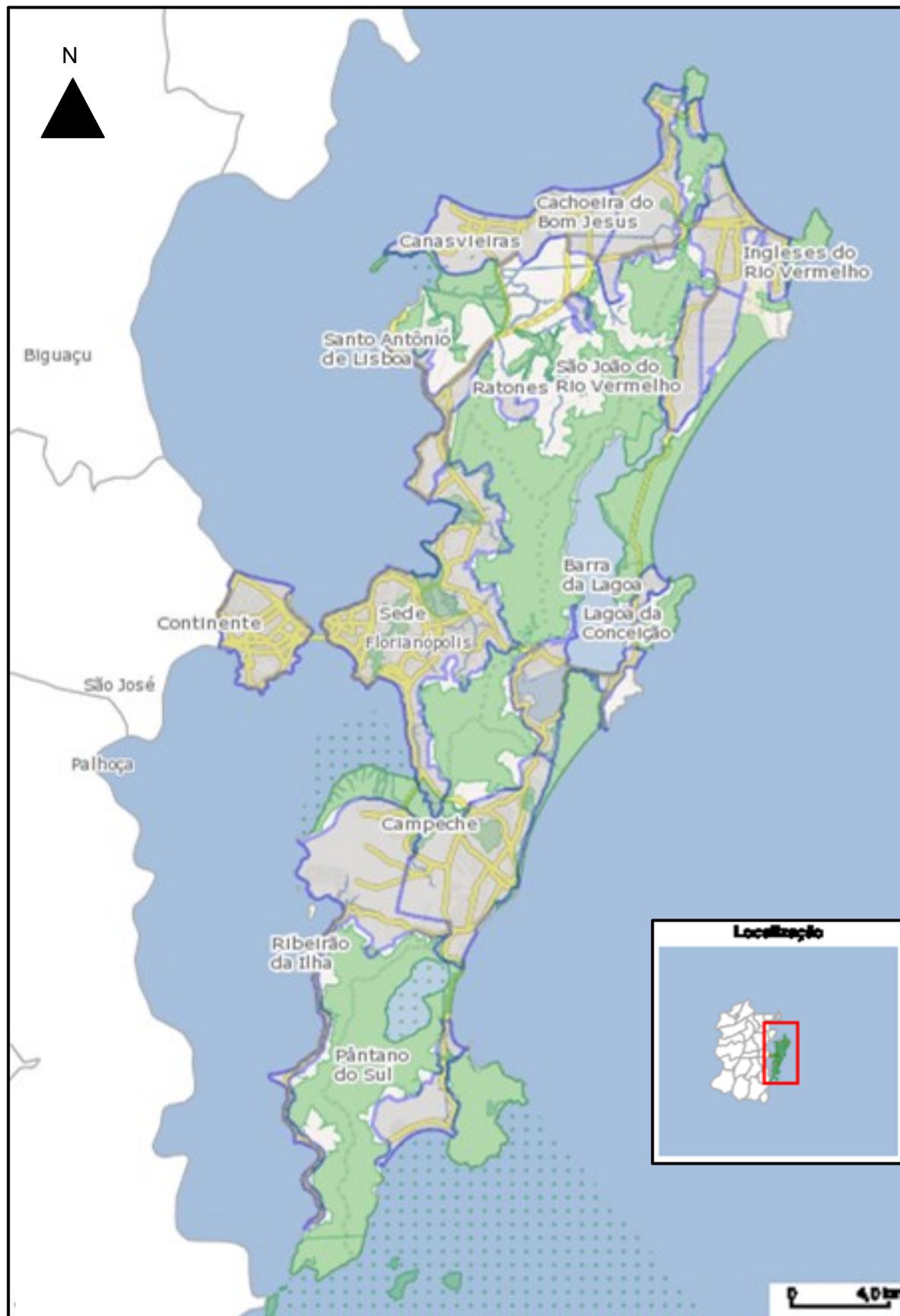
**II - Área residencial Rural (ARR)** - onde coexistem usos urbanos e rurais de pequeno porte suportados por uma estrutura viária e fundiária local, destinadas à produção agrícola e agropecuária familiar; e **III - área de Urbanização Especial (AUEs)** - grandes áreas urbanizáveis a partir de projeto amplo, que reserva setor predominante para preservação ambiental e adensa área remanescente, criando novas centralidades, caracterizadas pela mescla de funções e espaços humanizados. (FLORIANÓPOLIS, 2014, grifo nosso).

Apesar dessa situação da não existência de uma área denominada rural em Florianópolis, fica muito evidente que o urbano se mistura a esse rural, deixando marcada essa questão de urbanidades no rural. “A “urbanização do rural” pode ser considerada pela ideia de um continuum, em que haveria graus distintos de urbanização do território” (RUA, 2006, p. 90). A Figura 24 ilustra, em seu lado esquerdo, as áreas de Unidades de Conservação que cobrem grande parte da extensão da Ilha, e que estão sendo consideradas dentro de uma área urbana, como demonstra a imagem do lado direito do mapa.

Também encontramos uma concentração da produção agrícola na Ilha na parte sul, no Sertão do Peri, que está dentro de uma área de preservação permanente e é considerada área urbana, apesar de ter características de uma área rural, conforme representado na Figura 25.

Já no norte da Ilha, onde também estão presentes agricultores que produzem de forma comercial, as áreas de produção agrícola estão dentro de uma área considerada urbana, da mesma forma que ocorre no sul da Ilha, com características rurais, conforme a imagem do mapa da Figura 26.

Figura 24 - Mapa de comparativo entre as áreas de unidades de conservação (cor verde) e perímetro urbano (destaque em azul) do município de Florianópolis (SC)



Fonte: disponível em <http://geo.pmf.sc.gov.br>. Adaptado por Lincon Broering Bruno (2022).

Figura 25 - Mapa de localização do Bairro Sertão do Peri, em Florianópolis (SC), em relação às áreas de preservação (cor verde)



Fonte: disponível em <http://geo.pmf.sc.gov.br>. Adaptado por Lincon Broering Bruno (2022).

Figura 26 - Mapa de localização do Bairro Ratores, em Florianópolis (SC), em relação às áreas de preservação (cor verde)



Fonte: disponível em <http://geo.pmf.sc.gov.br>. Adaptado por Lincon Broering Bruno (2022).

Para o debate acerca da agricultura urbana em Florianópolis, essas questões que se relacionam à caracterização das áreas rurais e urbanas têm impacto, por exemplo, na questão do acesso às políticas públicas de financiamento. O caminho inicial para que o agricultor possa receber o apoio seja de assistência técnica, por um órgão público, como a EPAGRI, para poder acessar a um PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), ele obrigatoriamente tem que possuir uma DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF.

Para ter uma DAP, alguns critérios são exigidos, entre eles o agricultor teria que ter no máximo até **4 módulos fiscais (em Florianópolis são 48 hectares)** de produção própria; ele tem que morar na propriedade ou próximo; a renda majoritária tem que ser da propriedade, da unidade familiar, e, somando todas as rendas, mais da metade tem que ser da propriedade; a força de trabalho tem que ser majoritariamente familiar; e a renda bruta anual não pode ultrapassar a R\$ 360.000,00 (BRASIL, 1996). Em 2022, a partir de consulta pelo site<sup>58</sup>, identificou-se 36 DAPs ativas em Florianópolis, incluídos agricultores, maricultores e pescadores.

Para efeito de legislação, a partir do Decreto Lei n. 57, de 18 de novembro de 1966, que altera dispositivos sobre lançamento e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural:

Artigo 15. O dispositivo no art.32 da Lei n. 5172, de 25 de outubro de 1966, não abrange o imóvel de que, comprovadamente, seja utilizado em exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agro industrial, incidindo assim, sobre o mesmo, o ITR (imposto territorial rural). (BRASIL, 1966).

Portanto, o imóvel que comprovadamente seja utilizado em exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agro alimentar pagará apenas o ITR, mesmo que o zoneamento do Plano Diretor do município esteja como zona urbana. Para o IBGE (2017) existem 212 estabelecimentos rurais cadastrados no município.

As questões das indefinições sobre a caracterização, seja das áreas agrícolas, seja das questões tributárias, impactam diretamente na definição, na categorização do agricultor urbano e também na construção das políticas e, conseqüentemente, do acesso a elas.

---

<sup>58</sup> Disponível em: <http://smap14.mda.gov.br/extratodap/>. Acesso em: 19 jul. 2022.

## RESUMO DO CAPÍTULO

O terceiro capítulo teve o objetivo de trazer um histórico da mobilização social em torno da temática da agricultura urbana, iniciando com um panorama dos movimentos sociais urbanos, dos elementos da discussão da agroecologia e da sua aproximação com o debate da agricultura urbana, para chegar na construção do Coletivo Nacional de Agricultura Urbana. Também neste capítulo foram apresentadas as políticas públicas que dialogam com o tema e, em nível nacional, estadual e municipal, foram trazidos os processos de avanços e recuos da discussão da presença das áreas rurais em Florianópolis. Essa discussão está diretamente relacionada com a construção do Plano Diretor da cidade, que não considera as áreas rurais presentes na Ilha. Apesar do Plano Diretor de Florianópolis negar a existência das zonas rurais, a agricultura e as ruralidades estão presentes na cidade. Basta caminhar por alguns bairros para identificar cultivos agrícolas, seja nos espaços escolares, em unidades de saúde e centros de referência social, em espaços públicos e mesmo na Universidade.

*A cidade em movimento*, o quarto capítulo desta tese, tratará diretamente das práticas e técnicas existentes em Florianópolis, da diversidade de experiências e de que forma esse movimento na cidade cria a condição para uma cidade em movimento.

## **4 CAPÍTULO 4 – PERSPECTIVAS DA AGRICULTURA URBANA EM FLORIANÓPOLIS (SC): A CIDADE EM MOVIMENTO**

### **4.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS**

A pesquisadora historiadora Ferreira (2018), em sua tese, trouxe uma importante contribuição às questões históricas e contemporâneas da constituição da população da Ilha de Santa Catarina. Ela nos conta que cerca de seis mil migrantes das ilhas de Açores e Madeira chegaram à Ilha de Santa Catarina no século XVIII (1748-1756), trazendo elementos da cultura açoriana que ainda hoje percebemos, como, por exemplo, o artesanato da renda de bilro, a manufatura de tecidos e algumas práticas de olaria decorativa e utilitária bem como as práticas na construção naval, de engenhos e de carros de boi, além da cultura da caça da baleia, esta última hoje não mais permitida na costa brasileira (FERREIRA, 2018).

A população migrante formou os primeiros lugares na Ilha, sobrevivendo da pesca e do cultivo da mandioca, na época o principal cultivo, seguido da produção de cana-de-açúcar, amendoim, milho e o café, bastante cultivado à sombra das árvores, por isso conhecido como café sombreado, o que era feito para proteger a lavoura das geadas. Eles também construíram engenhos de farinha e moendas de cana, onde se fabricava o açúcar, o melado e a cachaça, e também onde se criavam os animais (CECCA, 1996).

A existência da agricultura urbana em terras públicas e de uso comum é uma realidade recorrente no Brasil e não está necessariamente determinada pelo desenvolvimento do capitalismo, mas pela sua formação socioespacial que, conforme Campos (2002), evidencia algumas categorias cuja gênese é encontrada no passado luso, entre elas estão os aspectos ligados à terra de caráter público e àquelas de natureza comunal. O regime de posses sempre esteve presente no País, segundo Campos. Esse regime favorecia aos pequenos produtores, aos ex-escravos e aos índios destribalizados, além de outras categorias.

No período que marcou a Independência (1822) e a Lei das Terras (1850) foi quando o regime de posses foi reconhecido. Segundo Peluso Jr. (1985, p. 49 apud CAMPOS, 2002, p. 117):

As posses ocorreram desde o início do povoamento paralelamente às concessões de sesmarias. Quem chegasse a qualquer área em que não houvesse morador, nela instalava-se passando a considerá-la sua, lançando árvores seus sinais, ou fincando marcos, ou ainda tomando rios ou montanhas como limites de suas terras. O governo Imperial, por lei de 1850, reconheceu essa situação, determinando que cada posseiro registrasse, na igreja da paróquia, as terras que considerasse suas.

Também foi comum neste período o uso de terras de forma coletiva, e o usufruto de espaços e bens naturais, o que ocorreu não somente na Ilha de Santa Catarina, mas também em outras regiões do Brasil.

Com relação à Lei de Terras, ela estabelecia que as terras devolutas, no caso as de domínio público, e as terras ociosas somente poderiam ser adquiridas por meio de compras, na forma legal. A Lei de Terras também criou normas que legalizavam o registro e a posse dessas propriedades. A Lei de Terras estabeleceu que as terras devolutas, isto é, aquelas de domínio público ou ociosas, somente poderiam ser adquiridas legalmente por meio da compra. Além disso, a mesma lei estabeleceu normas para legalizar a posse e o registro da propriedade.

A Lei das Terras<sup>59</sup> vai caracterizar as terras devolutas como:

ART.3. São terras devolutas:

§1. As que não acharem applicadas a algum uso público nacional, provincial ou municipal.

§2. As que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do governo geral ou provincial, não incursas em commissio por falta de cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura.

§3.As que não se acharem dadas por sesmarias ou outras concessões do governo, que, apesar de incursas em comisso, forem revalidadas por esta lei.

§4.As que não se acharem occupadas por posses que apezar de não se fundarem em titulo legal, forem legitimadas por essa lei. (BRASIL, 1850).

As terras devolutas, ao longo do tempo e dentro da legislação estadual, tornaram-se progressivamente objeto de apropriação individual, visto que não se estabelece uma diferenciação entre as terras de uso comum de outras formas de terra pública (CAMPOS, 2002). No período que prevalecia a tradicional economia açoriana na Ilha de Santa Catarina, a relação que se tinha com a terra era de um importante valor de uso, e independia da relação que o produtor tinha com ela, seja de proprietário, posseiro ou de apenas de usufruto.

---

<sup>59</sup> Lei das terras. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm). Acesso em: 2 jul. 2022.

É possível verificar-se uma aproximação em relação à questão do uso das hortas comunitárias em algumas experiências atuais, onde muitas vezes se produz para o autoconsumo e doação, e não para venda, caracterizando um valor de uso da terra. No entanto, isso apresenta um risco, quando a produção se dá em espaços públicos, em que a qualquer momento a área pode ser solicitada para outro fim .

Campos (2002) considera que um dos fatores que tornaram as áreas propícias para o uso comum foi a distância, além das dificuldades de acesso, ou solos não tão fáceis de cultivo e matas fechadas, entre outros desafios. Todo esse processo de apropriação reflete o regime de terras do Brasil. Foram várias as áreas distribuídas por sesmarias, bem como muitos os espaços ocupados em forma de posse. Já as terras de uso comum foram aos poucos desaparecendo e novas formas de uso comum vêm se apresentando, a partir da agricultura.

Já se percebe, ao longo do século XIX, mudanças no quadro da produção agrícola, mostrando um certo declínio, não somente na Ilha de Santa Catarina, mas em outras regiões do País, sendo a urbanização um dentre outros motivos para que esse fato ocorresse. Também nesse período há um crescimento da produção agrícola fronteiriça da Ilha, a parte Continental, fazendo com que a população passe também a consumir os produtos agrícolas de locais mais distantes, não apenas da produção da Ilha.

Já a partir do século XX, com o crescimento da industrialização e urbanização dominando o cenário econômico e social, o turismo também começa a se evidenciar nas áreas litorâneas, fazendo com que o solo passe a se tornar um produto de mercado, perdendo sua função social.

Seguindo na contextualização que Ferreira (2018) nos traz, a autora cita que já nas décadas de 1950 e 1960 os símbolos de modernidade estavam muito atrelados ao crescimento da produção industrial e que o “progresso” estava muito vinculado aos discursos médico-higienistas do início do século, justificando as reformas urbanas, preconizando a mudança da sociedade agrícola para a sociedade industrial (FERREIRA, 2018, p. 70).

Nesse período foram criados aparelhos estatais, como: a Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (ACARESC), em 1956; o Tribunal de Contas do Estado, em 1955; a Secretaria do Trabalho, em 1956; e a Comissão Estadual de Energia Elétrica, em 1951, que resultou nas Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc), em 1955.

Na década de 1960 houve a abertura da Avenida Rubens de Arruda Ramos, na área central de Florianópolis e a criação da Universidade Federal de Santa Catarina. A presença da Universidade serviu também para atrair migrantes de outros centros que buscavam a capital catarinense para trabalhar ou estudar (FERREIRA, 2018, p. 75).

O projeto desenvolvimentista, vai tomando espaço, com investimentos governamentais e do setor privado, e deixando de lado o debate do planejamento urbano, justificando um planejamento territorial.

Já na década de 70, buscava-se transformar Florianópolis com ares de modernidade, onde o turismo era a prioridade. Já na década de 80, além do turismo, a indústria da construção civil também se demonstrava consolidada.

Podemos considerar que nesse período houve uma forte migração campocidade, além de uma vinda de pessoas para estudarem e também para ocuparem cargos em órgãos públicos (FERREIRA, 2018).

Com o crescimento da região na década de 80, as culturas agrícolas no município de Florianópolis diminuem, segundo Campos (2002). Da mesma forma que o solo vai sendo parcelado e o valor de uso passa rapidamente a substituído pelo valor de troca, sendo o solo transformado em mercadoria (CAMPOS, 2002).

Nesse mesmo período, com a população aumentando, muitos agricultores parcelaram seus terrenos e foram vendendo suas áreas para essa população. Esse mesmo público, com poder aquisitivo maior, aumentava o custo de vida local, além de demandar outros serviços, e a comunidade passa a atender essas demandas, tanto de serviços como de produtos. Com isso, a população local também sofre esse impacto, com o aumento dos preços dos gêneros que necessitavam (LAGO, 1996).

Já nos anos 90, há um forte investimento midiático para transformar Florianópolis em um atrativo para investidores nacionais e internacionais, juntando-se à elite local, a fim de atrair clientes de alta renda ao mercado turístico.

Entre os anos 80 e 2000 a população urbana seguia crescendo, como verificamos na Tabela 4, atingindo, no ano de 2010, segundo dados do IBGE, a marca de 421.240 habitantes (IBGE, 2021a).

Tabela 4 - População urbana e rural de Florianópolis em 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

Anos	Pop. Rural	% Pop. Rural	Pop. Urbana	% Pop. Urbana	Pop. total
1970	17.309	13%	121.028	87%	138.337
1980	26.085	14%	161.795	86%	187.880
1991	15.394	6%	239.996	94%	255.390
2000	10.130	3%	332.185	97%	342.315
2010	15.954	4%	405.286	96%	421.240

Fonte: disponível em: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD91>. Adaptado pela autora (2021).

Proporcionalmente, a população rural não acompanhou esse crescimento, caindo de 14% para 3% em vinte anos.

Santos (2019, p. 75), em sua dissertação, aponta-nos que o “instrumento central da gestão do espaço urbano é o Plano Diretor”. Nesse documento são reunidas as instruções técnico-jurídicas que definirão as diretrizes urbanísticas gerais. A partir do detalhamento da legislação é que serão definidos os usos e ocupação do solo. Tais diretrizes abrangem as normas para o adensamento urbano, para a expansão territorial, para as definições de zonas de uso do solo e redes de infraestrutura. Segundo a autora, a função social da propriedade urbana fica sempre sujeita aos interesses do capital e à mercê das conjunturas político-econômicas, comprometendo a função original que foi estabelecida em diversas legislações (SANTOS, 2019). Nem sempre os interesses da coletividade ou mesmo os interesses sociais são garantidos e exercidos em função dos interesses do capital. Isso se dá devido às contradições existentes na realidade do espaço social

“Dessa forma, “em meio às áreas “urbanas” do novo Plano Diretor, muitos proprietários mantêm seus cultivos, criam animais, possuem carros de boi e engenhos de farinha de mandioca” (FERREIRA, 2018, p. 86). A autora reforça que “essas práticas, cada vez mais, tornam esses territórios espaços híbridos.”

Em relação aos espaços híbridos, para Rua (2006, p. 95) “eles resultam dessas interações, não sendo um urbano ruralizado, nem um rural urbanizado. É algo ainda por definir e que desafia os pesquisadores.”

Ferreira (2018), em sua tese, entrevistou pessoas em toda a Ilha e que mantêm essas práticas cotidianas no presente, que demonstram que o rural não desapareceu. Se por um lado os aspectos que identificam elementos do rural, como

carros de boi passando pelas ruas asfaltadas, bois e vacas pastando em plena avenida central de um bairro, a produção agrícola passa a ter uma característica mais de subsistência e de um modo rural de viver. Apesar de que outras formas de produção comercial também coexistem nestes espaços híbridos.

#### 4.2 A ATUALIDADE DA AGRICULTURA URBANA

Traçando um histórico acerca do debate sobre a agricultura urbana em Florianópolis, é importante trazer a memória de um movimento que teve início em 1986, a partir de um programa de separação de resíduos, sendo a primeira experiência de coleta seletiva em uma capital brasileira (BAGNATI; ABREU, 2015). Foram selecionadas 3 comunidades onde a coleta seletiva ocorreria e onde foram implementadas hortas comunitárias e projetos de compostagem. O projeto piloto foi implementado nos bairros Monte Verde, Morro do Mocotó e em 3 prédios da Avenida Beira-Mar Norte e denominava-se *Projeto Viva Melhor*. As ações eram coordenadas entre a COMCAP, representantes do Movimento Ecológico Livre (MEL – cujo destaque se dava à proteção do mangue do Itacorubi) e representantes da UFSC. Vale lembrar que desde 1956 os resíduos da cidade eram depositados no mangue do Itacorubi e o intuito do projeto era justamente criar estratégias para resolver essa questão de saneamento da cidade (BAGNATI; ABREU, 2015).

Como metodologia do projeto se desenhava a participação popular, com agentes locais da comunidade, a coleta porta a porta de recicláveis e orgânicos e a educação ambiental continuada em escolas e na comunidade. Em 1987 o projeto foi estendido para mais 10 novas comunidades, com o nome de *Programa Beija-Flor*, atendendo as comunidades: Balneário Estreito, Campeche, Morro do Horácio, Morro da Mariquinha, Morro do Mocotó, Morro das Pedras, Rio Tavares, Tapera, Monte Verde e Caminho da Cruz. Não houve continuidade da proposta como um todo, mas ela foi considerada como um projeto inovador para aquele momento.

Bagnati e Abreu (2015) consideram a promulgação da Lei n. 12.305/2010<sup>60</sup>, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010), um importante marco para, em médio e curto prazo, fazer reutilização adequada dos resíduos

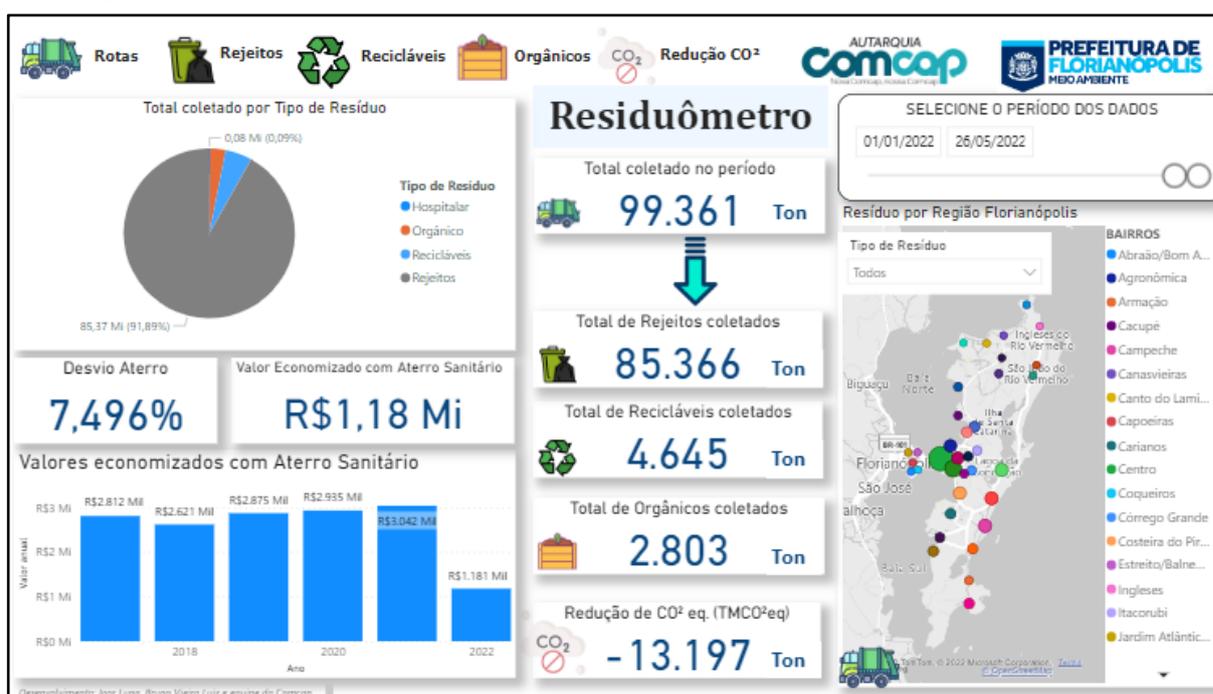
---

<sup>60</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm). Acesso em: 2 jul. 2022.

gerados pela população, sejam eles recicláveis ou orgânicos, promovendo a destinação correta dos rejeitos.

A compostagem dos resíduos orgânicos faz parte do processo de produção de alimentos na cidade, pois eles são um insumo básico para o cultivo e a compostagem é um processo que resolve um problema ambiental e econômico. A Figura 27 demonstra alguns dados da coleta seletiva em Florianópolis, onde, desde janeiro de 2022, em fase experimental ainda, realiza-se a coleta de resíduos orgânicos pela companhia de abastecimento.

Figura 27 - Residuômetro em tempo real do município de Florianópolis (SC)



Fonte: site da Prefeitura Municipal de Florianópolis. Disponível em: <https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/residuos/index.php?cms=residuometro+em+tempo+real&menu=0>. Acesso em: 20 jul. 2022.

As experiências de processos comunitários de compostagem também aparecem fortemente relacionados ao papel que a Universidade Federal de Santa Catarina possui em formar agrônomos que se identificam com esse tema, a partir do incentivo à pesquisa e extensão desenvolvidas pelo professor Paul Richard Momsen Miller, que adaptou técnicas de origem indiana, com baixo custo de equipamentos e utilização de mão de obra intensa, dando condições de geração de emprego e renda nas ações de compostagem que ocorrem nas comunidades. Em 1999, o professor Miller e alguns estudantes fundaram a Associação Orgânica, desenvolvendo projetos de compostagem em outros municípios que, em 2008, passou a atuar nos pátios de

compostagem da própria COMCAP, onde funciona até a presente data. A COMCAP fica com a função de gerar material estruturante para as pilhas de compostagem, por meio da trituração das podas e roçadas, e tem a parceria também de uma empresa, a Agroecológica Serviços Ambientais, que faz a coleta de resíduos de grandes geradores, como supermercados e restaurantes

Dentre as diversas organizações envolvidas no tema da compostagem na cidade, o CEPAGRO tem um importante papel de articulação e diálogo com o setor público, bem como ações diretamente relacionadas às comunidades, fomentando a prática da compostagem aliada à produção dos alimentos em diversos espaços, sejam eles as escolas, os centros de assistência social, os centros de saúde e os espaços comunitários.

O CEPAGRO é uma ONG fundada em 1990 e que se constituiu, a princípio, por diversas organizações que atuavam no campo da agricultura familiar e que, ao longo dos anos, foi se transformando, com enfoque na articulação do campo e da cidade, no fortalecimento da Agroecologia, por meio da incidência política, da atuação em rede e no fomentando a segurança alimentar e nutricional, das comunidades urbanas e rurais. Também foi a partir de uma iniciativa do CEPAGRO, em articulação com a comunidade Chico Mendes, que surgiu o Projeto Revolução dos Baldinhos, hoje uma associação autônoma e independente do CEPAGRO, referência no tema da compostagem comunitária em nível nacional e internacional.

As experiências existentes em Florianópolis e que se caracterizam como agricultura urbana se apresentam de diversas formas. Elas acontecem em espaços públicos, como escolas, centros de saúde, CRAS, Universidades; na forma de uma produção coletiva em hortas comunitárias, bem como nos quintais produtivos, para o autoconsumo. Encontraremos nas extremidades da parte insular, na região do Ratoles e Sertão do Peri, agricultores que produzem em uma escala maior, para fins comerciais. As experiências se diferenciam pelo objetivo que atendem. Nem todas têm a finalidade comercial, algumas são para fins didáticos. E foi no bojo de tantas experiências de agricultura em diversos espaços urbanos, sejam eles públicos ou privados, que surgiu uma articulação que buscou reunir esses coletivos e representações, seja da sociedade civil, sejam de representantes governamentais: a Rede Semear.

Foi em 2015 que, a partir de um diálogo de servidores públicos das áreas da saúde, assistência social e outros órgãos públicos que já vinham desenvolvendo

ações de hortas e compostagem em suas unidades e organizações como o CEPAGRO (na pessoa do Marquito<sup>61</sup>, na época), que se organizou um evento no Camping do Rio Vermelho (gerenciada pelo CEPAGRO) para que houvesse um reconhecimento mútuo de quem já praticava agricultura urbana na cidade. Manoel (2021), em sua dissertação, retrata de forma minuciosa esse processo de constituição da rede, trazendo elementos mais aprofundados sobre como se deu esse processo de constituição, com diferenças de tempos e vontades entre sociedade civil e poder público, no sentido que esse primeiro momento seria ainda de articulação, mas se constituiu como Rede Semear.

Havia também um ambiente favorável para a necessidade de constituição de um espaço de articulação, visto que desde 2013 o diálogo com o Governo Federal havia sofrido uma estagnação e em 2015 havia um golpe em curso, com o início do Governo de Michel Temer, e o tema da agricultura urbana não seria prioridade na política desse governo. Manoel ainda afirma que “a Rede Semear foi sendo (re) construída como forma de atender a necessidade de fortalecimento, articulação e reconhecimento político-institucional das práticas de agricultura urbana” (MANOEL, 2021, p. 25), constituindo-se em um espaço privilegiado para a compreensão da construção de governança para a sustentabilidade da cidade Florianópolis. Para o autor, governança pública seria o:

processo pelo qual diversos atores passam a se mobilizar no entorno dos problemas públicos (BEVIR, 2006; DENHARDT; CATLAW, 2017; RONCONI, 2011) e o monopólio do Estado na ação pública passa a ser questionado (PAULA, 2005). Da noção de prática, para a análise da governança pública, recorreremos ao elemento “ordem da interação” (FREGA, 2016) Compreendemos, assim, a governança pública como a coordenação da ação que ocorre em uma ordem de interação mobilizada no entorno de problemas públicos. (MANOEL, 2021, p. 243).

Ainda para Manoel (2021), as contribuições para a discussão da sustentabilidade na cidade de Florianópolis giram em torno da importância da reflexão a respeito das desigualdades, da questão da democracia e da presença da ruralidade. Em sua dissertação, que justamente vai trazer importantes contribuições para a compreensão sobre as arenas públicas em que desenvolvem ações de governança da Rede Semear, o autor vai identificar 3 grandes arenas: a da gestão de resíduos,

---

<sup>61</sup> Marcos José de Abreu- em 2022, vereador de Florianópolis.

do direito humano à alimentação adequada e dos ciclos de produção e consumo (MANOEL, 2021). Para o autor, arenas públicas seriam:

Campo de experiência coletiva que se coloca no entorno dos problemas públicos. Trata-se de um meio, no sentido ecológico do termo, em que os problemas públicos são experienciados, publicizados, disputados e onde respostas são experimentadas. Esse campo se constitui pela sedimentação progressiva das experiências coletivas ao longo do tempo e carrega um conjunto de acomodatamentos. (CEFAI, 2017a; 2017b apud MANOEL, 2021, p. 243).

Manoel (2021, p. 243) reforça que as arenas públicas:

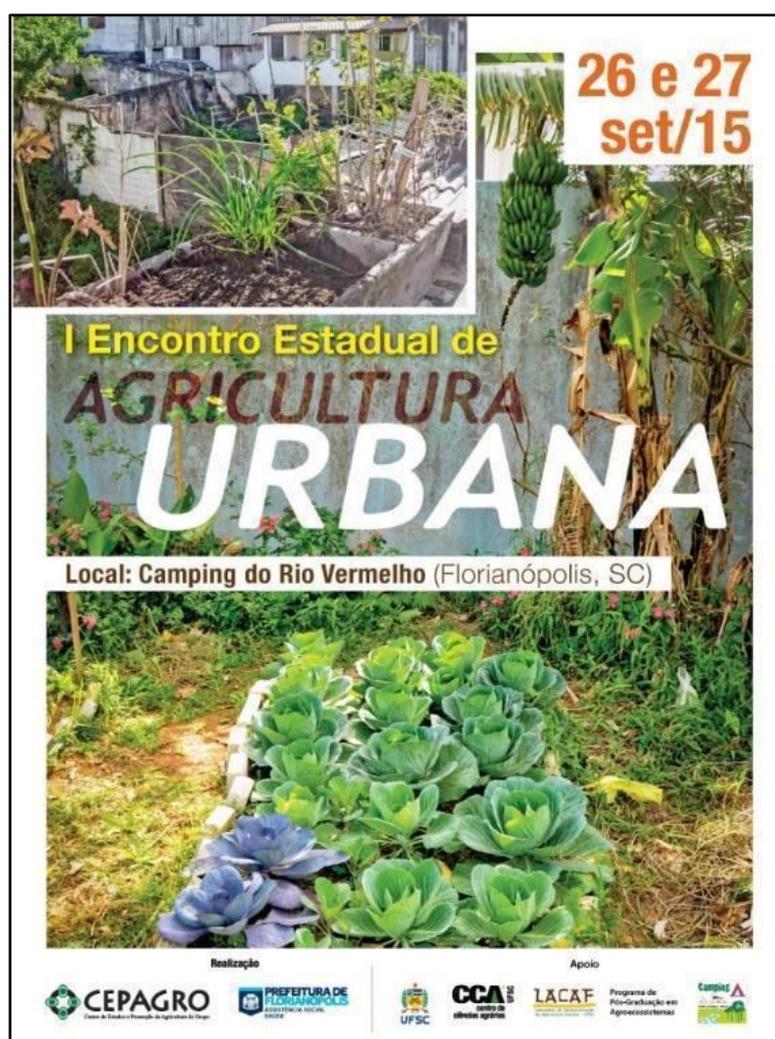
[...] são compreendidas como campo de experiência coletiva resultantes do processo de investigação e experimentação que tem início quando as pessoas percebem as consequências negativas de uma situação problemática.

A Rede Semear constituiu-se como esse campo de experimentação e possibilidades de inovação social, a partir das interações e das arenas públicas que ali surgiram, no caso do estudo de Manoel (2021), tendo a agricultura urbana como tema principal.

No momento de constituição da Rede em 2015 também aconteceu o I Encontro Municipal de Agricultura Urbana, onde representações foram escolhidas para compor uma caravana que participaria do I Encontro Nacional de AU, ocorrido no Rio de Janeiro, junto ao I Encontro Nacional de Agroecologia, e que culminou também na criação do Coletivo Nacional de Agricultura Urbana. A partir de então, nos anos que se seguiram, foram realizados encontros municipais, articulando diversos segmentos, seja da Universidade, do poder público, agricultores urbanos e ONGs. Na oportunidade foram indicados 20 representantes para participarem do I Encontro Nacional de Agricultura Urbana que demonstrassem uma representatividade da Agricultura Urbana em Santa Catarina, entre os coletivos e organizações estavam: Quintais de Floripa, Coletivo Pátios Amigos, Revolução dos Baldinhos, Camping do Rio Vermelho, Box de Orgânicos do CEASA 721, Associação de Agricultura Urbana de Joinville, Associação de Mulheres Camponesas do Oeste, Associação de Trabalhadores de Materiais Recicláveis e Resíduos Sólidos da Palhoça, União das Associações Comunitárias de Xanxerê, UNEAGRO (Câmara Setorial de Agricultura Familiar), CONSEA/SC, CEPAGRO e, inclusive, uma representação do Coletivo Nacional de Agricultura Urbana.

A participação efetiva da delegação catarinense foi fruto de um processo com vários encontros para mapeamento, socialização e entendimentos da temática, que vinham sendo realizados desde 2012 e apontavam para o surgimento de políticas públicas voltadas ao segmento. O cartaz do encontro está representado na Figura 28, e demonstra esta articulação intersetorial existente naquele momento, com a participação de diversas representações governamentais, como a Prefeitura de Florianópolis, o Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar o LACAF, a UFSC e organizações da sociedade civil, como o CEPAGRO.

Figura 28 - Cartaz do I Encontro Municipal e Estadual de Agricultura Urbana (EMAU)



Fonte: Blog do CEPAGRO. Disponível em: <https://cepagro.org.br/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

O encontro estadual caracterizou-se também como I Encontro Municipal de Agricultura Urbana e II Encontro Municipal de Agricultura Urbana aconteceu em 25 de junho de 2016, no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSC. Foi um encontro que precedeu as eleições municipais e, por isso, um amplo debate foi realizado, culminando em uma carta de compromisso apresentada a candidatos que se comprometeram em dar prosseguimento a várias sugestões que a carta trazia, no que se referia à construção de políticas públicas.

A carta retratava um acúmulo de demandas que já vinham sendo discutidas em diversos espaços de construção, como o Encontro Nacional de Agricultura Urbana, ocorrido em 2015, e também se baseou no documento *Subsídios para uma Política Nacional de Agricultura Urbana*. Nesse conjunto de demandas apareciam questões como a manutenção do conceito de área rural no Plano Diretor, que esteve em debate no período; um incentivo fiscal e jurídico para quem produzisse alimentos na cidade, a exemplo da implantação de um IPTU Verde; a remuneração por serviços ambientais, para quem executasse atividades de gestão comunitária de resíduos orgânicos; o apoio às hortas em espaços públicos; a assistência técnica agroecológica; e o apoio à comercialização em feiras urbanas, além de diversas outras demandas (CARTA DE FLORIANÓPOLIS, 2016<sup>62</sup>).

O II Encontro, cujo cartaz é apresentado na Figura 29, teve apoio do Departamento de Arquitetura e demonstrava a necessidade de um diálogo com as questões da inserção da agricultura urbana no planejamento urbano, como aparece nos debates propostos pela programação do evento.

Os espaços dos encontros municipais contribuíram no processo de ampliação de debates sobre a necessidade de discutir demandas concretas da produção de alimentos na cidade e a construção de políticas públicas voltadas ao tema.

É importante analisar o papel que a Rede Semear exerceu nos últimos anos, como agregador de pessoas e organizações que colaboraram na construção de dois importantes marcos jurídicos, que foram o Decreto Municipal de Agricultura Urbana, assinado em junho de 2017; e a construção coletiva do documento que orientou o Projeto de Lei da Política Municipal de Produção Orgânica e Agroecológica, aprovada na Câmara de Vereadores, em 2018.

---

<sup>62</sup> Carta de Florianópolis. Disponível em: <http://www.icomfloripa.org.br/wp-content/uploads/2016/09/Carta-Semear-Florianopolis.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2022.

Figura 29 - Cartaz do II EMAU



Fonte: Blog do CEPAGRO. Disponível em: <https://cepagro.org.br/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

O Grupo de Trabalho (GT) Intersectorial, formado por representantes das secretarias de Assistência Social, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e da Companhia de Melhoramentos da Capital- COMCAP, junto a representações de ONGs, construíram uma minuta para instituir o Decreto Municipal de Agricultura Urbana. Ao total, o GT era composto por 13 instituições públicas municipais, além da participação de ONGs, como o CEPAGRO e o coletivo Quintais de Floripa, tendo sido o convite também estendido a 3 departamentos e 2 laboratórios da UFSC (Departamentos de Engenharia Rural, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Zootecnia e Desenvolvimento Rural e os Laboratórios de Arquitetura e Urbanismo e o de Educação do Campo e Estudos da Reforma Agrária). É importante apontar essa composição do GT, pois havia uma

articulação bem forte entre a sociedade civil e a representação de órgãos públicos, que, ao longo dos anos, foi sofrendo mudanças.

Tal minuta foi finalizada em novembro de 2016 e aprovada em 2017. O Decreto dispõe sobre a criação de um Programa Municipal de Agricultura Urbana<sup>63</sup> considerando diversas leis já promulgadas no âmbito Federal e Municipal. São elas: Artigo 196 da Constituição Federal de 1988; Lei Federal n. 10.257, do Estatuto da Cidade; Lei Federal n. 12.305, de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; o Decreto n. 7.272, de 2010, que estabelece o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o SISAN; o Decreto n. 7.794, que institui a Política Nacional de Produção Orgânica; e a Política Nacional de Promoção à Saúde estabelecida pela Portaria n. 2.446, de 2014; além de portarias e leis municipais. Naquele momento também se instituiu uma gestão compartilhada do Programa, composto pela Secretaria Municipal de Saúde, pela Floram e pela COMCAP, tendo sido posteriormente adicionada a Superintendência da Pesca, Maricultura e Agricultura e a Secretaria Municipal de Educação.

A partir do programa, práticas agroecológicas são incentivadas, com relação à implementação às hortas urbanas em espaços públicos e o apoio à comercialização, bem como desenvolvimento de tecnologias sociais de base agroecológica.

O Projeto de Lei contempla elementos importantes na construção da política, como um diagnóstico, estratégias e objetivos, além de criar condições para a construção de programas, projetos e ações. Para tanto, é necessário criar indicadores de metas e prazos e monitoramento e avaliação, e a proposição é isso seja integrado, participativo com diversos setores públicos e conte com o controle social da sociedade civil, a partir dos conselhos e fóruns locais.

Naquele mesmo ano aconteceu o III Encontro Municipal de Agricultura Urbana e Práticas Integrativas e Complementares de Saúde, que ocorreu no Jardim Botânico de Florianópolis, nos dias 17 e 18 de novembro de 2017.

O evento contou com a organização do Ministério da Agricultura e Pecuária, UFSC, Epagri, Cepagro, Câmara de Vereadores e Prefeitura de Florianópolis. Foram programadas mais de 20 oficinas, rodas de conversa, palestras e cuidados. As atividades aconteceram no Jardim Botânico, no Centro de Treinamento (CETRE) da

---

<sup>63</sup> Programa Municipal de agricultura urbana. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/decreto/2017/1768/17688/decreto-n-17688-2017-dispoe-sobre-a-criacao-do-programa-municipal-de-agricultura-urbana>. Acesso em: 2 jul. 2022.

Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina -EPAGRI e no Centro de Ciências Agrárias da UFSC, todos no bairro Itacorubi. Reforçando aqui a importância de se evidenciar a participação de diferentes representações na composição da organização desses encontros para demonstrar a gama de envolvidos na temática e de que forma esse envolvimento foi se modificando na medida que as questões políticas eleitorais influenciaram o andamento da efetivação de políticas públicas de agricultura urbana em Florianópolis.

Também no intuito de compreender os processos que se deram ao longo dos anos, é importante apontar que foi nesse encontro que se encaminhou que haveria uma coordenação colegiada da Rede Semear, composta pela Floram, Secretaria de Saúde, o Laboratório de Educação do Campo e Estudos da Reforma Agrária – o LECERA e o CEPAGRO. A Figura 30 representa outro debate que cerca a agricultura urbana, que é o cuidado com a saúde. Esse encontro foi marcado pela presença das práticas integrativas de saúde, onde aconteceram oficinas e atendimentos.

Figura 30 - Cartaz do III EMAU



Fonte: Blog do CEPAGRO. Disponível em: <https://cepagro.org.br/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

Os cartazes dos encontros e quem os realizava retratam os processos de articulação que aconteciam na cidade, entre a Rede Semear e os organismos governamentais. Nesse ano de 2017 houve representações nas 3 esferas, a municipal, com a prefeitura e Câmara dos Vereadores apoiando a organização do evento, a esfera estadual, com a EPAGRI, e a federal, com a Universidade e o Governo Federal.

Na sequência, em 2018, o IV Encontro Municipal teve como tema “A agricultura urbana e o direito à cidade”, no cinquentenário de lançamento do livro de Lefebvre, que justamente discute esta questão. A Carta Política produzida nesse encontro chama a atenção pelo aniversário de 30 anos da Constituição Federal e, como manifesta a carta, a comemoração dos 50 anos da obra de Lefebvre. O encontro carrega a ideia de força da cidade como direito superior, como obra de seus habitantes e não como produto (CARTA POLÍTICA DO EMAU, 2018<sup>64</sup>).

Outro importante marco na legislação ocorreu em 2018: a aprovação do projeto da Lei n. 10.392, que dispõe sobre a Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Florianópolis<sup>65</sup>, com o objetivo geral de integrar, articular e adequar políticas públicas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica. Se no âmbito nacional não houve uma continuidade nessa possibilidade de construção de políticas públicas, em Florianópolis, com a eleição de um vereador, Marcos José de Abreu, que tem na sua pauta política a temática da agroecologia e agricultura urbana, algumas ações tiveram continuidade.

Trazendo como temática o Direito à Cidade, o IV Encontro Municipal de Agricultura Urbana aconteceu em Florianópolis, nos dias 23 e 24 de novembro de 2018, com programações no Jardim Botânico, na Epagri e no Centro de Ciências Agrárias da UFSC. O objetivo foi reunir pessoas e instituições para compartilhar experiências, discutir e fortalecer estratégias e práticas agrícolas de base agroecológica cujos avanços no município de Florianópolis o fazem referência em vários domínios nesta área, favorecendo a qualidade de vida, a sustentabilidade e a

---

<sup>64</sup> Material não publicado. Fonte Rede Semear.

<sup>65</sup> Política Municipal de Produção orgânica de Florianópolis. Disponível em: [eismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-ordinaria/2018/1040/10392/lei-ordinaria-n-10392-2018-dispoe-sobre-a-politica-municipal-de-agroecologia-e-producao-org-nica-de-florianopolis-pmapo?q=Lei+nº+10.392#:~:text=1º%20Fica%20instituída%20a%20Política,%20desenvolvimento%20sustentável%20e%20a](http://eismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-ordinaria/2018/1040/10392/lei-ordinaria-n-10392-2018-dispoe-sobre-a-politica-municipal-de-agroecologia-e-producao-org-nica-de-florianopolis-pmapo?q=Lei+nº+10.392#:~:text=1º%20Fica%20instituída%20a%20Política,%20desenvolvimento%20sustentável%20e%20a). Acesso em: 2 jul. 2022.

proteção ambiental. O evento foi encerrado com um debate sobre Políticas Públicas de Agricultura Urbana em Florianópolis, além da formulação da II Carta de Agricultura Urbana de Florianópolis.

O IV EMAU contou com apoio do Cepagro, da Prefeitura Municipal de Florianópolis, UFSC, FLORAM, LECERA, CCA, Fundação Franklin Cascaes e COMCAP. A Figura 31 apresenta o cartaz do evento, que carrega simbolismos locais, como o Boi de Mamão, edificações urbanas e a representatividade do agricultor.

Figura 31 - Cartaz do IV EMAU



Fonte: Blog do CEPAGRO. Disponível em: <https://cepagro.org.br/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

Manoel (2021) apresentou em sua dissertação as diferentes fases pelas quais a Rede Semear vem sendo construída, e considerou esse primeiro momento de Semeadura, que vai de 2015 a 2018. Uma etapa que tinha como proposta mobilizar, multiplicar e difundir as práticas de agricultura urbana que aconteciam nas comunidades, no sentido de dar visibilidade. Ao mesmo tempo, em âmbito nacional e estadual, o tema vinha gerando interesse e ações de articulações entre diversos segmentos da sociedade vinham acontecendo, apesar da indiferença do poder público.

Em todo esse processo, as organizações da sociedade civil e poder público estavam próximos, organizando atividades e construindo pautas, porém, após a aprovação do Decreto, houve uma necessidade, por parte dos servidores, de implementar o programa, mas sem dotação orçamentária, o que se torna difícil, e tem início um embate na “forma de fazer” a agricultura urbana nos espaços coletivos, o que vai gerando uma certa tensão. Manoel (2021), em sua dissertação, vai tratar dessa nova etapa como a estiagem, em uma alusão aos processos de plantio. A presença do vereador Marquito nos espaços de discussão da agricultura urbana gerou um certo constrangimento aos servidores, pois ele fazia oposição à gestão do prefeito da cidade naquele momento, Gean Loureiro. Isso vai se refletir na participação desses gestores na própria Rede Semear, pois historicamente muitos faziam parte da rede e começa a haver um esvaziamento dessa participação.

Em seu estudo, Manoel vai considerar que, de 2019 a 2021, outra etapa da Rede se manifesta, com menor participação do poder público e com a participação majoritária de representações de instituições: Serviço Social do Comércio- SESC, CEPAGRO, Instituto Çarakura, o próprio Mandato Agroecológico e esparsas participações de agricultores urbanos, ou coletivos. Mesmo assim, em 2019 houve uma mobilização para a inclusão de uma emenda aditiva ao anexo do Projeto de Lei 17.794/2019, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do município de Florianópolis para o exercício de 2020. A emenda criou o Programa 116 – de Agroecologia e Segurança Alimentar e Nutricional, com o objetivo de incluir uma rubrica orçamentária para as ações relacionados ao tema da agroecologia e seus diversos programas municipais, criados por leis e decretos. Dentre eles, o Programa Municipal de Agricultura Urbana, criado pelo Decreto Municipal n. 17.688/2017, e a Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica, criada a partir da Lei Municipal n. 10.392/2018. No entanto, em função da pandemia de Covid-19, os recursos inicialmente previstos no Programa 116 foram destinados ao combate às ações contra a pandemia. Foi esse o argumento utilizado por representantes governamentais, mas, de fato, nunca se obteve uma informação precisa acerca da destinação que dada ao recurso previsto no Programa 116, que era algo em torno de R\$ 250.000,00

Ainda em 2019 foi aprovada pela Câmara de Vereadores a Lei n. 10.501, de 8 de abril de 2019, que dispõe sobre a obrigatoriedade da reciclagem de resíduos

sólidos orgânicos no município de Florianópolis<sup>66</sup>, o que irá impactar na redução da destinação dos resíduos orgânicos aos aterros sanitários, fortalecendo a produção de composto orgânico, matéria-prima necessária para produção das hortas urbanas.

Em 2019, o V Encontro Municipal de Agricultura Urbana aconteceu entre os dias 6 a 8 de novembro no Campus Trindade da Universidade Federal de Santa Catarina (Figura 32). O encontro teve como tema desta edição “a agricultura como modo de vida”, e aconteceu em paralelo ao Encontro Latino-Americano de Agricultura Urbana e Peri Urbana, tendo alguns momentos de intersecção, com a participação em mesas de debate e apresentações de trabalho de membros da Rede Semear, criando um elo entre a pesquisa e a prática da agricultura urbana, que acontece não somente em Florianópolis, mas em outras regiões do País e até em outros países.

Figura 32 - Cartaz do V EMAU



**V Encontro Municipal de Agricultura Urbana (EMAU)**  
agricultura como modo de vida

Data: 6 a 8 de novembro  
Local: Tenda em frente ao centro de eventos/UFSC Trindade, Florianópolis-SC

**Dia 6/11 (quarta-feira)**  
8h30 às 11h - Roda de Conversa: Agricultura como modo de vida  
14h às 17h - Oficina Saberes Populares

**Dia 7/11 (quinta-feira)**  
9h às 17h - Tenda das Práticas Integrativas  
Feira Agroecológica  
Mesa de troca de sementes  
Participação do LACAF/UFSC e LABIRRD/UFSC  
14h00 - Oficina de bambus na Sala Verde da UFSC

**Dia 8/11 (sexta-feira)**  
10h30 às 12h30 - Roda de Conversa: Políticas Públicas e Agricultura Urbana  
Construção da Carta Política do V EMAU  
14h às 17h - Participação nos espaços de diálogo do ELAUP e Encerramento com apresentação cultural

Esta é uma atividade da **Rede Semear Floripa** de Agricultura Urbana. As atividades são livres e abertas ao público!

**Americano de Agricultura Urbana e Periurbana (ELAUP).**  
Acesse [www.labrural.ufsc.br](http://www.labrural.ufsc.br) e saiba mais sobre o ELAUP.

Fonte: disponível em: [https://www.facebook.com/redesemearfloripa/photos/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/redesemearfloripa/photos/?ref=page_internal).  
Acesso em: 11 jul. 2022.

<sup>66</sup> Lei de obrigatoriedade da reciclagem de resíduos orgânicos de Florianópolis, Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-ordinaria/2019/1051/10501/lei-ordinaria-n-10501-2019-dispoe-sobre-a-obrigatoriedade-da-reciclagem-de-residuos-solidos-organicos-no-municipio-de-florianopolis>. Acesso em: 2 jul. 2022.

As demandas apresentadas pela sociedade civil organizada ao longo dos três dias de Encontro foram incluídas na Carta Política do V EMAU. Esse encontro se caracterizou, de certa forma, segundo relatos de participantes da organização da Rede, como um momento em que se evidenciava rupturas que viriam a seguir na participação do poder público na Rede Semear, justamente pela oposição que se fazia da atual gestão municipal e a participação de um vereador específico na Rede que defendia as causas da agroecologia e agricultura urbana. Por isso, a denominação de estiagem para se referir ao período, conforme aponta Manoel (2021).

Seguindo nessa cronologia de atividades da Rede, em 2020, o Decreto Municipal de Florianópolis n. 17.688/2017 foi alterado para o Programa Cultiva Floripa (Decreto n. 21.723/2020)<sup>67</sup>. Esse processo, dentro da Rede Semear, foi como um divisor de águas, gerando muitos questionamentos da não participação da Rede Semear nesse processo de alteração, considerando sua contribuição realizada quando da aprovação do Decreto em 2017. Em 2021 novamente houve alteração do Programa Cultiva Floripa, outra vez sem nenhuma construção a partir do coletivo da rede, que na elaboração inicial do Decreto esteve presente.

Conforme demonstrado no breve resgate histórico da atuação da Rede Semear exposto, a política municipal ligada à agricultura urbana em Florianópolis foi construída a partir da ação dos atores da sociedade civil, articulados na Rede como espaço coletivo, e em diálogo constante com atores do poder público. Aqueles que compõem a Rede têm compromisso histórico com a construção da política e, por sua experiência cotidiana, carregam muito conhecimento a respeito do programa (Documento não publicado da Rede Semear de 2020).

É evidente que, no decorrer do processo de construção de uma política pública, alterações em seu escopo e regulação são necessárias, especialmente quando se trata de uma política emergente, como é o PMAU em Florianópolis. Entretanto, toda e qualquer alteração, por menor que seja, e especialmente considerando o contexto democrático que ainda se vive, precisa ser discutida e decidida em conjunto com todos os atores envolvidos em sua construção (entre os

---

<sup>67</sup> Programa Cultiva Floripa. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/decreto/2020/2172/21723/decreto-n-21723-2020-dispoe-sobre-o-programa-municipal-de-agricultura-urbana-programa-cultiva-floripa>. Acesso em: 2 jul. 2022.

quais figura em destaque desde muito a Rede Semear) (Documento não publicado da Rede Semear de 2020).

Devido a isso, a publicação do Decreto com alterações no PMAU foi recebida com surpresa e perplexidade pelos integrantes da Rede, visto que eles não participaram do processo de discussão e decisão a respeito das mudanças. Mesmo que já tivesse sido anunciada a possibilidade de mudanças, a Rede, assim como outros atores comprometidos com o PMAU no município não foram chamados para compor tal deliberação.

Para Manoel (2021), os efeitos desse período se evidenciam a partir da dificuldade de avanços nas efetivações das políticas já aprovadas, como o Projeto de Lei da Produção Orgânica e outras encaminhadas pela gestão do mandato agroecológico, bem como o afastamento de servidores públicos da Rede Semear, dificultando o que o autor defende, que seria a governança para a sustentabilidade.

Os anos de 2020 e 2021 foram marcados pelos desafios da pandemia de Covid-19, com reuniões virtuais, discussões internas sobre o papel da Rede e uma nova composição de coordenação e proposta de reuniões a partir de Círculos de Cultura, inspirados na metodologia freireana, com maior interação entre as comunidades e públicos. Cabe destacar o importante papel que a Rede Semear teve nas articulações e diálogos sobre a temática da agricultura urbana em Florianópolis e de que forma os processos que se evidenciaram a partir dela retratam as disputas políticas presentes em temáticas que são de interesse da população. A agricultura urbana, dentro do contexto da pandemia, teve um importante papel, que foi de aproximar campo e cidade, produtores e consumidores, e garantir alimentação de qualidade aos coletivos das cozinhas comunitárias onde a temática da produção de alimentos em espaços urbanos veio à tona.

As Figuras 33 e 34 representam, respectivamente, os VI e VII encontros municipais, cujos temas foram “Experiências comunitárias conectadas às políticas públicas” e “Quem nutre a terra que nos alimenta”, ambos realizados de forma virtual, em razão da pandemia. De certa forma, isso demonstra a organização da Rede, mesmo que com fragilidades, em função da necessidade de adaptação diante de todos os desafios que a pandemia nos impôs, de novas formas de comunicação.

Figura 33 - Cartaz do VI EMAU



Fonte: disponível em: <https://www.facebook.com/redesemearfloripa/photos/1743666472438627>.  
Acesso em: 11 jul. 2022.

Figura 34 - Cartaz do VII EMAU



Fonte: disponível em: <https://www.facebook.com/redesemearfloripa/photos/2016241108514494>.  
Acesso em: 11 jul. 2022.

A Rede Semear vem buscando uma organicidade, com a composição de uma coordenação colegiada e com vistas a manter reuniões itinerantes, onde existem práticas comunitárias e iniciativas de agricultura urbana, no intuito de mobilizar mais participação de agricultores.

Um webdoc, resultado da pesquisa de campo de doutorado de Evan Bowness, do Centro de Sistemas Alimentares Sustentáveis da UBC Farm, em Vancouver, Canadá, orientado pela professora Hannah Wittman, buscou coletar imagens e entrevistas com membros da Rede Semear, o que resultou em um interessante material<sup>68</sup>. O webdoc busca apresentar uma relação do campo com a cidade e mostra diversos enfoques da agroecologia em Santa Catarina.

### 4.3 PRÁTICAS E TÉCNICAS DE AGRICULTURA URBANA NO TERRITÓRIO

#### 4.3.1 A AU em iniciativas públicas, comunitárias e individuais

As práticas agrícolas no contexto da cidade, para além da produção de alimentos, interagem com formas de sociabilização e interação comunitária, gerando benefícios que vão além da alimentação, demonstram-se como práticas de integração cultural e muitas vezes são motivadas pela preocupação ambiental. A construção de políticas públicas de agricultura urbana acompanha esse processo de mobilização social e vem acontecendo de forma simultânea, entre a prática e a construção de uma legislação (ALMEIDA, 2016). Também por isso tem despertado interesse e pesquisas, que podem tanto contribuir nessa construção como fornecer informações sobre as mudanças que vêm se desenvolvendo nas cidades, antes vistas apenas como mercado consumidor. Nesta seção também serão descritas as diferentes experiências em curso na cidade, sejam de práticas coletivas ou individuais, além de outras atividades que a agricultura urbana abarca.

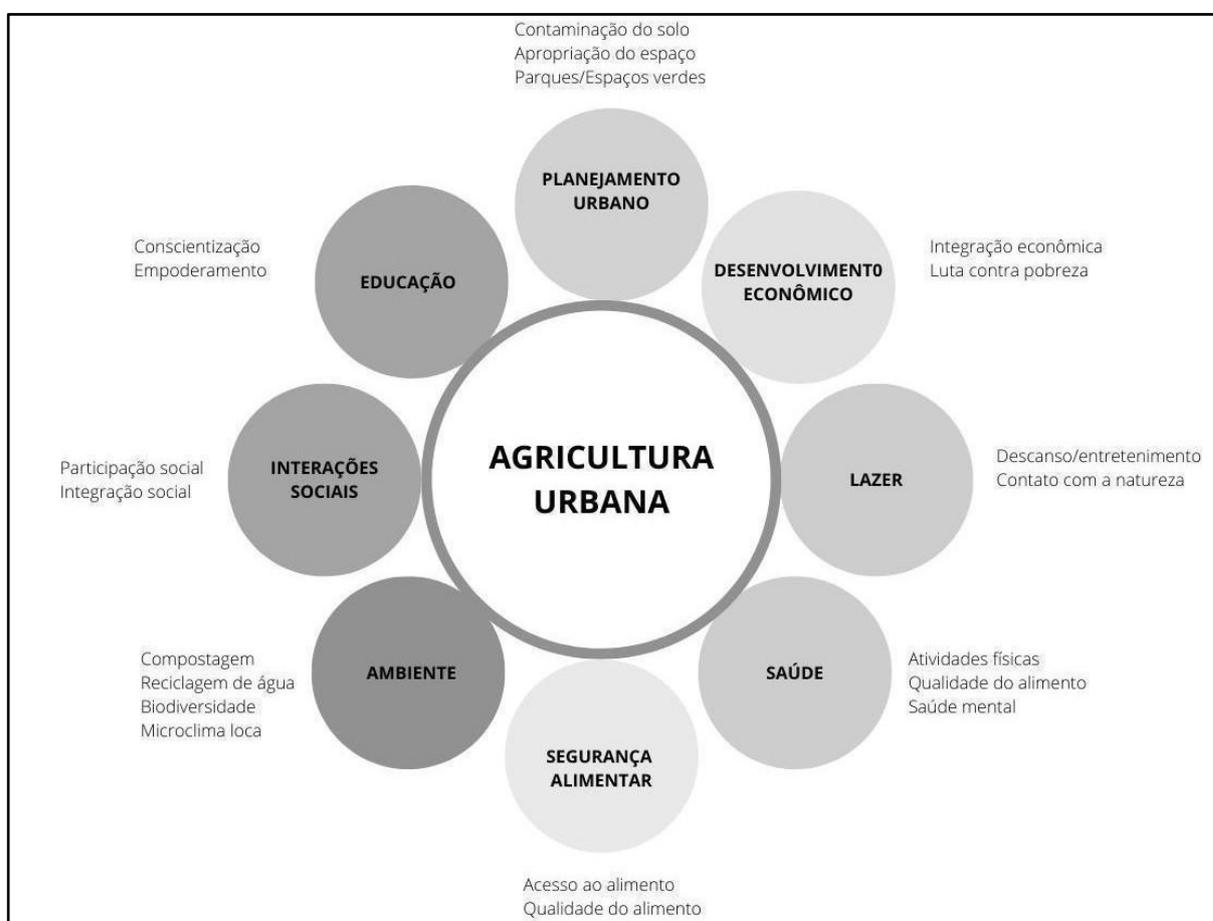
As hortas comunitárias estiveram vinculadas em momentos históricos diferentes a momentos de crises econômicas como uma forma alternativa de superar a realidade concreta da insegurança alimentar. São movimentos que acontecem nas cidades, difíceis de serem mapeados e identificados, pois podem rapidamente se extinguir, por diferentes motivos, tais como ausência de apoio e desmobilização de

---

<sup>68</sup> O material está disponível no link: <https://www.visualagroecology.com/semear>. Acesso em: 11 jul. 2022.

participantes, além da questão de muitas vezes serem realizados em espaços públicos ou coletivos, que possuem um proprietário e que, dependendo da demanda que possa vir a surgir, requerem o terreno de volta. No entanto, as hortas comunitárias cumprem um papel de mobilização social que extrapola não apenas a questão produtiva, pois passa a ser um espaço de construção de cidadania, de aprendizados, de desenvolvimento comunitário e estabelece uma relação com a proposta lefebvriana de luta pelo direito à cidade. O espaço produzido pelas relações sociais, assim como são alteradas pela dimensão espacial, explicam as dinâmicas que perpassam as hortas comunitárias. A Figura 35 demonstra bem as dimensões que as atividades de agricultura urbana abrangem, para além de uma questão econômica, de uma dimensão social, ambiental, educacional, de saúde e dos diferentes usos da terra.

Figura 35 - Dimensões da agricultura urbana



Fonte: Covarrubias (2011, p. 34).

Em Florianópolis, a partir da pesquisa de campo realizada no âmbito do projeto, entre 2017 a 2019, identificamos e classificamos algumas modalidades de

práticas, sendo elas: quintais produtivos, geralmente com a finalidade para o autoconsumo; e hortas institucionais, em espaços públicos, como escolas, creches, centros de saúde, Centro de Referência e Assistência Social -CRAS, Universidades, parques, com finalidades de lazer, convívio social e educação ambiental, pecuária de subsistência e processamento artesanal de farinha de mandioca e cachaça (SANTOS, 2019). No Quadro 5 buscou-se identificar quais são essas tipologias.

Quadro 5 - Tipologias de agricultura urbana existentes em Florianópolis (SC)

Tipologia	Espaços Característicos	Florianópolis
Espaços privados	Lotes vagos, terrenos baldios particulares, lajes e tetos, quintais ou pátios, áreas periurbanas, áreas verdes em conjuntos habitacionais	Algumas experiências:  Horta Flor - Rio Vermelho Sítio Pergalê - Ratores Sítio KM 0 - Ratores Chácara Clara Noite de Sol - Ratores Sítio Flor de Ouro - Ratores Sítio Florbela - Sertão do Peri MUVUCA Agroflorestal-Costa de Dentro Instituto CEPIA- Campeche Horta do Córrego Grande
Espaços públicos	Terrenos de propriedade municipal, estadual e federal com espaços possíveis de utilização de acordo com a caracterização nas linhas abaixo:	PACUCA- Campeche Horta Crystal - Rio Vermelho
Verdes urbanos	Praças e parques	Parque do Córrego Grande Jardim Botânico- Itacorubi Horta do Quilombo Vidal Martins- Rio Vermelho
Institucionais	Escolas e creches Laterais de estrada e avenida Posto de Saúde Hospitais Presídios Edifícios públicos e privados	Escolas - Postos de saúde Cras UFSC Campus Trindade UFSC Campus Itacorubi HU
Não edificáveis	Laterais de vias férreas Laterais de estradas e avenidas Margens de cursos d'água áreas inundáveis Faixa sob linha de alta tensão Ambientes aquáticos (rios e lagos)	Bairro Chico Mendes Bairro Vila Aparecida

Fonte: Terrile (2006) adaptado pela autora (2021).

No momento não existe um mapeamento que identifique quantas hortas comunitárias há na cidade. Apesar de um esforço permanente de coleta de dados, tanto pela Rede Semear como pelo poder público. Até o momento da finalização desta tese não foi possível obter dados concretos sobre a quantidade de hortas comunitárias existentes na cidade. Algumas trazem no seu histórico um importante processo de mobilização, como é o caso do PACUCA.<sup>69</sup>

A horta do PACUCA – Parque Cultural do Campeche, é uma horta comunitária localizada em uma área federal, no bairro do Campeche, que surgiu em 2015. Paula C. Favaretto Santos<sup>70</sup>, em sua dissertação de mestrado, apresentou a experiência da horta do PACUCA e a sua trajetória de disputa pelo uso do espaço. Ela surge a partir da parceria de diversas organizações e coletivos locais que pretendiam fazer uso do espaço público que estava ocioso e produzir alimentos.” O terreno possui 350 mil m<sup>2</sup> e parte dele foi tombado, em 2014, como patrimônio histórico municipal”, como relata Santos (2019, p. 100). A comunidade já utilizava a área para lazer, onde havia campo de futebol e local de piqueniques, no entanto, existe uma disputa judicial entre a Aeronáutica (a área pertence ao Governo Federal - Comando da Aeronáutica), sendo que o local está sob responsabilidade patrimonial da Base Aérea, e a Associação do bairro, AMOCAM (Associação dos Moradores do Campeche). Os grupos locais criaram um movimento “OCUPACUCA”, para que a comunidade possa garantir seu uso pela comunidade.

Independente dessa questão a horta segue funcionando, com dificuldades de uma constância em sua manutenção. Durante a pandemia de Covid-19, de 2020 a 2021, a horta se manteve ativa com poucos colaboradores, mas praticamente toda sua produção foi doada a grupos carentes de Florianópolis. A horta comunitária fica localizada no Bairro Campeche, sul da Ilha, na Avenida Pequeno Príncipe, tendo Saint-Exupèry como um símbolo. As imagens da Figura 36 identificam essa identidade e também de momentos de visitação, forma que representantes da horta encontram para divulgar o trabalho desenvolvido ali.

---

<sup>69</sup> PACUCA- Parque Cultural do Campeche

<sup>70</sup> SANTOS, Paula Carolina Favaretto. **Agricultura Urbana no bairro do Campeche, Florianópolis/SC**. 2019. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

Figura 36 - Horta do PACUCA



Fonte: imagem superior – elaborada pela autora (2021); imagem inferior: <https://www.facebook.com/hortadopacuca/photos/a.272284996514603/272284999847936/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

No mesmo espaço da horta funciona um ponto de coleta de resíduos orgânicos de moradores do bairro, que levam seus resíduos e depositam em bombonas, que depois são removidas para uma leira de compostagem, como são chamados os canteiros onde são depositados os resíduos orgânicos junto com palhas e serragens, onde ficam por um período, como mostra a Figura 37.

Figura 37 - Compostagem no PACUCA



Fonte: elaborada pela autora (2022).

O PACUCA, enquanto uma experiência de horta comunitária, tem seus desafios de mobilização para que mais pessoas se envolvam na sua gestão, o que não é diferente de outras iniciativas da mesma natureza. Somente essa questão do envolvimento comunitário forneceria material de pesquisa para uma tese. De qualquer forma, mesmo com poucos participantes a horta segue funcionando e doando alimentos a instituições de assistência na região, como creches, casas de repouso e comunidades carentes.

O Quadro 6 apresenta algumas das iniciativas de hortas comunitárias identificadas a partir da pesquisa de mestrado de André Augusto Manoel (2021), que buscou realizar uma cartografia das práticas de agricultura urbana na cidade de Florianópolis e, dentre elas, as experiências de hortas comunitárias, constituídas a partir de coletivos informais, associações, programas universitários e programa governamental (nomenclaturas utilizadas por Manoel (2021)).

Quadro 6 - Iniciativas de hortas comunitárias em espaços públicos e privados (continua)

Nome	Atividades	Tipo	Descrição
Horta da Moradia Estudantil da UFSC- Bairro Trindade	Agricultura urbana; Segurança Alimentar e Nutricional; Assistência social	Coletivo informal	A Moradia Estudantil da Universidade Federal de Santa Catarina conta com mais de um espaço de cultivo, criado pelos próprios residentes e pelos alunos em situação de emergência. A partir de 2019, com a atuação do PET do curso de Educação no Campo, as atividades se intensificaram, havendo mais mobilização e participação dos alunos, iniciando também as atividades de compostagem.
Instituto ÇaraKura- Bairro Ratoles	Conservação e preservação ambiental; Gestão de resíduos e reciclagem; Agricultura urbana;	Associação	A iniciativa foi fundada por Andrea de Oliveira e Percy Ney Silva, junto com mais 20 amigos, tendo como objetivo de desenvolver pesquisas e práticas pedagógicas para a promoção do uso sustentável de recursos naturais, da proteção do meio ambiente e da cultura de paz. A associação oferece cursos nas áreas de educação ambiental, permacultura, bioconstruções, manejo e uso do bambu e agrofloresta. Os programas permanentes, abrangem: visitação de escolas, voluntariado e projetos em parceria com as universidades.
Instituto Multicultural Crystal- Bairro Rio Vermelho	Educação; Conservação e preservação ambiental; Agricultura urbana;	Associação	A organização foi fundada a partir da iniciativa de famílias interessadas em uma proposta educacional voltada para o desenvolvimento sustentável e a emancipação humana. Iniciou como núcleo inovador de educação (2012) e busca realizar uma educação contextualizada. A associação desenvolve atividades como a horta, culinária e passeios para as crianç�as refletirem sobre o ocupar humano. No ano de 2018 a instituição recebeu um terreno, onde desenvolveram uma horta comunitária.

Quadro 6 - Iniciativas de hortas comunitárias em espaços públicos e privados (continua)

Nome	Atividades	Tipo	Descrição
Quinta das Plantas-Bairro Monte Verde	Agricultura urbana e Saúde	Coletivo informal	Promove encontros abertos semanais, às quartas-feiras, em que se busca estudar, conhecer e divulgar o uso das diversas plantas medicinais, além de plantas alimentícias não convencionais (PANC's). Mantém, ainda, um horto e viveiro de mudas. Os encontros iniciam com uma conversa sobre etnobotânica, conhecimento tradicional e conhecimento científico. Após a conversa, os participantes vão aos canteiros para sua manutenção, produção de mudas (a serem distribuídas em escolas, postos de saúde...), dentre outras atividades.
UFSC/ Plantio Agroecológico Solidário-Bairro Tapera	Segurança Alimentar e Nutricional; Agricultura urbana; e Assistência social	Programa Universitário	A iniciativa foi criada diante da situação de insegurança alimentar e vulnerabilidade social a que ficaram expostas diversas famílias, quando da Pandemia de Covid-19, logo em seu início. Atuaram inicialmente as professoras Patrizia e Marília e o estudante Edaciano. É fruto de uma parceria ampla entre: o Núcleo de Agroecologia da Fazenda Experimental da Ressacada da UFSC, o Mandato Agroecológico do vereador Marquito e diversas iniciativas comunitárias. A iniciativa produz e fornece alimentos orgânicos, saudáveis e de qualidade para pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. As doações são realizadas diretamente para famílias, inclusive de trabalhadores e estudantes da Universidade, ou para organizações e iniciativas como as cozinhas comunitárias que distribuem os alimentos e preparam refeições.

Quadro 6 - Iniciativas de hortas comunitárias em espaços públicos e privados (continua)

Nome	Atividades	Tipo	Descrição
UFSC/Horto Didático de Plantas Medicinais do HU-Bairro Trindade	Saúde; Agricultura urbana; e Conservação e preservação ambiental	Programa Universitário	A iniciativa foi fundada e é mantida pelo professor César, do Centro de Ciências da Saúde da UFSC, junto com outros professores, alunos, profissionais e comunidade em geral. Constitui-se como um espaço de aprendizagem por meio da interação direta com as plantas medicinais, uma das soluções colocadas em prática. Além disso, coloca-se as ações para incluir essas temáticas na grade curricular de cursos relacionados: hoje há duas disciplinas optativas que tratam do tema e têm suas atividades práticas desenvolvidas no Horto. Outra estratégia de difusão dos conhecimentos relacionados é a realização de cursos de formação voltados a profissionais da saúde, estudantes e comunidade em geral, além de encontros semanais às quintas-feiras pela manhã, nos quais os interessados vão buscar informações, cuidar dos canteiros, preparar mudas e, assim, interagir com o Horto. Em algumas dessas ocasiões, os participantes trazem espécimes e, com isso, contribuem para aumentar o acervo. Por fim, o Horto recebe visitas de escolas, profissionais da Rede Municipal de Saúde e estudantes de outras Instituições de Ensino Superior.
Horta Comunitária do Muquém-Bairro Rio Vermelho	Agricultura urbana; Segurança Alimentar e Nutricional; e Assistência social	Coletivo informal	Foi criada no bojo do Movimento Rio Vermelho Solidário e, após algum tempo de atuação conjunta, passou a atuar de forma autônoma.

Quadro 6 - Iniciativas de hortas comunitárias em espaços públicos e privados (conclusão)

Nome	Atividades	Tipo	Descrição
Horta Mãe/ Madre Siembra – CRAS Bairro Capoeiras	Agricultura urbana; e Assistência social	Programa Governamental, articulado com uma ONG CEPAGRO	O nome foi dado pelos participantes. É um espaço de cultivo de comida de verdade e fortalecimento de vínculos para os moradores em situação de vulnerabilidade atendidos pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Capoeiras.
Instituto Compassos- Bairro Campeche	Educação; Inclusão de pessoas com deficiência; e Agricultura urbana	Associação	O Instituto Compassos possui duas frentes de trabalho orientadas pela pedagogia social, agricultura biodinâmica e antroposofia, buscando a promoção do autodesenvolvimento. A primeira frente é a Ação Compassos, que visa capacitar profissionalmente jovens e adultos com deficiência a partir dos saberes de especialistas em agricultura biodinâmica, agroecologia e produção orgânica. A processo de aprendizagem inclui aqui todo o ciclo, da preparação do solo e cultivo até a comercialização. A segunda frente conta com diversos cursos de curta duração oferecidos à comunidade.

Fonte: elaborado por André A. Manoel e adaptado pela autora (2021).

Em geral, a produção de alimentos que são gerados nas hortas comunitárias e públicas não é comercializada e sim utilizada para o autoconsumo e para doações, por isso, no próximo capítulo será apresentado um debate sobre rendas não monetizadas.

Já a Horta Comunitária do Centro de Referência e Assistência Social – CRAS Capoeiras tem uma característica diferenciada, pois tem o objetivo de integrar a comunidade migrante venezuelana nas atividades da horta. Isso aparece nas placas em português e espanhol, como demonstra a Figura 38, maneira encontrada pelo grupo de manter uma identidade e aproximação entres os participantes que não são apenas de migrantes, e envolve moradores do entorno que são brasileiros.

A horta comunitária do CRAS Capoeiras tem a parceria com o CEPAGRO, a partir de um projeto da ONG e fomenta a produção de alimentos para que as famílias possam plantar e semanalmente realizar as colheitas das hortaliças para o autoconsumo.

Outra experiência, apresentada na Figura 39, é o da Horta do Centro de Saúde do Ribeirão da Ilha, onde funcionários e moradores plantam medicinais, aromáticas e hortaliças que podem compor as refeições da equipe que trabalha no centro de saúde.

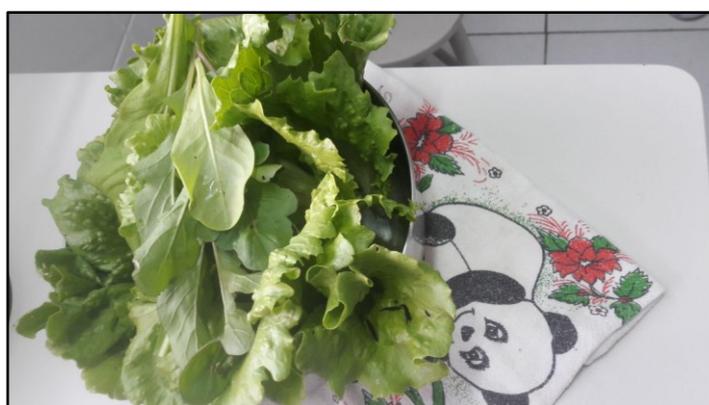
Com a pandemia, as atividades coletivas nas hortas em espaços como nos Centros de Saúde tiveram que ser suspensas, mas Florianópolis tem um incentivo a aliar as Práticas Integrativas de Saúde, que é uma política federal criada desde 2006.

Figura 38 - Horta no CRAS Capoeiras, em Florianópolis (SC)



Fonte: acervo de Ana Carolina Dionísio.

Figura 39 - Horta no Centro de Saúde do Ribeirão da Ilha, em Florianópolis (SC)



Fonte: elaborada pela autora (2021).

São tratamentos que se utilizam de conhecimentos tradicionais, como fitoterapia e acupuntura. As hortas em centros de saúde atuam como mobilizadoras também para a conversa sobre saúde, não apenas um local para tratamentos de doenças.

Não serão aqui retratadas com imagens todas as modalidades de hortas comunitárias presentes em Florianópolis, mas apresenta-se aqui também imagens da Horta do Centro de Ciências Agrárias da UFSC. Um espaço pedagógico e experimental para os estudantes desse campus, onde se localizam os cursos de Agronomia, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Engenharia de Aquicultura e Zootecnia. Os estudantes têm a possibilidade de conhecer, para além do sistema convencional, técnicas de permacultura, sistemas agroflorestais e modelos

diferenciados, como a horta mandala. São práticas não hegemônicas nos cursos de Agronomia que, a partir desta interação, acabam despertando outros interesses nos estudantes. A Figura 40 apresenta algumas destas práticas.

Figura 40 - Horta no Centro de Ciências Agrárias da UFSC, em Florianópolis (SC)



Fonte: elaborada pela autora (2021).

As hortas comunitárias em espaços públicos ou privados em Florianópolis estão muito presentes e mobilizam as comunidades do seu entorno. Também necessitam de insumos para sua produção, como o composto e sementes, por

exemplo. E cada vez mais estes espaços coletivos vêm crescendo em todo o País, demandando a possibilidade de utilização de espaços públicos ociosos; a assistência por parte dos organismos governamentais e redes locais, para cumprirem seus diferentes objetivos, de produção de alimentos, de socialização, de integração entre as pessoas; e a busca de soluções para questões comuns daqueles que delas participam, que não se limita apenas ao cultivo, ampliando-se para direitos a uma cidade mais humanizada.

#### **4.3.2 Rendas não monetizadas**

O debate da renda não monetária, e que tem relação com a produção para o autoconsumo, está presente na agricultura realizada no meio rural, mas é totalmente alinhada com a perspectiva da agricultura urbana, diante das diferentes tipologias presentes na produção da cidade. Apesar de ser um tema pouco discutido no âmbito acadêmico, alguns autores, como Schneider e Grisa (2008), vêm se debruçando sobre esse tema, a fim de demonstrar a importância desta modalidade de produção, no sentido de afirmar que a produção para o autoconsumo auxilia na melhoria das condições de vida, na segurança alimentar e na economia quando o agricultor deixa de gastar por ter a alimentação garantida a partir da produção.

Para Grisa (2008, p. 485), “a produção para o autoconsumo pode também ser tratada como mínimo calórico, mínimo alimentar vital, consumo doméstico e também de forma mais popular como “pro gasto”” Da mesma forma também pode ser considerada a parcela da produção familiar que se destina ao autoconsumo. A autora vai fazer um destaque de que a produção para o autoconsumo se diferencia da produção para subsistência, considerando que a produção de subsistência envolve o autoconsumo e uma parte destinada à circulação mercantil. Para Gazolla e Schneider (2007, p. 91), “o autoconsumo alimentar pode ser definido como aquela parcela da produção animal, vegetal ou transformação caseira que foi produzida pelos membros da família e que é utilizada na alimentação do grupo doméstico.”

Em algumas tipologias de agricultura urbana se adequa o conceito de produção para o autoconsumo, pois a produção, muitas vezes para além do consumo próprio, destina-se à doação. A autora faz uma observação que está bastante presente nas práticas urbanas, que é a troca de alimentos entre vizinhos e

comunidade, de pequenas produções de árvores frutíferas, hortaliças e sementes, e afirma que:

Mais que alimentar necessidades vitais, nestes casos, a produção para o autoconsumo alimenta a sociabilidade, firma relações entre vizinhos, estabelece compromissos, consolida a vida comunitária e uma estrutura social importante para a reprodução social das unidades familiares. (GRISA, 2008, p. 489).

Para Gazolla e Schneider (2005), a produção para o autoconsumo compreende todo o tipo de produção, bens, ferramentas de trabalho ou outros produtos que são gerados no interior da unidade familiar e utilizados pelos seus membros para suprir as suas necessidades.

O mínimo calórico corresponde à produção que atende o necessário para a manutenção da vida e, em termos fisiológicos refere-se “[...] consumo diário de calorias alimentares exigidas para compensar o desgaste de energia que o homem despende em seu rendimento diário de trabalho”. (WOLF, 1976, p. 17).

Na perspectiva da agricultura urbana, a produção para o autoconsumo gera uma economia na renda da família, pois reduz os gastos com a alimentação, dando condições para que o valor monetário resultante dessa economia possa ser utilizado em outras necessidades familiares.

#### **4.3.3 Onde cabe o aumento da produtividade**

Um dos aspectos a ser considerado quando estamos discutindo a agricultura no urbano, tem relação justamente com o espaço. A rentabilidade da produção está diretamente relacionada com a produtividade, tendo que demonstrar sua eficiência muitas vezes em espaços menores, se comparados à produção em espaços rurais.

Algumas experiências trazem o elemento do aumento da rentabilidade a partir de sistemas integrados, como o da Aquaponia, caso do Instituto CEPIA de Florianópolis. Para Ornellas (2019), a aquaponia surge como uma alternativa à produção vegetal e animal, onde parte dos efluentes da piscicultura são tratados e reutilizados para a produção vegetal. A Aquaponia forma um sistema fechado de recirculação de água, com uso eficiente de água e área. Estudos mostram que em uma área de 200 metros quadrados, em um sistema fechado, foi possível produzir

1600 plantas por mês, em um volume de recirculação de água de 5 metros cúbicos captados da chuva. O estudo foi realizado entre abril e setembro de 2019. Além disso, “os tanques de 1 metro cúbico foram povoados com 500 peixes juvenis” (ORNELLAS, 2019, p. 680). O estudo aponta também que a produtividade média de plantas no sistema aquapônico foi de 10 a 20 vezes superior ao cultivo em solo. Segundo o autor, é possível atender em média 150 famílias com essa modalidade de produção.

Quase 90% dos nutrientes para o crescimento das plantas provêm da excreção dos peixes, afirma Ornellas (2019)<sup>71</sup>. Existem vários modelos desse sistema de aquaponia que se adaptam a pequenos espaços e, por isso, vêm sendo difundido na perspectiva da agricultura urbana. Não há perda de quase nada dentro do sistema, ou seja, descarte zero. No entanto, é necessário o controle da qualidade da água constantemente, mantendo parâmetros indicados para um bom funcionamento do sistema. Os custos previstos nesse modelo de produção, a partir de dados do estudo de caso do Instituto CEPIA, seriam as despesas relacionadas aos fornecedores da ração para os peixes (15,52%), aluguel (10%), energia elétrica (7,5%), folha de pagamento (7%), combustível (6,6%) e despesas diversas (24%) (dados de setembro de 2019) (ORNELLAS, 2019). Com relação a ração, ainda não é possível ter o alimento para os peixes de forma orgânica, pois falta demanda no mercado para a sua produção. No entanto, se o consumo dos peixes for para o autossustento, seria possível ainda oferecer outros tipos de alimentos para os peixes, como folhas de taioba e/ou minhocas californianas. Segundo Ornellas (2019), caso a produção não seja para a comercialização, não há necessidade de um padrão de mercado, em relação ao tamanho e peso dos peixes.

A aquaponia utiliza, dessa forma, um sistema integrado entre a criação de peixes e plantas, diferentemente da hidroponia, que apenas se relaciona com a produção vegetal sem solo, em meio líquido. A aquaponia atua em uma perspectiva de economia circular, onde há aproveitamento de todo o ciclo da produção. Os excretas não utilizados no sistema, por exemplo, também podem ser utilizados na compostagem, que depois alimenta outros sistemas de produção.

A Figura 41 apresenta esse ciclo fechado que o modelo de aquaponia permite.

A Figura 42 representa a produção de hortaliças no sistema de aquaponia, mas também é possível produzir flores por esse sistema.

---

<sup>71</sup> Vídeo da Jornada de Agroecologia com Bruno Ornellas. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=uT3f178SB\\_k](https://www.youtube.com/watch?v=uT3f178SB_k). Acesso em: 2 jul. 2022.

A questão da utilização da água tratada para a prática da agricultura urbana também aparece em muitos questionamentos, pois entra no estudo de viabilidade econômica de uma produção na cidade. Em muitos casos, somente é possível garantir uma produção em função de subsídios públicos no que diz respeito ao pagamento dos custos do uso da água, ou em alguns casos, utilizam-se de outros mecanismos, como perfuração de poços artesianos, utilização de água de nascentes, de lagoas ou de ribeirões (LOVO, 2016).

Figura 41 - Sistema de aquaponia do Instituto CEPIA, em Florianópolis (SC)



Fonte: elaborada por Bruno Ornellas (2019).

Figura 42 - Produção de hortaliças e flores no sistema de aquaponia



Fonte: elaborada por Bruno Ornellas (2019).

Ainda não existe um mapeamento da produção em escala da agricultura urbana em Florianópolis. Encontraremos levantamentos dispersos entre a Superintendência de Pesca, Maricultura e Agricultura, a Prefeitura de Florianópolis, a EPAGRI e a Rede Semear. Dados do Censo Agropecuário de 2017 do IBGE<sup>72</sup> apontam que existem 211 estabelecimentos agropecuários em Florianópolis, mas dentro desses números também estão incluídos os pescadores e maricultores. A partir dos cadastros de produtores que têm inscrição estadual, é possível identificar 128 agricultores, mas não se sabe ao certo quantos estão ativos. A superintendência está buscando atualizar essas informações.

Outras experiências que encontraremos em Florianópolis, que se caracterizam pela elevada produtividade e busca de mercados, seriam a do Sítio Flor Bela, localizada no Sertão do Peri, e do Sítio KM 0, localizado no Bairro Ratoes. São propriedades localizadas nas extremidades da Ilha,

A partir dos depoimentos realizados durante a Jornada de Agroecologia – Roda de Conversa Agroecologia e Agricultura Urbana<sup>73</sup>, realizada em setembro de

<sup>72</sup> IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/florianopolis/pesquisa/24/27745>. Acesso em: 2 jul. 2022.

<sup>73</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/JornadadeAgroecologia1/videos/843067366266900>. Acesso em: 2 jul. 2022.

2020, via canais virtuais, algumas ponderações foram feitas, e as trazemos aqui como reflexão, enquanto práticas de agricultura urbana em Florianópolis. As duas experiências fazem parte da Rede Ecovida de Agroecologia e pertencem ao Grupo Ilha Meiembepe, composta por 12 famílias, entre produtores primários e processadores, todos moradores em Florianópolis e São José. Vale destacar que essa organização da rede estabelece uma composição por proximidade geográfica, ficando então o grupo limitado, em especial, a essa região citada.

O Sítio Flor Bela está no Sertão do Ribeirão, dentro de uma Unidade de Conservação localizada em uma área rural, apesar de o Plano Diretor considerar Florianópolis urbana na sua totalidade. Uma das participantes da Roda de Conversa, Elaine Vargas, em sua fala, reforça que o Sertão do Peri não tem serviços de uma cidade, como, por exemplo, coleta de lixo. Elaine e Sérgio, proprietários da terra, tem uma formação enquanto profissionais, ela como professora e ele como protético, e optaram por iniciar a vida de agricultores quando adquiriram essa propriedade. Um apontamento interessante é que eles venderam na cidade, em 2013, uma sala comercial de 30 metros quadrados e com o valor compraram 30 hectares de terra no Sertão do Peri, “o solo na Ilha é bem caro”, como comenta Elaine.

Foi nesse momento que Elaine e Sérgio perceberam os desafios dessa opção, pois o fato de Florianópolis ser considerada totalmente urbana faz com que não haja um serviço de assistência técnica aos agricultores. Mesmo havendo uma Superintendência de Agricultura e Pesca na Prefeitura, o direcionamento é para as ações ligadas à pesca e maricultura, e quase nada para agricultura. Nesse sentido, falta apoio para acesso a maquinários, tratores e equipamentos necessários para a abertura de áreas de plantio. Eles tiveram que adquirir com recursos próprios um caminhão e uma tobata.

Da mesma forma, conseguir insumos e sementes não se apresenta como tarefa fácil. Mesmo diante dos desafios, o casal criou parcerias comerciais e iniciou a comercialização dos alimentos, com entregas a entrepostos, mas logo isso se demonstrou como uma opção vulnerável, visto que, se o dono do entreposto conseguia valores menores do mesmo produto, descartava a compra, fazendo com que, muitas vezes, houvesse perda da produção. O fato de estar em um grande centro urbano não garante toda a venda. Elaine Vargas considera que a Ilha teria um potencial de produção a partir das Unidades de Conservação, respeitando a legislação e produzindo de forma agroflorestal. Na atualidade existem várias unidades que

necessitam passar por um processo de restauração, visto o estado de degradação delas.

A busca por insumos para agrofloresta implantada no Sítio necessita de muito material de cobertura, denominado cepilho, mas com a crescente demanda por hortas nos municípios, seja em escolas, creches ou Centros de Saúde, também cresceu a demanda por cepilho, o que tem dificultado receber esse insumo da prefeitura.

O Sítio Flor Bela também oferece cursos e recebe visitas de escolas e grupos, agregando renda à propriedade. Além disso, o sítio faz parte de uma Associação<sup>74</sup>, a Acolhida na Colônia, que fomenta o agroturismo. Com relação ao pagamento de impostos, desde 2021 até o momento, pagam o ITR, após um longo processo, e pagaram também 5 anos retroativos, mas tiveram que solicitar ajuda jurídica para garantir esse direito.

Um dos entraves para a produção de alimentos na cidade está relacionado ao custo da água e energia elétrica. No caso do Sítio Flor Bela, a água utilizada é de nascente, inclusive porque, mesmo sendo considerada área urbana, de acordo com o Plano Diretor, o local não possui sistema de água encanada da Companhia Catarinense de Água e Saneamento- CASAN. Com relação à energia elétrica, essa sim já é cobrada.

A agricultora Elaine reconhece que o não enquadramento da agricultura urbana dificulta o acesso a crédito e, portanto, impede investimentos na propriedade, além de também não conseguirem acessar programas governamentais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar- o PNAE. Atualmente, a comercialização somente se dá por cestas, com bastante diversidade. Apesar de ser possível o agricultor que produz na cidade acessar a DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF<sup>75</sup>, os critérios hoje estabelecidos não condizem com o agricultor urbano, que, muitas vezes, tem a complementação da renda do companheiro ou companheira que trabalha em outras atividades, maior do que a renda da produção agrícola, impedindo, dessa forma, seu enquadramento, como é o caso da Elaine.

Nas falas da agricultora Elaine, o que se evidencia é a ausência de políticas públicas para agricultura urbana que fomentem o crédito, o acesso a insumos, o apoio a compra de equipamentos e maquinário agrícola, que são gargalos para a produção.

---

<sup>74</sup> Acolhida na Colônia Associação de apoio ao turismo de base comunitária. Disponível em: <https://acolhida.com.br/>. Acesso em: 2 jul. 2022.

<sup>75</sup> PRONAF\_ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

É importante incorporar tecnologias sociais, otimizar espaços e garantir a produção próxima ao consumo. Nesse sentido, o papel do consumidor é importante para a ocupação dos territórios.

O Quadro 7 apresenta algumas experiências de agricultura urbana em Florianópolis, com características comerciais.

Quadro 7 - Produção comercial da AU em Florianópolis (SC) (continua)

Nome	Atividades	Tipo	Descrição
Centro de Produção Integrada e Aquaponia – CEPIA Bairro Campeche	Agricultura urbana; Consumo consciente; e Segurança Alimentar e Nutricional	Empresa com missão social e ambiental	É uma fazenda urbana sustentável, criada a partir dos princípios da agricultura inteligente e da economia circular. Produz alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e outros contaminantes. Também realiza a produção integrada de hortaliças em aquaponia e peixes, junto a sistemas de biofiltração. Além disso, colabora com pesquisas e visitas técnicas de Universidades e outros grupos.
Chácara Clara Noite de Sol-Bairro Ratoles	Agricultura urbana; e Segurança Alimentar e Nutricional	Empreendedor pessoa física	A Chácara Clara Noite de Sol é mantida por Juliana e Leilen. Na Chácara são produzidas e comercializadas variedades diversas de cogumelos orgânicos tipo Shimeji. Com a pandemia, a comercialização passou a ser feita por meio de cestas semanais.
Horta Flor do Rio-Bairro Rio Vermelho	Agricultura urbana; Segurança Alimentar e Nutricional; e Consumo consciente	Empresa com missão social e ambiental;	A Horta Flor do Rio foi criada e é mantida pelo casal Mayara e Irê A partir da Horta Flor do Rio são cultivados e comercializados alimentos orgânicos, saudáveis, a partir dos princípios e técnicas da agroecologia e buscando a corresponsabilização dos consumidores no processo. Uma das formas de comercialização é através das cestas semanais.

Quadro 7 - Produção comercial da AU em Florianópolis (SC) (continua)

Nome	Atividades	Tipo	Descrição
Muvuca Agroflorestal-Bairro Costa de Dentro	Agricultura urbana; Conservação e preservação ambiental; e Consumo consciente	Empresa com missão social e ambiental;	Trata-se de uma iniciativa de produção e comercialização de alimentos a partir dos princípios e práticas da agroecologia e da agroflorestal. Integra o Grupo Ilha Meiembipe, da Rede Ecovida.
Sítio do Lício-Bairro Ratones	Agricultura urbana; Segurança Alimentar e Nutricional; e Conservação e preservação ambiental	Empreendedor pessoa física;	A iniciativa foi fundada e é mantida pelo casal seu Lício e dona Zenaide. No sítio são cultivadas e comercializadas verduras, legumes e hortaliças.
Sítio e Café Hortêncio-Bairro Sertão do Ribeirão	Agricultura urbana; Conservação e preservação ambiental; e Segurança Alimentar e Nutricional	Empreendedor pessoa física;	Oferece serviços de agroturismo, como hospedagem, trilhas, visitas e atividades culturais. Os serviços têm o caráter de turismo pedagógico, voltado para a educação ambiental. Além disso, são produzidas hortaliças, leite e derivados e criados animais.

Quadro 7 - Produção comercial da AU em Florianópolis (SC) (continua)

Nome	Atividades	Tipo	Descrição
Sítio Flor de Ouro-Bairro Ratores	Agricultura urbana; Conservação e preservação ambiental; e Segurança Alimentar e Nutricional	Empreendedor pessoa física	<p>Mantido por Pedro e Bruna, o local associa produção de alimentos por meio de sistemas agroflorestais com meliponicultura e produção de derivados do mel. A partir dos sistemas agroflorestais, são produzidos no Sítio hortaliças, chás, temperos, legumes, frutas, raízes e plantas alimentícias não convencionais (PANCs). Esses alimentos são comercializados a partir do modelo de comunidades que sustentam a agricultura (CSA), com entrega de cestas semanais.</p> <p>Em relação à meliponicultura, são produzidos mel e derivados de variedades de abelhas nativas sem ferrão, chamadas de meliponas. Além disso, são oferecidos cursos de agrofloresta e meliponicultura e é realizada a conservação de sementes crioulas.</p>
Sítio Florbela-Bairro Sertão do Ribeirão	Agricultura urbana; Conservação e preservação ambiental; e Cultura e arte	Empreendedor pessoa física	<p>O sítio foi criado em 2013 pelo casal Elaine e Sérgio, que buscam conciliar o cultivo de alimentos com a recuperação e preservação do ecossistema do qual fazem parte, a Unidade de Conservação Monumento Natural da Lagoa do Peri. O nome é uma homenagem a uma tia-avó de Elaine, parteira e contadora de histórias do Sul da Ilha. No Sítio são cultivados hortaliças, legumes, temperos, chás, grãos, raízes, frutas, flores e mudas. Além disso, são promovidas no local diversas atividades ligadas ao agroturismo, como visitas guiadas, trilhas e hospedagem e atividades formativas como cursos, oficinas, formações e outros eventos. São produzidos, ainda, óleos essenciais e hidrolatos. Todos os produtos são comercializados para os hóspedes, em cestas entregues semanalmente ou em feiras. Recentemente, o casal engajou-se na reconstrução de um engenho de farinha, como forma de preservar esse patrimônio cultural.</p>

Quadro 7 - Produção comercial da AU em Florianópolis (SC) (conclusão)

Nome	Atividades	Tipo	Descrição
Sítio Orgânicos Km Zero-Bairro Ratonos	Agricultura urbana; eSegurança Alimentar e Nutricional	Empreendedor pessoa física	É um local mantido por Lido e Aline, onde são produzidas e comercializadas hortaliças, frutas e plantas alimentícias não convencionais (PANCs).

Fonte: elaborado por André Augusto Manoel e adaptado pela autora (2021).

Provavelmente outras produções comerciais de alimentos produzidos na cidade devem existir, mas aqueles que se evidenciam por uma organização em rede e também por uma produção orgânica são os indicados no Quadro 7.

Em outra seção abordaremos a importância da proximidade com o mercado consumidor e os desafios que se apresentam nessa relação.

#### **4.3.4 O que abarca a agricultura urbana?**

Outra característica marcante, de acordo com Maas e Gontijo (2021), é que o agricultor urbano geralmente acompanha todo o processo, desde a compra das sementes, a preparação dos insumos, o plantio, a colheita, a comercialização, tendo, dessa forma, uma visão da totalidade. Em alguns casos, a proximidade do centro urbano permite que outras atividades ligadas à agricultura aumentem a renda promovendo atividades como visitas à propriedade, por escolas e grupos interessados, além da oferta de cursos e oficinas.

Santandreu e Lovo (2007) afirmam que a agricultura urbana é um conceito multidimensional, o que inclui a possibilidade de gerar produtos agrícolas. Dentro das possibilidades citadas por Santandreu e Lovo (2007), o aproveitamento dos resíduos orgânicos para a prática da compostagem é uma ação indissociável na perspectiva da agricultura urbana. De acordo com a Política Nacional de Saneamento Básico, Lei n. 11.445/2007<sup>76</sup>, e a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei n. 12.035/2010<sup>77</sup>, os municípios terão que dar destinação adequada aos seus resíduos. Florianópolis possui um Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos (PMGIRS)<sup>78</sup> desde 2017, e até 2027, segundo determinação desse plano, esses resíduos não deverão ser mais enviados aos aterros sanitários resíduos sólidos recicláveis, tanto a fração orgânica como a seca.

---

<sup>76</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm). Acesso em: 2 jul. 2022.

<sup>77</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm). Acesso em: 2 jul. 2022.

<sup>78</sup> Disponível em: [http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/pmgirs/arquivos/PMGIRS\\_CADERNO\\_1\\_CAPA%20e%20Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20Introdu%C3%A7%C3%A3o%20PMGIRS\\_Florian%C3%B3polis.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/pmgirs/arquivos/PMGIRS_CADERNO_1_CAPA%20e%20Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20Introdu%C3%A7%C3%A3o%20PMGIRS_Florian%C3%B3polis.pdf). Acesso em: 2 jul. 2022.

Segundo dados da Prefeitura de Florianópolis<sup>79</sup>, 35% dos resíduos sólidos domiciliares produzidos são da fração orgânica (sendo 24% de restos de alimentos e 11% resíduos verdes, como podas e restos de jardinagem e varrição pública), 43% são de recicláveis secos (embalagens de plástico, papel, metal e vidro) e 22% são rejeitos. Desse montante, a prefeitura gasta cerca de R\$ 156,81 para transportar e aterrar cada tonelada, sendo que 70 mil toneladas (de um total de 193 mil toneladas de resíduos) são de resíduos orgânicos, que poderiam ser compostados, gerando uma economia de 11 milhões por ano, além dos benefícios ambientais e sociais.

Algumas experiências se destacam na cidade por tratar do tema da compostagem. Uma delas é da Gestão Comunitária da Comunidade Chico Mendes, conhecida como Revolução dos Baldinhos. O projeto se desenvolve no bairro Monte Cristo, que se localiza na parte continental do município de Florianópolis. O bairro é formado por 09 comunidades, sendo que participam do projeto as comunidades Chico Mendes, Novo Horizonte e Nossa Senhora da Glória. Marcos José de Abreu relatou, sua dissertação de mestrado (ABREU, 2013), a experiência dessa comunidade e o modelo de gestão comunitária, que se tornou referência na cidade enquanto proposta de envolvimento comunitário na separação dos resíduos diretamente na fonte. A metodologia desenvolvida implica em sensibilização das famílias para a correta separação dos resíduos orgânicos na fonte/domicílio e depois o encaminhamento para pontos de coleta voluntários, os PEVs, que ficam distribuídos no bairro. Muitas organizações foram estabelecendo parcerias com a comunidade para que o projeto pudesse ser implementado, mas a grande questão sempre foi a necessidade do reconhecimento do serviço prestado pela comunidade com o desvio do material orgânico, que deixava de ir para o aterro. Com este valor economizado pela prefeitura, a comunidade pleiteia o pagamento pelo serviço ambiental, por meio de uma remuneração aos participantes do projeto, pois é necessário que uma equipe mínima mantenha as dinâmicas de coleta dos resíduos das bombonas, a manutenção das “leiras de compostagem” e a preparação do composto para comercialização.

Da mesma forma, surgiram empresas no município, como, por exemplo, a Angatu, que realiza o serviço de coleta domiciliar do resíduo orgânico por meio de

---

<sup>79</sup> Disponível em:

<https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/comcap/index.php?cms=organicos&menu=4&submenuid=150>  
. Acesso em: 2 jul. 2022.

uma cobrança mensal, que varia de R\$ 49,00 a R\$ 69,00, e posterior devolução de uma quantidade de composto.

São diversas as iniciativas, explicitadas no Quadro 8, que vão desde o serviço da Comcap<sup>80</sup>, com um projeto de doação de caixas de vermicompostagem, até o serviço piloto de coleta de orgânicos em condomínios a partir do caminhão satélite em alguns bairros da cidade, no caso, Itacorubi, Córrego Grande e Trindade.

O resultado de todo esse esforço de transformar o resíduo orgânico em composto, importante fertilizante do solo, tem impactos ambientais e sociais, mas também uma indissociável necessidade e demanda da prática da agricultura nas cidades.

Em Florianópolis há uma diversidade destes processos, considerados como iniciativas de inovação social, que vão desde a coleta dos resíduos orgânicos pela prefeitura, como por empresas e coletivos, formais e informais, como já descritos. O Quadro 8 apresenta algumas destas iniciativas.

---

<sup>80</sup> Disponível em:

<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/comcap/?pagina=notpagina&menu=0&noti=24708>. Acesso em: 2 jul. 2022.

Quadro 8 - Iniciativas de compostagem comunitária, pública e privada em Florianópolis (SC) (continua)

Nome	Iniciativas de compostagem	Tipo	Descrição
<p>Associação Revolução dos Baldinhos</p>	<p>Gestão de resíduos e reciclagem; Agricultura urbana; e Segurança Alimentar e Nutricional</p>	<p>Associação</p>	<p>A iniciativa acontece na comunidade Monte Cristo, em parceria com a Escola Estadual America Dutra Machado e o Lar Fabiano de Cristo. Além disso, tem apoio do Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO) e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Jovens sensibilizam famílias para a correta separação da fração orgânica na fonte, coletam os resíduos em pontos de entrega voluntária, encaminham para um pátio de compostagem comunitário e transformam o resíduo em adubo orgânico. Essa gestão contribui para o surgimento de hortas em escolas e quintais, geração de trabalho e renda, inclusão social, sanidade urbana e a segurança alimentar e nutricional. Produzem composto orgânico, biofertilizante e sabão. Têm programas de assessoria para instalação de pátios de compostagem em outras comunidades e o "rolezinho" pela comunidade, que é um programa de visitaçao. Diante da emergência social decorrente da pandemia de Covid-19, a iniciativa passou a contar com uma cozinha comunitária, a Cozinha Mãe, que produz e distribui refeições aos moradores da comunidade em situação de vulnerabilidade.</p>

Quadro 8 - Iniciativas de compostagem comunitária, pública e privada em Florianópolis (SC) (continua)

Nome	Iniciativas de compostagem	Tipo	Descrição
Horta Comunitária - Parque Cultural do Campeche - PACUCA	Agricultura urbana; Segurança Alimentar e Nutricional; e Gestão de resíduos e reciclagem	Coletivo informal	É mantida pela Associação dos Moradores do Campeche – AMOCAM e pela Rádio Comunitária Campeche – Florianópolis. Na horta são desenvolvidas as seguintes atividades: horta comunitária para ocupação do campo da aviação com objetivo de fomentar atividades culturais e integração da comunidade; ponto de entrega voluntária de resíduos orgânicos, que são utilizados para alimentar a composteira (leira); e contribuição voluntária em troca de alimentos orgânicos.
Compostagem Terra Orgânica	Gestão de resíduos e reciclagem; Agricultura urbana; e Conservação e preservação ambiental	Associação	A iniciativa busca solucionar problemas sociais e ambientais ao promover o modelo de Compostagem Comunitária de Resíduos Orgânicos. Para isso, aposta em um modelo descentralizado de gestão de resíduos, onde a comunidade tem a oportunidade de tratar localmente os resíduos orgânicos ali gerados, produzindo compostos orgânicos capazes de devolver a vida para solos degradados. Com o tratamento local dos resíduos, a renda gerada fica dentro da comunidade, estimulando a economia local, de maneira circular e solidária, e os vínculos sociais entre agentes locais são fortalecidos.

Quadro 8 - Iniciativas de compostagem comunitária, pública e privada em Florianópolis (SC) (continua)

Nome	Iniciativas de compostagem	Tipo	Descrição
Associação Orgânica	Gestão de resíduos e reciclagem; Desenvolvimento urbano e Agricultura urbana	Associação	<p>O surgimento da iniciativa remonta ao final da década de 1990, com o desenvolvimento do Método UFSC de compostagem de resíduos orgânicos, no curso de Agronomia da Universidade. O objetivo era desenvolver um método de compostagem adaptado ao clima local, às condições de mão-de-obra e ao ambiente urbano. O método mostrou-se vantajoso devido ao custo e por questões logísticas, visto que permite o tratamento dos resíduos em pátios, no meio da cidade. O desenvolvimento do método culminou na criação da Associação Orgânica, junto aos estudantes de agronomia. Inicialmente, tratava de forma experimental os resíduos de estabelecimentos do Campus Central e, posteriormente, em 2005, iniciou uma parceria com a COMCAP, para o tratamento dos resíduos do município. Hoje atua também em conjunto com a Agroecológica.</p>
EcoQuilombo	Agricultura urbana; Gestão de resíduos e reciclagem; e Desenvolvimento comunitário	Programa OSC	<p>Foi fundado e é mantido por moradores do Morro do Quilombo interessados na promoção da agricultura urbana, de uma alimentação mais saudável e de uma outra forma de relação com o espaço público. A iniciativa contou com o apoio da Rede de Compostagem e obteve suporte de subvenção social do Gabinete do Vereador Marquito, executada pelo Instituto Çarakura. No Ecoquilombo, os resíduos orgânicos das casas de moradores do Morro do Quilombo são recolhidos e transformados em composto orgânico. O composto é utilizado pelos moradores em suas hortas e na horta comunitária instalada no mesmo pátio, parte de um terreno público que estava abandonado a tempos. O projeto, junto a ABI, solicitou pedido de concessão do uso do terreno à Prefeitura Municipal de Florianópolis. O pedido está em análise.</p>

Quadro 8 - Iniciativas de compostagem comunitária, pública e privada em Florianópolis (SC) (continua)

Nome	Iniciativas de compostagem	Tipo	Descrição
Recicla Ação	Agricultura urbana; Gestão de resíduos e reciclagem; e Desenvolvimento comunitário	Coletivo informal	<p>O grupo que fundou a iniciativa – Ana Cristina, Wagner, Giovani, Paulo e Reginaldo – já estava organizado no Grupo Mittos, que promovia a cultura de base afro na comunidade. Começou as atividades a partir de uma formação popular, realizada por Cíntia, da Revolução dos Baldinhos, e pelo Instituto Çarakura, no ano de 2019. Na iniciativa, é realizada a compostagem dos resíduos orgânicos de famílias da comunidade, da creche da Queimada, da feira e do armazém local. Com o composto, são produzidas hortaliças e plantios agroecológicos. Além disso, são realizadas ações de conscientização e educação ambiental popular. Durante a pandemia, a iniciativa teve que se reinventar e passou a dar foco em ações assistenciais, especialmente de doação de alimentos.</p>
Quintal Comunitário do Córrego Grande	Agricultura urbana; Gestão de resíduos e reciclagem; e Desenvolvimento urbano	Coletivo informal	<p>No ano de 2012, Suzana, a fundadora da iniciativa, mudou-se para o bairro Córrego Grande e, com seu filho Kiriá, na época estudante de Agronomia, passou a fazer pequenos canteiros em uma Área Verde de Lazer que não estava sendo utilizada de forma proveitosa. Com o tempo, os moradores passaram a respeitar o terreno e, em 2016, por meio do Quintais de Floripa, passou a ter contato com a COMCAP e a FLORAM. O trabalho se expandiu e a iniciativa se consolidou. Mais adiante, a CELESC cedeu uma parte de um terreno próximo, onde há torres de transmissão, para o plantio de árvores frutíferas.</p>

Quadro 8 - Iniciativas de compostagem comunitária, pública e privada em Florianópolis (SC) (continua)

Nome	Iniciativas de compostagem	Tipo	Descrição
Educação Ambiental Hotel Sesc Cacupé	Conservação e preservação ambiental; e Agricultura urbana; Gestão de resíduos e reciclagem	Programa de empresas ou RSC	O Hotel Sesc Cacupé, responsável pelas ações de educação ambiental, está situado em uma região com um passado rural, com ênfase para as culturas tradicionais da cidade, tendo passado pelos formatos de estância e colônia de férias antes de tornar-se hotel. No período entre 2008 e 2010, as ações de Educação Ambiental passaram a ser desenvolvidas por equipe própria, desmembrada do Lazer e Recreação. Desde então, diversas ações são realizadas, destacando-se a compostagem, horta, valorização da cultura da mandioca e das áreas verdes locais.
Minhoca na cabeça	Gestão de resíduos e reciclagem; Desenvolvimento urbano; e Agricultura urbana	Programa Governamental	A iniciativa é mantida pela Prefeitura Municipal de Florianópolis e pela COMCAP. Por meio do programa, são realizadas oficinas de capacitação associadas à distribuição de kits de compostagem para as famílias interessadas.

Quadro 8 - Iniciativas de compostagem comunitária, pública e privada em Florianópolis (SC) (continua)

Nome	Iniciativas de compostagem	Tipo	Descrição
Destino Certo	Gestão de resíduos e reciclagem; Segurança Alimentar e Nutricional; e Agricultura urbana	Empresa com missão social e ambiental	Trata-se de um pequeno negócio que oferece os serviços de compostagem de resíduos orgânicos a famílias, restaurantes e outros geradores de resíduo de pequeno e médio porte.
Agroecológica Serviços Ambientais	Gestão de resíduos e reciclagem; Desenvolvimento urbano; e Agricultura urbana	Empresa com missão social e ambiental	A empresa oferece o serviço de compostagem de resíduos orgânicos para condomínios, restaurantes e hotéis, supermercados e escolas. Além de realizar a logística do serviço, realiza ações de educação ambiental e sensibilização com funcionários e usuários de seus clientes. Também realiza a implantação e manutenção de hortas em condomínios, casas e estabelecimentos comerciais. Por fim, a empresa comercializa adubo sólido e líquido produzido.

Quadro 8 - Iniciativas de compostagem comunitária, pública e privada em Florianópolis (SC) (conclusão)

Nome	Iniciativas de compostagem	Tipo	Descrição
Angatu Gestão de Resíduos Orgânicos	Gestão de resíduos e reciclagem; Segurança Alimentar e Nutricional; e Agricultura urbana	Empresa com missão social e ambiental;	Iniciativa mantida por Caio Souza Pires, em que é oferecida a coleta seletiva e compostagem, como uma alternativa ao aterramento dos resíduos orgânicos para residências, empreendimentos comerciais e condomínios residenciais.
Composta.aí	Gestão de resíduos e reciclagem; e Agricultura urbana	Empreendedor pessoa física	É um pequeno negócio que oferece os serviços de coleta e compostagem de resíduos alimentares a residências e negócios no sul da Ilha de Santa Catarina. Além disso, comercializam adubo líquido e composto orgânico provenientes da compostagem. Com isso, buscam contribuir com a questão da educação ambiental e a rediscussão do destino dos resíduos urbanos.

Fonte: elaborado por André Augusto Manoel e adaptado pela autora (2021).

É interessante perceber que existem diversas empresas que tratam o resíduo orgânico como uma possibilidade de negócio e produção do insumo, o composto como um produto que, se comercializado aumenta, ainda a renda, pois, além de receberem para coletar o resíduo orgânico, eles ganham com a venda do produto gerado.

Outra forma de produção que encontramos em Florianópolis é o da propriedade Chácara Clara Noite de Sol, uma iniciativa de produção de cogumelos, aliada a uma proposta de educação ambiental e cultivo de plantas medicinais e PANCs. A produção de cogumelos foi introduzida no Brasil nos anos 50 por imigrantes japoneses, segundo Kumanaya (2018), fazendo parte da produção agrícola desenvolvida por eles na região de Mogi das Cruzes, em São Paulo. Para a autora, a produção de cogumelos no Brasil ainda é pequena, se comparada a outros países como China e Itália, mas desempenha um papel importante na produção agrícola de pequenos produtores, como é o caso da Chácara de Ratonés.

A chácara Clara Noite de Sol, localizada no Bairro Ratonés desde 2014, vem desenvolvendo atividades de educação ambiental e dedicando-se ao cultivo de diferentes tipos de cogumelos, além de plantas medicinais, temperos e algumas hortaliças. Como outras experiências de agricultura urbana, o ambiente possui um espaço reduzido e, a partir de relatos durante o evento da Jornada de Agroecologia, ocorrido em setembro de 2020, foi apontado que um dos aspectos que caracterizam a agricultura urbana em Florianópolis é a oportunidade de ser uma vitrine para outras práticas agroecológicas, como bioconstrução e captação de água de chuva para irrigação das pequenas hortas, além do reaproveitamento de materiais.

A agroecologia em espaços urbanos permite trazer esses elementos mais amplos da sustentabilidade. As agricultoras Leilen Olimos e Juliana Conceição, proprietárias da chácara, ponderam sobre a dificuldade no acesso às políticas públicas, justamente pela falta da caracterização da modalidade agricultor familiar urbano. Elas permanecem pagando o IPTU, mas conseguiram realizar o Cadastro de produtoras rurais e também acessaram a DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF, mesmo a propriedade estando localizada em área urbana. De qualquer forma, elas relatam que todo o processo foi demorado até elas conseguirem as informações para que pudessem chegar a ter a DAP e percebem o quanto ainda é necessário avançar em políticas públicas para os agricultores urbanos. São características diferentes que possuem a agricultura familiar e o agricultor urbano, mesmo que a condição de produzir alimentos seja a mesma. A Figura 43 aponta o modelo de captação de água

das chuvas utilizado para irrigação do jardim comestível, onde são cultivadas plantas medicinais, temperos e Plantas Alimentícias não Convencionais, as PANCs.

Figura 43 - Chácara Clara Noite de Sol, no Bairro Ratoles, em Florianópolis (SC)



Fonte: elaboradas pela autora (2021).

O que a agricultura urbana abarca? A resposta seria que ela abarca desde a compostagem, cultivos de cogumelos, processamentos de alimentos, em proporções muitas vezes em menor escala, práticas sustentáveis de produção e processos de transição agroecológicos, todas essas, presentes nas experiências de Florianópolis. Além disso, abarca também a produção em maior escala, como já descrito, onde cabe o aumento da produtividade. Como fechamento deste ciclo do processo, abordaremos as relações de produção e consumo e o papel do consumidor na agricultura urbana.

## 4.4 RELAÇÕES ENTRE PRODUÇÃO E CONSUMO

### 4.4.1 Estratégias de comercialização

Experiências como a das células de consumo responsável (CCR) em Florianópolis, organizadas a partir do Laboratório de comercialização da agricultura familiar (LACAF), contribuem para que esse debate se amplie no universo acadêmico, com novas produções sobre a temática, além de estimular a reflexão acerca do papel do consumidor na perspectiva de um redesenho dos sistemas alimentares (BARCELOS *et al.*, 2022).

O LACAF vem trabalhando com o conceito de Redes de Cidadania Agroalimentar, por considerar importante incluir debates como a da democratização do alimento, a justiça social e a construção de redes cidadãs (BARCELOS *et al.*, 2022, p. 162).

Ao tratar de alternativas ao modelo agroalimentar industrial sob o qual a sociedade contemporânea encontra-se atualmente, considera-se que a criação de iniciativas que venham a conectar-se entre si, atuando sob forma de rede horizontalizada, consiste em desenvolver mecanismos de emancipação social diante de um sistema agroalimentar que impõe lógicas de abastecimento e consumo nas cidades contemporâneas. (MIRANDA, 2021, p. 4).

Autores como Darolt *et al.* (2016) vem trabalhando com o termo “rede agroalimentar alternativa” para tratar justamente dessas alternativas ao modelo agroalimentar dominantes.

Os autores afirmam que as estratégias das RAA são pautadas na cooperação social e em parcerias entre produtores e consumidores, na reconexão entre produção e consumo dentro de padrões sustentáveis, na dinamização de mercados locais com identidade territorial, na revalorização da circulação de produtos de qualidade diferenciada e na relação de confiança estabelecida entre as partes. (DAROLT *et al.*, 2016 apud MIRANDA, 2021, p. 4).

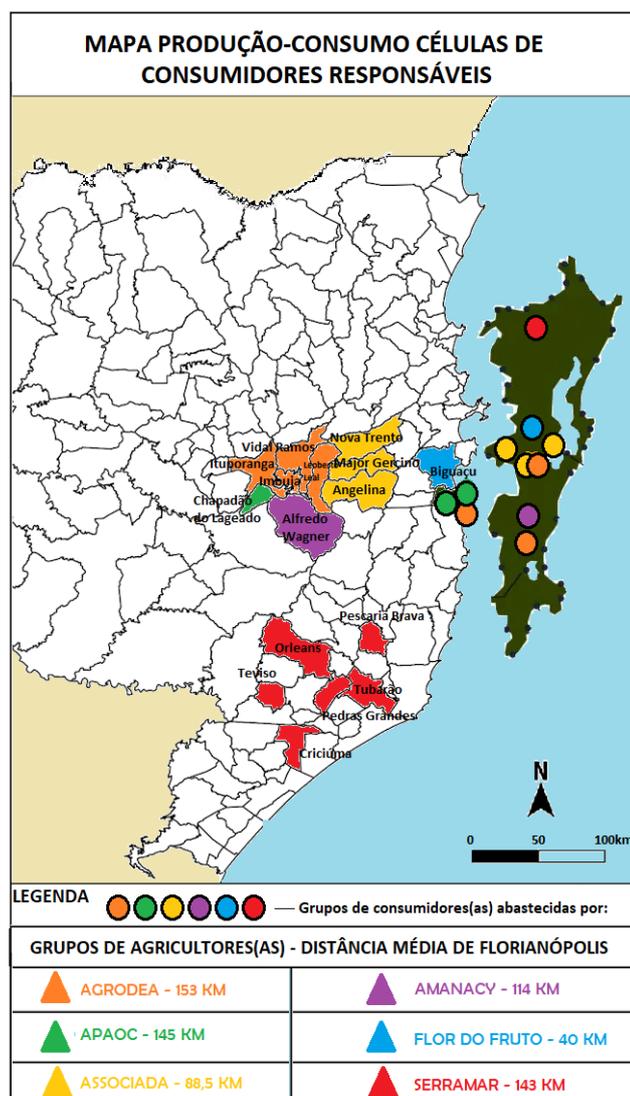
As CCRs surgem a partir de um projeto de extensão do LACAF e têm como objetivo a aproximação entre produtores e consumidores, a fim de garantir mercados aos produtores e, ao mesmo tempo, preços justos aos consumidores. Para Darolt (2013), experiências bem-sucedidas normalmente acontecem onde há uma estreita interação entre o poder público, entidades não governamentais e a organização de produtores e consumidores. O modelo é simplificado, com a venda direta por pedido

antecipado, garantindo um valor mensal médio ao produtor. Na outra ponta, os consumidores se organizam para buscar seus alimentos em um ponto de partilha que pode ser uma escola, uma associação ou a moradia de um dos consumidores. O projeto teve início em 2017, por meio da parceria com um grupo de agricultores organizados a partir da Rede Ecovida de Agroecologia, do Grupo AGRODEA (Agroecologia, Desenvolvimento e Educação) de Imbuia (SC).

“Em janeiro de 2021, as CCRs contavam com 6 grupos de agricultores familiares, certificadas pela Rede Ecovida, abastecendo mais de 500 consumidores semanais, em 12 espaços distintos na Grande Florianópolis”. (BARCELOS *et al.*, 2022, p. 164). Dados do LACAF de novembro de 2020 contabilizaram 10 toneladas de alimentos comercializados nessa modalidade

O mapa apresentado na Figura 44 aponta uma distância entre 153 km do grupo de produtores organizados a partir da Agrodea, em Imbuia, até 40 km de distância do Grupo de agricultores de Biguaçu. Ressalta-se que os grupos de consumidores se concentram na região central da Ilha, mas contando com alguns grupos também na parte continental.

Figura 44 - Mapa produção – consumo de CCRs



Fonte: Barcelos *et al.* (2022, p. 164).

As células de consumidores responsáveis têm demonstrado ser uma experiência exitosa nessa relação de aproximação entre produtores e consumidores, e conta com o apoio da Universidade. Uma reflexão necessária seria se os grupos possuem autonomia atualmente para gerir os grupos, caso o apoio da Universidade deixasse de existir. Alguns grupos já dependem bem menos desse apoio, mas a organização dos consumidores, sendo um grupo mais disperso, não é tão simples e fácil de ser gerido.

O Laboratório de comercialização LACAF também acompanha os preços praticados no mercado de alimentos orgânicos da Grande Florianópolis e identificou que, em 2019, “o preço médio operado dos orgânicos em supermercados era de R\$ 23,00, nas lojas especializadas a média era em torno de R\$ 12,92 e nas feiras R\$

9,67". (BARCELOS *et al.*, 2022, p. 166). Já os alimentos adquiridos a partir das cestas das CCRs ficam em torno de R\$ 6,17 o quilo. O fato de alimento ter um valor mais acessível a partir das CCRs motivou o aumento pela procura dessa forma de comercialização, favorecendo o agricultor, que acaba colhendo o que já está vendido e pago, diminuindo as perdas. Os autores afirmam que “a dinâmica de construção social de mercados proposta pelas CCRs propicia uma aproximação entre os agricultores e consumidores, e vem fortalecendo a sócio-agro-biodiversidade<sup>81</sup>” (BARCELOS *et al.*, 2022, p. 167). Quem ganha com isso são as famílias agricultoras agroecológicas de Santa Catarina.

As experiências de circuitos curtos a partir dessas experiências das células se torna possível devido à existência de uma rede de agricultores ampliada, como, por exemplo, a Rede Ecovida. As redes têm um importante papel, no sentido que unem alguns pontos. No Brasil, desde os anos 80, grupos de agricultores familiares buscam se organizar na forma de redes, com apoio de ONGs e entidades ligadas à Igreja Católica, como a Pastoral da Terra. Com a crescente crise ligada à insegurança alimentar e preocupação com a origem dos alimentos, esses agricultores vêm buscando por redes alternativas de comercialização na perspectiva de circuitos curtos, como feiras, entregas de cestas, vendas institucionais e lojas especializadas (DAROLT, 2016).

A partir da pesquisa de mestrado de Escosteguy (2019)<sup>82</sup> foram mapeadas em Florianópolis, em 2018, 13 iniciativas de venda direta por pedido antecipado. A Tabela 5 apresenta um resumo com entregas direta a consumidores.

---

<sup>81</sup> Alimentos da sócio-agro-biodiversidade.

<sup>82</sup> ESCOSTEGUY, Isadora Leite. **Inovações sociais na promoção da agroecologia e de redes de civismo agroalimentar em Florianópolis-SC**. 2019. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

Tabela 5 - Iniciativas de venda direta em Florianópolis (SC)

	<b>Nome da experiência de VDPA</b>	<b>Ano de início da iniciativa</b>	<b>Nº de pedidos semanais</b>	<b>Nº de famílias agricultoras fornecedoras</b>	<b>Meio de comunicação para pedidos etc.</b>
01	Cestas Vivas	2003	80	4	WhatsApp, Facebook, E-mail
02	CCR SOCIESC	2017	8	12	WhatsApp
03	CSA	2016	22	1	?
04	Compras Coletivas	2017	87	3	WhatsApp
05	CCR UFSC Trindade	Nov. 2017	100	14	WhatsApp
06	CCR Estreito	Nov. 2017	9	14	?
07	**CCR E-Faz	Mar. 2018	27	14	WhatsApp
08	CCR CCA	Out. 2018	13	12	WhatsApp
09	***CCC Co-working	2018	30	1	WhatsApp
10	CCR Capoeiras	2018	9	6	WhatsApp
11	CCR Centro	2018	13	11	WhatsApp
12	CCR Saúde	2018	30	12	WhatsApp
13	Célula Comuna Amarildo – MST	2018	20	7	WhatsApp

\*\* Célula de Consumidores responsáveis Escola da Fazenda; \*\*\*Célula de Consumidores Responsáveis centro de Ciências Agrárias; \*\*\*\*Célula de Consumo Consciente *Co-working*.

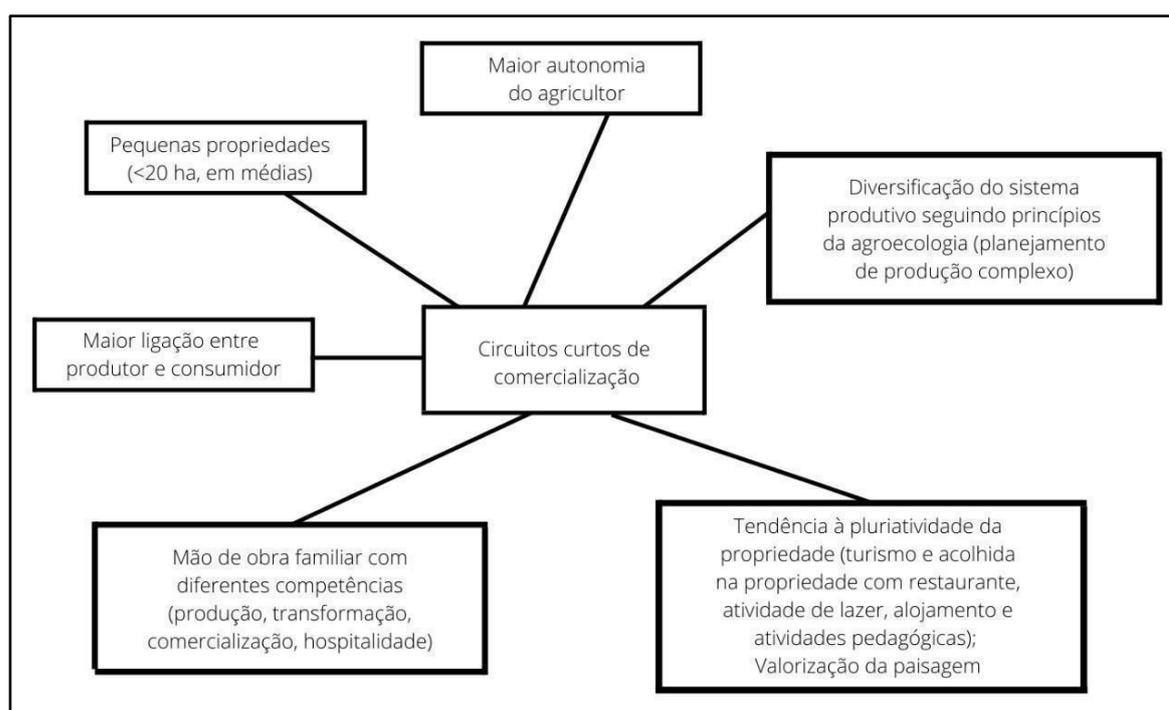
Fonte: Escosteguy (2019, p. 77).

A autora identificou que são grupos em diferentes níveis de organização, em que agricultores, de forma individual e coletiva, aliam-se a grupos de consumidores. Os grupos são identificados como de compras coletivas, células de consumo responsável, comunidade que sustenta a agricultura e entregas a domicílio. Em sua pesquisa, Escosteguy (2019) revelou que algumas características são comuns aos grupos, como a relação direta entre consumidores e agricultores, a comunicação via internet (WhatsApp, E-mail e websites), serem alimentos orgânicos e agroecológicos, na sua maioria com certificação, e tendo entrega e distribuição em um único local de venda.

Nesse sentido, as características e facilidades de um circuito curto de comercialização são apresentados na Figura 45, e atendem a pequenas propriedades,

em média com menos de 20 hectares, promovendo maior ligação entre produtor e consumidor e mão de obra familiar, sendo as atividades assumidas de acordo com as competências identificadas pelos seus membros, nos setores da produção, transformação, comercialização e também do turismo rural. Como já identificado, com a propriedade sendo pluriativa, atuando em diferentes frentes e valorizando a paisagem, muitas seguindo princípios agroecológicos e todas essas características podem ser encontradas também por produtores urbanos.

Figura 45 - Circuitos curtos de comercialização



Fonte: Niederle (2013, p. 150).

Os circuitos curtos de comercialização promovem relações de proximidade entre consumidor e produtor, por considerar o número de intermediários nessa relação, por vezes menor, e também devido à espacialidade. Nesse sentido, o consumidor tem um importante papel nessa relação. Gelbcke *et al.* destacam que:

Dentre as características próprias dos circuitos curtos, podemos destacar: a organização da produção e serviços associados às características de um território específico, a redução do número de intermediários, as relações predominantes nos mercados locais e regionais; estreitamento das relações entre produtores e consumidores, não necessariamente através da relação direta, mas também pela carga de informação que acompanha o produto; a qualidade dos alimentos relacionada a origem, sustentabilidade e segurança alimentar (produtos locais, artesanais, direto do produtor, orgânicos e naturais). (GELBCKE *et al.*, 2018, p. 542).

Dois aspectos que se evidenciam nas questões dos circuitos curtos: eles têm relação com a aproximação geográfica entre produtores e consumidores, e são relações nas quais a produção, o processamento, o comércio e o próprio consumo criam algum tipo de proximidade (GELBCKE *et al.*, 2018).

Em termos de classificação, a partir de alguns autores, como Chaffote e Chiffolleau (2007 apud NIERDELE; ALMEIDA; VEZZANI, 2013, p. 142), “pode-se considerar um circuito curto quando a distribuição envolve apenas um intermediário entre produtor e consumidor.” Nesse caso, encontramos a possibilidade de uma venda direta produtor-consumidor e a possibilidade de uma venda tendo apenas 1 intermediário, no caso podendo ser outro agricultor, uma associação, uma cooperativa, um comércio, um restaurante ou mercado local. Outro termo utilizado seria o de circuitos de proximidade, o que reforça aspectos de proximidade geográfica, social e relacional (NIERDELE; ALMEIDA; VEZZANI, 2013).

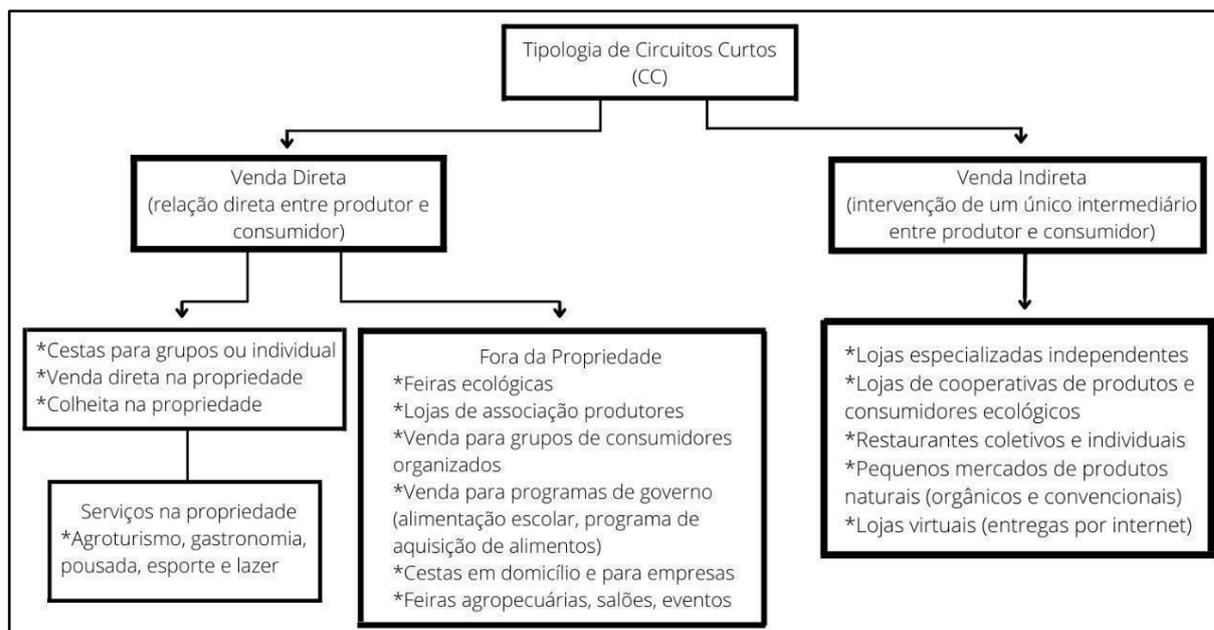
No entanto, Maluf (2004) ressalta que apenas a proximidade geográfica não seria suficiente para que essas relações entre agentes locais se instalem. São processos que se constroem. Para o autor:

as relações devem ser construídas por processos que refletem as formas sociais de ocupação do território, as opções estratégicas dos agentes econômicos envolvidos, as ações públicas voltadas para promover as atividades locais e regionais. (MALUF, 2004, p. 543).

As experiências das células de consumo responsável representam bem essa articulação entre os diversos setores e as redes locais para que essas estratégias se efetivem. O fato de estarem articulados por uma rede, no caso a Rede Ecovida de Agroecologia, permite que essas relações de proximidade no território ocorram, visto que a dinâmica da rede funciona dessa forma. São grupos organizados pela proximidade, que em conjunto com outros grupos formam núcleos e os diversos núcleos formam a Rede Ecovida.

Nierdele, Almeida e Vezzani (2013) apresentam um esquema dessas tipologias, conforme ilustra a Figura 46.

Figura 46 - Tipologias de circuito curto de comercialização de produtos ecológicos no Brasil



Fonte: adaptado de Chaffotte e Chiffolleau (2007) e Mundler (2008) (apud NIERDELE, 2008, p. 143).

O esquema apresenta essa relação de venda direta, na relação de produção e consumo, que tanto pode ser na propriedade, como na venda por cestas e na venda direta na propriedade como o próprio consumidor colhendo. Desse modo é possível oferecer serviços de agroturismo, lazer e gastronomia. Já a venda direta fora da propriedade pode se dar em feiras, lojas, grupo de consumidores organizados, como é o caso das células (CCRs), vendas institucionais como PAA e PNAE ou em eventos.

Com relação à venda indireta com a intervenção de apenas 1 intermediário entre produtor e consumidor, ela pode se dar por meio de lojas especializadas, restaurantes, pequenos mercados locais e inclusive por meio de lojas virtuais.

Alguns desafios também se apresentam nessa forma de relação direta entre produtores e consumidores, conforme apresentado no Quadro 9.

Quadro 9 - Oportunidades e dificuldades para os produtores

ATORES	OPORTUNIDADES	DIFICULDADES
PRODUTOR	<ul style="list-style-type: none"> <li>*Maior margem de lucro e recebimento do dinheiro no ato da entrega;</li> <li>*Reforça a ligação com o consumidor pelo contato direto;</li> <li>*Diversificação de produtos que permite diminuição de riscos;</li> <li>*No caso de cestas e grupos organizados, há garantia de venda de toda mercadoria;</li> <li>*Autonomia de trabalho e maior independência financeiro (por receber a maior parte do dinheiro no curto prazo e formar uma carteira de consumidores fidelizados);</li> <li>*Redução do risco de comercialização pela possibilidade de diversificar e combinar canais de venda;</li> <li>*Valorização de espécies de plantas (sementes crioulas) e animais locais;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>*Falta de mão de obra especializada e tempo para a produção;</li> <li>*Necessidade de múltiplas competências para a gestão de processo de produção, transformação e comercialização (agricultores são preparados mais para a produção do que para a venda);</li> <li>*Necessidade de investimento em estrutura de transformação e treinamento de pessoal para venda direta;</li> <li>*Maior investimento em logística (transporte refrigerado, equipamentos par vendas em feiras, informalização);</li> <li>*Regra restritiva da vigilância sanitária;</li> <li>*Complexidade no planejamento de produção, pela grande diversidade;</li> </ul>

Fonte: Nierdele, Almeida e Vezzani (2013, p. 163).

Entre as oportunidades que essa relação dos circuitos curtos pode trazer, uma delas é uma maior margem de lucro, com recebimento mais imediato do pagamento, reforçando os laços de confiança com o consumidor, a facilidade no planejamento da produção, no caso da entrega pelo modelo de cestas e as possibilidades de ampliação de canais de venda.

Da mesma forma, algumas dificuldades também existem, como a necessidade de apoio para a comercialização nas suas múltiplas possibilidades, o investimento em equipamentos e infraestrutura para logística de transporte, equipamentos refrigerados e estruturas para venda em feiras. Além de manter uma produção diversificada para atender a demanda.

Por outro lado, oportunidades e desafios também se apresentam para os consumidores e são identificados no Quadro 10.

Quadro 10 - Oportunidades e desafios para os consumidores

ATORES	OPORTUNIDADES	DIFICULDADES
Consumidor	<ul style="list-style-type: none"> <li>*Proximidade com o produtor (conhecimento da origem e local de produção);</li> <li>*Oferta de alimento da estação e da região (melhor sabor, frescor, e educação para o gosto);</li> <li>*Acesso a produtos com qualidade de origem, transparência e preços justos;</li> <li>*Aprendizado de novas receitas pelo contato direto com outros clientes e produtores;</li> <li>*Educação para o consumo (menos uso de embalagens, compra local, reciclagem de materiais);</li> <li>*Ajudar na manutenção de agricultura familiar e preservação ambiental.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>*Necessidade de maior disponibilidade de tempo para compra; horários predeterminados e dificuldades de compra com intempéries climáticas (feiras ao ar livre);</li> <li>*Oferta de alguns produtos (tomate, por exemplo) pode ser limitada e concentrada em épocas, conforme a sazonalidade;</li> <li>*Preços um pouco mais elevados do que os convencionais para determinados produtos (batata, tomate);</li> <li>*Falta de diversidade, sobretudo para produtos de origem animal e derivados.</li> </ul>

Fonte: Nierdele, Almeida e Vezzani (2013, p. 164).

Para o consumidor, a proximidade com o produtor permite conhecer o local de origem da produção, ter oferta de alimentos da região e estação e utilizar menos embalagens no consumo, além de preços mais justos e de apoiar que as famílias agricultoras possam se manter na sua propriedade. Já em relação às dificuldades, é preciso ter que se reorganizar para, por exemplo, realizar as compras em horários determinados, no caso das feiras e das entregas de cestas, além da falta de diversidade em algumas épocas e de compreender a sazonalidade. Os preços também podem variar para mais elevados para alguns alimentos, como batata e tomate, geralmente com menor oferta no setor dos orgânicos.

A proposta desta seção foi apresentar uma experiência exitosa nessa relação de produção e consumo, como a das células de consumo responsável, e compreender esta estratégia enquanto um modelo de circuito curto.

#### 4.4.2 O consumidor como promotor da AU

São diversas as modalidades de aproximação entre consumidores e produtores, e uma delas é a da Agricultura Sustentada pela Comunidade, as CSA, *Community Supported Agriculture*, da qual encontramos experiências em diversos países, entre eles:

[...] *Association pour le Maintien de l'Agriculture Paysanne* (AMAP – Associação para Manutenção da Agricultura Camponesa) na França (LAMINE, 2008); *Agriculture Soutenue par la Communauté* (ASC – Agricultura Sustentada pela Comunidade) no Québec – Canadá (EQUITERRE, 2007); Teikei no Japão (AMEMIYA, 2011); Reciproco em Portugal (GUERREIRO e GUERREIRO, 2008); *Gruppi di Acquisto Solidale* (GAS, 1999) na Itália; ARCO (*Agricultura de Responsabilidad Compartida*) na Espanha (AMEMIYA, 2011). (DAROLT, 2013, p. 156).

No Brasil, encontraremos as primeiras experiências de CSA em Fortaleza-CE, a partir da Associação para o Desenvolvimento Agropecuária Orgânica, a ADAO, e outras no sul do Brasil, como a Cooperativa de Consumidores de Produtos Ecológicos, de Três Cachoeiras; a COOPET, em Torres (RS); a A Cooperativa de Produtores e Consumidores de Araranguá, a ARACOOOPER, em Santa Catarina e a Associação de Consumidores de Produtos Orgânicos do Paraná, a ACOPA (DAROLT, 2013).

Em Florianópolis existe um grupo de CSA desde 2016, com aproximadamente 60 membros e que mantém a produção de um casal de agricultores (Vitor e Tânea), responsáveis pelo Sítio Saraquá, localizado em Angelina, e que são membros da Rede Ecovida de Agroecologia. Eles são a primeira CSA de Santa Catarina.

Dentro da perspectiva das CSAs foi estabelecido um pacto entre consumidor e produtor, o que funciona como um pré-financiamento da produção, por meio de um crédito antecipado, dando uma garantia ao produtor. Existe um contrato entre as partes que estabelecem alguns acordos por um período determinado, onde se definem os tipos de produtos, as quantidades e os preços médios das cestas. Um aspecto que diferencia esta forma de consumo é que também há um compartilhamento dos riscos, por exemplo, nos casos em que alguma intempérie, como chuvas e secas, afeta a produção e o consumidor aceita a redução dos alimentos ofertados, assumindo, junto com os agricultores, possíveis prejuízos (DAROLT, 2013). A ideia é que se crie um senso de comunidade entre as partes.

Para Petrini (2009) , o consumo se torna um ato político e o consumidor se torna um coprodutor. São papéis que vão criando novas configurações de mercado. No entanto, manter a organização de grupos de consumidores apresenta desafios, como aqueles analisados por Escosteguy (2019 ). O consumidor tem interesse na relação de aproximação com o agricultor, em conhecer de que forma os alimentos são produzidos, mas não tem a necessidade e interesse em conhecer outros consumidores, por exemplo. Mas no caso da organização e gestão dos grupos de consumidores das células de consumo responsável, por exemplo, faz-se necessária essa relação, que é um processo em constante mobilização e motivação. Diferentemente do caso das CSAs, onde, de alguma forma, a perspectiva é de se criar um senso de comunidade, como já citado.

No entanto, no Brasil há, desde 2011, um processo de construção de uma Rede de Grupos de Consumo Responsável, dentro da perspectiva da economia solidária,” partindo do entendimento de que o consumo pressupõe escolhas e, dessa forma, pode ser entendido como um ato político, na medida que tem a capacidade de contribuir para a transformação social ou favorecer as dinâmicas sociais” (BENSADON; MASCARENHAS, 2016, p. 206) São pessoas que se organizam coletivamente para incorporar ao ato da compra princípios éticos, políticos sociais e ambientais.

Bensadon e Mascarenhas (2016) destacam que, apesar de não serem números significativos, os grupos de consumo buscam fortalecer as redes agroecológicas da agricultura familiar e da economia solidária, no intuito de promover esses modos de produção e as relações sociais. Na pesquisa de Bensadon e Mascarenhas (2016,) foram identificados 25 grupos de consumo responsável no país. São grupos que consomem não apenas alimentos frescos, mas também outros gêneros, como processados, grãos e itens de higiene e limpeza. Uma característica desses consumidores é que eles têm atuação política em outras esferas sociais e, nesse sentido, apresentam sensibilidade ao engajamento na esfera da organização para o consumo. Escosteguy *et al.* (2020, p. 10) afirmam que “um consumo responsável se inicia quando o consumidor entende que ao comprar um produto não está apenas realizando uma compra, mas apoiando e financiando todo um sistema alimentar.”

Na perspectiva da agricultura urbana, a relação de proximidade da produção com quem consome pode gerar novas formas de usos e práticas do espaço urbano, não apenas nas relações capitalistas de compra e venda, como também nas diferentes formas de abastecimento, como no fomento das hortas comunitárias e acesso aos alimentos por populações vulneráveis que poderiam usufruir da prática de produção de alimentos na cidade. E consumo enquanto possibilidade de acesso também, meio políticas públicas, como PAA, PNAE, a equipamentos, como as cozinhas comunitárias e os restaurantes populares, que poderiam usufruir de uma produção local.

## RESUMO DO CAPÍTULO

Este quarto capítulo trouxe as experiências de práticas e técnicas presentes em Florianópolis, a partir da contextualização inicial de um processo histórico das discussões da presença da agricultura na cidade. A Rede Semear, enquanto espaço de articulação de um movimento local, contribui para que haja uma participação social na construção de políticas públicas relacionados ao tema e que a cidade se movimente. O quarto capítulo tratou das questões das rendas não monetizadas, estabelecendo uma relação com as hortas comunitárias que, em sua maioria, produzem alimentos para o autoconsumo e doação e que, por isso, não são contabilizadas, mas que geram economia para quem os consome. E no viés da comercialização o capítulo trouxe elementos das estratégias de organização dos consumidores, a partir da experiência das células de consumidores responsáveis. O objetivo do quarto capítulo foi de trazer as perspectivas da agricultura urbana em Florianópolis, com sua diversidade de práticas, que vão do relato das experiências coletivas, individuais, institucionais, à temática da produção de insumos a partir da compostagem, e fechando o ciclo a partir da experiência das células de consumidores responsáveis, uma prática exitosa que ocorre em Florianópolis.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo processo trilhado até chegar no momento das considerações finais de um processo de pesquisa, cujo tema é agricultura urbana, foi uma tarefa desafiadora. Foi um percurso em que a pesquisadora e militante das frentes da agroecologia, economia solidária e educação do campo teve que conversar bastante. Foram horas tendendo para o lado de quem vem da prática, horas buscando o equilíbrio para analisar as experiências em curso no Brasil e pesquisadas ao longo do projeto, para que fosse possível refletir e identificar os entraves e perspectivas da agricultura urbana em Florianópolis.

Compreendendo que os processos socioespaciais são dinâmicos e envolvem diferentes interesses, no que se refere à produção de alimentos na cidade, consideramos uma cidade em movimento e um movimento na cidade. São interesses sociais, econômicos e ambientais que disputam e criam relações de interação entre os diferentes sujeitos que constroem as cidades.

Na condição de que os espaços urbanos foram pensados, de forma geral, como espaços apenas de consumo e de acesso a mercados, e não como espaços que também poderiam ser de produção, faz-se necessário uma integração aos sistemas urbanos e suas dinâmicas, e também a necessidade de avançar para além da dicotomia campo e cidade, rural e urbano, como antagônicos: urbano e cidade como lugar de desenvolvimento; e campo e rural de atraso. Justamente essa separação faz com que haja uma maior dificuldade na aceitação de que na cidade também é possível se cultivar, que o urbano também pode ser um lugar onde o agrícola tem espaço.

E não haveria tema tão presente como o da produção de alimentos, seja ela no campo ou na cidade, em um momento em que o Brasil, em 2018, retorna a fazer parte de um mapa que não é o que se desejaria: o mapa da fome. Segundo dados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar<sup>83</sup> no contexto da pandemia, em 2022, 33,1 milhões de pessoas não têm o que comer. As possibilidades de ocupar espaços públicos ociosos para o cultivo de alimentos não resolveria o problema, que é estrutural, mas daria condições para que, pelo menos, uma parcela da população

---

<sup>83</sup> Rede PENSSAN. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/#>. Acesso em: 2 jul. 2022.

pudesse ter acesso ao seu direito humano, a uma alimentação adequada, pelo menos plantando e colhendo parte da sua refeição diária.

Evidenciar as experiências de agricultura urbana que acontecem no laboratório, que é o Brasil a partir das pesquisas acadêmicas, têm o papel também de contribuir para que se possa buscar soluções aos desafios que as cidades cada vez mais urbanizadas e populosas apresentam.

Para que a agricultura possa existir no espaço urbano, assim como no campo, é preciso haver apoios institucionais, por parte do Governo, por meio de recursos financeiros, criando incentivos, oferecendo assistência técnica, insumos e apoiando a comercialização. Isso se evidenciou na pesquisa desenvolvida a partir da tese e que demonstra a importância da organização de redes locais, onde a sociedade civil e as instituições governamentais deveriam abrir diálogos para que, da produção ao consumo, se pudesse estabelecer a relação da construção social de mercados. O espaço geográfico é também resultante de um processo permanente de construção social (SANTOS, 1992).

No entanto, os custos para produzir alimentos na cidade estão atrelados à renda da terra, principalmente em uma cidade turística como Florianópolis, onde a especulação imobiliária para a construção de lojas comerciais e pequenos apartamentos de locação temporária está muito presente. Atrelado a isso, se não houver redução dos valores cobrados pelo uso da água e energia elétrica nas áreas de produção agrícola nas cidades, esse coeficiente produtividade e rentabilidade fica muito alto.

A agricultura praticada na cidade não compete com aquela produzida no meio rural, na realidade a complementa, mas o fato é que o meio urbano tem sua dinâmica socioespacial interagindo constantemente com o espaço da produção e criando características e necessidades específicas para o agricultor urbano. Uma delas, seria, por exemplo, o próprio reconhecimento da categoria agricultor urbano, que na atualidade não existe. São realidades distintas de um agricultor familiar que, para atingir esse patamar de reconhecimento, também demorou um tempo, permitindo, dessa forma, que a partir da categorização fossem criadas políticas públicas específicas.

Segundo a Lei da Agricultura Familiar (Lei 11.326/06), é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural, aquele que pratica atividades no meio rural. E para isso alguns requisitos são exigidos, como a utilização exclusivamente de

mão de obra familiar na propriedade, um percentual mínimo de renda familiar originada ao estabelecimento agrícola e que não tenha propriedade acima de quatro módulos fiscais. Essas caracterizações não atendem, em grande parte, ao que se vê na realidade de um produtor na área urbana, dificultando o acesso às políticas.

Para Almeida (2017), agricultura urbana é, ao mesmo tempo, criação e apropriação da cidade, que envolve pessoas que não necessariamente tenham um passado rural. Esse envolvimento de pessoas de diferentes formações faz surgir novas interações, integrando saberes populares e tecnologias próprias dos centros urbanos, como percebemos nas experiências relatadas na tese e que apresentam uma realidade de Florianópolis. Por isso existe a necessidade de se discutir e buscar a caracterização de quem seriam esses agricultores urbanos, que foi uma das perguntas que motivaram a autora a desenvolver esta pesquisa. Esses agricultores urbanos poderiam ser considerados, por um lado, quem produz nas hortas não comerciais, como aquelas comunitárias, e por outro também aquele que produz comercialmente, em escala maior, e que precisa ter sua rentabilidade garantida e seu acesso a políticas públicas também.

Analisando as experiências de Florianópolis, identificamos um amplo debate que se encontra presente nas questões das delimitações das áreas urbanas e rurais, onde, pelo Plano Diretor vigente, de 2014, Florianópolis é considerada totalmente urbana. No entanto, em localidades como Ratones e Sertão do Peri, extremos da Ilha, encontraremos a ruralidade presente na paisagem e também nos agricultores, que nesse caso, nem se enquadram como agricultores familiares e nem possuem uma política específica para agricultores urbanos.

Até certa medida esses agricultores poderiam acessar programas da agricultura familiar, pois a localidade não seria o impeditivo para a obtenção de cadastro de produtor, nem de acessar a DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF, mas o fato de não se enquadrarem nas características mínimas exigidas, por exemplo, de 50% ou mais da renda familiar ser da exploração do estabelecimento. Esse é um debate necessário e que está acontecendo na cidade, pois a caracterização desse agricultor que produz no espaço urbano precisa ser construída.

Arelado a essa questão das áreas também existe o pagamento de impostos. Se toda a área é urbana, esses agricultores teriam que pagar o IPTU, e não o ITR. Esse fator encarece muito a produção e alguns proprietários têm que buscar apoio judicial para seguir pagando o ITR. Esse é outro debate em curso na cidade, pois a

não incidência de IPTU para quem comprovadamente tem a renda advinda da agricultura está tramitando na Câmara de Vereadores. Ou seja, com relação ao espaço urbano ou rural, Florianópolis tem buscado garantir aos produtores, sejam eles rurais ou urbanos, o seu reconhecimento.

Com relação à comercialização, identificou-se estratégias, como a das células de consumo responsável, onde a relação direta da venda, inclusive com pagamento antecipado, garante ao agricultor maior ganho e a possibilidade de organização de uma produção. Essa relação de proximidade com o público consumidor, não apenas de cestas, como as CCRs, mas também a possibilidade de entregas a programas institucionais, como o PAA e PNAE, seria um diferencial para o incentivo à produção na cidade.

Um outro elemento presente nas experiências de Florianópolis e que se destaca de outras regiões do País, seria a legislação sobre a destinação dos resíduos orgânicos, a partir da compostagem. Além de promover uma economia, visto que mais de 35%<sup>84</sup> dos resíduos que são destinados aos aterros é de material orgânico e que a Prefeitura paga para que todo esse material seja enterrado. Economia essa que poderia ser revertida ao pagamento pelos serviços ambientais, que grupos comunitários e empresas sociais vêm realizando na destinação dos resíduos para a compostagem local, a partir das práticas de gestão comunitária de resíduos. Da mesma forma que o adubo orgânico e seus resíduos líquidos poderiam ser utilizados para o fortalecimento dos solos, servindo de insumos para a produção de alimentos.

Para Mougeot (2000), a agricultura urbana é praticada dentro (intraurbana) ou na periferia (periurbana) dos centros urbanos (sejam eles pequenas localidades, cidades ou até megalópoles). Além disso, o autor considera que os processos de cultivo, transformação, processamento e distribuição de diferentes produtos alimentícios e não alimentícios se utilizam de recursos materiais e humanos, e também de produtos e serviços urbanos e em seu entorno, caracterizando, dessa forma, a prática da agricultura urbana.

A presença de diferentes experiências comunitárias na cidade, nos espaços públicos e privados, como as hortas em escolas, em Centros de Saúde, CRAS, na Universidade, nos parques também demonstra que, para além de uma produção

---

<sup>84</sup> Dados da Prefeitura de Florianópolis: Disponível em: <https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/residuos/index.php?cms=organicos&menu=4&submenuid=150>. Acesso em: 2 jul. 2022.

comercial e em escala maior, a produção de alimentos nesses pequenos espaços, cumpre outro papel: o da socialização, dos espaços de interação nas comunidades e de uma produção não monetizada, para uma produção voltada ao autoconsumo e doação. São espaços onde é possível falar de saúde, direitos humanos, emoções, e que não possíveis de serem mensurados quantitativamente, mas qualitativamente, como na melhoria nas condições de vida, alimentação e renda, como já indicado, não pela venda, mas pela economia em não comprar alguns alimentos que podem ser produzidos e colhidos nessas hortas, e pela melhoria nas condições gerais de sobrevivência.

Por fim, considera-se que as experiências de agricultura urbana em Florianópolis criam uma aproximação com o debate da agroecologia na cidade, oferecendo condições para que haja uma mobilização em torno do tema, ainda em fase de transição, não plenamente nos princípios da agroecologia, mas como processos. São identificadas algumas técnicas, como cobertura de solo e a não utilização de insumos químicos, na grande maioria das experiências locais, mas são necessários alguns avanços ainda no sentido de considerá-las totalmente agroecológicas. A agricultura praticada na cidade permite que momentos de formação, educação ambiental e outras práticas ecológicas sejam conhecidas, quase que como uma vitrine de experiências, oferecendo perspectivas de avanço, sejam no âmbito das políticas públicas, como fortalecimento de redes locais e participação social nesses processos, o que faz da agricultura urbana, uma ferramenta possível de transformação social, caso esses elementos de interação econômica, social e ambiental estejam presentes.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Marcos José de. **Gestão Comunitária de resíduos orgânicos: o caso do Projeto Revolução dos Baldinhos (PRB) capital social e agricultura urbana**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS. Instituto de Economia. **Manual de Economia Política da Academia de Ciências da URSS**. Tradução: Jacob Gorender e Josué de Almeida. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1961. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/ostrovitianov/1959/manual/index.htm>. Acesso em: 21 jul. 2022.

ALMEIDA, Daneila Adil Oliveira de; BIAZOTI, André Ruoppolo. Agriculturas urbanas: agroecologia para a cidade, na cidade e da cidade! **Cadernos de Agroecologia**, Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF, v. 13, n. 1, jul. 2018.

ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de Andrade. **Isto e aquilo: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)**. 2016. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira. Agricultura urbana: isto e aquilo. *In*: COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloisa Soares de Moura; MONTE-MÔR, Roberto Luis de Melo (org.) **Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 419-447.

ALTIERI, Miguel A.; NICHOLLS, Clara Inés. Do modelo agroquímico à agroecologia: a busca por sistemas alimentares saudáveis e resilientes em tempos de COVID- 19. **Agronegócio em tempos de colapso planetário: abordagens críticas**, Edição Especial, v. 57, p. 245-257, jun. 2021.

AMAU. Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana. **Carta Política – 2015**. 10 anos da AMAU. 2014. Disponível em: <https://aueufmg.wordpress.com/carta-politica-articulacao-metropolitana-de-agricultura-urbana-amau/>. Acesso em: 6 jan. 2022.

AMIRTAHMASEBI, Rana. **The North American Urban Agriculture Experience**. 6 fev. 2012. Disponível em: <https://blogs.worldbank.org/sustainablecities/the-north-american-urban-agriculture-experience>. Acesso em: 4 jan. 2022.

AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares de. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na Agroecologia. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. X, n. 1, p. 137-150, jan./jun. 2007.

ARAÚJO JÚNIOR, Edmar Augusto Santos de. Debate sobre a teoria da renda da terra no contexto agrícola, urbano e atual no Brasil. **Caderno Metropolitano**, São Paulo, v. 22, n. 49, p. 705-728, set./dez. 2020.

AZEVEDO Francisco Fransualdo de; PERXACS, Helena; ALIO, Maria Àngels. Dimensão social da agricultura urbana e periurbana. **Mercator**, Fortaleza, v. 19, e19005, 2020.

AZEVEDO, Francisco Fransualdo de; NASCIMENTO, Welton Paulo de. O comércio de insumos agropecuários no contexto da agricultura urbana e periurbana da região metropolitana de Natal-Brasil. *In*: HESPANHOL, Antonio Nivaldo; LOCATEL, Celso; SILVA, Clécio Azevedo da (org.). **Agricultura urbana e periurbana: materialidades, possibilidades e contradições**. Curitiba: Editora CRV, 2022.

BAGNATI, Antonio Marius Zuccarelli; ABREU, José Luiz Crivelatti de. Programa Beija-Flor de tratamento descentralizado de resíduos em Florianópolis-SC, Brasil. *In*: FRICKE, Klaus; PEREIRA, Cristiane; LEITE, Agnaldo; BAGNATI, Marius (coord.). **Gestão sustentável de resíduos sólidos urbanos: transferência de experiências entre a Alemanha e o Brasil**. Braunschweig: Technische Universität Braunschweig, 2015.

BARCELOS, Laísa Boechel *et al.* Células de consumidores responsáveis: ação coletiva na construção de novos mercados e redes de cidadania agroalimentar. *In*: SILVA, Clécio de Azevedo *et al.* (org.). **Jornada de Agroecologia: políticas, ações e movimentos**. Florianópolis: Estúdio Semprelo, 2022. *E-book*. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1U6klipyY6cGYvX5vxAhHdoIU-GBcrse4/view>. Acesso em: 19 jul. 2022.

BENSADON, Ligia Scarpa; MASCARENHAS, Thais Silva; GONÇALVES, Juliana. A atuação dos grupos de consumo responsável no Brasil: expressões práticas de resistência e intercâmbios em rede. **Revista Antropolítica**, n. 41, Niterói, p. 205-232, 2. sem. 2016.

BEZERRA, Islândia; DE PAULA, Natalia Ferreira. Sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis: diálogos e convergências possíveis. **Faz Ciência**, v. 23, n. 37, p. 12-33, jan./jun. 2021.

BLAZOTI, André Ruoppolo. **Engajamento político na agricultura urbana: a potência de agir nas hortas comunitárias de São Paulo**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2020.

BRANCO, Marina Castelo; ALCÂNTARA, Flávia A. de. Hortas urbanas e periurbanas: o que nos diz a literatura brasileira? **Horticultura Brasileira**, v. 29, n. 3, jul./set. 2011.

BRASIL. Brasil ecológico. **Eixo 1**. 2018. Disponível em: <http://www.agroecologia.gov.br/eixos>. Acesso em: 25 jul. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm). Acesso em: 19 jul. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto-Lei n. 57, de 18 de novembro de 1966**. Altera dispositivos sobre lançamento e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, institui normas sobre arrecadação da Dívida Ativa correspondente, e dá outras providências. 1966. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0057.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0057.htm). Acesso em: 19 jul. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm). Acesso em: 19 jul. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm). Acesso em: 19 jul. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto n. 1.946, de 28 de junho de 1996**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1946.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm). Acesso em: 19 jul. 2022.

BRUNO, Lincon Broering; SILVA, Clécio de Azevedo. A geografia da produção agrícola nos municípios conurbados da Grande Florianópolis. *In*: HESPANHOL, Antonio Nivaldo; LOCATEL, Celso; SILVA, Clélio Azevedo da (org.). **Agricultura urbana e periurbana**: materialidades, possibilidades e contradições. Curitiba: Editora CRV, 2022.

CÂMARA, Iury A. M. P.; LOCATEL, Celso Donizete. Território Normado e a negação do lugar à agricultura em áreas urbanas dos municípios da região metropolitana de Natal. *In*: HESPANHOL, Antonio Nivaldo; LOCATEL, Celso; SILVA, Clélio Azevedo da (org.). **Agricultura urbana e periurbana**: materialidades, possibilidades e contradições. Curitiba: Editora CRV, 2022.

CAMPOS, Edson Telê. **A Expansão imobiliária e seus impactos ambientais em Florianópolis**. Florianópolis: Insular, 2004.

CAMPOS, Nazareno José de. São José-SC: faces do rural no transcorrer histórico. *In*: CAMPOS, Nazareno José de; BRANDT, Marlon; CANCELIER, Janete Webler (org.). **O espaço rural de Santa Catarina: novos estudos**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013. p. 8-15.

CAMPOS, Nazareno. Usos e formas de apropriação da terra na Ilha de Santa Catarina. **Geosul**, v. 17, n. 34, p. 113-136, 2002.

CÁRIO, Silvio Antonio Ferraz; BUZANELO, Edegar J. Notas sobre a Teoria Marxista da renda da terra. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 5, n. 8, p. 32-47, 1986.

CARNEIRO, Maria de Fátima Brandão Carneiro; PEREIRA, Luiz Andrei Gonçalves; GONÇALVES, Teomar Magalhães. Agricultura urbana e segurança alimentar no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista de Desenvolvimento Social**, Universidade Estadual de Montes Claros, v. 19, 2016.

CARTA DE FLORIANÓPOLIS. 2016. Disponível em <http://www.icomfloripa.org.br/wp-content/uploads/2016/09/Carta-Semear-Florianopolis.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

CECCA. Centro de Estudos Cultura e Cidadania. **Uma cidade numa ilha**: relatório sobre os problemas socioambientais da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 1996.

CONSEA. Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Subsídios para uma Política Nacional de Agricultura Urbana Periurbana (PNAUP)**. 2014. Disponível em: <https://aueufmg.files.wordpress.com/2016/07/subsidio-pol-nac-agric-urb-periurb.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2021.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

COSTA, Heloisa Soares de Moura; ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira. Agricultura urbana: possibilidades de uma práxis espacial. **Caderno de Estudos Periféricos**, v. 4, n. 8, 2017.

COUTINHO, Maura Neves. **Agricultura Urbana**: práticas populares e sua inserção em políticas públicas. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

COUTINHO, Maura Neves; COSTA, Heloisa Soares de Moura. **Agricultura urbana**: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. **Geografias**, v. 13, p. 81-97, 2011.

COVARRUBIAS, Juliana Duz Ricarte. **Agricultura urbana em Porto Ferreira/SP**: mapeamento, caracterização e tipificação. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

DAROLT, Moacir Roberto. Circuitos Curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. *In*: NIERDELE, Paulo André; ALMEIDA Luciano de; VEZZANI, Fabiane Machado (org.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013. p. 139-170.

DAROLT, Moacir Roberto. Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 19, n. 2, p. 1-22, 2016.

DUBBELING, Marielle. A agricultura urbana como estratégia de redução de riscos e desastres diante da mudança climática. **Revista de Agricultura Urbana**, n. 27, p. 2-12, mar. 2014.

ELAUP. Encontro Latinoamericano de Agricultura Urbana, 4., 2019, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis, SC: 6-8 nov. 2019. Disponível em: <https://labrural.ufsc.br/eventos/ivelaup/iv-elaup-2019/anais-do-evento/>. Acesso em: 12 nov. 2021.

ESCOSTEGUY, Isadora Leite *et al.* **Como criar e gerir uma célula de consumidores responsáveis (CCR) de alimentos orgânicos/agroecológicos?** Florianópolis: LACAF/UFSC, 2020.

ESCOSTEGUY, Isadora Leite. **Inovações Sociais na promoção da Agroecologia e de redes de civismo agroalimentar em Florianópolis**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

FAO. **Marco de la FAO para la Agenda Alimentaria Urbana**. Roma: FAO, 2019. Disponível em: <https://www.fao.org/documents/card/en/c/ca3151es>. Acesso em: 8 jun. 2022.

FAO. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. **Alimentos para as cidades**. Roma: FAO, 2009. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/012/ak824pt/ak824pt00.htm>. Acesso em: 19 jun. 2022.

FERREIRA, Giovana Callado. **O rural e o urbano: ruralidades, meio ambiente e expansão urbana em Florianópolis**. 2018. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

FLORIANÓPOLIS. **Decreto n. 17.688, de 05 de junho de 2017**. Dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Agricultura Urbana. Florianópolis: 2017. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/decreto/2017/1768/17688/decreto-n-17688-2017-dispoe-sobre-a-criacao-do-programa-municipal-de-agricultura-urbana>. Acesso em: 19 jul. 2022.

FLORIANÓPOLIS. **Lei Complementar n. 482, de 17 de janeiro de 2014**. Institui o Plano Diretor de urbanismo do município de Florianópolis. Florianópolis: 2014. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-complementar/2014/48/482/lei-complementar-n-482-2014-institui-o-plano-diretor-de-urbanismo-do-municipio-de-florianopolis-que-dispoe-sobre-a-politica-de-desenvolvimento-urbano-o-plano-de-uso-e-ocupacao-os-instrumentos-urbanisticos-e-o-sistema-de-gestao>. Acesso em: 19 jul. 2022.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sérgio. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 89-122, 2007.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Agricultura familiar, produção para o autoconsumo e segurança alimentar. *In*: CASARIL, Kérley Braga Bento; PLEIN, Clerio (org.). **Segurança alimentar numa perspectiva multidisciplinar: contribuição ao debate brasileiro**. Francisco Beltrão: Editora da Unioeste, 2005.

GELBCKE, Daniele Lima *et al.* A “proximidade” nos circuitos de abastecimento de alimentos orgânicos da Grande Florianópolis-SC-Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 3, p. 539-560, out. 2018.

GIACCHÈ, Giulia; PORTO, Lia. Políticas Públicas de agricultura urbana e periurbana: uma comparação entre os casos de São Paulo e Campinas. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 45, n. 6, nov./dez. 2015.

GRAZIANO, José da Silva. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP/IE, 1999. Coleção Pesquisa 1.

GRISA, Cátia. **A produção “pro gasto”**: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sérgio. “Plantar para o gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, SP, v. 46, n. 2, p. 481-515, abr./jun. 2008.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas sociais**, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012. (Traduzido do original em inglês “The right to the city” por Jair Pinheiro, professor da FCC/UNESP/Marília. Esta versão foi cotejada com a publicada na New Left Review, n. 53, 2008.)

HESPANHOL, Antonio Nivaldo; LOCATEL, Celso; SILVA, Clélio Azevedo da (org.). **Agricultura urbana e periurbana: materialidades, possibilidades e contradições**. Curitiba: Editora CRV, 2022.

HESPANHOL, Rosângela A. de M.; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. A agricultura urbana e a produção de alimentos nas cidades. *In*: HESPANHOL, Antonio Nivaldo; LOCATEL, Celso; SILVA, Clélio Azevedo da (org.). **Agricultura urbana e periurbana: materialidades, possibilidades e contradições**. Curitiba: Editora CRV, 2022.

HOFFMANN, Thais Caroline N. B.; CAMPOS, Nazareno José de; HOFFMANN Geovano Pedro. A gramicultura em Biguaçu (SC) no tempo e espaço: gradual inserção em uma agricultura urbana. *In*: HESPANHOL, Antonio Nivaldo; LOCATEL, Celso; SILVA, Clélio Azevedo da (org.). **Agricultura urbana e periurbana: materialidades, possibilidades e contradições**. Curitiba: Editora CRV, 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos demográficos de Santa Catarina, 1960- 2021. Panorama. **Florianópolis**. 2021a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/florianopolis/panorama>. Acesso em: 4 set. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estados. **Presidente Prudente**. 2021b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/presidente-prudente.html>. Acesso em: 21 nov. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama. **Presidente Prudente**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/presidente-prudente/panorama>. Acesso em: 18 jun. 2022.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br>. Acesso em: 19 jul. 2022.

JACOBI, Roberto Pedro. Movimentos sociais urbanos. Portal das Ciências Sociais Brasileiras. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais BIB**, Rio de Janeiro, n. 9, 1980.

KUMANAYA, Daniele R. G.; RUGAI, Thábata D. A. S.; BONINI, Luci M. A cultura e a territorialidade do cultivo de cogumelos em Mogi das Cruzes. **Revista Eletrônica Anima Terra**, Mogi das Cruzes, SP, n. 7, p. 1-13, 2º sem. 2018.

LAGO, Mara Coelho de Souza. **Modos de Vida e Identidade: sujeitos no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis/SC: UFSC, 1996.

LARA, Angela Cristina Ferreira; ALMEIDA, Daniela (org.) **Agricultura Urbana: Belo Horizonte cultivando o futuro**. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE), 2008.

LENZ, Maria Heloísa A evolução do conceito de renda da terra no pensamento econômico Ricardo, Malthus, Adam Smith e Marx. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 13., 2008, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa, PB: set. 2008.

LENZI, Maria Helena. **Das imagens, a ausência:** um estudo geográfico sobre a ilusão do tempo nas imagens de Florianópolis. 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

LIMA, Angela. **Espaços de cultivo agrícola em meio à cidade:** uma história socioambiental da Alemanha (do séc. XIX aos dias atuais). 2019. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

LOCATEL, Celso D.; AZEVEDO, Francisco Fransualdo de. Gestão do território e a prática da agricultura urbana na cidade de Natal (RN-Brasil). **Revista Electronica de Geografia y Ciencias Sociales**, v. XIV, n. 331, 2010.

LOCATEL, Celso Donizete; BRASIL, Lorene Kassia Barbosa. Agricultores urbanos na região metropolitana de Natal/RN e o acesso às políticas públicas: PRONAF e Mercados Institucionais. *In*: HESPANHOL, Antonio Nivaldo; LOCATEL, Celso; SILVA, Clécio Azevedo da (org.). **Agricultura Urbana e Periurbana:** materialidades, possibilidades e contradições. Curitiba: Editora CRV, 2022.

LOVO, Ivana Cristina. Agricultura urbana: o potencial da produção de alimentos na cidade e os desafios para sua consolidação. *In*: CRUZ, Fabiana T. da; MATTE Alessandra; SCHNEIDER, Sérgio (org.). **Produção, consumo e abastecimento de alimentos:** desafios e novas estratégias. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016. p. 153-179.

LUIZ, Juliana Torquato; SILVA, Ushi Cristina; BIAZOTI, André Ruoppolo. Agricultura urbana. *In*: DIAS, Alexandre Pessoa *et al.* (org.). **Dicionário de Agroecologia e Educação.** Rio de Janeiro e São Paulo: Expressão Popular, 2021.

MAAS, Larissa; GONTIJO, Leila Amaral. As exigências cognitivas e a complexidade do trabalho para o agricultor urbano: um estudo de caso. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 30, n. 3, 2021.

MALUF, Renato S. Mercados agroalimentares e agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 1, n. 25, p. 299-322, 2004.

MANOEL, André Augusto. **Semeadura da agricultura urbana em Florianópolis:** arenas públicas, experimentações e desafios da governança para a sustentabilidade. 2021. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

MATTOS, Claudemar *et al.* Panorama da agricultura urbana e construção de políticas públicas no Brasil. **Revista Advir**, n. 34, Rio de Janeiro, ASDUERJ, p. 7-17, 2015.

MICHELLON, Ednaldo. **Hortas Comunitárias de Maringá**: um modelo de agricultura. Maringá: CLICHETEC, 2016. Centro de Referência de Agricultura Urbana e Periurbana CerAUP.

MIRANDA, Lucas Araújo; HESPANHOL, Rosangela A. de M. Agricultura urbana em Presidente Prudente (SP). *In*: HESPANHOL, Antonio Nivaldo; LOCATEL, Celso; SILVA, Clélio Azevedo da (org.). **Agricultura urbana e periurbana**: materialidades, possibilidades e contradições. Curitiba: Editora CRV, 2022.

MOREIRA, Crispim. Trajetórias contemporâneas da agricultura urbana. *In*: HISSA, Cássio Eduardo Viana (org.). **Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. p. 243-281.

MOUGEOT, Luc J. A. A agricultura urbana-conceito e definição. **Revista de Agricultura Urbana**, n. 1, p. 8-14, jul. 2000.

MUBVAMI, Takawira; MUSHAMBA, Shingirayi; VEENHUIZEN, René van. Disponibilidade, acesso e condições de uso da terra para agricultura urbana. **Revista de Agricultura Urbana**, n. 11, p. 1-3, dez. 2003.

MUÑOZ, Carles Donat. Nel·lo, Oriol (2015). La ciudad en movimiento: Crisis social y respuesta ciudadana. **Documents d'Anàlisi Geogràfica**, Madrid, Díaz & Pons, v. 63, n. 2, p. 503-518, 2017.

NAGIB, Gustavo. **Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo**: o caso da Horta das Corujas. 2016. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

NAGIB, Gustavo. **O espaço da agricultura urbana como ativismo**: alternativas e contradições em Paris e São Paulo. 2020. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

NEGRI, Bruna Trevisan; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Agricultura urbana e periurbana como estratégia de combate à fome e à insegurança alimentar no Brasil: constatações e desafios. *In*: HESPANHOL, Antonio Nivaldo; LOCATEL, Celso; SILVA, Clélio Azevedo da (org.). **Agricultura urbana e periurbana**: materialidades, possibilidades e contradições. Curitiba: Editora CRV, 2022.

NIERDELE, Paulo André. A coreografia do campesinato na sociedade brasileira. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, ano 2, v. 5, dez. 2008.

NIERDELE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane Machado (org.). **Agroecologia**: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013.

ORNELLAS, Bruno Mellado *et al.* Aquaponia Comercial como alternativa na agricultura moderna: estudo de caso no Centro de Produção Integrada e Aquaponia (CEPIA). *In: ENCONTRO LATINOAMERICANO DE AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA – ELAUP*, 4., 2019, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis, SC: 6-8 nov. 2019. p. 678-683.

ORNELLAS, Bruno Mellado. **Projeto e dimensionamento de um Sistema de Aquaponia comercial**. 1. Dia – Seminário Internacional “Agroecologia e Práticas Sustentáveis no Brasil e no Mundo”. Oficina 1: Aquaponia Comercial na prática: o dia a dia de uma fazenda urbana integrada. Publicado pelo canal Jornada de Agroecologia – SC. [S. l.: s. n.], 29/09/2021. 1 vídeo (117 min.). Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=uT3fl78SB\\_k](https://www.youtube.com/watch?v=uT3fl78SB_k). Acesso em: 28 maio 2022.

PEREIRA, Claudinei da Silva. **Agricultura, abastecimento e consumo na aglomeração urbana de Presidente Prudente**. 2020. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado de São Paulo, Presidente Prudente, 2020.

PEREIRA, Elson Manoel; DIAS, Leila Christina Duarte (org.). **As cidades e a urbanização no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2011.

PEREIRA, Elson Manoel; PERRIN, Mathieu. O Direito à Cidade: percurso geográfico e epistemológico (França – Brasil – Internacional). **Blog Planejamento Urbano – PPGG**, 7 mar. 2017. Disponível em: <http://planejamento2017.blogspot.com/2017/03/o-direito-cidade-percurso-geografico-e.html>. Acesso em: 19 jul. 2022.

PETRINI, Carlo. **Slow Food: princípios da nova gastronomia**. São Paulo: SENAC, 2009.

PLOEG, Jan Douwe van der. Mercados aninhados recém criados: uma introdução teórica, *In: CHARÃO, Flávia Marques; CONTERATO, Marcelo Antonio; SCHNEIDER, Sergio (org.). Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 21-52.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens políticas de nossa época**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.

PRESIDENTE PRUDENTE. **Decreto n. 29.270 /2018**. Dispõe sobre a criação do Programa “Semeando Prudente”, e dá outras disposições. Disponível em: <http://presidentepudente.sp.gov.br/site/Documento.do?cod=44476>. Acesso em: 21 nov. 2021.

REIS, Almir Francisco. **Permanências e transformações no espaço costeiro: formas e processos de crescimento urbano-turístico na Ilha de Santa Catarina**. 2002. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Estruturas Ambientais Urbanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

ROCHA, Danuza Labanca. **O direito à cidade e a organização social em torno do Plano Diretor de Florianópolis**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

ROSA, Audrey Ferreira. Políticas Públicas para a agricultura urbana e periurbana (AUP) no município de Presidente Prudente/SP. *In*: HESPANHOL, Antonio Nivaldo; LOCATEL, Celso; SILVA, Clélio Azevedo da (org.). **Agricultura urbana e periurbana: materialidades, possibilidades e contradições**. Curitiba: Editora CRV, 2022.

RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. *Campo-território: Revista de Geografia Agrária*, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.

SAGAE, Erika; BRIGTWELL Maria das Graças S. L.; GELBCKE, Danielle; LUIZ, Juliana. Desafios e oportunidades para a agricultura urbana na Ilha de Florianópolis, Santa Catarina. *In*: MAGNANTI, Natal João (org.). **Abastecimento Agroecológico de consumidores com soberania e segurança alimentar e nutricional**. Lages: Mayer, 2017. Disponível em: [https://issuu.com/moeman/docs/livro\\_final](https://issuu.com/moeman/docs/livro_final). Acesso em: 19 jul. 2022.

SANTA CATARINA. **Lei n. 18.200, de 13 de setembro de 2021**. Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO). Disponível em: [http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2021/18200\\_2021\\_lei.html](http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2021/18200_2021_lei.html). Acesso em: 19 jul. 2022.

SANTANDREU, Alain; LOVO, Ivana Cristina. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção**: identificação e caracterização de iniciativas de agricultura urbana e periurbana em regiões metropolitanas brasileiras. Belo Horizonte: REDE – IPES/RUAF, 2007. Disponível em: [https://www.agriculturaurbana.org.br/textos/panorama\\_AUP.pdf](https://www.agriculturaurbana.org.br/textos/panorama_AUP.pdf). Acesso em: 20 jan. 2019.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 3. ed. São Paulo: Editora Nobel, 1992.

SANTOS, Paula C. Favaretto. **Agricultura Urbana no Bairro do Campeche, Florianópolis/SC**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

SAULE Junior, Nelson; ROLNIK, Raquel. **Estatuto da cidade: novos horizontes para a reforma urbana**. São Paulo: Pólis, 2001.

SCHERER-WARREN, Ilse; LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. **Movimentos sociais e engajamento político: trajetórias e tendências analíticas**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015.

SILVA, Ana Livia. A reprodução da agricultura familiar na Região da Grande Florianópolis frente ao processo urbanístico pós-1990. *In*: HESPANHOL, Antonio Nivaldo; LOCATEL, Celso; SILVA, Clélio Azevedo da (org.). **Agricultura urbana e periurbana: materialidades, possibilidades e contradições**. Curitiba: Editora CRV, 2022.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.

SOUZA, Guilherme Silva de; SILVA, Gustavo Henrique Pereira; AMORIM, Margarete C. de C. T. A interferência da agricultura urbana e periurbana nas características térmicas de Álvares Machado (SP) e Presidente Prudente (SP). *In*: HESPANHOL, Antonio Nivaldo; LOCATEL, Celso; SILVA, Clélio Azevedo da (org.). **Agricultura urbana e periurbana: materialidades, possibilidades e contradições**. Curitiba: Editora CRV, 2022.

SOUZA, Suzane; SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos; MENEZEZ, Sócrates Oliveira. Renda da terra: conceito central para os estudos de geografia agrária. **Revista Pegada**, v. 20, n. 1, jan./abr. 2019.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Produção e apropriação da renda fundiária urbana em Presidente Prudente**. 1990. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

STÉDILE, João Pedro. Renda da terra. *In*: CALDART, Roseli *et al.* (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 3. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2013.

TERRILE, Raul. **Planificación urbana, ordenamiento territorial y AU**. Texto temático del Curso-Taller: diseño e implementaciones multi actoral de políticas y acciones estratégicas en Agricultura Urbana. Lima: IPES, RUAUF, 2006.

WOLF, Eric. **Sociedades camponesas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

## REFERÊNCIAS DE WEBSITES DE AGRICULTURA URBANA

AGROECOLOGIA EM REDE. Disponível em: <https://agroecologiaemrede.org.br/>. Acesso em: 25 jul. 2022.

ASPTA. Disponível em: <https://aspta.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 25 jul. 2022.

CIDADES SEM FOME. Disponível em: <https://www.cidadessemfome.org/>. Acesso em: 25 jul. 2022.

CITY FARMER. Disponível em: <https://www.cityfarmer.eco/>. Acesso em: 25 jul. 2022.

HORTELOES URBANOS. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/horteloes/>. Acesso em: 25 jul. 2022.

LABRURAL. Disponível em: <https://labrural.ufsc.br/>. Acesso em: 25 jul. 2022.

LACAF. Disponível em: <https://lacaf.paginas.ufsc.br/>. Acesso em: 25 jul. 2022.

MOVIMENTO NOSSA BRASÍLIA. Disponível em: <http://www.movimentonossabrasilia.org.br/>. Acesso em: 25 jul. 2022.

MUDA SP. Disponível em: <https://www.facebook.com/mudaspooficial/>. Acesso em: 25 jul. 2022.

REDE CARIOCA DE AGRICULTURA URBANA. Disponível em: <https://www.facebook.com/redecau/>. Acesso em: 25 jul. 2022.

REDE SEMEAR. Disponível em: <https://www.facebook.com/redesemearfloripa>. Acesso em: 25 jul. 2022.

RUAF. Disponível em: <https://ruaf.org/>. Acesso em: 25 jul. 2022.

RUCA. Disponível em: <https://rucaagroecologia.wordpress.com/>. Acesso em: 25 jul. 2022.

WEB DOC. Disponível em: <https://www.visualagroecology.com/>. Acesso em: 25 jul. 2022.